



resenha

de Política Exterior do Brasil

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 92, 1º semestre de 2003

Ano 30, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diretora-Geral do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)
Ministra Maria Elisa Berenguer

Chefe do Centro de Documentação (CDO)
Conselheiro Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

Padronização
Oficial de Chancelaria Ursula Rey González Zaluar e Assistente de Chancelaria José Maria Silveira de Góis

Encarregado da Gráfica do Ministério das Relações Exteriores
Paulo Cesar Bruno

Endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 3º. andar
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 411-6965, (61) 411-6966, fax: (61) 411-6591

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.-- Ano 1, n.1 (jun. 1974) - .--Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974- .

v.

Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	-----------

DISCURSOS

Sessão de posse do Presidente da República

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional, em 1 de janeiro de 2003	13
--	----

Cerimônia de posse do Ministro das Relações Exteriores

Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião de sua posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 1 de janeiro de 2003	21
---	----

Cerimônia de posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores

Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião de sua posse como Secretário-Geral das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 9 de janeiro de 2003	27
--	----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 9 de janeiro de 2003	30
--	----

Visita ao Brasil do Presidente da Argentina

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, em Brasília, em 14 de janeiro de 2003	33
--	----

III Fórum Social Mundial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 24 de janeiro de 2003	35
--	----

XXXIII Fórum Econômico Mundial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, em 26 de janeiro de 2003	41
--	----

Visita do Chanceler Celso Amorim à sede da ALADI

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em Montevideu, em 5 de fevereiro de 2003	45
--	----

Questão do Iraque

Discurso do Representante Permanente Alternado do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, em 18 de fevereiro de 2003 47

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 27 de fevereiro de 2003 49

Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em Brasília, em 7 de março de 2003 57

Questão do Iraque

Discurso do Representante Permanente Alternado do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, em 11 de março de 2003 59

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Malásia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, em Brasília, em 17 de março de 2003 61

Conflito no Iraque

Pronunciamento à Nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o conflito no Iraque, em Brasília, em 20 de março de 2003 65

Visita ao Brasil da Rainha dos Países Baixos

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado da Rainha Beatrix, dos Países Baixos, em Brasília, em 24 de março de 2003 67

Situação no Iraque

Discurso do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Sardenberg, no Conselho de Segurança - reunião sobre a situação no Iraque, convocada pelo Movimento Não-Alinhado, em Nova York, em 26 de março de 2003 ... 71

Sessão Solene no Centro Paraguaio de Estudos Internacionais

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão Solene no Centro Paraguaio de Estudos Internacionais, em Assunção, em 7 de abril de 2003 73

Aula Magna no Instituto Rio Branco

Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema "A Diplomacia do Governo Lula", no Instituto Rio Branco, em Brasília, em 10 de abril de 2003 77

Visita ao Brasil do Presidente do Peru

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente do Peru, Alejandro Toledo, em Brasília, em 11 de abril de 2003 89

Visita ao Brasil do Presidente da Bolívia

Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, em Brasília, em 25 de abril de 2003 91

Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em Recife, em 25 de abril de 2003 93

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração dos bustos do Libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima, em Recife, em 25 de abril de 2003 95

Seminário Brasil - China

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário Brasil - China: "Um Salto Necessário", no BNDES, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 2003 97

XV Fórum Nacional - BNDES

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema "Inserção Global do Brasil: OMC, MERCOSUL, ALCA, Zona Livre de Comércio do Brasil com a União Européia", pronunciada pelo Ministro de Estado, interino, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no XV Fórum Nacional do BNDES, no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2003 101

XVII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do XVII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio, em Cusco, Peru, em 24 de maio de 2003 107

Visita ao Brasil do Presidente do Equador

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, em Brasília, em 27 de maio de 2003 111

Cúpula de Evian

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no diálogo ampliado no contexto da Cúpula do G8, em Evian, França, em 1 de junho de 2003 115

91ª Conferência Internacional do Trabalho - OIT

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 2 de junho de 2003 119

XXXIII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a XXXIII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Santiago, em 9 de junho de 2003 127

Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros do Líbano

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, em Brasília, em 10 de junho de 2003 131

Visita ao Brasil do Presidente da Argentina

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, em Brasília, em 11 de junho de 2003 133

Reunião de Cúpula do MERCOSUL

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Assunção, em 18 de junho de 2003 137

XIV Conselho Presidencial Andino

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do XIV Conselho Presidencial Andino, em Antioquia, Colômbia, em 27 de junho de 2003 143

ACORDOS

Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana .. 147

Comunicado conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada (28.04.03).....	210
Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Oriental do Uruguai, Jorge Batlle, em visita de trabalho ao Brasil (12.05.03)	214
Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Presidente eleito da Argentina, Néstor Kirchner (15.05.03)	218
Documento final da Reunião das Unidades de Inteligência de Fronteiras do Mecanismo 3+1 (Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos) sobre a Tríplice Fronteira, em Brasília (21-22.05.03)	219
Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Equador, Lucio Gutiérrez (27.05.03)	221
Comunicado conjunto à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Dr. Yashwant Sinha, em visita oficial ao Brasil (05.06.03)	225
Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia – Declaração de Brasília (06.06.03)	228
Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Argentina, Néstor Kirchner (11.06.03)	231
Assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (16.06.03)	235
ALCA – Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil (SOC) – I Reunião Temática com a Participação da Sociedade Civil, em São Paulo (25.06.03)	235
Reformas na Política Agrícola Comum (PAC) (26.06.03)	236
ARTIGOS	
O Governo do Presidente Lula defende a paz – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 06.03.03)	237
O Brasil e o "renascimento africano" – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de São Paulo, 25.05.03)	238

ENTREVISTAS

Chanceler brasileiro tenta uma solução negociada para a grave crise no país vizinho -- Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores.(Correio Braziliense, 10.01.03)	241
Somos a mistura do Tigre com a Baleia – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Isto É Dinheiro, 13.01.03)	244
Brasil ampara os pequenos para lidar com a ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 07.02.03)	247
Amorim estréia na CUT o debate doméstico – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 07.02.03)	249
Conflito tende a dificultar acordos multilaterais – Embaixador Celso Amorim, Minis- tro das Relações Exteriores (Valor Econômico, 24.03.03)	252
A semente do Projeto – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Carta Capital, 28.05.03)	255
Resultados, não prazos – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exterio- res (IstoÉ, 02.06.03)	261
Índice Remissivo	267

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica	150
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre isenção parcial de vistos	152
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a construção de uma ponte sobre o rio Acre, nas proximidades das cidades de Brasiléia e Cobia	154
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a restituição de veículos automotores roubados ou furtados	155
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	159
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para implementação do Projeto "Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de votação e apuração eletrônicas na Cidade do México".	161
Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco	163
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre cooperação em assuntos relativos a defesa	183
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação financeira para a execução de projetos na área de preservação das florestas tropicais	185
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai no âmbito da troca de experiência em transplantes de órgãos e tecidos.	187
Memorandum de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América para o estabelecimento de mecanismo de consultas sobre a cooperação na área de energia.	189
Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre cooperação em relação a matérias de defesa.	190

Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia	192
---	-----

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Tratado para a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (12.01.03)	195
Comunicado à imprensa por ocasião da reunião sobre a situação no Iraque, a ser realizada, em 5 de fevereiro de 2003, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (04.02.03) ..	195
Declaração do MERCOSUL sobre a situação atual, aprovada em Montevideu (05.02.03)	196
Comunicado do Grupo do Rio sobre a "Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia", assinada entre o Governo da Venezuela e a Coordenadora Democrática (19.02.03)	196
Declaração do Governo brasileiro sobre o cativo das Senhoras Betancourt e Rojas (25.02.03)	196
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (28.02.03)	197
Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Colômbia, Álvaro Uribe (07.03.03)	197
Declaração de Moscou dos Ministros das Relações Exteriores da Troika do Grupo do Rio e da Federação da Rússia (01.04.03)	200
Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Peru, Alejandro Toledo (11.04.03)	202
Comunicado conjunto à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e da Ministra das Relações Exteriores da República do Chile, Soledad Alvear, em visita oficial ao Brasil (15.04.03)	207
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela sobre acordo entre o Governo e a Coordenadora Democrática (15.04.03)	209
Declaração de Voto do Brasil por ocasião do exame, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, do Projeto de Resolução sobre a situação dos Direitos Humanos em Cuba (17.04.03)	209

APRESENTAÇÃO

Preservar e divulgar a memória da diplomacia nacional é responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. Em primeiro lugar, porque o desempenho satisfatório da instituição não pode prescindir do conhecimento preciso dos antecedentes da atuação brasileira no plano internacional. Mas, em um sentido mais amplo, a memória diplomática é de importância fundamental para a nossa História como nação, pois constitui o registro privilegiado da interlocução do Governo com o mundo. Cultivar a memória da diplomacia é, além de tudo isso, tornar disponíveis a todo interessado – estudante, pesquisador, em suma, o cidadão comum – elementos para que adquira um olhar próprio sobre a inserção brasileira na comunidade internacional. Em outras palavras, a preservação e divulgação da memória contribui para ampliar o debate interno sobre temas de relações internacionais pela sociedade brasileira como um todo, no contexto de um regime democrático pleno.

O relançamento da Resenha de Política Exterior do Brasil tem esses objetivos. O Ministério retoma, assim, uma tradição: a Resenha tem uma história de 24 anos de bons serviços prestados à memória institucional, recolhendo, de maneira ininterrupta, as palavras proferidas nos momentos mais marcantes da atuação internacional brasileira de 1974 a 1997. Sua publicação soma-se aos esforços em curso de divulgação de discursos, artigos de jornal, entrevistas e notas à imprensa do Senhor Presidente da República, do Senhor Vice-Presidente, meus e do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores por intermédio do *website* do Itamaraty (www.mre.gov.br).

A Resenha, como antes, será publicada semestralmente. De suas páginas fará parte a íntegra de acordos, tratados e convenções, bem como declarações ministeriais, comunicados conjuntos e informações, além dos artigos, entrevistas, discursos e pronunciamentos contidos no *site* do MRE, cuidadosamente selecionados para refletir o que se produziu de mais representativo na condução da política externa brasileira em passado recente.

A publicação da Resenha, em paralelo ao trabalho de divulgação pela Internet, propicia ao interessado uma informação de fácil consulta sobre as manifestações mais relevantes de nossa ação externa em suas várias vertentes, a cada semestre. A Resenha renasce como uma referência indispensável, que não poderá estar ausente das bibliotecas e centros de estudo, no País e no exterior, onde houver interesse pela diplomacia brasileira.

Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores

Sessão de posse do Presidente da República

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional, em 1 de janeiro de 2003

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Moraes; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores presentes a este ato de posse,

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a socie-

dade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeru Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos

ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer cotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois, como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras fér-

teis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrir de vergonha.

Por isso, defini, entre as prioridades de meu Governo, um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram, no passado, a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve

prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto na social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espa-

lham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pela mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil

supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária, que nos empenharemos para que encontre canais de expres-

são em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito, constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil, e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribui-

ção do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o País demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo, vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua

multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá, também, os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação em tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia e na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação de subsídios e tratará de obter regras comerciais mais justas e adequadas à nossa condição de país em

desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial, em todos esses foros, é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos, também, para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso, é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões so-

cial, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogo substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais, sem hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais, como a do Oriente Médio, devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes de promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente, em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhava sem temor, porque se desenhava no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços

sociais no Brasil, nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento, trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispavam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o

que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo ou crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do

novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas, sobretudo, pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

Cerimônia de posse do Ministro das Relações Exteriores

Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião de sua posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 1 de janeiro de 2003

Excelentíssimo Senhor Ministro Celso Lafer; Excelentíssimos Senhores Ministros; Senhoras e Senhores Membros do Corpo Diplomático; Senhoras e Senhores,

Desejo agradecer ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a confiança em mim depositada.

É com satisfação que recebo o cargo do Professor Celso Lafer.

Com a eleição do Presidente Lula, o povo brasileiro expressou, de forma inequívoca, o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático, com ampla participação popular na condução dos assuntos do Estado. Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo, e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que esta-

rão presentes em todas as ações do Governo Lula.

Convoco todos os diplomatas e servidores do Ministério das Relações Exteriores a participarem ativamente deste grande projeto.

A política externa não é só responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo. Ela envolve a sociedade como um todo. Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais – trabalhadores, empresários, intelectuais – e entidades da sociedade civil.

Senhoras e Senhores,

O povo brasileiro deu uma grande demonstração de auto-estima ao manifestar sua crença na capacidade de mudar criativamente a realidade. Temos de levar esta postura de ativismo responsável e confiante ao plano das relações externas. Não fugiremos de um protagonismo engajado, sempre que for necessário para a defesa do interesse nacional e dos valores que nos inspiram. Como disse o Presidente Lula, precisamos traduzir, de forma persistente, nossos interesses e valo-

res em pontos da agenda internacional.

O cenário em que teremos de realizar essa tarefa é complexo e nem sempre amistoso. A economia mundial está estagnada. Os fluxos financeiros comportam-se de forma errática e segundo uma lógica perversa, que penaliza os países em desenvolvimento. A despeito das muitas promessas, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte dos nossos produtos. Práticas comerciais predatórias dos países ricos nos privam dos benefícios de nossa competitividade. No plano político, conflitos que se supunha estarem em vias de solução recrudesceram, alimentados pela intolerância e o fanatismo. Atoos terroristas de indescritível barbárie provocam reações e suscitam posturas que têm o potencial de afetar os princípios do multilateralismo. O risco de guerra volta a pairar sobre o mundo. Tudo isso se reflete em crises econômicas, financeiras e políticas, que tendem a ser mais graves nos países pobres. Nossa região – a América do Sul – também sofre os efeitos desses abalos.

Senhoras e Senhores,

O aumento das exportações, a busca de tecnologias e investimentos produtivos serão elementos importantes da estratégia nacional de crescimento e da redução da vulnerabilidade externa. Participaremos empenhadamente das diversas negociações comerciais, movidos pela busca de vantagens concretas, sem constrangimento de nos apresentarmos como país em desenvolvimento e de reivindicarmos tratamento justo. Sabemos nos articular, sem preconceitos, com as nações que compartilham conosco interesses e preocupações. Atuaremos, em cada momento, norteados pela necessidade de assegurar a compatibilidade do que está sendo

proposto com as políticas nacionais. Lutaremos para preservar o espaço de flexibilidade para que possamos decidir, soberanamente, qual o modelo de desenvolvimento que mais nos convém.

Combateremos práticas protecionistas que tanto prejudicam nossa agricultura e nossa indústria. Trataremos de ampliar os mercados consumidores de bens primários ou semi-elaborados, que continuam a ter um papel importante em nossa pauta. Mas daremos ênfase especial àqueles bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo de conhecimento. Para fazermos isso de forma sustentável, teremos de nos empenhar profundamente na verdadeira batalha pela eliminação de barreiras e subsídios que hoje distorcem brutalmente o comércio e privam os países em desenvolvimento de suas vantagens comparativas (as naturais ou aquelas obtidas através do esforço e engenho criativo).

É neste contexto de busca de oportunidades que vemos as grandes negociações comerciais em curso. Não queremos um Brasil fechado em si mesmo, imune aos ventos do progresso e da competição. Na ALCA, nas negociações MERCOSUL-União Européia e na Organização Mundial do Comércio trataremos de ampliar mercados para os produtos e serviços em que somos competitivos, procurando corrigir distorções do passado e evitar restrições excessivas à nossa capacidade de fomentar políticas sociais, ambientais, industriais e tecnológicas.

Ainda que nada esteja acordado em definitivo, os pressupostos em que se baseiam estes processos de negociação vão muito além de meras rebaixas tarifárias. Envolvem aspectos normativos sobre praticamente todos os campos da atividade econômica. Por

isso mesmo, devem ser analisados com cuidadosa atenção, sem prejulgamento. A despeito dos prazos desconfortavelmente estreitos de algumas dessas negociações, pretendemos discutir amplamente com empresários, trabalhadores e outros setores sociais e com o Congresso Nacional as posições que devemos tomar, tendo em vista a vasta gama de interesses envolvidos e as complexas articulações que se fazem necessárias, a começar no âmbito do MERCOSUL.

No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade.

O relacionamento com a Argentina é o pilar da construção do MERCOSUL, cuja vitalidade e dinamismo cuidaremos de resgatar. Reforçaremos as dimensões política e social do MERCOSUL, sem perder de vista a necessidade de enfrentar as dificuldades da agenda econômico-comercial, de acordo com um cronograma preciso. Temos de enfrentar com determinação as questões da Tarifa Externa Comum e da União Aduaneira, sem as quais a pretensão de negociar em conjunto com outros países e blocos é mera ilusão. Fundamental para a recuperação do MERCOSUL é a revitalização do Fórum Econômico-Social. Devemos impulsionar, igualmente, a Comissão Parlamentar Conjunta, de modo a reforçar a participação da sociedade no processo de integração. Atribuiremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais, de parcerias na área educacional e cultural, da livre circulação de pessoas e de mecanismos financeiros e monetários que promovam o comércio e a integração.

Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. A formação de um espaço econômico unificado, com base no

livre comércio e em projetos de infra-estrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo. Vários de nossos vizinhos vivem situações difíceis ou mesmo de crise. O processo de mudança democrática por que o Brasil está passando com o Governo Lula pode ser elemento de inspiração e estabilidade para toda a América do Sul. Respeitaremos zelosamente o princípio da não-intervenção, da mesma forma que velaremos para que seja respeitado por outros. Mas não nos furtaremos a dar nossa contribuição para a solução de situações conflituosas, desde que convidados e quando considerarmos que poderemos ter um papel útil, tendo em conta o primado da democracia e da constitucionalidade.

Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar.

Com os Estados Unidos da América partilhamos valores e interesses. Pretendo explorar ao máximo nossa história de amizade, fortalecendo as bases para o entendimento construtivo e a parceria madura. O diálogo fluido com os Estados Unidos da América é de fundamental importância não só em questões econômico-comerciais do nosso interesse imediato, mas também para assegurarmos influência no encaminhamento dos grandes temas da agenda internacional, de forma compatível com nossas dimensões e valores.

O Brasil manterá uma relação próxima e construtiva com a União Européia. Reconhecemos a longa história de êxito da União Européia na construção da paz e da prosperidade pela via da integração. No plano polí-

tico, o diálogo com a União Européia e os países que a constituem é importante, também, com vistas a fortalecer os elementos de multipolaridade do sistema internacional. A cooperação com o Japão e outros países desenvolvidos será também fortalecida.

Forjaremos alianças com grandes países em desenvolvimento. Reforçaremos o diálogo com a China, a Rússia, a Índia, o México e a África do Sul, entre outros. Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), inclusive com o seu mais novo membro, o Timor Leste.

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza. Apoiaremos a cooperação internacional para o meio ambiente, em especial a implementação do Protocolo de Kyoto e da Convenção de Biodiversidade. Promoveremos o banimento das armas de destruição em massa e daremos impulso aos esforços

pelo desarmamento, sobretudo o nuclear. Participaremos da luta contra o terrorismo e o crime organizado, com base na cooperação e no Direito internacionais.

A solução pacífica de controvérsias é um dos pilares da diplomacia brasileira. Após um encaminhamento que despertou tantas esperanças, é triste ver a deterioração da situação no Oriente Médio, onde vivem populações com as quais temos vínculos profundos. Não se pode, de forma alguma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas, e de desencadearem-se forças incontroláveis, com enorme potencial destabilizador para a região e para o mundo. É preciso resgatar a confiança nas Nações Unidas. O Conselho de Segurança da ONU é o único órgão legalmente habilitado a autorizar o uso da força, este recurso extremo a ser utilizado apenas quando todos os outros esforços e possibilidades se tenham efetivamente esgotado. Mas é igualmente importante para a credibilidade do Conselho, em sua tarefa de manter a paz, que suas resoluções sejam fielmente cumpridas. Defenderemos a ampliação do Conselho de Segurança com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, de modo a reforçar sua legitimidade e representatividade.

O crescente número de brasileiros que vivem e trabalham no exterior torna imprescindível uma vigorosa política consular e cultural capaz de assisti-los e de manter vivos seus vínculos com o País.

As políticas cultural, de cooperação técnica, científica e tecnológica serão elementos essenciais da política externa do Governo Lula.

Senhoras e Senhores,

Considero a honrosa indicação com que

o Senhor Presidente da República me distinguiu como sinal de reconhecimento da excelência e patriotismo dos quadros do Serviço Exterior Brasileiro. A imagem pública que se tem da vida diplomática costuma ressaltar apenas os aspectos de maior brilho. Mas há um outro lado, de traumas pessoais e familiares, representados pelas constantes mudanças, readaptações forçadas e, em muitos casos, o enfrentamento de situações críticas, do ponto de vista material e psicológico. Tais dificuldades geram necessidades que não podem ser desatendidas.

No caso da carreira diplomática, enfrenta-se um complexo desafio: como conciliar a valiosa experiência acumulada com a justa e necessária renovação nos postos de chefia.

Estou consciente de que as tarefas que temos diante de nós somente podem ser executadas a contento com a participação

engajada de todas as categorias de servidores do Itamaraty. Examinarei sempre com atenção e boa vontade suas sugestões e reivindicações.

Senhoras e Senhores, meus colegas,

Não só o Brasil, mas todo o mundo está consciente de que o País vive um grande momento de sua história. Pude testemunhar isso pessoalmente. Não são poucos os analistas, intelectuais ou ativistas políticos de variadas tendências que pensam que, do êxito brasileiro, depende não só o nosso próprio futuro, mas o de outras nações, que, como nós, buscam a via do desenvolvimento com democracia e justiça social.

Sou tentado a dizer, como o poeta, que tenho duas mãos e o sentimento do mundo. Mas o que me dá confiança é a certeza de que, desta feita, serão muitas mãos a colaborar. A tarefa é grandiosa. O Itamaraty não falhará na sua parte dessa missão.

Muito obrigado.

Cerimônia de posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores

Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, por ocasião de sua posse como Secretário-Geral das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 9 de janeiro de 2003

Senhor Ministro de Estado,

Peço agradecer ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ter aceito a indicação de meu nome, feita por Vossa Excelência, de quem me orgulho de ser amigo e colaborador há mais de quarenta anos.

É um prazer, uma honra e uma tarefa árdua suceder o Embaixador Osmar Chohfi no cargo de Secretário-Geral, que ele tanto abrilhantou.

Agradeço a presença de todos os amigos, colegas e colaboradores.

Agradeço o apoio de meus filhos e de Maria.

A sociedade brasileira tem de enfrentar quatro desafios. Reduzir as disparidades de natureza econômica, de natureza social, de natureza étnica e de gênero. Desafio secular, agora inadiável. A síntese dessas disparidades é a extraordinária concentração de riqueza e de renda; e a fome é a sua expressão mais dramática.

Eliminar as vulnerabilidades externas que constroem o nosso desenvolvimento econômico, político e social é igualmente tarefa inadiável, inclusive para poder executar políticas públicas que reduzam com eficácia aquelas disparidades.

Essas vulnerabilidades são econômicas, e sua síntese é o elevado déficit em transações correntes; são tecnológicas, e se expressam pela necessidade de importar tecnologia devido à reduzida geração de inovações; são de natureza política, pela ausência do Brasil nos principais centros de decisão mundial, como o Conselho de Segurança da ONU e o G-8; são de natureza militar, diante da imensidão do território e da instabilidade do cenário mundial.

O terceiro desafio é realizar o potencial brasileiro, cuja dimensão pode ser aferida pelo fato de que o Brasil, juntamente com os Estados Unidos da América e a China, são os três únicos países que aparecem simultaneamente nas relações dos dez países de maior território, de maior população, e de maior produto.

O quarto desafio é a construção de uma democracia efetiva, que torne cada brasileiro um cidadão que participa da formulação das políticas públicas e do controle das atividades dos representantes e servidores do povo no Congresso, no Executivo e no Judiciário.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva já enfrenta esses quatro desafios através do programa de combate à fome; da decisão de reconstruir a infra-estrutura física e social da economia brasileira, de exercer com plena soberania a defesa dos interesses nacionais e de convocar todos os setores da sociedade para o diálogo mais amplo e mais democrático sobre as políticas públicas.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso no Congresso Nacional, e Vossa Excelência, em seu discurso de posse, expressaram com toda a clareza os objetivos da política externa brasileira e a necessidade fundamental de que ela contribua para enfrentar aqueles desafios da sociedade, que são os desafios do Governo e de todos nós.

Tenho certeza de que todos leram, com cuidado, esses discursos e refletiram sobre o que eles significam para o trabalho cotidiano do Itamaraty.

Estou seguro de que, para poder bem cumprir as tarefas de Secretário-Geral das Relações Exteriores, e assim honrar a confiança de Vossa Excelência, contarei com a mais dedicada colaboração e o conselho experiente dos meus amigos de tantos anos, os Senhores Subsecretários-Gerais, Embaixadores Araújo Castro, Clodoaldo Hugueney, Gilberto Sabóia, Carlos Paranhos e, em breve, Luiz Filipe de Macedo Soares.

Espero contar, igualmente, com a cooperação dos Senhores Chefes da Casa e de todos os Embaixadores, diplomatas e funcionários do Itamaraty na realização desta tarefa.

A tarefa da política externa é uma tarefa coordenada de todos os setores da Casa: da área política, da área econômica, da área cultural, da área científica e tecnológica, da área consular, da área administrativa.

Senhoras e Senhores,

A América do Sul constitui a prioridade de nossa política externa, conforme deixaram claro o Senhor Presidente da República e Vossa Excelência. A ação na América do Sul deverá atender aos objetivos de construção da integração econômica e da cooperação política e social, a partir de uma atitude brasileira que reconheça as assimetrias e procure equacioná-las de forma generosa.

A construção de uma sociedade brasileira mais democrática, mais justa e mais próspera somente poderá ser bem sucedida se nossos vizinhos também participarem desse processo.

As questões da América do Sul, plenas de desafios e oportunidades para o Governo do Brasil, em um mundo multipolar que desejamos construir, terão, assim, toda a prioridade necessária para cumprir o determinado por Vossa Excelência.

Os Estados Unidos da América são a nação mais poderosa econômica, tecnológica e militarmente. Com os Estados Unidos, a sociedade e o Estado brasileiros têm, tradicionalmente, relações de amizade, de cooperação, de respeito e de entendimento. Temos a intenção de ampliar esta cooperação, sempre com base nos ideais comuns de democracia, de justiça e de soberania.

A amizade do Brasil pela Europa, pela África, e pela Ásia está em nosso sangue. A contribuição, para a formação social brasileira, dos descendentes de povos desses continentes é extraordinária e está refletida na pluralidade de nossos sobrenomes e etnias.

A política externa do Presidente Lula, executada por Vossa Excelência, refletirá esta realidade. A cooperação com a Europa, econômica e política, tão importante que foi para o nosso desenvolvimento, deve ser expandi-

da. A cooperação com a África deve encontrar novos projetos que contribuam para viabilizar a superação de suas dificuldades, política em que a CPLP terá valioso papel. Com os países do Oriente Próximo, cujos descendentes aqui vivem em harmonia, desejamos contribuir para que encontrem solução pacífica para suas diferenças. Com o Japão, a Índia e a China faremos o melhor para estreitar as nossas relações de toda ordem.

Os desafios da sociedade brasileira exigem instrumentos eficazes para garantir a execução de um projeto de desenvolvimento econômico e social sustentável, com a mais ampla participação popular. Nas negociações internacionais, será necessário zelar para que a evolução das normas que regem as relações econômicas e políticas entre os Estados preservem a capacidade soberana do Estado e da sociedade brasileira de construir o seu futuro.

Seguindo a orientação de Vossa Excelência, e valendo-me do cabedal de conhecimentos de experientes negociadores, darei toda a atenção às negociações econômicas, em especial as da OMC, do MERCOSUL e da ALCA, para contribuir da melhor forma para a defesa e promoção de nossos interesses vitais de longo prazo, lembrando sempre o exemplo de Esaú e Jacó.

A paz e o progresso econômico e social de todos os povos dependem do cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas: igualdade soberana dos Estados, autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias. Estes princípios estão inscritos na Constituição brasileira, justamente para orientar, em caráter permanente e em cada situação, a política externa. E ela deve refletir sempre as palavras do Barão do Rio Branco:

“Sou antes brasileiro, e tenho o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil.”

O mundo multipolar, sem hegemonias, em que todos os Estados obedeçam ao Direito Internacional e procurem resolver suas controvérsias de forma pacífica é o mundo que mais interessa à nação brasileira. Cada dia, cada ato da Chancelaria, deve procurar contribuir para este objetivo. As organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas e a OEA, devem contribuir para esses objetivos, e o Brasil nelas atuará de forma ativa.

Vossa Excelência determinou-me que procure a cooperação e a participação de todos os funcionários da Casa no processo de formulação e de execução da política externa. Essa participação depende da formação e do treinamento permanente de todos os funcionários, da organização das carreiras, e do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, a que dedicarei especial atenção.

Esta participação depende, em suma, de ações concretas para tornar a política externa um projeto de todos, que contribua como instrumento eficaz para o projeto de mudança do Governo do Presidente Lula.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como Vossa Excelência lembrou, a auto-estima e a altivez serão sempre a inspiração de nossa política externa. Não nos furtaremos ao protagonismo necessário. Cabe a nós acreditar na possibilidade de transformar o Brasil e o mundo para torná-los mais justos, mais democráticos, mais prósperos, mais humanos.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em 9 de janeiro de 2003

Senhoras Ministras, Senhores Ministros; Senhoras Secretárias de Estado, Senhores Secretários de Estado; Senhores Embaixadores, Senhoras Embaixadoras; meu amigo Valdir Pires, se me permite chamá-lo assim, porque o título é mais pomposo do que a amizade; queridos amigos e colegas; Embaixador Osmar Chohfi; meu querido Samuel e seus familiares,

Tenho especial satisfação em nomear você, Samuel, Secretário-Geral das Relações Exteriores. Todos sabemos que é, possivelmente, o cargo mais difícil do Itamaraty, provavelmente até mais difícil do que o de Ministro de Estado, que faz os discursos, aparece na imprensa, participa das negociações, que tem maior brilho mas, como o nosso querido Embaixador Osmar Chohfi também sabe, não é quem tem de carregar o piano todo dia.

É motivo de satisfação contar com você, Samuel, como você já assinalou, com uma amizade de quarenta anos, durante os quais, muitas vezes, você foi meu colaborador mas, às vezes, eu também fui o seu, se não colaborador direto, pelo menos o seu parceiro mais júnior, quando, sugerido por você, o nosso querido e saudoso Embaixador Paulo Nogueira Batista nos convidou para servir na Secretaria de Planejamento.

Não são apenas quarenta anos de amizade. São quarenta anos também de afinidades, de luta. Lutas difíceis, momentos em que os espaços, para nós que acreditávamos no Brasil democrático, no Brasil capaz de de-

fender seus interesses, num Brasil que não cedesse a pressões, esses espaços eram muito pequenos. Mas nós sempre procuramos lutar dessa maneira, começando, talvez até antes, mas começando nesse período em que trabalhamos juntos na Secretaria de Planejamento, durante, ainda, as agruras do governo militar, mas durante um período de pequena abertura sob o Governo Costa e Silva. Mais tarde, no cinema, representado aqui pelo nosso querido amigo Luís Carlos Barreto (entre outros, é o que eu estou vendo) tivemos também a grata, apesar de difícil, tarefa - que redundou no final na nossa saída - de contribuir, na medida da nossa capacidade, para ampliar os espaços da abertura, como disse Carlos Castello Branco. Fizemos isso com convicção e, sem modéstia posso dizer, com coragem.

Na época, muitos poderiam ter achado que nós fizemos uma bobagem, perdemos tempo na carreira, poderíamos ter feito outras coisas. Hoje, creio, nem para você nem para mim sobra sequer uma gota de arrependimento pela participação naqueles momentos difíceis. E, não bastasse o testemunho de quem acompanhou, temos também nossos filhos que se dedicam, hoje, em tempos mais favoráveis, ao mesmo trabalho.

Devemos todos um reconhecimento muito grande ao Embaixador Osmar Chohfi, que é um grande profissional, e uma pessoa a quem conheço há muitos anos, que assumiu sempre tarefas difíceis e das quais sempre se desincumbiu com grande serenidade. Do ponto de vista pessoal, enquanto fui Embaixador no exterior e tive o Secretário-Geral como meu chefe mais imediato, recebi todo o apoio e lhe sou muito grato. Espero que você e Kátia sejam muito felizes na Espanha, onde os espera, também, um importante tra-

balho nesse contexto de um Brasil novo, que quer aprender de todas as experiências para ter delas o melhor e aqui aplicar.

Samuel, se eu tivesse alguma dúvida sobre o acerto da minha escolha, a presença de tantos Ministros, de tantos Secretários de Estado, de tantos parlamentares, bem como os aplausos que você recebeu, teriam hoje dissipado essas dúvidas para sempre. Contar com você na Secretaria-Geral será para mim um motivo de grande satisfação e de tranquilidade.

A política externa desenvolve-se, hoje, num mundo nem sempre amistoso, com muitos problemas. Ela é feita de projetos, mas ela também é feita de respostas a desafios que muitas vezes nós não desejávamos que estivessem aí. Em alguns casos, são desafios de natureza política. Alguns dos nossos vizinhos passam por situações extremamente difíceis. E o Brasil não pode, pela sua dimensão, pela sua tradição democrática, pela sua capacidade de promover a mudança social por via pacífica, agora acentuada com a eleição do Presidente Lula, não pode se furtar a dar a sua contribuição. Sem interferências, mas sem também medos desnecessários, que não seriam compatíveis com a nossa grandeza, grandeza em que nós todos acreditamos.

Alguns de nós presentes aqui, hoje, estaremos amanhã viajando para o nordeste brasileiro. Um outro Ministro e colega nosso sugeriu-me ser de proveito essa mesma viagem que nós, Ministros de Estado, faremos amanhã para conhecer mais de perto a realidade brasileira — que alguns de nós conhecíamos apenas do cinema, ou da literatura — ser essa viagem de proveito também para os alunos do Rio Branco, para os jovens diplomatas, para que eles saibam qual é o Bra-

sil que eles representam. Que não é um Brasil só dos grandes números, que não é um Brasil só dos equilíbrios macroeconômicos, mas é um Brasil de grandes deficiências sociais, de grandes disparidades, mas disparidades que nós estamos dispostos a enfrentar e para as quais a nossa diplomacia vai trabalhar intensamente, em todos os campos. Você sublinhou, com muita razão, a América do Sul, porque essa será uma prioridade, ela é uma prioridade quase que necessária, mas será agora acentuada com mais razão, até porque o processo de transição pacífica poderá ser um fator de inspiração também para outros países.

Às vezes nos perguntam se o Brasil quer ser líder. Nós não temos pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se o nosso desenvolvimento interno, se as nossas atitudes, como você sublinhou, de respeito ao direito internacional, da busca de solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusá-la. E seria, certamente, um erro, uma timidez injustificada.

Samuel, eu não quero me prolongar sobre os temas da política externa porque o Presidente os mencionou, não só no discurso de posse, mas antes, no seu discurso no Clube de Imprensa nos Estados Unidos. Eu também tive oportunidade de falar deles; você mesmo mencionou vários hoje aqui. Mas você mencionou uma palavra muito importante. É muito importante para o Brasil de hoje, para o Brasil do Presidente Lula, mas muito importante também para o Itamaraty. A palavra é participação. Nós queremos que todos no Itamaraty se sintam engajados numa

causa. Quem é diplomata não procurou um emprego. Procurou um trabalho, abraçou uma causa. E a causa é o Brasil. E nós temos de lutar por esse Brasil. Um Brasil voltado para a paz, voltado para a realização do de-

seenvolvimento, para a democracia no plano interno e no plano internacional. Para isso, Samuel, eu sei que eu não poderia contar com melhor auxiliar do que você.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Argentina

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, em Brasília, em 14 de janeiro de 2003

Senhor Presidente da República Argentina, Eduardo Duhalde,

Com grande satisfação recebemos hoje o Presidente da República Argentina, Eduardo Duhalde, e membros destacados de sua equipe de governo para importante reunião de trabalho.

O fato de esta ser a terceira vez que nos encontramos em pouco mais de um mês é prova eloqüente da densidade do relacionamento entre nossos países. Foram três reuniões desde o início de dezembro do ano passado: minha visita a Buenos Aires, ainda na condição de Presidente eleito; a sua visita por ocasião de minha posse como Presidente da República; e o presente encontro de trabalho, transcorridas apenas duas semanas desde que assumi a Presidência. Este é um fato bastante auspicioso. Ao longo de toda a campanha que me conduziu à Presidência de meu país, insisti em que a América do Sul seria a prioridade de nossa Política Externa.

Dar prioridade à América do Sul passa, necessariamente, por resgatar a vitalidade e o dinamismo do MERCOSUL. E tal resgate exige um relacionamento – cada vez mais

fluido, cada vez mais franco, cada vez mais próximo – com a Argentina.

Brasil e Argentina são parceiros estratégicos. Estamos engajados na empreitada de construir um espaço econômico integrado, como base de um projeto que vai muito além disso, que é o MERCOSUL.

Nestes tempos de incertezas, é necessário guardarmos perspectiva histórica para avaliar o muito que alcançamos. Essa perspectiva nos permite renovar o ânimo para enfrentar o muito que ainda resta fazer para avançar no processo de integração.

Reforçaremos as dimensões política e social do MERCOSUL. Construiremos instituições que garantam a continuidade do que alcançamos e nos ajudem a superar os desafios que teremos de enfrentar. É fundamental garantir a mais ampla participação de nossas sociedades neste processo, com a revitalização de instituições como o Foro Econômico e Social e a Comissão Parlamentar Conjunta, e com a criação, em prazo relativamente breve, de um Parlamento do MERCOSUL.

Para dar novo ímpeto ao MERCOSUL são necessários mecanismos financeiros e mo-

netários que permitam a retomada do crescimento do comércio entre nossos países. Resolveremos as questões da Tarifa Externa Comum e da União Aduaneira, para melhor negociar com outros países e blocos.

Caminharemos rumo à livre circulação de pessoas, cujo primeiro passo foi o Acordo sobre Residência para Nacionais do MERCOSUL.

São desafios notáveis, à altura da vontade de nossos povos e de nossa determinação. Tenho uma certeza a orientar minhas decisões a respeito da integração sul-americana: a amizade fraterna e a cooperação eficaz entre Brasil e Argentina são a sua base e a condição de seu êxito.

Senhor Presidente,

O processo de integração é fruto da aliança estratégica que nossos países desenvolvem e aprofundam, e que constitui projeto permanente e política de Estado de nossos dois países. Essa aliança corresponde a sentimento arraigado das sociedades brasileira e argentina. Por isso encaramos com otimismo o futuro e constatamos que um projeto comum de paz, prosperidade e democracia faz parte de nossa realidade.

Quero dedicar especial ênfase, aqui, ao que, juntos, podemos alcançar na área social. O Brasil é um país que ainda tem um enor-

me passivo a resgatar neste campo. A principal meta de meu Governo é alcançar o objetivo da Fome Zero. Todo brasileiro comerá três vezes por dia. O combate à miséria, a garantia de padrões mínimos de educação e saúde e o permanente esforço de criar empregos são uma obsessão minha. Há experiências nos dois países que fazem antever uma importante cooperação, com benefícios mútuos, no campo social.

Senhor Presidente,

Foram muitas e formidáveis as dificuldades que Vossa Excelência teve de vencer. Sob sua liderança, a Argentina soube desmontar, uma a uma, as previsões pessimistas que se faziam acerca do seu futuro.

Congratulo Vossa Excelência pelos resultados alcançados na estabilização da economia argentina e no combate ao empobrecimento da população. O Brasil, parceiro e irmão da República Argentina, tem interesse direto e permanente na sua prosperidade e estabilidade.

Desejo erguer um brinde à Nação Argentina, à nova dinâmica que daremos ao processo de integração e à sua felicidade pessoal, Senhor Presidente Duhalde. Sua obra de pacificação e normalização institucional em seu país haverá de ser devidamente reconhecida pela História.

III Fórum Social Mundial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 24 de janeiro de 2003

Será que seria pedir demais, para que os nossos companheiros enrolassem as suas bandeiras só uns dez minutos, para que a gente possa ver as pessoas de trás e as de trás possam ver a gente?

Vocês sabem que uma das coisas que eu mais admiro é um militante, de qualquer organização, que vai para a rua com a sua bandeira. Eu acho uma coisa fantástica e inusitada. Eu só estou pedindo, faz tempo que eu não vejo vocês, faz tempo que vocês não me vêem, e eu acho que enrolar a bandeira cinco minutos não pesa nada para nenhum companheiro.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer para vocês que é uma alegria maior do que a que o meu coração comporta, estar, outra vez, participando do maior evento multinacional que a sociedade civil mundial organiza, que é este Fórum Social Mundial.

Da outra vez em que participei aqui, fui fazer um debate, em que o tema destinado para eu falar era “Um outro Brasil é possível”. E me lembro que, naquele instante, eu não tinha nem certeza de que seria candidato a Presidente da República. E, hoje, ao participar deste Fórum, eu participo na condição de funcionário público número 1 do meu país.

Quero agradecer à direção desse evento. Eu sei que não é fácil, sei do sacrifício que vocês estão fazendo para fazer essa organização, sei do cuidado que vocês têm com a segurança.

Eu, agora mesmo, Haddad, estou falando, aqui, em português, e deve haver companheiro aí, francês, inglês, deve haver gente da China, da Índia, que não está entendendo nada do que estou falando.

Entretanto, aqueles que não entenderem as minhas palavras, e são pessoas que acreditam no Fórum Social Mundial, olhem nos meus olhos, que vão entender cada palavra que eu falar.

Quero agradecer, aqui, aos companheiros dirigentes do Fórum, aos Ministros, mas, sobretudo, quero agradecer ao povo do mundo inteiro que, sem medir sacrifício, veio aqui, às vezes sem ter o direito de falar, às vezes sem ter oportunidade de falar, mas veio aqui só para dizer: “Eu existo, como ser humano. E eu quero ser respeitado como tal.”

Eu sempre disse que o maior desejo que tinha, de ser eleito Presidente da República, era para ver se eu conseguia atender às minhas próprias reivindicações. Eu sou um homem que fez muitas reivindicações, no Brasil. Eu exigi muito de cada Governo que

passou aqui, antes de mim, como muitos de vocês exigem, nos seus países.

E o meu desejo de ser Presidente da República era o de saber se, eleito Presidente da República, serei capaz de atender às minhas próprias reivindicações.

Portanto, não tenho de me preocupar com aquilo que possíveis adversários falarem. Tenho de saber que, ao longo da História, o movimento social brasileiro, o movimento sindical brasileiro, os partidos políticos no Brasil, as Igrejas no Brasil, as ONGs no Brasil acumularam muita experiência e, junto com essa experiência acumulada, têm propostas, têm reivindicações, têm coisas extraordinárias apresentadas. E eu, agora, tenho quatro anos para que, com muita tranquilidade, a gente possa atender, senão todas, aquelas que tivermos capacidade e condições de atender.

Continuo com meu sonho de fazer a reforma agrária neste país. Continuo com meu sonho de garantir uma escola pública de boa qualidade para o nosso povo e que a Universidade não seja um privilégio de apenas 8% da sociedade, mas que a Universidade seja um direito ao alcance de todos.

Continuo sonhando com a possibilidade de fazer uma política de saúde, em que nenhum pobre morra mais na porta do hospital por falta de atendimento médico ou por falta de assistência.

Continuo sonhando em construir uma sociedade justa, solidária, fraterna, onde o resultado da riqueza produzida no país seja distribuído de forma mais equânime para todos os filhos deste país.

Entretanto, também aprendi, ao longo da minha trajetória política – e aprendi com vocês – que o técnico importante para um time não é aquele que começa ganhando, mas

aquele que termina ganhando o jogo que nos propusemos jogar.

Tenho quatro anos de Governo para, de forma tranqüila e serena, ir fazendo as coisas que têm de ser feitas neste país. Quero fazer talvez o Governo mais honesto que já houve na História deste país, o Governo que tenha a mais perfeita relação com a sociedade.

Quero tratar cada um de vocês como trato meu caçula de 17 anos. Na hora em que puder fazer, faremos. Mas, na hora em que não der para fazer, com a mesma serenidade e com o mesmo carinho, quero dizer: companheiro, não dá para fazer. E tenho certeza de que essa relação de honestidade e de companheirismo será a razão do sucesso do nosso Governo aqui no país.

E por que vou agir assim? Vou agir assim porque tenho consciência da responsabilidade que está nas costas das pessoas que me elegeram, que está nas costas dos meus Ministros e que está, sobretudo, nas minhas costas. Embora tenha sido eleito Presidente do Brasil, tenho a nítida noção do que a nossa vitória representa de esperança, não apenas aqui dentro, mas para a esquerda em todo o mundo e sobretudo para a esquerda na América Latina.

Eu levanto todo dia, pela manhã... (Se Marisa continuar com essa popularidade, vai ser candidata a alguma coisa, na próxima eleição) levanto todo dia, de manhã, e falo para a Marisa que nós temos de fazer as coisas muito bem pensadas. Porque qualquer Governo, em qualquer país do mundo, pode errar e não acontecerá nada, porque é muito normal que os governantes errem, mas eu não posso errar. E não posso errar porque eu não fui eleito pelo apoio de um canal de televisão. Eu não fui eleito pelo apoio do sistema

financeiro. Eu não fui eleito por interesse dos grandes grupos econômicos. E eu não fui eleito por obra da minha capacidade ou da minha inteligência. Eu fui eleito pelo alto grau de consciência política da sociedade brasileira, no dia 27 de outubro de 2002.

Eu sei a expectativa que estou gerando nas mulheres, nos homens e nas crianças. Eu nunca vi, na História do Brasil, tanta expectativa, tanta esperança e tanta gente pedindo a Deus para a gente acertar. E tanta gente pedindo, não emprego, mas dizendo para mim: “Lula, como é que eu faço para ajudar o nosso Governo a dar certo?”

É essa força da sociedade, e é exatamente esse capital político que fez com que a gente pudesse terminar a eleição e gritasse bem alto: “A esperança finalmente venceu o medo.”

Eu já estive na Argentina, já estive no Chile, já estive no Equador, e sei da expectativa que a América do Sul tem no Governo brasileiro. Eu sei a esperança que os socialistas do mundo inteiro têm no sucesso do nosso Governo.

É por isso que aumenta a nossa responsabilidade, e eu volto a afirmar: nós esperamos tanto para ganhar, nós perdemos tanto, nós sofremos tanto, tanta gente morreu antes de nós, tentando chegar lá, que, por esse acúmulo de compromissos, quero olhar na cara de cada um de vocês e dizer: “Eu não vou errar e vou fazer um Governo voltado para os pobres deste país.”

Eu sempre disse aos companheiros que organizam o Fórum Social Mundial que era preciso transformar o Fórum num instrumento, primeiro que não fosse dependente de nenhum partido político; segundo, que não fosse utilizado por ninguém.

Quando fui convidado para vir aqui, eu

ainda disse aos companheiros: “É preciso que vocês pensem se eu devo ir ao Fórum Social Mundial, porque eu serei o primeiro Presidente.” E me disseram: “Lula, você pode ir, porque você é o anfitrião do III Fórum Social Mundial.” Mas, hoje, já me comprometi publicamente, porque um companheiro da Índia, onde vai ser o próximo Fórum Social Mundial, perguntou a mim, numa reunião que fiz com a Direção Mundial do Fórum, se eu iria, no ano que vem, à Índia. E disse para ele: vou à Índia. Se for necessário, vou à China e, se for necessário, vou aonde me convidarem, porque sou obra e resultado do trabalho que vocês fizeram ao longo de todos esses anos. E, portanto, acho que não apenas eu, acho que outros governantes deveriam ir ao Fórum Social para ver o que pensa o povo, o que deseja o povo e como o povo quer que as coisas aconteçam.

Qual é a novidade? Qual é a novidade deste ano? É que este ano, por causa de vocês e por causa do Fórum Social Mundial, fui convidado para ir a Davos. Se não fossem vocês, eu não seria convidado. E aí, lembrei de uma coisa: quando comecei minha vida sindical, os meus amigos mais inteligentes e mais espertos diziam assim para mim: “Lula, não entres no movimento sindical, porque a estrutura sindical brasileira é a cópia fiel da “Carta di Lavoro”, de Mussolini e, se tu entras no sindicato, vais virar um pelego e não vais conseguir fazer nada.” Eu entrei no sindicato e, em três anos, nós mudamos a história do movimento sindical brasileiro, que hoje é um dos mais importantes do mundo.

Em 1979, estávamos lutando neste país pela reconquista das liberdades políticas e eu inventei de criar um partido. Aí, aqueles que queriam liberdades políticas começaram

a ficar contra, porque a liberdade política deles não pressupunha a criação de um partido político. E havia quem dissesse para mim: “Olha, no Brasil não cabe um partido como o PT. Esse negócio de dizer que partido de trabalhadores pode ser criado, que metalúrgico vai dirigir partido, isso é coisa do passado. Não há, na sociologia brasileira ou mundial, exemplo disso.” Pois bem, nós fomos teimosos e criamos um partido, que hoje é o partido mais importante da esquerda em toda a América Latina.

Agora, lembro de uma coisa que vou contar para vocês: em 1978, entramos em greve no ABC e o Presidente da Federação das Indústrias correu ao II Exército para dizer ao General Dilermando que era preciso acabar com uma greve que os metalúrgicos estavam fazendo. Possivelmente, se pertencesse a uma organização política mais tradicional, eu teria arrumado a mala e teria ido para outro lugar, ficar uma semana, até a poeira baixar. Como eu era mais inocente politicamente, peguei um telefone e liguei para o Comandante do II Exército e falei: “General Dilermando, estou vendo nos jornais que o senhor convidou o Presidente da FIESP, para atender o Presidente da FIESP. Sou Presidente dos trabalhadores. Eu quero ir falar com o senhor.” E ele me recebeu durante três horas.

Agora, quando surgiu o convite para Davos, a princípio, falei: o que vou fazer em Davos? E aí, tomei a seguinte decisão: sou Presidente de um país que é a oitava economia mundial. Sou Presidente de um país que tem 45 milhões de pessoas que não comem as calorias e as proteínas necessárias. Sou Presidente de um país que tem História e que tem um povo. E não é em qualquer dia, em qualquer mês, em qualquer século que um

torneiro mecânico ganha a Presidência da República deste país. Portanto, tomei a decisão. Muita gente que está em Davos não gosta de mim, sem me conhecer. Faço questão de ir a Davos para dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer que esteja aqui neste palanque. Dizer em Davos que não é possível continuar uma ordem econômica na qual poucos podem comer cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer no planeta Terra. Dizer a eles que é preciso uma nova ordem econômica mundial, em que o resultado da riqueza seja distribuído de forma mais justa, para que os países pobres tenham a oportunidade de ser menos pobres. Dizer a eles que as crianças negras da África têm tanto direito de comer como as crianças de olhos azuis que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina têm tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. Dizer a eles que o mundo não está precisando de guerra, o mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de compreensão.

Eu acho que nós temos o que fazer, no mundo. O que a gente não pode é ficar preso, dentro do nosso mundo, achando que todo mal que nos rodeia é por causa de quem está fora.

Eu dizia, hoje: isso é mais ou menos como numa família em que, de repente, aparece um filho metido em drogas e, ao invés de o pai e a mãe discutirem com o filho e saberem onde é que está o defeito, começam a culpar a escola, começam a culpar o vizinho, começam a culpar o namorado, ao invés de sentarem e olharem para dentro do pai e da mãe e perguntarem a si mesmos: “O que nós deixamos de fazer, para que o nosso filho não fosse drogado?”.

Nós somos pobres. Uma parte pode ser culpa dos países ricos. Mas, uma parte pode ser culpa de uma parte da elite do continente sul-americano, que governou de forma subserviente, que governou de forma subalterna neste país, praticando os casos mais absurdos de corrupção.

Só na América Latina, nos últimos anos, quatro governantes: Collor, no Brasil; Fujimori, no Peru; Menem, na Argentina e Salinas, no México, saíram por terem praticado verdadeira roubalheira em seus países. E isso não pode continuar acontecendo. Não podem os países ricos querer ajudar os países pobres aceitando depósito ou lavagem de dinheiro de quem rouba dos países pobres.

Eu lembro que, uma vez, havia um Presidente do Zaire chamado Mobuto. E eu lembro que, na época, a denúncia era que ele tinha 8 bilhões de dólares depositados num país da Europa, e o seu povo estava passando fome.

Se os países ricos querem contribuir, que eles não aceitem dinheiro do narcotráfico, do crime organizado. E que não aceitem dinheiro dos países em que os governantes praticaram verdadeiros roubos, que devolvam esse dinheiro, para ajudar o seu povo.

Eu quero, meu querido Haddad, terminar dizendo para vocês uma coisa. Deixem-me dizer uma coisa para vocês. Eu quero dizer para vocês que o único e o mais importante compromisso que eu tenho com vocês é o de que vocês podem ter a certeza, como a certeza e a fé que vocês têm em Deus, para quem é cristão: é que eu posso cometer algum erro, mas que jamais eu negarei uma vírgula dos ideais que me fizeram chegar à Presidência da República do nosso país.

Eu quero poder, a cada mês, a cada ano, olhar na cara de cada criança, de cada mu-

lher, de cada homem e dizer: "Nós estamos construindo uma nova Nação. Nós estamos construindo um novo país."

E eu teimo em dizer, todo santo dia: eu hei de realizar um sonho, que não é só meu, mas um sonho que é de todos vocês, que haverá um dia em que, neste país, nenhuma criança irá dormir sem um prato de comida, e nenhuma criança acordará sem um café da manhã.

Haverá o dia em que, neste país, as pessoas poderão morrer, porque nascemos para morrer, mas ninguém morrerá de desnutrição, como muitos morrem hoje, neste país. Haverá um dia em que a gente tem que ter a consciência de que este país que eu sonho e que vocês sonham pode ser construído. Depende da nossa disposição de fazê-lo. Depende da nossa coragem. Depende da nossa disposição.

E estou aqui para dizer para vocês: meus companheiros e minhas companheiras do III Fórum Social Mundial, haja o que houver, aconteça o que acontecer, tentarei cumprir cada palavra que está contida no Programa de Governo que me elegeu Presidente da República deste país.

Governar é como uma maratona. Você não pode começar a 80 por hora, porque o seu fôlego pode acabar na primeira esquina. Você tem que dar passos sólidos, concretos, para que você possa terminar o Governo com a certeza do dever cumprido. E quero poder dizer ao mundo: como seria bom, como seria maravilhoso se, ao invés de os países ricos produzirem e gastarem dinheiro com tantas armas, gastassem dinheiro com pão, com feijão e com arroz, para matar a fome do povo.

Fico imaginando quantos bilhões e bilhões e bilhões de dólares se gastam com a

guerra. Soldado matando soldado. Soldado matando inocente e, próximo de nós, crianças levantando os olhos e mendigando um prato de comida, que muitas vezes se joga fora e não se dá para essa criança.

Meus companheiros e companheiras do Fórum Social Mundial, quero que vocês, que são brasileiros e vocês que não são brasileiros, mas que estão aqui, quero que vocês tenham a certeza mais absoluta da vida de vocês: não faltarei a vocês. Não deixarei de fazer as coisas que temos que fazer. E espero dar a minha contribuição para que outros companheiros ganhem as eleições em outros países do mundo, para que a gente possa, de uma vez por todas, começar a eleger pessoas que tenham mais sensibilidade, pessoas que tenham mais compromisso, pessoas que acreditem que é possível a gente mudar a História da Humanidade.

O nosso país, durante 500 anos, ficou olhando para a Europa. Está na hora de olhar para a África e para a América do Sul. Está na hora de se estabelecerem novas parcerias, para que a gente possa ser mais independente, fortalecer o MERCOSUL e estabelecer uma força política para negociar. Não podemos aceitar o que está acontecendo durante 40 anos, o bloqueio em Cuba. Não podemos aceitar que países sejam marginalizados durante séculos e séculos. E não podemos aceitar que o Brasil, do tamanho que é, continue, a cada ano que passa, sendo um país que apresenta maior índice de pobreza e miserabilidade.

Por isso, não poderia deixar de vir aqui. Não poderia deixar de vir aqui e dizer a

vocês: valeu a pena, gente. E vai valer muito mais a pena, quando a gente estiver no último dia de Governo e puder provar, com dados sobre dados, que fizemos em quatro anos o que os outros não fizeram em algumas dezenas de anos neste país.

Gente, quero me despedir de vocês, quero terminar dizendo aos companheiros coordenadores e coordenadoras do Fórum Social Mundial: pelo amor de Deus, não desistam, porque vocês conseguiram, em três anos, construir uma das coisas mais extraordinárias que a sociedade civil mundial conheceu.

Embora estejamos a tantos mil quilômetros de Davos, a verdade é que, depois do Fórum de Porto Alegre, Davos já não tem mais a força que tinha, antes de existir o Fórum Social Mundial. A verdade é que os problemas sociais do mundo nunca tinham sido discutidos em Davos e, agora, todos são obrigados a saber que têm que discutir os problemas sociais.

Vocês conseguiram um espaço na História. A imprensa, que começou, no I Fórum, a dizer que era um “encontro de esquerdistas”, a dizer que era um “encontro dos malucos do mundo”, hoje reconhece, em todas as primeiras páginas dos jornais: o Fórum Social Mundial é o maior evento político realizado na História contemporânea.

E eu não tenho dúvida nenhuma de que ele vai contribuir, de forma decisiva, para que a gente mude a História da Humanidade.

Muito obrigado e até a vitória, se Deus quiser, companheiros!

XXXIII Fórum Econômico Mundial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, em 26 de janeiro de 2003

Boa tarde.

Estou chegando, como vocês sabem, diretamente de Porto Alegre, onde participei do Fórum Social Mundial, e falei a dezenas de milhares de pessoas sobre os mesmos assuntos de que pretendo tratar aqui.

A Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial tem como tema central a construção da confiança. Sinto-me muito à vontade com esse tema. Sou depositário da confiança do povo brasileiro, que me atribuiu a responsabilidade de conduzir um país de 175 milhões de habitantes, uma das maiores economias industriais do planeta. Mas, um país que convive, também, com enormes desigualdades sociais.

Trago a Davos o sentimento de esperança que tomou conta de toda a sociedade brasileira. O Brasil se reencontrou consigo mesmo, e esse reencontro se expressa no entusiasmo da sociedade e na mobilização nacional para enfrentar os enormes problemas que temos pela frente.

Aqui, em Davos, convencionou-se dizer que hoje existe um único Deus: o mercado. Mas a liberdade de mercado pressupõe, antes de tudo, a liberdade e a segurança dos cidadãos.

Respondi, de forma serena e madura, aos

que desconfiaram dos nossos compromissos, durante a campanha eleitoral. Na Carta ao Povo Brasileiro, reafirmei a disposição de realizar reformas econômicas, sociais e políticas muito profundas, respeitando contratos e assegurando o equilíbrio econômico.

O Brasil trabalha para reduzir as disparidades econômicas e sociais, aprofundar a democracia política, garantir as liberdades públicas e promover, ativamente, os direitos humanos.

A face mais visível dessas disparidades são os mais de 45 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. O seu lado mais dramático é a fome, que atinge dezenas de milhões de irmãos e irmãs brasileiras.

Por essa razão, fizemos do combate à fome nossa prioridade. Não me cansarei de repetir o compromisso de assegurar que os brasileiros possam, todo dia, tomar café, almoçar e jantar.

Combater a fome não é apenas tarefa do Governo, mas de toda a sociedade. A erradicação da fome pressupõe transformações estruturais, exige a criação de empregos dignos, mais e melhores investimentos, aumento substancial da poupança interna, expansão dos mercados no país e no exteri-

or, saúde e educação de qualidade, desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.

Urge que o Brasil promova a reforma agrária e retome o crescimento econômico, de modo a distribuir renda. Estabelecemos regras econômicas claras, estáveis e transparentes. E estamos combatendo, implacavelmente, a corrupção. Nossa infra-estrutura deverá ser ampliada, inclusive com a participação de capitais estrangeiros.

Somos um país acolhedor. A tolerância e a solidariedade são características do povo brasileiro. Temos uma força de trabalho qualificada, apta para os grandes desafios da produção neste novo século.

A retomada do desenvolvimento requer a superação dos constrangimentos externos. O Brasil tem que sair desse círculo vicioso de contrair novos empréstimos para pagar os anteriores. É necessário realizar um extraordinário esforço de expansão do nosso comércio internacional, em particular das nossas exportações, diversificando produtos e mercados, agregando valor àquilo que produzimos.

Todo o esforço que estamos fazendo para recuperar, responsabilmente, a economia brasileira, no entanto, não atingirá plenamente seus objetivos sem mudanças importantes na ordem econômica mundial. Queremos o livre comércio, mas um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade. De nada valerá o esforço exportador que venhamos a desenvolver, se os países ricos continuarem a pregar o livre comércio e a praticar o protecionismo.

As mudanças da ordem econômica mundial devem passar, também, por uma maior disciplina no fluxo de capitais, que se deslocam pelo mundo, ao sabor de boatos e de especulações subjetivas e sem fundamento na realidade.

É necessário que a comunidade internacional dê sua contribuição para impedir a evasão ilegal de recursos, que buscam refúgios em paraísos fiscais. Maior disciplina nessa área é fundamental para o decisivo combate ao terrorismo e à delinquência internacionais, que se alimentam da lavagem de dinheiro.

A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política.

Mais de dez anos após a derrubada do Muro de Berlim, ainda persistem "muros" que separam os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação.

É necessário, também, uma nova ética. Não basta que os valores do humanismo sejam proclamados, é preciso que eles prevaleçam nas relações entre os países e os povos.

Nossa política externa está firmemente orientada pela busca da paz, da solução negociada dos conflitos internacionais e pela defesa intransigente dos nossos interesses nacionais.

A paz não é só um objetivo moral. É, também, um imperativo de racionalidade. Por isso, defendemos que as controvérsias sejam solucionadas por vias pacíficas e sob a égide das Nações Unidas. É necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância.

A preservação dos interesses nacionais

não é incompatível com a cooperação e a solidariedade. Nosso projeto nacional não é xenófobo e, sim, universalista. Queremos aprofundar nossas relações com os países da América do Sul, desenvolvendo com eles uma integração econômica, comercial, social e política.

Queremos negociar cada vez mais positivamente com os Estados Unidos, a União Européia e os países asiáticos. Teremos, na condição de país que possui a segunda maior população negra do mundo, um olhar especial para o continente africano, com o qual temos laços étnicos e culturais profundos.

Quero convidar a todos os que aqui se encontram, nessa montanha mágica de Davos, a olhar o mundo com outros olhos. É absolutamente necessário reconstruir a ordem econômica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir.

Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. Os povos, como os indivíduos, precisam de oportunidades. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram as suas oportunidades históricas.

Se querem ser coerentes com a sua experiência vitoriosa, não podem e não devem obstruir o caminho dos países em via de desenvolvimento. Ao contrário, podem e devem construir conosco uma nova agenda de desenvolvimento global compartilhado.

Tenham certeza de que o Brasil já começou a mudar. Nossa determinação é resultado não somente de compromissos que assumimos há muitos anos, mas decorre, também, da esperança que mobiliza o nosso país.

Sei que no debate contemporâneo há divergências, visões de mundo distintas, até mesmo antagônicas.

Sou o Presidente de todo o povo brasileiro e não apenas daqueles que votaram em mim. Estamos construindo um novo contrato social, em que todas as forças da sociedade brasileira estejam representadas e sejam ouvidas.

Assim, busco a interlocução com todos os setores que serão reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Vou buscar contatos e pontos de apoio para os nossos projetos de mudar a sociedade brasileira, onde quer que eles estejam.

A mudança que buscamos não é para um grupo social, político ou ideológico. Ela beneficiará mais os desprotegidos, os humilhados, os ofendidos e os que, agora, vêm com esperança a possibilidade de redenção pessoal e coletiva. Esta é uma causa de todos. Ela é universal por excelência.

Como o mais extenso e o mais industrializado país do hemisfério sul, o Brasil se sente no direito e no dever de dirigir aos participantes do Fórum de Davos um apelo ao bom senso. Queremos fazer um apelo para que as descobertas científicas sejam universalizadas, para que possam ser aproveitadas em todos os países do mundo.

Na mesma linha, proponho a formação de um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do terceiro mundo, constituído pelos países do G-7 e estimulado pelos grandes investidores internacionais. Isso porque é longo o caminho para a construção de um mundo mais justo e a fome não pode esperar.

Meu maior desejo é que a esperança que venceu o medo, no meu país, também contribua para vencê-lo em todo o mundo. Pre-

cisamos, urgentemente, nos unir em torno de um pacto mundial pela paz e contra a fome.

E, fiquem certos, o Brasil fará a sua parte. Muito obrigado.

Visita do Chanceler Celso Amorim à sede da ALADI

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em Montevideu, em 5 de fevereiro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício do Comitê de Representantes, Embaixador Juan Carlos Olima; Excelentíssimos Senhores Representantes Permanentes junto à ALADI; Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral da ALADI, Embaixador Juan Francisco Rojas Penso; Excelentíssimos Senhor e Senhora Secretários-Gerais Adjuntos; Excelentíssimos Senhores Observadores; Senhoras e Senhores,

Expresso minha satisfação pela oportunidade de reencontrar hoje, em Montevideu, esta Casa da integração latino-americana, cujo patrimônio de realizações em benefício do progresso e da união de nossos povos nos orgulha e inspira.

Faço-o pela primeira vez na condição de Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que me honrou com a alta responsabilidade de chefiar, uma vez mais, a diplomacia brasileira. E o faço em um momento especialmente rico da história brasileira e particularmente desafiador da história latino-americana.

Como tem reiteradamente manifestado o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as re-

lações com a América do Sul ocupam hoje posição de prioridade maior na agenda múltipla e multifacetada da política exterior brasileira. Essa prioridade não conflita, antes se completa, com o compromisso do Brasil com a integração latino-americana.

Além de ser um projeto ditado por circunstâncias geográficas e históricas, a integração latino-americana constitui um imperativo de ordem econômica, uma etapa fundamental na conquista de uma melhor inserção para a região na economia internacional, assim como valioso instrumento na busca do desenvolvimento econômico e social de nossos países.

Senhoras e Senhores,

A dimensão e a importância do patrimônio de integração gerado pelo sistema ALALC/ALADI são conhecidas e valorizadas por todos. A grande obra relativa à criação de um espaço de livre comércio entre os Doze permanece, porém, inacabada.

Há muito a fazer e não existe tarefa fácil na agenda de trabalho que teremos pela frente. O Brasil perfila-se entre aqueles países que acreditam que podemos e devemos concluir juntos a construção aladiana. Para isso,

ao mesmo tempo em que tratamos de reforçar os alicerces da integração, devemos edificar, sobre os pilares que já erguemos, uma cúpula que os interligue e assim multiplique seus benefícios.

Ao atribuir ao Comitê de Representantes, por meio da Resolução 55 (XII), mandato para que seja elaborado um programa que contenha as bases para a conformação progressiva de um espaço de livre comércio na ALADI, o Conselho de Ministros traduziu em uma decisão de conteúdo concreto o anseio dos países membros de aprofundar a integração regional. O Brasil está disposto a empenhar seus esforços com vistas a, conjuntamente com os demais membros da Associação, concluir essa obra de vulto.

Senhoras e Senhores,

O aprofundamento da integração regional, por seus méritos intrínsecos, já constituiria objetivo suficientemente relevante para justificar a ação empenhada de nossos Governos no cumprimento da Resolução 55 (XII).

Ademais, tendo em vista a evolução das negociações no plano hemisférico, outro objetivo – igualmente oportuno e certamente mais urgente – reclama a adoção de medidas para a preservação das conquistas que acumulamos em mais de quatro décadas de integração regional. Sabemos que a eventual conclusão do processo de liberalização comercial hemisférico, com seus desafios e potenciais benefícios, terá como corolário a diluição das preferências acordadas intra-ALADI.

Os diversos estudos já realizados sobre o tema apontam para a conveniência de aprofundar, no menor prazo possível, os compromissos regionais de desgravação tarifária, como meio de mitigar ou melhor administrar os efeitos que a erosão das preferências aladianas poderia provocar sobre os fluxos de comércio intra-regionais.

Essa tarefa deve necessariamente levar em conta a vitalidade e importância dos esquemas sub-regionais existentes, como o MERCOSUL e a CAN, que já atingiram graus mais profundos de liberalização e que, como todos reconhecemos, constituíram, nos anos noventa, a vertente mais dinâmica da integração latino-americana.

A receita é, portanto, conhecida. Cabe estudá-la e detalhá-la, para que possamos tomar a decisão histórica de executá-la.

Senhoras e Senhores,

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, sublinhou a natureza política da integração da América do Sul e da América Latina, em suas dimensões sub-regional e regional. Não obstante, ressaltou que esse projeto “repousa sobre alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados”. O Brasil está preparado para trabalhar em favor do reforço dos alicerces econômico-comerciais da integração. Já contamos com o foro ideal, a ALADI. Que a experiência acumulada e os valores cultivados nessa organização nos inspirem nessa tarefa.

Muito obrigado.

Questão do Iraque

Discurso do Representante Permanente Alternado do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, em 18 de fevereiro de 2003

O Brasil tem acompanhado com preocupação e apreensão a situação referente ao Iraque, consciente das implicações que os desdobramentos relacionados com o tema possam ter para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

As implicações da atual situação e o risco de guerra que dela decorre já se fazem sentir em todo o mundo, pelo aumento da incerteza, das cisões políticas e da instabilidade dos mercados. Sem sombra de dúvidas, a eclosão de um conflito armado imporá custos elevados em termos humanos, políticos e econômicos. As expressivas manifestações contrárias à guerra observadas ao longo do último fim de semana em diversos países – incluindo o meu próprio – demonstram claramente que significativos segmentos da opinião pública nesses países vêm tal curso de ação com desconforto e dúvida, para dizer o mínimo.

Acompanhamos atentamente as opiniões expressas pelos membros do Conselho de Segurança sobre a situação referente ao Iraque, e acreditamos que a realização de um debate aberto, na esteira das apresentações realizadas pelo Dr. Hans Blix e pelo Dr. Mohammed El-Baradei a este Conselho, em 14 de feve-

reiro último, oferece à comunidade internacional como um todo valiosa oportunidade para manifestar pontos de vista sobre uma questão que afeta a todos. Agradecemos, portanto, aos membros do Conselho por essa iniciativa.

As apresentações do Chefe dos inspetores oferecem-nos a avaliação mais recente, informativa e imparcial a respeito da implementação da Resolução 1.441. Este relato sobre seus trabalhos revela o progresso até aqui alcançado, as dificuldades envolvidas, bem como a necessidade de cooperação imediata, ativa e incondicional com a UNMOVIC e a Agência Internacional de Energia Atômica, por parte das autoridades iraquianas.

O Brasil tem instado o Iraque a cumprir integralmente as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, em especial a Resolução 1.441, a fim de garantir a completa eliminação de todas as armas de destruição em massa e outras armas proibidas, e apoiar os esforços adicionais realizados no âmbito da Organização em prol de uma solução pacífica para a questão. A Resolução 1.441 oferece marco normativo cujas possibilidades devem ser integralmente exploradas. Essas

possibilidades claramente pressupõem a cooperação plena, ativa e incondicional das autoridades iraquianas com os inspetores; maior eficiência do regime de inspeções e o desenvolvimento de mecanismos de verificação e monitoramento, tais como aqueles estabelecidos na Resolução 1.284. A esse respeito, foram apresentadas diversas sugestões pelos

membros do Conselho, em especial França, Rússia e Alemanha. Apoiamos os objetivos contidos nas referidas iniciativas. É possível uma solução pacífica para a crise. Ainda existe esperança de paz. Devemos insistir em alcançá-la.

Muito obrigado.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 27 de fevereiro de 2003

Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Presidente em exercício, Senador Paulo Paim; Srs. Líderes; Sras. e Srs. Senadores,

Para mim é uma honra muito especial comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado, aqui no plenário, para fazer uma apresentação sobre alguns aspectos da política externa brasileira, sobretudo aqueles que dizem respeito aos esforços do Presidente Lula e do Ministério das Relações Exteriores, que me foi confiado, em relação à situação no Oriente Médio e aos nossos esforços em defesa da paz.

Eu iniciaria por dizer que, raras vezes, a diplomacia brasileira viu-se confrontada, sobretudo num início de governo, com uma situação de guerra ou paz – com tão sérias implicações de ordem jurídica, política e econômica para a comunidade internacional – como a que hoje se configura em função da crise do Iraque. Evidentemente, houve outras crises de natureza regional que foram enfrentadas com muita capacidade pelo Itamaraty, inclusive no Governo anterior, mas, desta vez, fala-se de uma crise, de uma perspectiva de guerra, de uma possibilidade de guerra com implicações amplas para todo o mundo.

A crise apresenta-se basicamente sob dois aspectos: como desarmar o Iraque em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança, e como lidar com a possibilidade de opção militar, com ou sem autorização do Conselho de Segurança.

O Brasil posiciona-se claramente em favor de uma solução pacífica para essa questão.

Em seu discurso de posse, o Presidente Lula afirmou que as resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas, e que crises internacionais como as do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação.

Ao receber, eu próprio, o cargo de Ministro das Relações Exteriores, declarei que o Brasil vê o assunto da seguinte maneira: que não se pode, de forma alguma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas e de se desencadearem forças incontáveis com enorme potencial destabilizador.

Antes de me referir especificamente às ações do Presidente Lula e às minhas próprias como Chanceler, nesse terreno, valeria

a pena uma brevíssima recapitulação do que é a situação do Iraque, para que tenhamos um entendimento claro da questão.

Originalmente, o problema do Iraque foi inscrito na agenda do Conselho de Segurança, em 1990, como uma ameaça à paz internacional, em função da invasão do Kuwait pelo regime de Bagdá. Obteve-se a desocupação do Kuwait por meio de uma coalizão que foi autorizada a usar a força – o termo, digamos, o eufemismo, empregado com esse sentido, na época, era “todos os meios necessários”. Isso foi feito pela Resolução nº 678, do Conselho de Segurança. Portanto, essa coalizão atuou com autorização explícita do Conselho de Segurança. E o Iraque foi, posteriormente, quando chegou o momento do cessar-fogo, submetido a um regime de sanções, cuja suspensão, estipulada na Resolução nº 687, ficou sujeita à eliminação de todas as suas armas de destruição de massa e outras armas proscritas. Em outras palavras, a resolução do cessar-fogo estipulou também o desarmamento do Iraque, e fez do desarmamento a condição para a suspensão das sanções que então foram estabelecidas.

Obviamente, houve muitos episódios, bastante longos para serem relatados, mas, em breves palavras, pode-se dizer que se seguiu uma década marcada por períodos em que foram realizados progressos na área de desarmamento do país – mais armas foram destruídas pelos inspetores do que na própria Guerra do Golfo. Esses progressos foram frequentemente interrompidos por crises, umas resultantes da recusa iraquiana em manter um nível de cooperação adequado com as Nações Unidas, e outras por uma certa incompreensão das próprias equipes de inspetores.

Houve sérios impasses que levaram, em fins de 1998, a uma tentativa de reorganização do trabalho dos inspetores. Eu próprio, por coincidência histórica, era na época Presidente do Conselho de Segurança e fui, depois, Presidente de três painéis, três comissões: uma sobre temas de desarmamento; outra sobre assuntos humanitários; e a terceira relativa a prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitiana. E, desses painéis, sobretudo o do desarmamento, resultou, em parte – obviamente, houve modificações nas idéias originais –, a substituição da famosa UNSCOM, que era muito criticada pelo Iraque e outros países por causa de seus métodos de trabalho, pela UNMOVIC, que atualmente é presidida pelo sueco Hans Blix, que todos vêem freqüentemente na televisão.

O Brasil teve uma importante participação no desenvolvimento desses trabalhos, sobretudo em relação aos mecanismos de verificação e monitoramento, e essa nova configuração foi consagrada pela Resolução nº 1.284, de dezembro de 1999.

O fato é, como eu já advertia na época, que a melhor resolução, a melhor técnica para as inspeções vale pouco se não houver, em paralelo, uma aceitação pelo Iraque da presença dos inspetores. Mas, por motivos diversos – que depois poderíamos comentar –, o Iraque não aceitou o regresso dos inspetores, pois considerava que ainda havia excessos naquilo que estava estipulado, não estava satisfeito com a não-suspensão imediata das sanções. O fato é que o regresso dos inspetores só se daria com a Resolução nº 1.441, que é já de novembro de 2002 – portanto, mais ou menos três ou quatro anos depois da crise inicial – e, em parte, isso ocorre dentro do contexto que se criou no mundo depois do 11 de setembro de 2001.

Embora, originalmente, o problema do Iraque seja estritamente o de armas de destruição em massa, digamos, do ponto de vista psicológico, sociológico e político, ficou mesclado com a questão do terrorismo internacional, ou pelo menos em termos de motivação, sobretudo por parte da maior potência.

Com isso, o Conselho de Segurança, após uma série de pressões e contrapressões, terminou por aprovar essa Resolução nº 1.441, que diz respeito ao reforço das inspeções. É dentro do quadro dessa resolução, que repete as anteriores, mas acrescenta vários outros aspectos – inclusive já há a constatação de que o Iraque estaria em violação grave das resoluções anteriores e ameaça o Iraque com sérias consequências –, que o governo iraquiano finalmente acede em receber os inspetores novamente e que se passam as inspeções que têm sido noticiadas na imprensa.

Sempre houve duas motivações presentes nas ações – creio eu – dos países: uma parte deriva diretamente das resoluções do Conselho de Segurança, sobretudo dessa a que me referi, que é a resolução do cessar-fogo, que estabelece que o Iraque tem de ser desprovido, despojado, desarmado das suas armas de destruição de massa; mas há também, há muito tempo pelo menos, uma outra agenda, que se tornou mais explícita recentemente, mas que já havia sido mencionada antes, que é a agenda da mudança de regime, da mudança de governo do Iraque. Evidentemente, isso não faz parte das resoluções do Conselho de Segurança, mas é um fato que acompanha em paralelo essa questão das inspeções.

É importante ter esse fato presente, porque isso também permite entender que, ao mesmo tempo em que a resolução é aprova-

da, se dá um grande desdobramento militar na área, portanto, uma ameaça de intervenção militar, uma retórica de possibilidade de intervenção militar que antecede e que continua depois da Resolução nº 1.441, que, por vezes, parece estar estritamente ligada à Resolução e, por vezes, parece também se inserir num pano de fundo mais amplo.

Então, essa é a situação que veio se agravando. A cooperação dada pelo Iraque, mesmo depois da 1.441, foi considerada, em geral, insuficiente, com graus variáveis de apreciação, digamos – alguns países achando que essa situação é possível remediar com um pouco mais de cooperação, e outros apontando um problema de credibilidade estrutural do governo iraquiano. Seja como for, a verdade é que essas ameaças foram crescendo, o risco de guerra foi aumentando. E isso coincide com a chegada, no Brasil, do Governo Lula ao poder.

O Presidente Lula referiu-se ao assunto em seu pronunciamento feito no Clube de Imprensa dos Estados Unidos. E há uma série de iniciativas diplomáticas do Brasil que estão voltadas para a consecução desse objetivo, que é a solução pacífica da questão. Volto a insistir que a solução pacífica da questão – a paz é obviamente muito importante – passa também pelo pleno cumprimento das resoluções das Nações Unidas por parte do Iraque e, portanto, pela certeza, por parte da comunidade internacional, de que o Iraque não mais dispõe de armas de destruição de massa.

Vou relatar brevemente alguns desses episódios. Primeiro, nas declarações que fez em Davos e também nos encontros que manteve tanto com o Chanceler Schröder quanto com o Presidente Chirac, em Berlim e Paris, respectivamente, o Presidente Lula clara-

mente posicionou o Brasil a favor de uma solução pacífica e dentro do quadro das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que criticamos o terrorismo e a existência de armas de destruição de massa.

Não pode haver dúvida e não há nenhuma ambigüidade a esse respeito. Menciono o terrorismo, porque o fato tem sido freqüentemente citado, embora haja dúvidas sobre se há ou não vínculo claro entre o Governo de Bagdá e ações terroristas. Muitos dizem que isso nunca foi realmente comprovado.

Pouco depois da viagem do Presidente Lula, houve uma reunião do MERCOSUL, em Montevideu, cujo objetivo era obviamente tratar de outros temas, mas coincidiu com uma reunião do Conselho de Segurança, na qual o Secretário de Estado, Colin Powell, faria uma apresentação sobre a situação. Naquele dia, então, os Chanceleres do MERCOSUL, reunidos, emitiram uma resolução com basicamente três elementos: primeiro, apóia os esforços pacíficos para que a Resolução nº 1.441 seja plenamente cumprida; expressa confiança nos inspetores da agência de inspeção UNMOVIC, que substitui a UNSCOM, e da agência atômica, que devem ter tempo suficiente para realizar suas tarefas com plena e integral cooperação do Governo iraquiano, e, finalmente, reitera o papel do Conselho de Segurança – isso é muito importante – como órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, e é o único com legitimidade para autorizar o uso da força.

Em seguida, houve a divulgação, pela França, Alemanha e Rússia, de uma declaração comum, com a proposta de intensificação das inspeções, como forma de pressionar Bagdá a cumprir com suas obrigações

de desarmamento nas várias áreas. O Brasil, então, emitiu um comunicado oficial registrando interesse na iniciativa, solidarizando-se em relação aos seus objetivos. Isso coincidiu com uma viagem que eu faria ao Japão, no contexto das negociações da Organização Mundial de Comércio. Em contato telefônico com os Ministros da Rússia e da Alemanha, acertei que, na volta, eu passaria nesses dois países. O encontro foi marcado com muito pouca antecedência, o que demonstra, digamos, o interesse desses países em conhecer as opiniões do Brasil.

Os encontros foram bons. Pude observar mais de perto a problemática dentro e fora do Conselho. Tive a visão – e voltarei a esse ponto, se houver tempo, no final – de que, além do caminho técnico para se resolver o problema das inspeções, há que se descobrir uma solução política para o problema, dada a circunstância que já aponte de que há uma certa ambigüidade com relação aos objetivos de alguns dos países e há, digamos, uma escalada militar que torna o recuo também bastante complexo.

Foram extremamente proveitosas as conversas que tive com o Ministro Igor Ivanov e também com o Ministro Joschka Fischer, as quais reporte detalhadamente ao Presidente Lula.

Na mesma viagem, mantive um contato telefônico com o Ministro Dominique de Villepin, da França, com quem voltaria a falar mais tarde.

Em 18 de fevereiro – portanto, coincidindo com a minha estada –, houve um debate aberto na Organização das Nações Unidas – debate aberto significa que não participam apenas os membros do Conselho de Segurança, mas também de outros países que assim o desejarem.

Nesse debate, o nosso representante, o Embaixador Caldas de Moura, que está como Encarregado de Negócios, fez um pronunciamento bastante forte em apoio à Resolução nº 1.441, o qual termina dizendo que “apoiamos os objetivos contidos nas referidas iniciativas”, inclusive as da França, Rússia e Alemanha. Também reitera que é possível uma solução pacífica para a crise – “ainda existe a esperança de paz e devemos insistir em alcançá-la”. Foi, portanto, um discurso bastante significativo, mesmo quando comparado com o de outros países.

Qual é a situação atual, em termos de quadro parlamentar, no Conselho de Segurança, e de possíveis atuações mais imediatas?

No dia 24, os Estados Unidos, com o copatrocinio do Reino Unido e da Espanha, tabularam um projeto de resolução. Tabularam-no – já há uma linguagem codificada do Conselho de Segurança – em azul. Isso quer dizer que o documento já tem uma certa formalidade. É claro que ele pode ser modificado, mas não é, digamos, uma mera especulação. Trata-se de um projeto de resolução a ser considerado.

Esse projeto de resolução recapitula vários projetos anteriores e também os termos da Resolução nº 1.441. O mais importante é que, no seu único parágrafo praticamente operativo – porque o outro é apenas para dizer que o Conselho continuaria a tratar do assunto –, o projeto estabelece, mais ou menos literalmente, que o Iraque não aproveitou ou deixou de aproveitar – depende de como se queira traduzir – a última oportunidade que lhe foi oferecida para desarmar-se. O verbo “aproveitar” está no passado. Além do mais, a resolução é feita dentro do Capítulo VII, que é o que permite ações de força, entre outras; mas permite também o uso da

força, e a interpretação que se tem dessa resolução – embora ela não contenha prazo ou seja uma ameaça específica – é a de que ela seria vista como uma luz verde para a ação militar por parte dos países que integrassem a coalizão.

Nessa mesma semana, a França e a Alemanha enviaram um memorando aos membros do Conselho de Segurança e detalharam um programa de fortalecimento das inspeções, mais ou menos na linha do que já haviam exposto naquela primeira declaração; mas, nesse caso, já de maneira bastante específica, com cronograma para a avaliação do andamento dos trabalhos e um prazo de 120 dias para uma avaliação definitiva.

Houve várias outras manifestações, inclusive dos países não alinhados, que se posicionaram também contra a guerra e insistiram na necessidade do recurso às instituições multilaterais.

É evidente que toda essa situação decorre do fato de a cooperação do Iraque ter sido menos do que totalmente satisfatória. Quer dizer, em vários momentos, houve procrastinações e dificuldades. Em boa parte, os inspetores só estão tendo acesso a certos lugares, em função da pressão que se criou mais recentemente, mas o fato é que, independentemente da razão, essa cooperação tem aumentado.

Recentemente, o Iraque permitiu o sobrevôo de aviões U-2 e de outros também – saliente o U-2 porque era o mais controverso do ponto de vista iraquiano – sobre território iraquiano. O Iraque permitiu também algumas entrevistas, pelo menos com cientistas não acompanhados de supervisores, de membros do Governo iraquiano, e entregou documentos a tal ponto que Hans Blix, que é o principal inspetor, disse que “há sinais

de cooperação substancial” por parte do Iraque, mas não chega a dizer que se trata de uma cooperação integral. Não conhecemos ainda o relatório que eles vão apresentar no próximo dia 7, quando o Conselho de Segurança vai voltar a ouvir aquele país.

O Conselho de Segurança, que, evidentemente, teria que tomar uma decisão sobre a resolução anglo-hispano-americana, permanece dividido. A situação prática é a seguinte: são necessários 9 votos positivos para que a resolução seja aprovada. O Conselho tem 15 membros. Portanto, se 7 países se absterem, mesmo que não haja nenhum voto negativo, a resolução não será aprovada. É preciso que haja 9 votos positivos. Se houver 9 ou 10 votos positivos, é necessário que entre os demais não haja nenhum voto negativo de membros permanentes do Conselho de Segurança, isto é, veto. É preciso, portanto, em termos práticos, que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Espanha obtenham pelo menos os 9 votos e que nem a França, nem a China, nem a Rússia votem contra a resolução. Eles podem se abster, mas não podem votar contrariamente.

Não há clareza sobre a situação. Há muita dúvida. As impressões que se têm são as de que a existência da resolução – refiro-me mais a relatos de jornal e análises – se deve sobretudo à necessidade de o Governo britânico ter uma segunda resolução. O Governo americano parece mais decidido – digo parece porque, repito, esses fatos são extraídos de declarações públicas, que nunca são absolutamente definitivas – a uma eventual ação.

Sr. Presidente, para concluir – creio que ainda tenho mais cinco minutos –, a grande dificuldade que vejo para se resolver o problema é que existe uma ambigüidade de ob-

jetivos que decorre da realidade – e aqui não estou fazendo nenhum juízo de valor.

Por um lado, há o objetivo do desarmamento do Iraque, que é o cumprimento pleno das resoluções das Nações Unidas. Os países que participam do Conselho e que querem uma solução pacífica têm procurado resolver o problema sugerindo o reforço dos inspetores, dando-lhes mais tempo e mais rigor nas inspeções – inclusive o Brasil apoiou e continua a apoiar a idéia de que isso ocorra. Por outro lado, os países que têm tido uma posição mais aguerrida em relação ao tema dizem que isso não adianta, porque há um problema de confiabilidade básica: não adianta ter mais inspetores se o Iraque não cooperar. Efetivamente, se se perguntar – como já fiz em algum momento – qual a ação que o Iraque poderia tomar que significaria, então, que ele teria passado a merecer a confiança, a resposta se reporta sempre ao passado. O Iraque já deveria ter tomado as medidas, teve muitas oportunidades e não as tomou. Há um problema, independentemente do juízo de valor que se faça, de confiança que – a meu ver – é difícil de ser superado com iniciativas do tipo das que a França, a Alemanha e a Rússia tomaram. Não que elas não sejam importantes. Elas merecem ser apoiadas. Mas elas, digamos, não cobrem o total do espectro político. Elas também não cobrem o fato – até porque isso está fora das resoluções da ONU – de que a maior potência do mundo, secundada por um outro país, que também é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, tem um grande efetivo de tropas na região, e que diante dessa falta de confiança inerente ao regime do Saddam Hussein, teria dificuldade de desmontar esse efetivo, mediante apenas um documento ou uma meia dúzia de documen-

tos ou de escavações. Enfim, há um problema que transcende a percepção recíproca.

Então, o que temos procurado fazer ultimamente? Quanto ao Brasil, penso que a guerra não nos interessa sob nenhum aspecto. Não nos interessa sob os aspectos político, econômico, comercial, humanitário, nem nos interessa sob o aspecto da nossa adesão ao multilateralismo. Evidentemente que continuamos querendo que o Iraque se desarme, e reconhecemos até que a pressão militar é um fator importante para que isso ocorra – como já disse antes. Se não tivesse havido essa pressão, é possível – ou é certo, quase – que o Iraque não teria feito as aberturas que fez. Mas ao Brasil não interessa a guerra. Como disse muitas vezes, a melhor ameaça é aquela que não precisa se concretizar. Que a ameaça foi importante, talvez tenha sido. Reconhecemos isso. Mas o ideal é que não precise se concretizar pelos custos humanos, econômicos etc.

O que temos procurado fazer dentro de uma situação que não é nada simples? Hoje, o Brasil não é membro do Conselho de Segurança da ONU – aliás, isso ilustra como é importante ser membro do Conselho de Segurança – de modo que a nossa capacidade de agir depende muito da nossa interlocução, do nosso diálogo com outros países. Por isso, o Presidente Lula tem falado, como falou com Jacques Chirac por duas vezes – uma vez pessoalmente e uma outra, por telefone – com Gerhard Schröder, além de haver falado com outros líderes latino-americanos. Aliás, eu próprio tenho mantido contatos, que já relatei, e também conversado com membros latino-americanos do Conselho de Segurança da ONU. Inclusive, recentemente, conversei longamente com a Ministra chilena – foi muito interessante – e devo dizer

que também falei sobre o assunto, pelo telefone, com o Secretário de Relações Exteriores da Inglaterra, Jack Straw; também tive uma longa conversa com o Ministro Colin Powell. Temos conversado em torno da necessidade da solução pacífica, tentando usar a imaginação para ver se é possível ainda encontrar uma solução política. Não é fácil, porque qualquer uso da imaginação passa por algo de heterodoxo, digamos assim, dentro da situação atual. Mas, quando me perguntam se a guerra é inevitável, penso que faz parte da descrição profissional de um Ministro das Relações Exteriores acreditar que toda guerra é evitável, até que pelo menos o primeiro tiro seja disparado. Então, até que isso ocorra, todos os nossos esforços – podem até ser qualificados de ingênuos por alguns – serão dirigidos à paz.

A guerra, portanto, cremos que é evitável. Se me pedissem para fazer uma análise percentual, eu não daria uma percentagem muito grande. Mas eu tenho de trabalhar nesta via, por mais estreita que ela seja, e, por meio do diálogo com outros países, sobretudo o diálogo com os membros permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mas que estão lá e que são os mais próximos de nós, como é o caso do México e do Chile.

Em resumo, eu diria que essa é a situação atual. Esses foram os passos dados. Eles não esgotam as possibilidades, porque isso é um processo contínuo de conversas. Enfim, essa é a situação atual. Não devemos superestimar excessivamente a nossa capacidade de atuação, mas tampouco devemos subestimá-la, porque o Brasil é um país que tem uma grande credibilidade; o Brasil é um país pacífico; o Brasil é um país que está passando por uma reforma social fundamental – fez

uma eleição nesse sentido – e é um país muito respeitado no mundo e obteve uma transição fenomenal; o Presidente Lula tem muito prestígio, além do prestígio do Brasil, e isso nos dá alguma margem. É essa margem que temos procurado utilizar nesse diálogo com

os países que detêm a influência mais direta e que detêm a chave dessas operações, que, esperamos, ainda se concluam de forma pacífica.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em Brasília, em 7 de março de 2003

Meus amigos e minhas amigas,

É com muito orgulho que o Governo brasileiro recebe, nesta tarde de hoje, o Governo colombiano, liderado pelo seu Presidente Álvaro Uribe.

Durante muito tempo, eu disse publicamente que a relação do Brasil com alguns países da América do Sul era uma relação muito mais sentimental do que uma relação política, cultural e comercial. Durante muito tempo, se falou na integração da América do Sul, se falou na integração da América Latina. E o que nós vimos é que, muitas vezes, Presidentes ganham as eleições, tomam posse, terminam seus mandatos e praticamente não há nenhuma reunião de trabalho efetiva entre os governantes dos diferentes países da América do Sul.

A presença do Presidente Uribe no Brasil é a demonstração mais viva de que não apenas o Brasil, mas outros países da América do Sul estão imbuídos e estão empenhados em consagrar de forma definitiva uma relação produtiva, harmoniosa, sem que nenhum país tenha supremacia nessa relação com outros países.

Tivemos uma reunião de trabalho que,

penso, foi muito produtiva para nós, brasileiros, e também para os colombianos. Participaram dessa reunião, além dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia, os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio dos dois países, os Ministros do Meio Ambiente dos dois países, Ministros de Minas e Energia dos dois países, Ministros da Defesa dos dois países e o Ministro da Justiça do Brasil só, porque, na Colômbia, a Ministra da Defesa é a própria Ministra da Justiça. E discutimos os temas que entendemos serem interessantes para o Brasil e para a Colômbia.

Primeiro, o compromisso do Brasil na ajuda à Colômbia e a nossa solidariedade total no combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Segundo, estabelecer uma parceria comercial mais efetiva, de acordo com a dimensão dos dois países. A relação comercial Brasil-Colômbia é muito pequena e, tanto o Presidente Uribe quanto nós, aqui no Brasil, vamos fazer um esforço muito grande para que essa relação comercial possa crescer, e para que a nossa balança comercial seja mais ou menos ajustada, para que o Brasil não leve tanta vantagem nessa relação comercial, de

forma que a Colômbia não tenha um déficit comercial muito grande.

Discutimos com os nossos Ministros o que pode ser feito pelos nossos Governos em cada área, para que possamos combinar o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento agrícola e para que possamos, conjuntamente, participar da discussão na ALCA, com a força que tem a Colômbia na Comunidade Andina e com a força que tem o Brasil no MERCOSUL.

A idéia básica é que, separados, cada um tentando resolver o seu problema individualmente, nesse mundo globalizado, teremos muito mais dificuldades do que se trabalharmos conjuntamente, aparando as diferenças que temos entre os dois países e estabelecendo os pontos comuns que podem nortear a atuação do Brasil e da Colômbia.

Quero terminar dizendo ao Presidente

Uribe que pode sair do Brasil com a certeza viva de que o meu Governo quer acabar com essa relação meramente sentimentalista. Nós precisamos de ajuda mútua. Nós precisamos que a nossa economia cresça. Nós precisamos gerar riquezas. Nós precisamos gerar empregos e precisamos, sobretudo, acabar com a miséria que existe no nosso continente e nos nossos países. E isso, possivelmente, será facilmente resolvido se nós tivermos a competência de entender que Brasil e Colômbia ainda não exploraram 10% do potencial que tem que ser explorado pelos dois países para facilitar o nosso desenvolvimento.

Saia do Brasil com a certeza de que somos parceiros. Parceiros políticos, parceiros culturais, parceiros comerciais e parceiros para que acabemos com a violência na Colômbia e no Brasil.

Questão do Iraque

Discurso do Representante Permanente Alternado do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, em 11 de março de 2003

Senhor Presidente,

A posição do povo e do Governo brasileiros é bem conhecida. O Iraque deve ser desarmado por meios pacíficos. O Iraque deve cumprir integralmente as resoluções do Conselho de Segurança. A força somente deve ser usada como último recurso, e seu uso deve ser integralmente autorizado pelo Conselho.

Hoje, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, encontrou-se com o Secretário-Geral Kofi Annan, na Haia. Entregou-lhe uma carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual o Presidente reafirma que o Brasil mantém-se pronto a cooperar com qualquer iniciativa voltada para encontrar uma solução pacífica para a crise.

Como dissemos antes, ainda há uma chance para a paz, e devemos insistir nela.

Senhor Presidente,

Como foi dito por muitos oradores no debate da última sexta-feira, as decisões a serem tomadas pelo Conselho ganharam uma dimensão que vai além da questão do Iraque. Elas poderão ter efeitos adversos e de longo prazo sobre as estruturas da paz e segurança internacionais.

É, assim, essencial que a voz dos Estados-membros das Nações Unidas, não membros do Conselho de Segurança, seja ouvida novamente. O Brasil acompanha a situação com grande preocupação. Ao se avolumarem os indícios de que tomamos o rumo de uma guerra, temos de considerar os enormes custos envolvidos.

A guerra sempre cobra um pesado preço em vidas humanas e não é, neste momento, uma alternativa plausível à diplomacia. Qualquer conflito militar requererá o dispêndio de imensa quantidade de recursos. Em termos econômicos globais, uma guerra certamente agravará a recessão que já vitima as economias do mundo, particularmente as mais vulneráveis dos países em desenvolvimento. Em termos humanitários, uma guerra pode trazer enorme desolação e sofrimento.

Uma guerra pode também desestabilizar a volátil situação na região.

Nosso esforço coletivo na guerra contra o flagelo do terrorismo seria severamente prejudicado por reações radicais. Mais ainda, se forem tomadas medidas sem levar em consideração as decisões do Conselho.

Os relatórios apresentados ao Conselho

pelos Doutores Blix e El-Baradei indicam que algum progresso foi alcançado. As apresentações também sublinharam o fato de que é necessário mais tempo— não um período indefinido de tempo — para que os inspetores levem a cabo apropriadamente as tarefas que lhes foram confiadas pelo Conselho de Segurança.

Algumas propostas foram feitas a esse respeito e deveriam ser totalmente exploradas,

a fim de que os inspetores possam terminar seu trabalho e apresentar suas conclusões ao Conselho.

Os membros do Conselho de Segurança têm diante de si uma decisão crucial a tomar. Esperamos que, uma vez tomada, tal decisão seja respeitada por todos nós. Essa é a única maneira de assegurar a autoridade desta Organização.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Malásia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, em Brasília, em 17 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor Mahatir Mohamad, Primeiro-Ministro da Federação da Malásia; Doutora Siti Hasmah Mohamed Ali; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Senhora Mariza Campos Gomes da Silva; Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro; Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional; Senhores Ministros de Estado da Malásia e do Brasil; Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Deputado Paulo Delgado; Deputado Sigmaringa Seixas; Senhor Comandante do Exército; Senhoras e Senhores Embaixadores; Senhoras e senhores integrantes da delegação da Malásia; senhoras e senhores,

Senhor Primeiro-Ministro, é com grande satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à comitiva que o acompanha. Vossa Excelência novamente nos honra com sua presença no Brasil. Após sua primeira visita oficial, em 1991, e o seu retorno, em 1992, para participar da Conferência do Rio, muito progrediram as relações de amizade e cooperação entre nossos dois países.

Essa visita propicia ocasião para reiterar-

mos metas e ideais compartilhados. Ambos temos como obsessão a construção de um futuro mais próspero, com maior equidade e justiça social para os nossos povos. Temos como ideal a edificação de um mundo em que predominem os valores da paz, da cooperação e da democracia. Desde a visita de Vossa Excelência ao Brasil, em 1991, e a de meu antecessor, a Kuala Lumpur, em 1995, temos intensificado o intercâmbio e estreitado a cooperação bilateral. Nossos dois países vivem um momento de amadurecimento de seu diálogo. São excelentes as perspectivas de ampliarmos a cooperação em vários campos. Para mencionar setores estratégicos de grande importância, cito o aeroespacial e o da tecnologia avançada, em que temos convergência de interesses e margem de cooperação profícua e mutuamente benéfica. Em um mundo em que o conhecimento tornou-se sinônimo de desenvolvimento, temos muito a ganhar com a união de nossos esforços.

Na área ambiental, Brasil e Malásia têm elevado grau de afinidades. Ambos integramos o megagrupo de países diversos e afins, formados pelos países em desenvolvimento, que, juntos, detêm mais de 80% da

biodiversidade do planeta. Temos mantido estreita coordenação em fóruns multilaterais, em particular nas discussões sobre florestas, biodiversidade e direitos de propriedade intelectual. Brasil e Malásia têm cooperado estreitamente, também, na área agrícola. Por mais significativo que já seja o nosso intercâmbio comercial, queremos desenvolver uma parceria mais estreita neste setor. Os cerca de 640 milhões de dólares que atingiram nossas trocas no ano passado estão certamente aquém do patamar que pode ser alcançado, como bem demonstrou a missão empresarial enviada à Malásia em setembro de 2002. São grandes as potencialidades de maiores trocas comerciais, de investimentos produtivos e de empreendimentos conjuntos.

Senhor Primeiro-Ministro, Brasil e Malásia têm visões estratégicas semelhantes. Coincidimos na defesa de um sistema mundial aberto e democrático. Defendemos o fortalecimento do multilateralismo e das Nações Unidas, em especial nesta fase de crise internacional que vivemos. A visita de Vossa Excelência se dá em um momento extremamente delicado da cena mundial. Brasil e Malásia vêm com a mesma preocupação a possibilidade de um desfecho não-pacífico da crise no Iraque, sem o endosso das Nações Unidas.

Defendemos a legitimidade do multilateralismo para a condução do debate e o encaminhamento da grave situação naquele país. Brasil e Malásia exortaram, muitas vezes, o Iraque a cumprir integralmente a Resolução 1.441 do Conselho de Segurança.

Vossa Excelência reafirmou com vigor tais posições ao assumir recentemente a Presidência do Movimento Não-Alinhado. Até o último momento, devemos bater-nos por

uma solução pacífica e, em qualquer caso, juntar esforços para defender o sistema multilateral e a Carta da ONU.

Vossa Excelência tem unido sua voz à condenação inequívoca ao terrorismo. Da mesma forma, o Brasil tem firmemente reiterado o seu total repúdio a todas as formas de manifestação do terrorismo, em cumprimento a dispositivo constitucional e aos acordos internacionais sobre esse flagelo.

Vossa Excelência tem insistido na tecla do combate às verdadeiras causas do terrorismo. O Brasil, ao favorecer a luta sem trégua contra o terror, tem afirmado que este combate não deve ofuscar a luta contra as desigualdades sócio-econômicas no mundo, nem afetar o respeito aos direitos humanos.

Nossos países têm pleiteado que, ao lado do tema da segurança, a agenda internacional privilegie também assuntos que visam a erradicação das assimetrias e injustiças, como a luta contra a exclusão social e cultural, a verdadeira abertura comercial dos mercados dos países ricos, a construção de uma nova arquitetura financeira e o imperativo do combate à fome, às doenças e à pobreza.

Atuamos de maneira concertada para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e pelo êxito da Rodada de Doha. Trabalhamos em prol da integração produtiva e harmônica de nossas regiões e pelo adensamento do diálogo Sul-Sul.

O momento atual demonstra que as Nações Unidas devem continuar a ser o foro por excelência para a solução pacífica dos conflitos. Com o objetivo de fortalecer as Nações Unidas, devemos persistir tenazmente no processo de reforma da ONU. As Nações Unidas devem ecoar as mudanças ocorridas na cena internacional nos últimos 50 anos e, assim, continuar a desempenhar seu

papel insubstituível na promoção da paz e do desenvolvimento entre os povos.

Senhor Primeiro-Ministro, Vossa Excelência, com a sua vocação de estadista, tem conduzido, com tenacidade e visão de longo prazo, seu país no caminho da prosperidade. Ao deixar o governo em outubro próximo, Vossa Excelência terá assegurado à Malásia um papel de crescente destaque no continente asiático e no mundo. Vossa Excelência terá deixado inestimável legado ao seu país e à sua região, ao mundo islâmico e à comunidade internacional. Ocupará certamente um lugar de honra nos anais históricos da Malásia, e também comandará o respeito de parte dos países que defendem melhores condições de vida para a parcela da humanida-

de que ainda se enquadra na categoria dos excluídos.

A visita de Vossa Excelência representa o coroamento de um processo de aproximação entre os nossos dois países e inaugura a etapa de maior cooperação e afinidades entre Brasil e Malásia.

Em meu nome, no de minha mulher, Marisa, e do povo brasileiro, desejo erguer um brinde a esse promissor futuro e aos laços de amizade que unem crescentemente nossos países.

Faço meus mais sinceros votos de saúde e felicidades a Sua Majestade o Rei da Malásia, a Vossa Excelência e à Senhora Mahatir e ao povo malásio.

Muito obrigado.

Conflito no Iraque

*Pronunciamento à Nação do Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o conflito no Iraque, em
Brasília, em 20 de março de 2003*

Eu quero me dirigir a vocês da imprensa brasileira e ao povo brasileiro para lamentar o início da ação armada no Iraque e, em particular, o recurso à força e sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desde que assumi a Presidência, tomei uma série de iniciativas em busca de uma solução pacífica para a crise, com o pleno cumprimento, pelo Iraque, das resoluções do Conselho de Segurança.

Nesse sentido, conversei, pessoalmente e por telefone, com vários líderes e governantes do mundo. Até o último momento, estive empenhado em buscar uma solução negociada. Com este objetivo, fiz repetidos contatos com o Secretário-Geral das Nações Unidas. Da nossa parte, a diplomacia brasileira e eu pessoalmente fizemos todo o possível para que o conflito fosse evitado.

Diante do início da guerra, preocupa-nos o sofrimento de inocentes, cujas vidas devem ser preservadas. Faço um apelo para que sejam respeitadas as normas do direito internacional humanitário, principalmente no

que se refere à proteção das populações civis e dos refugiados.

Inquietam-nos também repercussões regionais e internacionais do conflito. Não queremos ver o agravamento da instabilidade no Oriente Médio, região de onde descendem milhões de brasileiros e brasileiras e à qual nos unem laços de amizade e cooperação.

Todos precisamos de estabilidade e de paz, para levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social.

Estamos tomando todas as providências para que o povo brasileiro não sofra com os efeitos da guerra.

Estamos cuidando do abastecimento, da saúde, da vigilância de nossas fronteiras e do apoio aos brasileiros que vivem na região afetada pelo conflito.

Estou certo de que, com todas essas atitudes, interpreto o sentimento do povo brasileiro, que deseja viver num mundo pacífico, em que as normas do direito internacional sejam plenamente respeitadas.

Obrigado.

Visita ao Brasil da Rainha dos Países Baixos

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado da Rainha Beatrix, dos Países Baixos, em Brasília, em 24 de março de 2003

Sua Majestade, a Rainha dos Países Baixos; Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Orange; minha querida esposa, Marisa Letícia da Silva; meu querido companheiro, Vice-Presidente da República José Alencar, sua esposa, Marisa Campos Gomes da Silva; Senhoras e Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro; meu caro Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional; meu companheiro de Governo, Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, e senhora Ana Amorim; meu companheiro José Dirceu, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil e senhora Maria Rita Garcia de Andrade; meu companheiro Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Senhores Embaixadores; Senhores membros da Delegação de Sua Majestade; Senhoras e Senhores,

A história de nossos dois povos se entrelaça há quase quatro séculos. Há cerca de 350 anos, estive no Brasil um antepassado de Vossa Majestade, o Conde João Maurício de Nassau, que passou a ser conhecido nos Países Baixos como Maurício, “o Brasileiro”.

É com o sentimento desses vínculos tão an-

tigos que o Brasil acolhe hoje Vossa Majestade e o Príncipe e a Princesa de Orange, na primeira Visita de Estado de um monarca holandês ao Brasil.

A permanência dos laços que nos unem resulta, em boa medida, da herança cultural deixada por Maurício de Nassau e de que são testemunho suas realizações como administrador e mecenas das artes e das ciências, no Recife, cidade que Vossa Majestade terá o prazer de conhecer durante sua estada no Brasil.

Nassau levou para o Nordeste brasileiro renomados paisagistas, cientistas, botânicos, cartógrafos, cronistas e pintores. Dentre estes sobressaem Franz Post e Albert Eckhout, representantes da época de ouro da pintura holandesa.

Esses pintores, com a sua arte, suas cores e seu deslumbramento pela paisagem brasileira, nos legaram uma documentação iconográfica, paisagística e sociológica preciosa e única.

Majestade,

A visita que ora inicia vem coroar uma aproximação que se encontra no seu momento mais expressivo.

Nossos países formam uma parceria natural. Ambos estão comprometidos com a promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos, do meio ambiente, da educação, do desenvolvimento científico e tecnológico. Ambos os países fazem parte de importantes associações regionais – o MERCOSUL e a União Européia, cuja aproximação desejam estimular.

Nesse ponto, Majestade, permito-me sublinhar a importância que atribuímos à continuidade do desenvolvimento, em ambiente positivo e de boa vontade, das negociações entre nossos blocos regionais.

O MERCOSUL permanece como prioridade em nossa política externa. Consolidase como importante instrumento de promoção do comércio e de aproximação entre nossos povos e instituições. Mas seu objetivo é ainda maior. Nossa visão é um projeto de integração que ultrapassa os limites da mera associação comercial. Queremos uma real integração industrial, agrícola e social. Queremos uma cooperação científico-tecnológica e cultural. Queremos construir um MERCOSUL político. A participação ativa e construtiva dos Países Baixos na formação da União Européia serve de inspiração a todos nós, comprometidos com o MERCOSUL.

Os Países Baixos notabilizam-se por especial sensibilidade para as questões sociais em qualquer parte do mundo. E o Brasil de hoje tem como prioridade alcançar o desenvolvimento social e executar um inadiável projeto de combate à fome. Convido, nesse sentido, as inúmeras empresas holandesas que acreditam e investem no Brasil a dar colaboração relevante para execução das políticas sociais de meu governo.

A sensibilidade dos Países Baixos para os

problemas sociais foi muito bem representada pela ação do Príncipe Claus que, pessoalmente ou através da Fundação Príncipe Claus, preocupou-se com a pobreza e com o desenvolvimento de países da África, América Latina e Ásia. É com sentimento de admiração que recordo aqui a sua obra.

Majestade,

Brasil e Países Baixos são parceiros naturais também pelas características de suas economias.

Graças à sua multissecular vocação para o comércio e para a distribuição de mercadorias, figuram hoje os Países Baixos como terceiro principal destino das exportações brasileiras, as quais são, em grande medida, redistribuídas por casas comerciais holandesas para outros destinos na Europa.

Crescem, também, de forma exponencial os investimentos holandeses na economia brasileira. Figuraram, no ano passado, em primeiro lugar entre os investidores estrangeiros no Brasil. É com satisfação que observo esta demonstração de confiança no meu País.

Nossas relações também se reforçaram em outros campos. Exemplo disso são as crescentes e importantes atividades da Cátedra de Estudos Brasileiros da tradicional Universidade de Leiden; a iniciativa de interação entre Recife e Amsterdam; os projetos de cooperação nas áreas de agricultura, pesca e meio ambiente.

Majestade,

No momento em que se acirram as tensões no mundo, é importante que países como o Brasil e os Países Baixos continuem, baseados em suas tradicionais posições em favor da paz, a dar o exemplo da moderação e da busca de soluções negociadas para os conflitos.

É preciso reforçar o multilateralismo, abalado pela guerra no Iraque. O sistema atual, em contínuo aperfeiçoamento, trouxe avanços significativos no que se refere ao diálogo e à concertação no cenário mundial. Não podemos retroceder; a diplomacia permanece como o instrumento mais eficaz para atingir o objetivo maior da paz mundial.

Tenho convicção de que podemos desenvolver nossa parceria também no campo da política internacional. O Brasil admira os Países Baixos não apenas pela força de sua economia e de seu comércio, ou pelo seu extraordinário patrimônio de história e cultura, mas principalmente pela sua tolerância, pelo seu respeito aos direitos humanos e pela sua longa tradição de exercício e defesa da democracia e do multilateralismo, do que são mostra as importantes organizações interna-

cionais com sede em Haia.

Constatamos, assim, que nos campos das relações internacionais, da sensibilidade social, do comércio, dos investimentos, da ciência e da cultura há, nos dias de hoje, grandes sintonias. Cabe tão-somente a nós buscar potencializar estas sintonias e seu efeito multiplicador, reforçando uma parceria sem precedentes na história de nossos dois países, uma parceria sólida, multifacetada e cheia de energia que desejamos ver florescer, para benefício de nossos dois povos.

É com este espírito que convido a todos a se unirem a mim para levantar um brinde à saúde de Sua Majestade, a Rainha Beatrix, de suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Orange, e à felicidade e prosperidade do povo holandês.

Muito obrigado.

Situação no Iraque

Discurso do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Sardenberg, no Conselho de Segurança – reunião sobre a situação no Iraque, convocada pelo Movimento Não-Alinhado, em Nova York, em 26 de março de 2003

Senhor Presidente,

Como esta é a primeira vez em que me dirijo ao Conselho desde que fui indicado como Representante Permanente do Brasil, desejo que minhas primeiras palavras sejam de reconhecimento pelo seu excelente trabalho na presidência do Conselho em tão difíceis circunstâncias. Desejo agradecer ao Movimento Não-Alinhado pela iniciativa muito apropriada de convocar esta reunião aberta, e também manifestar o apreço do Governo brasileiro pelo trabalho desempenhado pelos inspetores da UNMOVIC e da AIEA, sob a cuidadosa e firme orientação dos Senhores Hans Blix e Mohamed El Baradei.

Senhor Presidente,

Há escassas duas semanas, meu País expressava, perante este Conselho, seu compromisso com uma solução pacífica para a crise iraquiana. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou a si a iniciativa de comunicar-se com diversos Chefes de Estado e de Governo envolvidos nas negociações, e dirigiu carta ao Secretário-Geral Kofi Annan, com o objetivo de promover uma solução pacífica. Ao mesmo tempo, o Chanceler brasileiro Celso Amorim mantinha contato com muitos

de seus colegas. Infelizmente, essas e outras iniciativas voltadas para uma solução pacífica não frutificaram.

Nas atuais circunstâncias, o Brasil não pode deixar de deplorar profundamente o início da ação militar, particularmente o fato de que o recurso ao uso da força se deu sem a expressa autorização do Conselho de Segurança. O Governo brasileiro formula um apelo para a cessação das hostilidades, a restauração da paz e o respeito à integridade territorial e à soberania do Iraque.

Como em qualquer conflito armado, essa guerra certamente trará grande sofrimento e desolação para pessoas inocentes, sem falar na inevitável perda de vidas humanas. O Governo brasileiro, a esse respeito, acentua a necessidade de que sejam firmemente respeitados todos os princípios do direito humanitário internacional, em particular aqueles que se referem à proteção das populações civis e dos refugiados, e ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

A questão atual adquiriu dimensão que vai além do conflito propriamente dito e que pode trazer consequências adversas e de longo prazo para o trabalho das Nações Unidas. O Conselho de Segurança tem a res-

ponsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais. É a única fonte que pode dar legitimidade ao uso da força. A paz e a segurança são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico e a justiça social, e o Conselho de Segurança deve estar no âmago desse desafio. O Brasil reitera, portanto, que o Conselho de Segurança deve, ao mesmo tempo, ser preservado e fortalecido por meio do respeito e da plena implementação das resoluções que dele mesmo emanam. Deve ser preservado e fortalecido através do aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho, e com a ajuda de uma reforma que resulte em um Conselho que melhor reflita as novas realidades do mundo, o aumento do número de membros da Organização e o crescente papel dos países em desenvolvimento nas relações internacionais.

Senhor Presidente,

A questão mais premente com que se depara o Conselho é a de como proporcionar à população iraquiana a assistência humanitária de que ela necessita com tanta urgência. Antes mesmo da intervenção militar, avaliava-se que mais de 60% da população

iraquiana dependia do programa Petróleo por Alimentos para suas necessidades básicas. Depois de iniciado o conflito, esse quadro certamente se agravou e a suspensão do programa tornou a situação mais dramática. A ação militar sem a autorização expressa do Conselho tem profundas e sensíveis implicações legais e políticas que devem ser cuidadosamente avaliadas na medida em que o Conselho trabalha com vistas ao restabelecimento, pelas Nações Unidas, de urgentes modalidades de assistência humanitária. Somos da opinião de que o trabalho das agências de assistência humanitária das Nações Unidas deve ser prontamente restabelecido e que a coordenação de todos os esforços humanitários deve permanecer sob a responsabilidade do Secretário-Geral. Essa é uma questão que exige solução.

O Governo do Brasil apóia plenamente os esforços do Secretário-Geral no sentido de enfrentar a situação nos termos da Carta da ONU e do direito humanitário internacional.

Muito obrigado.

Sessão Solene no Centro Paraguaio de Estudos Internacionais

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na Sessão Solene no
Centro Paraguaio de Estudos Internacionais, em
Assunção, em 7 de abril de 2003*

Excelentíssimo Senhor Chanceler, Professor Doutor José Antonio Moreno Ruffinelli; Excelentíssimo Senhor Marcos Ismachowicz, Presidente do Centro Paraguaio de Estudos Internacionais – CEPEI; Excelentíssimo Senhor Embaixador Carlos Augusto Saldívar, ex-Chanceler Nacional e Vice-presidente do CEPEI; Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que recebo o título de Sócio Honorário do Centro Paraguaio de Estudos Internacionais. No mundo de hoje, a complexidade crescente das relações internacionais põe em relevo a importância de centros de pesquisa e de estudos como o CEPEI. Pessoalmente, e agora já como membro deste prestigioso centro de estudos, sinto-me mais habilitado a tecer algumas considerações sobre a conjuntura internacional do ponto de vista brasileiro e sul-americano.

A consolidação da democracia em nossos países cria condições para a indispensável participação da sociedade civil no debate sobre a política externa, ampliando o número de atores envolvidos em um tema antes tratado em âmbitos mais restritos. O CEPEI, nesse contexto, tem o papel muito importante de, não somente participar desse grande

debate, como também, na sua condição de centro de excelência, contribuir decisivamente para que esse debate se desenvolva nos marcos mais apropriados.

As relações internacionais no mundo pós-Guerra Fria e, sobretudo, pós-11 de setembro, têm sido caracterizadas pela falta de estabilidade. Conflitos que, se supunha, estavam em vias de solução, recrudesceram, alimentados pela intolerância e pelo fanatismo. Atores terroristas de indescritível barbárie provocam reações e ensejam atitudes que não parecem contribuir para a solução do problema e têm, deste modo, o potencial de afetar os princípios do multilateralismo. Além do custo da guerra em termos humanos, o uso da força sem a autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas põe em questão a arquitetura multilateral da paz e segurança. Por essa razão, o Presidente Lula tentou, até o último momento, oferecer sua contribuição para uma solução pacífica e diplomática para a questão do desarmamento do Iraque. Continuamos empenhados em que as Nações Unidas voltem a ter um papel protagonista para uma solução duradoura do problema iraquiano. Estamos, da mesma forma, preocupados com os reflexos negativos

da presente situação na economia mundial, que têm conseqüências mais graves para os países mais pobres. Nosso continente – a América do Sul – também sofre as conseqüências desses abalos.

O cenário internacional em que vivemos é complexo e pouco favorável para nós. A economia mundial segue estagnada. Os fluxos financeiros comportam-se de maneira errática e segundo uma lógica perversa, que prejudica sobretudo os países em vias de desenvolvimento. Não obstante muitas promessas e declarações, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte de nossos produtos, em particular para aqueles nos quais temos vantagens comparativas. Práticas comerciais predatórias nos privam dos benefícios derivados de nossa competitividade.

Consciente dessa conjuntura não muito animadora, o Governo do Presidente Lula optou por atribuir a mais alta prioridade à América do Sul, nosso continente, nossa casa, nossa circunstância. Nesse âmbito, o MERCOSUL deve ser, para nós, a viga mestra do desenvolvimento econômico e social de nossos povos. O resgate do dinamismo e da vitalidade do MERCOSUL é fundamental para reforçar suas dimensões política e social, sem perder de vista a necessidade de enfrentar as dificuldades da agenda econômico-comercial. Devemos enfrentar, com coragem e determinação, os desafios da Tarifa Externa Comum, da União Aduaneira e de uma política comercial comum, sem as quais a pretensão de êxito na negociação com outros países e blocos será uma mera ilusão.

Tendo em conta aquele cenário internacional ao qual me referi, considero essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais distintos âmbitos. A conformação de um espaço econômico

mais amplo, baseado no livre comércio, em indispensáveis projetos de infra-estrutura e na busca da complementariedade econômico-comercial terá, seguramente, repercussões positivas, não somente para nós, como também para as relações de nossa região com o resto do mundo.

No que se refere a nossas relações com o Paraguai, há muito pouco que se possa dizer sem cair no lugar comum. Mas não é demais recordar que o Paraguai é sem dúvida para nós um sócio íntimo e aliado especial. Aí está a Itaipu Binacional, marco inicial de nosso processo de integração; aí estão os trabalhadores brasileiros que se estabeleceram na região da fronteira comum e que, trabalhando ombro a ombro com nossos irmãos paraguaios, conseguiram transformar boa parte do campo paraguaio numa das mais promissoras áreas agrícolas da América do Sul. Ao mesmo tempo em que somos gratos ao povo paraguaio pela hospitalidade fraterna concedida aos brasileiros, que aqui trabalham com determinação pela prosperidade deste país, concedemos a mais alta prioridade à assistência, por meio de nossa rede diplomática e consular, a nossos compatriotas aqui residentes, em especial aos de condição social mais humilde.

O Brasil tem plena consciência de suas dimensões, de seu parque produtivo e de suas potencialidades. O Governo do Presidente Lula da Silva não se omitirá no exercício de suas responsabilidades nas relações com os países do MERCOSUL e da América do Sul. Nós nos inspiramos em princípios de solidariedade, de democracia e de justiça, buscando alcançar o crescimento econômico e o desenvolvimento social, para poder cumprir a inadiável tarefa de melhorar os padrões de vida e de bem-estar de nossos povos.

A construção de um projeto de integração profunda requer uma visão compartilhada. A situação mundial em termos políticos, econômicos e comerciais está cheia de riscos e desafios. A busca de novos paradigmas de relações é a mensagem que trago do novo Governo do Brasil: unamo-nos em torno de interesses comuns e trabalhemos em favor de um MERCOSUL capaz de contribuir para a superação de nossas dificuldades de curto,

médio e longo prazos.

Nossa capacidade de lograr a melhor inserção possível na economia mundial dependerá de nossa capacidade de lograr um entendimento entre nós, para que negociemos com uma só voz. Separados, dificilmente obteremos as condições mínimas que satisfaçam nossos anseios de eliminar as assimetrias de bem-estar que nos separam do Primeiro Mundo.

Muito obrigado.

Aula Magna no Instituto Rio Branco

Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema "A Diplomacia do Governo Lula", no Instituto Rio Branco, em Brasília, em 10 de abril de 2003

Introdução

O Presidente Lula referiu-se, em seu discurso de posse, à "energia ético-política extraordinária" do atual momento nacional. Em poucas ocasiões em nossa história dispusemos de um capital político comparável ao que se expressa hoje pela voz do Presidente Lula e de seu Governo.

O Brasil é um ator importante no cenário internacional por suas dimensões, por sua relevância política e econômica, pela força de sua identidade. Mas somos também uma nação em desenvolvimento que se ressent de sérias vulnerabilidades econômicas e sociais. Reconhecemos isto com objetividade e capacidade de autocritica. Não desejamos cair, seja no ufanismo irrealista, seja num ceticismo que conduz à passividade e a posturas meramente reativas.

A ação diplomática do Governo Lula está impregnada de uma perspectiva humanista, que faz com que seja, a um só tempo, instrumento de desenvolvimento nacional e defensora de valores universais. Assim, nos concentraremos tanto em projetos de interesse imediato – com ênfase na promoção da integração do MERCOSUL e da América do Sul, na articulação de uma agenda comercial afirmativa e na intensificação de parceri-

as bilaterais – como em objetivos de natureza mais ampla, como a redução do hiato entre ricos e pobres, a promoção e proteção dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a construção de um mundo mais justo, mais seguro – e mais pacífico – com base no Direito Internacional e nos princípios do multilateralismo.

A América do Sul

Nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul. Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar.

O espaço econômico unificado que procuraremos construir terá como alicerces o livre comércio e projetos de infra-estrutura entre os países sul-americanos, com o indispensável reconhecimento de que há situações de assimetria a serem levadas em conta.

Dispomos de uma sólida base de amizade e cooperação com cada um dos países da região, a qual se beneficia, hoje, de um forte compromisso democrático.

Em todos os contatos que tenho tido, e nos que pude observar do Presidente Lula com outros Presidentes, percebo o enorme

interesse em compartilhar não só os programas, mas a energia reformadora no campo social, que é a marca principal do atual Governo.

Com a Argentina, desejamos um aprofundamento da aliança estratégica, com vistas a transformá-la no motor da integração da América do Sul, a começar pela revitalização do MERCOSUL. O objetivo é ir além da liberalização dos fluxos de comércio intrazona, consolidar a União Aduaneira e avançar em direção ao Mercado Comum. Esperamos – mais do que isso, estamos seguros – que quem quer venha a ser eleito Presidente, no pleito que se avizinha nesse país irmão, compartilhará esta visão.

No processo de integração do MERCOSUL, o Governo Lula se compromete a fazer sua parte, com vistas à eliminação de barreiras e ao fortalecimento da coesão interna. Reconhecemos que o fato de sermos a maior economia nos impõe responsabilidades especiais e exige de nós não só uma clara visão estratégica, mas até mesmo, em muitos casos, generosidade. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para impedir que o burocrático se sobreponha ao político. Ao mesmo tempo, consideramos essencial a unidade do MERCOSUL em seu relacionamento externo. Esta é a essência da mensagem que levei nas viagens que fiz aos nossos três sócios, nestes primeiros meses de governo.

A dimensão social da integração já está sendo revalorizada. Em última instância, a integração política demandará a criação de um Parlamento do MERCOSUL, idéia sobre a qual já começamos a trabalhar com nossos vizinhos.

Os Acordos de Complementação Econômica firmados com Chile e Bolívia, e o aprofundamento das relações econômicas e comerciais com os países do norte da Amé-

rica do Sul constituem aspectos essenciais do projeto de criação de um espaço comum de integração.

O patrimônio de integração gerado pelo sistema ALADI será valorizado, em consonância com a perspectiva de pleno aproveitamento dos interesses comuns e afinidades que nos unem ao mundo latino-americano e do Caribe como um todo.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica oferece um mecanismo para intensificarmos a coordenação política com os países da bacia Amazônica, e ampliarmos a cooperação nas áreas ambiental, de educação e saúde.

Para sermos capazes de contribuir de maneira efetiva para a diminuição das tensões políticas e sociais que afetam a região, precisamos desenvolver uma compreensão aprofundada tanto de suas raízes comuns, como de suas complexidades individuais.

Desde que assumi minhas funções, tenho dedicado considerável tempo às tentativas de contribuir para um encaminhamento positivo da situação na Venezuela, tendo sempre presente o postulado básico da não-intervenção. Constituímos um ‘grupo de amigos’ integrado por Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal, além do Brasil, para apoiar e complementar os esforços do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, César Gaviria. Respeitado o primado da democracia e da constitucionalidade – e, portanto, a legitimidade do Governo do Presidente Hugo Chávez – procuramos facilitar o diálogo que possa levar a um convívio construtivo e benéfico para a nação venezuelana e para a região. Nossas sugestões – e não nos furtamos a fazê-las – têm de ser vistas neste contexto: como uma contribuição ao diálogo, pois estamos convictos

de que, em última instância, cabe aos venezuelanos – e somente a eles – encontrar as soluções para os seus problemas. Tudo o que podemos fazer é ajudar na criação de um clima de confiança que conduza a este objetivo.

A violência política na Colômbia requer um acompanhamento igualmente atento, por seu potencial desestabilizador. A visita do Presidente Uribe ao Brasil, em 7 de março, permitiu um intercâmbio extremamente útil entre os líderes dos dois países. Dentre as idéias aventadas, figurou a do estabelecimento de um embargo contra todos os movimentos armados – guerrilha e para-militares – sob supervisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Acordamos também revitalizar a Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, com vistas a estimular a cooperação bilateral em variados campos e, sobretudo, a uma maior sintonia entre os dois Governos em temas relacionados à fronteira comum, com ênfase no combate ao narcotráfico.

O desejo de maior entrosamento entre os Governos da América do Sul já se espelha em uma agenda de encontros, de frequência raramente vista, com os líderes dos países da região, além, naturalmente, do diálogo permanente entre nossas Chancelarias. Estamos imprimindo um caráter, ao mesmo tempo, substantivo e informal a estes encontros. Nos próximos dias, estão previstas visitas ao Brasil dos Presidentes Toledo, do Peru; Chávez, da Venezuela; Sánchez de Lozada, da Bolívia; e Batlle, do Uruguai. Já recebemos em Brasília os Presidentes Duhalde, da Argentina, e Uribe, da Colômbia. O Presidente Lula esteve na posse do Presidente Gutierrez, do Equador, e visitou o Chile como Presidente-eleito. De minha

parte, estive em Buenos Aires, em Assunção e, por duas vezes, em Montevideú.

A criação da Subsecretaria-Geral para a América do Sul nos fornecerá uma estrutura melhor aparelhada para esta intensa articulação diplomática com nossos vizinhos sul-americanos.

O compromisso com o multilateralismo na construção da paz

O 11 de setembro trouxe o combate ao terrorismo à frente da agenda internacional. A escala e o horror do atentado contra o World Trade Center, em Nova York, despertaram na superpotência do pós-Guerra Fria um sentimento de vulnerabilidade sem precedentes, cujo impacto sobre o ordenamento internacional continuará a se fazer sentir por muito tempo. Passado o momento inicial de apoio consensual à resposta militar norte-americana contra os fundamentalistas do Talibã e da Al Qaeda, a opção militar como forma de assegurar o desarmamento do Iraque não obteve o apoio do Conselho de Segurança, provocando cisão inédita na OTAN e polarizando a opinião pública mundial. A instabilidade inerente a um sistema de desequilíbrio de poder viu-se agravada por fortes divergências na forma de avaliar as ameaças e de como lidar com elas.

O Brasil defendeu com firmeza que o Iraque cumprisse plenamente suas obrigações, em particular no que tange ao trabalho dos inspetores da ONU, para garantir que as armas de destruição em massa estivessem efetivamente eliminadas. Apoiamos todas as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e exortamos o Iraque a cumpri-las. Víamos mérito na tese de reforçar as inspeções e dar tempo para que pudessem provar sua utilidade. Sabíamos que o custo, em termos humanos, de uma ação militar seria

muito alto.

Lamentamos, assim, que não se tenha perseverado na busca de uma solução pacífica para a crise.

Em linha com estas preocupações, o Presidente da República e eu próprio mantivemos contatos com nossos homólogos dos países da nossa região, e de fora dela, sobretudo com os atores com maior influência no processo. Em cartas endereçadas a Kofi Annan e à Sua Santidade, o Papa João Paulo II – que tive a honra de entregar pessoalmente – o Presidente Lula consignou o consenso nacional em favor da paz e do respeito ao direito internacional no encaminhamento da questão do Iraque.

Estas palavras abstratas não devem encobrir o sentido trágico, o espanto e a dor da guerra, que tanto nos abala, além das implicações mundiais e regionais.

Ao olharmos para o futuro, continuamos a considerar que a concertação diplomática representa a melhor forma de se forjar um consenso internacional na luta contra a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo e outras ameaças à paz e segurança internacionais.

O tema do Iraque continua a confrontar a comunidade internacional com enormes desafios, para além das repercussões que possa ter no próprio Oriente Médio.

As Nações Unidas não devem limitar-se a limpar os escombros dos conflitos que ela não tenha sido capaz de evitar. Reconhecemos e valorizamos o seu papel na prestação de assistência humanitária e na reconstrução institucional. Mas a ONU não é a Cruz Vermelha. A preservação da paz e segurança internacionais com pleno respeito aos princípios da Carta é, e deve continuar a ser, sua principal missão.

Um mundo em que o recurso à força deixe de se fundamentar em regras multilaterais será intrinsecamente instável, estruturalmente inseguro.

Privilegiamos o multilateralismo em toda a amplitude de seu sentido democrático, como a única via dotada de legitimidade para solucionar os problemas que requerem cooperação internacional, por mais que os seus debates possam parecer, por vezes, prolongados e frustrantes.

Do mesmo modo que repudiamos, no plano interno, a eficácia ilusória da autocracia, tampouco desejamos, no plano das relações internacionais, decisões unilaterais que desconsideram a diversidade de opiniões e os critérios multilateralmente estabelecidos.

Como disse ontem o Presidente do Senado Federal, tão urgente quanto a reconstrução do Iraque é a reconstrução das próprias Nações Unidas. De particular relevância neste contexto é a questão da reforma do Conselho de Segurança. Órgão principal do sistema da ONU, o Conselho de Segurança deve sua autoridade à sua representatividade. Seu fortalecimento requer o aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho e sua ampliação equitativa, o que significa essencialmente contar com países em desenvolvimento entre seus membros permanentes. Este não é um objetivo deste ou daquele país. É uma necessidade do próprio sistema internacional.

Em janeiro de 2004, voltaremos a integrar o Conselho de Segurança por mais um biênio, como membros não-permanentes. Será a nona vez, desde que as Nações Unidas foram criadas, que participaremos dos seus trabalhos. Para um Governo comprometido com o multilateralismo e com a paz, trata-se de uma oportunidade valiosa. A com-

plexidade e a profundidade da crise atual impõem que nos antecipemos à nossa acessão formal ao Conselho e busquemos ativamente participar das articulações internacionais em torno do pleno restabelecimento da paz e da segurança.

Em paralelo, não podemos descuidar do trabalho da Assembléia Geral na área do desarmamento e não-proliferação, que são duas faces de uma mesma moeda. Como integrantes do grupo da chamada “Nova Agenda” (composto também por África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia), manteremos uma ação coordenada sobre o tema da eliminação total de armas nucleares, sem a qual todos os esforços com vistas à não-proliferação de armas de destruição em massa permanecerão incompletos.

A História nos confronta com sérias responsabilidades na reorganização das relações internacionais. O momento exige diálogo, diplomacia, negociação, liderança política, moral e até mesmo espiritual, como disse o Presidente em sua carta ao Papa. A mesma aspiração por desenvolvimento e progresso social, que moldam a ação governamental em âmbito interno, nos mobilizará nos planos regional e global. Nossa aspiração por paz e solidariedade passa necessariamente por uma atenção detida para as carências dos menos favorecidos. Às visões da ordem internacional que privilegiam a força e concebem o multilateralismo como apenas uma opção entre muitas, devemos contrapor um projeto de paz com justiça social, fundado em formas de concertação democrática e no direito internacional.

A entrada em operação do Tribunal Penal Internacional constitui um passo encorajador nessa direção. Ao comparecer a sua inaugu-

ração, em princípios de março, pude não somente cumprimentar a brasileira Sylvia Steiner, eleita Juíza do Tribunal, como expressar o apoio do Governo brasileiro ao aparelhamento do direito internacional para reduzir a margem de impunidade para perpetradores de crimes contra a humanidade. É um instrumento importante, cuja aplicação não deve comportar restrições ou tratamentos excepcionais.

Devemos preservar as conquistas conceituais que emergiram das grandes Conferências da década de noventa sobre direitos humanos, população, desenvolvimento social, situação da mulher, combate ao racismo, bem como transformá-las em ações práticas. A importância atribuída à promoção e proteção dos direitos humanos reflete-se, no plano interno, na criação de Secretarias Especiais para a promoção da igualdade racial, de políticas para as mulheres, da assistência e promoção social. Juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, esses órgãos auxiliarão o Itamaraty em nossa atuação externa, regional e multilateral.

A prioridade atribuída pelo Presidente da República ao combate à fome e à luta contra a pobreza cria uma expectativa de um papel protagonista do Brasil na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais. Esta ênfase não significa desatenção para os direitos civis e políticos, cuja valorização – para uma democracia que se consolida, como a brasileira – permanece parte integral da orientação humanista da diplomacia do Governo Lula.

O Fome Zero, que incorpora programas de educação, saúde, erradicação do trabalho infantil, geração de emprego e de renda, deverá agir como um projeto aglutinador em prol da inclusão social.

Mas era preciso, também, levar esta mensagem ao plano global. Foi o que o Presidente Lula fez ao deslocar-se de Porto Alegre para Davos.

Inseridos que estamos no Continente de maior diversidade biológica do planeta – a América do Sul – queremos consolidar os avanços logrados nas Conferências do Rio de Janeiro e de Johannesburgo, o que só será possível mediante forte engajamento político.

Dispomos de uma liderança de especial ressonância neste âmbito, na pessoa da Ministra Marina Silva, cuja trajetória pessoal e política é um emblema e uma fonte de inspiração para o tratamento individual e coletivo do complexo temário ambiental.

O reconhecimento de que vivemos em um mundo crescentemente interligado não deve implicar renúncia a nossa capacidade de intervir na realidade para corrigir desequilíbrios e injustiças. Sem querer emprestar-lhe palavras que ele não usou, poderia dizer que a essência da mensagem do Presidente Lula aos líderes da economia e da política mundial, reunidos nos Alpes suíços, foi a de que não há sustentabilidade econômica sem sustentabilidade social.

Uma agenda comercial afirmativa

O Brasil responde por menos de 1% dos fluxos de comércio internacional - participação modesta para país de estrutura produtiva agrícola e industrial do porte da nossa. Os resultados já obtidos no primeiro trimestre deste ano, com um crescimento de 26,5% sobre o valor exportado em mesmo período no ano passado, podem ser vistos como encorajadores e apontam na direção de uma política comercial mais afirmativa.

Parte dessa mobilização terá de se desenvolver no plano interno. Na área externa, o

Governo do Presidente Lula empreenderá esforços também para abrir novos mercados e reduzir as barreiras às exportações brasileiras.

É de nosso interesse atuar nos diversos tabuleiros, o da OMC, o da ALCA, o das negociações MERCOSUL-União Européia, entre outros, movidos pela busca de vantagens concretas e cientes de nosso status de país em desenvolvimento, que precisa preservar espaços para políticas sociais, tecnológicas, industriais.

Dada a estrutura do comércio exterior brasileiro, com interesses econômica e geograficamente diversificados, a OMC – foro que ganha um caráter verdadeiramente universal com a adesão plena da China e, em breve, da Rússia – permanece um palco privilegiado de negociações. A atuação do Brasil na OMC pautar-se-á pela construção de um sistema multilateral de comércio mais equitativo, mediante a correção de distorções e a diminuição das restrições à nossa capacidade de fomentar políticas voltadas para o desenvolvimento. Trata-se de uma verdadeira batalha pela eliminação de barreiras e subsídios, e pelo nivelamento das regras do jogo, que está sendo enfrentada com determinação.

Todos sabemos que o comércio pode ter grande efeito gerador de crescimento econômico e riqueza. Na prática, contudo, os mais desenvolvidos não hesitam em manter sua própria lógica do livre comércio e cercar-se, ao mesmo tempo, de regimes de exceção para setores em que demonstram vulnerabilidades, como o agrícola, o siderúrgico, o têxtil – justamente aqueles em que os países em desenvolvimento demonstram vantagens comparativas.

As anomalias do comércio agrícola cons-

tituem uma disfunção particularmente intolerável. O Brasil é extremamente competitivo e perde bilhões de dólares anualmente em exportações nesse setor. Temos consciência de que, independentemente das possibilidades de acesso aos mercados hemisférico e europeu que poderão advir das negociações da ALCA e de um acordo com a União Européia, a solução para o comércio agrícola passa em boa medida pela OMC – sobretudo no que se refere à eliminação dos subsídios e a maior disciplina para as medidas de apoio doméstico. A persistência de impasses em agricultura, na rodada de Doha, não deixará de afetar as negociações multilaterais como um todo e os processos plurilaterais.

Igualmente preocupante é a falta de progresso em outras áreas de especial interesse para o Brasil e os países em desenvolvimento, como as da Implementação dos resultados da Rodada Uruguai, Tratamento Especial e Diferenciado, e a operacionalização do parágrafo 6 da Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública.

Assumimos, em 1º de novembro passado, a co-Presidência das negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que ingressam em fase de definições, com o início do intercâmbio de ofertas e revisão de ofertas já apresentadas. Até o momento, o MERCOSUL apresentou ofertas em bens agrícolas e não-agrícolas. Em parte em função da natureza discriminatória da oferta norte-americana em bens, o Brasil e a Argentina decidiram deixar para outro momento a apresentação de oferta em serviços. Nenhum dos quatro sócios do MERCOSUL apresentou ofertas em investimentos ou compras governamentais. É forçoso reconhecer que as negociações em torno da ALCA suscitam expectativas e inqui-

etações legítimas junto à opinião pública. Parlamentares, representantes do setor privado, sindicatos, organizações não-governamentais desejam conhecer os contornos específicos das negociações para poder expressar seus pontos de vista e contribuir para a definição de posições negociadoras. Paralelamente, não podemos desconhecer que o mercado norte-americano e outros são potencialmente muito atraentes para vários setores de nossa indústria e do agro-negócio. Em consonância com o primado da democracia que orienta toda a ação governamental, favorecemos um amplo debate nacional sobre a ALCA, garantindo a transparência do processo em todas suas etapas. Não deixaremos que o automatismo, característico de muitos processos negociadores, prevaleça sobre a avaliação cuidadosa – e, tanto quanto possível, consensual na sociedade – do interesse brasileiro.

Com a União Européia, o MERCOSUL busca formar uma associação inédita entre dois blocos econômicos. A conclusão dessa negociação, em 2005, coincidirá com o término previsto para os processos da OMC e da ALCA, e constitui indispensável fator de equilíbrio, sobretudo em relação a esta última. A expectativa é de que, até o final do ano corrente, se consigam negociar os contornos de um acordo equilibrado, capaz de atender aos interesses do MERCOSUL – que cumpriu sua parte ao apresentar oferta cobrindo 83,5% do valor do comércio para fins de desgravação, em dez anos. Esperamos que a parte européia responda com uma proposta de acesso significativo, sobretudo em agricultura.

Para que estes exercícios de natureza hemisférica e inter-regional se traduzam em verdadeiras vantagens para o Brasil, é neces-

sário que as negociações comerciais multilaterais na OMC avancem concomitantemente. Na realidade, as três negociações configuram um exercício único e interligado, na medida em que nossos parceiros remetem ao contexto da rodada de Doha não só a consideração dos temas relacionados ao capítulo agrícola, como também o exame das “regras” (anti-dumping e subsídios, entre outros).

Tenciono explorar outras possibilidades de aproximação econômico-comercial com parceiros do mundo em desenvolvimento, e dedicarei atenção especial à promoção de novos entendimentos com o México, África do Sul, China, Índia, os países da Associação do Sudeste Asiático e, de modo muito especial, o mundo árabe.

Os debates em curso na América Latina, Ásia e África sobre modelos de desenvolvimento mais sintonizados com as circunstâncias sócio-econômicas das populações do Sul convergirão para a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a realizar-se, no Brasil, em junho de 2004. A UNCTAD, que tem sido capaz de revitalizar-se como foro e como instituição, sob o comando do nosso compatriota, o Embaixador Rubens Ricupero, continuará a merecer todo o apoio do Governo brasileiro pela pertinência de sua contribuição analítica e propositiva, centrada na perspectiva do mundo em desenvolvimento.

Parcerias diversificadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento

Definida a prioridade sul-americana, cabe traçar os elementos mais marcantes de nossa pauta diplomática com outras regiões do mundo.

A preeminência econômica e militar dos Estados Unidos, no atual contexto internacional, situa o relacionamento com Washing-

ton em uma categoria à parte. Como afirmei em meu discurso de posse, nosso desejo é o de fortalecer as bases para o entendimento construtivo e a parceria madura. Os contatos iniciais entre os dois Chefes de Estado foram positivos. Continuo a trabalhar com o Secretário de Estado Colin Powell em torno da idéia de uma reunião de cúpula bilateral. Dentro de um mês, receberei pela segunda vez o Representante Especial para Comércio, Bob Zoellick. Estes contatos têm contribuído para manter a ênfase em agricultura da rodada de Doha, em sintonia com as preocupações do Brasil e demais membros do Grupo de Cairns.

Tanto em âmbito multilateral, como no quadro mais estritamente bilateral, as duas maiores democracias das Américas terão interesse em aperfeiçoar os mecanismos de consulta e conhecimento recíproco de posições. O diálogo político com os EUA, respeitadas as diferenças de ponto de vista, permanece essencial. A presença dos EUA no grupo de amigos da Venezuela deve ser encarada sob este prisma. Meus contatos com o Secretário de Estado têm sido freqüentes e construtivos.

O atual Governo dá especial importância ao estreitamento dos laços políticos com a Europa, numa visão de mundo que privilegia a busca de uma saudável multipolaridade. Desde já, pode-se afirmar que as visitas do Presidente Lula a Berlim e Paris terão ajudado a criar uma base sólida de confiança pessoal entre os mandatários destes países, a ser valorizada e expandida. Além dos países mencionados, manteremos consultas bilaterais políticas com o Reino Unido, e o Presidente deve visitar Espanha e Portugal ainda este ano. A Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia deverá contar, este ano, com

um componente empresarial. Eu próprio já estive duas vezes, em menos de três meses, com o Chanceler Ivanov para conversas de cunho político. Juntamente com os outros membros da Troika do Grupo do Rio, participei de densa e proveitosa reunião com o Presidente Putin. Na sequência dos contatos do Presidente Lula com o Chanceler Schroeder e o Presidente Chirac, mantive consultas políticas com os Ministros Joschka Fischer e Dominique de Villepin para tratar de temas da atualidade e questões estruturais, como a reforma das Nações Unidas no novo contexto internacional. Também em Atenas, em reunião entre Ministros da América Latina e da União Européia, pude participar de um intercâmbio extremamente útil, e sob muitos aspectos crítico, sobre o futuro da cooperação internacional e do multilateralismo. Este debate incluiu a necessidade de repensar o sistema financeiro internacional, bem como a de refletir sobre uma “nova barganha” com a maior potência, que conduza a relações mais equilibradas, com reforma das Nações Unidas, em benefício de todos.

Recebi, em princípios do ano, o Chanceler do Canadá, para um encontro produtivo de renovação do diálogo e da cooperação. A presença do México no Conselho de Segurança e seu ativo papel na OMC me têm levado a conversar freqüentemente com o Chanceler Derbez a respeito do temário internacional, político e econômico. Com o Japão desejamos estabelecer uma interação comercial mais dinâmica, compatível com a importância das duas economias e com o intenso intercâmbio humano, que marca a História das relações nipo-brasileiras.

Com a África, desejamos promover uma política verdadeiramente preferencial, em

consonância com os interesses de amplos setores da sociedade brasileira e, particularmente, dos afro-descendentes. Em maio, o Presidente Lula abrirá um grande Fórum Brasil-África, em Fortaleza, com vistas à coleta de subsídios para a reformulação e redefinição de nossa política africana. Na presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estamos procurando traduzir em projetos diversificados a natural afinidade e solidariedade que nutrimos pelos povos de cada um de seus membros. Em São Tomé e Príncipe deverá ser inaugurada, em breve, uma Embaixada residente do Brasil. Tenho mantido contatos também com a Ministra Zuma, da África do Sul, para examinar formas de impulsionar o relacionamento bilateral. O Presidente Lula tenciona realizar uma viagem à África em agosto. O itinerário deverá incluir Angola e África do Sul, entre outros países.

O aprofundamento das relações com o Oriente Médio se processará tanto pela via bilateral como por intermédio de contatos mais sistemáticos com a Liga dos Estados Árabes, o Conselho de Cooperação do Golfo e a União do Magrebe Árabe. O contato de alto nível será inaugurado com a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri – que participará do III Congresso do Conselho Empresarial Internacional Libanês, a realizar-se, em São Paulo, no mês de junho. Outras iniciativas estão previstas tanto no plano político quanto no econômico-comercial. Por se tratar do país da região com maior população e economia mais diversificada, o Egito retém particular relevância neste contexto.

Tenho mantido interlocução intensa com os Embaixadores do Conselho de Cooperação do Golfo e demais países árabes em

Brasília. De todos recebi manifestações de apreço pelos esforços do Governo brasileiro em explorar soluções pacíficas para os problemas da região. A posição brasileira em defesa da rápida implantação de um Estado Palestino independente, e do direito à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, é apreciada.

As relações com China e Índia atravessam importante período de redimensionamento. A RPC passou à condição de quarto maior importador de produtos brasileiros em 2002. A cooperação espacial prossegue com o lançamento do segundo satélite, estando prevista a construção de outros satélites, inclusive de telecomunicações. Em parceria com empresa chinesa, a Embraer está presente em Harbin. O primeiro avião produzido em "joint-venture" ficará pronto em novembro deste ano. A parceria estratégica completa-se com um diálogo político de alto nível e um cronograma intenso de visitas de parte a parte. Em telefonema ao recém-nomeado Chanceler Li Zhao Xing, pude reafirmar nosso propósito de trazer o relacionamento bilateral a patamares ainda mais elevados, conforme afirmara o Presidente Lula em jantar na Embaixada da RPC há poucas semanas.

As relações com a Índia também adquirem nova relevância. Nos últimos três anos, o comércio bilateral triplicou em valor, situando-se hoje em 1,2 bilhão de dólares. Em princípios de junho, receberei a primeira visita de um Chanceler da Índia ao Brasil, estando prevista sua permanência em Brasília para um encontro trilateral com nossa homóloga sul-africana. Este encontro, que pode ser qualificado como "Sul-Sul-Sul", oferecerá oportunidade para uma concertação de certa forma inédita. O Ministro indiano da Defesa também deverá vir

ao Brasil nos próximos meses.

A pauta comercial continuará a merecer atenção prioritária em nossas relações com os países da ASEAN. Destaco, neste contexto, a recente visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Mahatir Mohamad, da Malásia, e o importante encontro com o Presidente Lula. Na condição de Presidente do Movimento Não-Alinhado, Mahatir compartilhou com o Governo brasileiro suas percepções sobre a agenda internacional e o papel que podem hoje assumir os países em desenvolvimento, em defesa de uma ordem internacional mais sensível a suas carências.

Embora fora do âmbito estritamente político-diplomático, não posso deixar de mencionar que o crescente número de brasileiros que vivem no exterior apresenta novos desafios à atividade consular, que deve estar aparelhada para a prestação de uma assistência expedita e cada vez mais individualizada. Sempre que surgirem situações de instabilidade, como a que ora se verifica no Golfo, serão montados esquemas especiais de atendimento a nacionais que precisem de proteção ou desejem regressar ao Brasil. Não devemos esquecer que a assistência consular é a vitrine do Itamaraty no exterior. É fundamental que tenhamos uma atitude de cortesia e interesse pelos problemas e indagações daqueles que procuram um Consulado brasileiro.

Conclusão

Para enfrentar os desafios da hora presente será indispensável poder contar com lideranças dotadas de credibilidade e autoridade. O Brasil tem responsabilidades a assumir. Participar de sua ação diplomática deve ser visto como muito mais do que um simples emprego. Trata-se, estou seguro, de envolvimento em um esforço coletivo de

ressonância histórica. Os jovens diplomatas que ingressam no Itamaraty devem ter a certeza de que o País necessita de seu talento e criatividade na projeção dos valores e objetivos que hoje inspiram a ação governamental no plano internacional, em defesa da Paz e do Direito e na busca do desenvolvimento e da justiça social.

A título de comentário pessoal, confesso que olho para os que começam hoje a carreira diplomática com uma certa inveja. Aqueles que são da minha geração tiveram de enfrentar traumas e sofrimentos decorrentes de limitações à livre expressão de idéias – que felizmente fazem parte do passado.

Não queria concluir sem uma palavra a

respeito da administração interna do Ministério. A perspectiva humanista que o Presidente Lula está imprimindo à atuação do Governo deve também encontrar reflexo em nossas circunstâncias de trabalho no Itamaraty. As questões administrativas e de organização da carreira, bem como aquelas que se referem à discriminação de etnias e de gênero assumem especial importância neste contexto. Comprometimo-me, em meu discurso de posse, a examinar sugestões e reivindicações. Tenho presente a necessidade de atender às justas expectativas por renovação e previsibilidade. Estou certo de que, juntos, encontraremos as melhores soluções para promover as transformações necessárias.

Visita ao Brasil do Presidente do Peru

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente do Peru, Alejandro Toledo, em Brasília, em 11 de abril de 2003

Meu amigo Presidente Alejandro Toledo; meus amigos; caros jornalistas aqui presentes,

Durante a campanha eleitoral do ano passado, eu assumi o compromisso de que a integração da América do Sul passaria de uma relação historicamente paternalista ou sentimentalista para uma integração mais efetiva, nos campos político, cultural e comercial.

Estou há cem dias no Governo, e essa reunião entre Brasil e Peru é a terceira que eu faço com outros Presidentes e com Ministros. Até o dia 12 do próximo mês, estarei completando a 6ª reunião com Presidentes de países da América do Sul. Dia 25 e 26 estaremos reunidos com a Venezuela, dia 28 com a Bolívia, e dia 12 do próximo mês estaremos reunidos com o Uruguai.

Eu acredito que o meu Ministro das Relações Exteriores, companheiro Celso Amorim, e outros Embaixadores aqui presentes podem constatar que nunca, na história do Brasil, em tão pouco tempo houve tantas reuniões de trabalho como essas que estamos fazendo.

E estamos fazendo essas reuniões, em primeiro lugar, porque acreditamos. Em segundo lugar, porque queremos criar uma outra referência mundial, um outro centro de decisão, nos campos político, econômico, cultu-

ral e social.

Historicamente, nós nascemos na América do Sul, crescemos e morremos olhando para a Europa e para a América do Norte. Mas num mundo globalizado, onde o que vale é o poder econômico, é a tecnologia e o poder financeiro de cada país, nós, da América do Sul, temos uma oportunidade extraordinária: mesmo reconhecendo que somos países pobres, mesmo sendo tratados como países do Terceiro Mundo, nós temos a oportunidade de dar os primeiros passos, se quisermos, amanhã, ser grandes.

Até porque nem o Presidente Toledo nem eu teríamos o tamanho que temos hoje, se não tivéssemos nascido pequenos. O importante foi a coragem de nascer. E isso vale para a nossa relação. É importante que tenhamos coragem de transformar a relação entre Brasil e Peru numa relação estratégica, em defesa da nossa soberania, em defesa da nossa cultura, em defesa da nossa economia, em defesa da nossa Amazônia e em defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável, que possa despertar, na consciência dos milhões de brasileiros e peruanos, a certeza de que nós não iremos passar para a História como apenas mais dois Presidentes

da República, que seremos lembrados, apenas, porque alguns salões nobres dos nossos palácios terão as nossas fotografias. Nós não seremos lembrados pelas fotografias, nós seremos lembrados pelo que tivermos competência e capacidade de fazer, para dar cidadania ao povo peruano e ao povo brasileiro.

Os acordos que estamos realizando aqui constituem um grande início. Certamente a ponte de Assis Brasil e Iñapari, nós iremos inaugurá-la no próximo ano. O Brasil utilizará o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, para contribuir com os projetos de infra-estrutura, tão necessários para a integração, com que secularmente sonham o povo peruano e o povo brasileiro.

Por isso, eu quero afirmar, meu caro Presidente Toledo, que embora Vossa Excelência tenha um ano a mais de mandato do que eu, porque o mandato no Peru é de cinco anos, e aqui é de quatro anos, o término dos nossos mandatos será no mesmo ano.

Portanto, nós temos quatro anos pela frente. E eu tenho certeza de que, se depender da sua disposição política e se depender da mi-

nha disposição política, estes nossos Ministros irão trabalhar como nunca trabalharam na vida, para que a integração entre Peru e Brasil deixe de ser uma relação menos sentimental para ser uma relação concreta e objetiva, que nos coloque no mundo globalizado com mais autoridade moral, com mais competência tecnológica, com mais capacidade produtiva e com muito mais respeitabilidade do que qualquer outro Governo.

Eu sei que os Presidentes, como disse Vossa Excelência agora há pouco, mandam menos que os Ministros. Mas eu sei, também, que os Ministros precisam de orientação política. E se nós dois dermos a orientação política correta, pelo que conheci da sua equipe e pelo que conheço da minha equipe, nós vamos fazer, em quatro anos, o que não foi feito nos últimos 40 anos, na relação Brasil e Peru.

Por isso, quero agradecer, de todo coração, o fato de Vossa Excelência ter aceitado o meu convite para vir ao Brasil. E, se Deus quiser, em junho próximo, estarei retribuindo essa visita, no Peru, quem sabe para assinar novos acordos.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Bolívia

Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, em Brasília, em 25 de abril de 2003

Excelentíssimo Senhor Gonzalo Sánchez de Lozada, Presidente da Bolívia; Senhores Ministros e Senhoras Ministras da Bolívia e do Brasil; meus amigos e minhas amigas,

Quero crer que a imprensa brasileira está se dando conta, nesses quatro meses, de quantas reuniões de trabalho nós já fizemos com os países da América do Sul. Possivelmente, no dia 27 de maio, terminaremos de conversar com todos os países, o que, na prática, significa que a integração da América do Sul não é mais uma integração sentimental. É uma política que queremos levar muito a sério. E muito mais feliz fico eu, quando percebo que há a concordância com todos os Presidentes com quem até agora conversamos.

Os encontros que hoje mantive com o Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada foram extremamente proveitosos. É com prazer, portanto, que registro nossa decisão comum de aprofundar as já excelentes relações que unem nossos dois países, com vistas a convertê-los, nos próximos anos, em sócios íntimos e parceiros preferenciais.

O gás é elemento relevante em nossas relações, mas estamos convencidos de que deve ser apenas uma das inúmeras possibilidades de cooperação e negócios que se abrem

entre nós. É do nosso interesse mútuo constituir malha de vínculos entre o Brasil e a Bolívia, similar a que já existe entre o Brasil e outros países da América do Sul, beneficiando as áreas dos transportes, do comércio, da cultura, dos investimentos, da vida fronteiriça, entre outras.

Quando conversamos sobre a integração física bilateral, ressaltamos a importância dos projetos considerados no âmbito da iniciativa para a integração da infra-estrutura regional da América do Sul, e a relevância da mesma como elemento fundamental para a criação de um espaço econômico ampliado na América do Sul.

Isso não significa que estejamos subestimando a potencialidade de cooperação que se abre no setor energético. O Presidente Sánchez de Lozada e eu lembramos, a propósito, como as exportações de gás boliviano para o Brasil foram importantes para estimular estudos de projetos de desenvolvimento paralelo, entre os quais o desenvolvimento da indústria na região da fronteira.

Tenho-me referido às dificuldades que o Brasil e os demais países da região enfrentam na área das finanças e do comércio internacional. Foi a consciência de que essa situação nos é

adversa que me levou a atribuir a mais alta prioridade de nossa política externa à América do Sul.

Estou plenamente convencido de que a criação de um espaço econômico mais amplo, baseado no comércio, em indispensáveis projetos de infra-estrutura e na busca da complementaridade econômico-comercial terá repercussões muito positivas, não somente para nós, como também para nossas relações, como região, com o resto do mundo.

Há passos concretos a serem dados, sobre os quais conversei com o Presidente Sánchez de Lozada. Nós nos pusemos de acordo, por exemplo, sobre a urgência de se avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, o que possibilitará estabelecer um espaço econômico. A Bolívia está disposta, também, a coordenar posições, conosco e com os demais países da região, nas negociações da Organização Mundial do Comércio e da ALCA. Em relação a este último processo negociador, estamos convencidos de que os avanços devem levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério e as enormes carências sociais desses países, as quais se agravaram em anos recentes.

Em nossa conversa, nós nos referimos também à instalação, em Brasília, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que, nesta primeira etapa, está sendo dirigida por um cidadão boliviano. Trata-se de um valioso mecanismo de coordenação política e de canalização de recursos extra-regionais para projetos de interesse de nossos dois países, na busca do desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Quero, também, salientar que foi com muito orgulho e com muita satisfação que eu vi o Presidente Sánchez de Lozada afirmar que dará o seu apoio não apenas nas discussões de reformulação do papel das Nações Unidas, mas também apoio ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Isso, para nós, é muito importante, não apenas pela possibilidade concreta, mas, sobretudo, pelo grau de confiança demonstrado pelo Presidente da Bolívia.

Por isso, quero, na frente da imprensa brasileira, Presidente, agradecer o seu gesto e dizer que, se o Brasil for indicado como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, pode ficar certo de que o Brasil não irá envergonhar nenhum país da América do Sul.

Obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em Recife, em 25 de abril de 2003

Bom, primeiro, eu não sabia que o meu amigo Chávez criaria tanta expectativa na imprensa. Porque, assim que sairmos em todas as fotos nossas que estão tirando, certamente passaremos a ser as pessoas mais famosas, pelo menos por 15 minutos.

Eu queria dizer para a imprensa que é um prazer muito grande estar aqui, no Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, junto com o Governador Jarbas Vasconcelos, junto com o Prefeito João Paulo Cunha, junto com vários Ministros do meu Governo, com o Presidente Chávez e grande parte dos seus Ministros.

Estou certo de que este momento que estamos vivendo, e essa reunião que terminamos de fazer agora são, sem dúvida nenhuma, um novo marco na relação Venezuela-Brasil.

Gostaria de salientar, de início, que as reuniões que mantive com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, corresponderam às nossas melhores expectativas.

No dia seguinte ao de minha posse, tive a oportunidade de manter um diálogo muito cordial e proveitoso com o Presidente Chávez. Compartilhamos de um grande de-

safio comum, que é o de governar, com visão e mão reformadoras, países marcados por profundas desigualdades econômicas e sociais. Temos a disposição de estreitar ainda mais as relações entre nossos países.

Nesta nova rodada de conversas, procuramos dar mais conteúdo prático a esse diálogo. Conversamos sobre o cenário internacional, que se vai complicando a cada dia. Conversamos sobre nossa região, sobre nossos países e sobre o que fazer para tornar nosso relacionamento bilateral um modelo de experiência da integração.

Ao examinarmos o quadro internacional, nossa atenção voltou-se, naturalmente, para os desdobramentos da situação no Oriente Médio. Além do custo da guerra em termos de dor e de perdas humanas, há também a lamentar o uso da força sem a autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Reafirmamos a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são partes o Brasil e a Venezuela. Coincidimos, também, em que

é necessário reforçar e reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança.

Fiz tudo o que estava a meu modesto alcance, para oferecer a contribuição do Brasil para uma solução pacífica e diplomática para a questão do desarmamento do Iraque. Mantive contato direto e freqüente com líderes mundiais. Estou empenhado, agora, em contribuir para que as Nações Unidas voltem a ter papel decisivo para uma solução duradoura para essa questão.

Conversamos, também, sobre a estagnação da economia mundial, que muito nos preocupa. Todo o esforço que estamos fazendo para recuperar nossas economias não atingirá plenamente seus objetivos se não houver mudanças importantes na ordem econômica mundial, que facilitem os fluxos de recursos para investimentos em nossos países.

No comércio, apesar de muitas promessas e declarações, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte de nossos produtos, em particular àqueles nos quais temos claras vantagens comparativas.

Concordamos em atribuir a mais alta prioridade à integração da América do Sul. O Presidente Chávez e eu estamos plenamente de acordo quanto à urgência de avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, e entre a Venezuela e MERCOSUL, com o fim de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano antes de 31 de dezembro de 2003.

Venezuela e Brasil vão aprimorar a coordenação de posições, junto com os demais países sul-americanos, na Organização Mundial do Comércio e no processo de conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas.

No caso da ALCA, em particular, estamos

convencidos de que é preciso se avançar de forma equitativa e equilibrada, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério e as graves carências sociais que se observam em muitos deles.

Quero reiterar o apoio do Brasil ao Governo venezuelano. Como integrantes e líderes do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, recebemos com satisfação o projeto de acordo concluído no último dia 11, entre o Governo da Venezuela e as organizações que conformam a Coordenadoria Democrática. Esperamos que possa ser aceito como base, para que os venezuelanos encontrem, eles próprios, uma solução constitucional, pacífica, democrática e eleitoral para os problemas de seu país.

Queria dar uma palavra, agora, sobre a integração entre o Brasil e a Venezuela. Os dois países já contam com comunicação rodoviária asfaltada e o Brasil se abastece de energia elétrica venezuelana. Mas há muito mais a fazer. Devemos explorar, plenamente, as oportunidades que se abrem com a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que privilegia o papel da interconexão física entre os dois países para a dinamização do comércio bilateral e o estímulo ao desenvolvimento das regiões fronteiriças.

Quero ressaltar a importância da participação da iniciativa privada na busca de fontes de financiamento para as obras de infraestrutura para a integração física.

Outra forma de integração está na ampliação do comércio entre os dois países. Há, na esfera comercial, muitas oportunidades a serem exploradas pelos empresários brasileiros e venezuelanos.

Os dois Governos estão dispostos a fazer

a sua parte, incentivando a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, como mecanismo de liquidação das operações comerciais, de forma a dinamizar e priorizar as relações bilaterais. Registro, com satisfação, a recente visita de expressivas delegações empresariais venezuelanas ao Brasil.

Reafirmamos o compromisso e o apoio de nossos dois Governos à recém-instalada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

No quadro do fortalecimento dos mecanismos de cooperação na área de segurança e defesa, foram discutidas, durante a visita do Presidente Chávez, as bases para o acesso progressivo da Venezuela às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com vistas a alcançar maior integração venezuelana ao sistema. Já solicitamos aos nossos Ministros da Defesa que estabeleçam as modalidades de implantação.

Quero finalizar referindo-me à criação do Centro de Estudos Brasileiros em Caracas. A cooperação cultural entre os nossos países permitirá que brasileiros e venezuelanos descubram, ainda, outras identidades, além daquelas representadas pela História de vida do General Abreu e Lima, da qual todos nos orgulhamos.

É importante lembrar que uma aproximação e um trabalho conjunto entre a Petrobras e a Pedveza, com o Acordo assinado aqui, entre os Presidentes das duas empresas, pode possibilitar que o processo de integração entre Brasil e Venezuela se dê em poucos anos, muito mais do que aconteceu nos últimos 40 ou 50 anos.

Por isso, meu caro companheiro Presidente Chávez, eu quero, do fundo do meu coração, agradecer a sua disposição de vir ao

Brasil. E, quando regressar à Venezuela, pode dizer ao seu povo que o povo da Venezuela e o Governo da Venezuela têm, no povo brasileiro e no Governo brasileiro, amigos de verdade.

Muito obrigado

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração dos bustos do Libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima, em Recife, em 25 de abril de 2003

Ao povo de Abreu e Lima quero dizer que é um prazer imenso poder estar aqui com vocês. Muito mais gratificante do que estar aqui, eu queria dizer que o orgulho ainda é muito maior quando estamos, aqui, com a presença do Presidente da Venezuela, o nosso querido irmão Hugo Chávez, a quem eu pediria uma grande salva de palmas, para um companheiro tão importante para o Brasil. Quero agradecer a presença do Prefeito de Abreu e Lima, o companheiro Jerônimo; quero agradecer, aqui, a presença do companheiro João Paulo, Prefeito de Recife; quero agradecer, aqui, a presença do nosso Governador Jarbas Vasconcelos; quero agradecer a presença dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais, dos Ministros, das Ministras, tanto do Brasil quanto da Venezuela,

Queria dizer, de início, meu caro amigo Presidente Chávez, que é com muita alegria que recebo Vossa Excelência aqui no interior de meu Estado, nesta cidade que leva o nome de Abreu e Lima, um grande brasileiro, um grande pernambucano, e também um grande bolivariano.

Foi Vossa Excelência, quando veio a Brasília para minha posse, em janeiro último, que avivou a memória dos brasileiros em relação à figura de José Inácio de Abreu

e Lima, batalhador incansável pela independência e pelo progresso de nossos povos.

Fez História, e sua vida transformou-o num indelével símbolo de união entre Brasil e Venezuela.

Sinto-me lisonjeado com a comparação, extremamente generosa, que Vossa Excelência estabeleceu, naquela ocasião, entre aquele José Inácio e este Luiz Inácio.

Quero salientar, meu caro Presidente e amigo, que se é accidental que contemos com igual parte de nossos nomes, há aspectos da vida e do pensamento de Abreu e Lima – conhecido como “o general das massas” – que, de fato, me têm servido de inspiração ao longo dos anos: seus ideais de justiça e de liberdade; sua visão de uma sociedade mais justa; e a permanente disposição de lutar para converter aspirações em realidade.

José Inácio de Abreu e Lima foi mais do que um herói em dois países.

Entre nós, foi capitão de artilharia, que aderiu à Revolução Republicana de 1817, para ser preso e ver seu pai fuzilado. Mais tarde, em 1848, lutaria na Revolução Praieira, para acabar desterrado em Fernando de Noronha. Mas as dificuldades da vida nunca foram suficientes para silenciá-lo ou desanimá-lo. Ousado no plano das idéias, Abreu e Lima também foi homem de ação.

Se a liberdade custava a ser conquistada aqui, partiu ele para persegui-la na Venezuela, alistado no exército do libertador Simón Bolívar. Permaneceu ao lado de

Bolívar até a morte deste, em 1831. Chegou ao generalato, recebeu o título de Libertador de Nova Granada.

Mas se cultivamos Abreu e Lima como um herói venezuelano, não podemos também deixar de reverenciá-lo como um herói sul-americano. Embora a visão bolivariana de unir as antigas colônias da Espanha no continente não tenha prosperado, ela representou, inegavelmente, uma semente da integração regional. Bolívar, afinal, não só conquistou a independência da Venezuela, mas também a da Colômbia, a do Equador, a do Peru e a da Bolívia.

Buscar converter em realidade o sonho bolivariano de unidade continental é uma imposição para os países da região.

Diante de um mundo que se mostra desinteressado da sorte dos mais pobres e dos mais fracos, somente com a nossa união poderemos reforçar a capacidade de defender os interesses fundamentais de nossos cidadãos. Nessa tarefa, meu caro Presidente, a Venezuela e o Brasil andam de braços dados.

Finalmente, uma palavra, também, de homenagem a um grande pernambucano e brasileiro que foi Barbosa Lima Sobrinho. Foi dele, quando Governador de Pernambuco, a iniciativa de mudar o nome do distrito – hoje município – de Maricota para Abreu e Lima, cuja população nos recebe hoje com tanto carinho.

Muito obrigado, Presidente Chávez. E muito obrigado, povo de Abreu e Lima.

Seminário Brasil-China

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do seminário Brasil-China: "Um Salto Necessário", no BNDES, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 2003

Quero cumprimentar a Excelentíssima companheira Governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho; quero cumprimentar o Embaixador Jiang Yuande, Embaixador da China no Brasil; meu amigo Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro interino das Relações Exteriores; Senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Senhor Luiz Dulci, Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; companheira Benedita da Silva, Ministra da Assistência e Promoção Social; Senhora Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia; companheiro Miro Teixeira, Ministro das Comunicações; companheiro Roberto Amaral, Ministro da Ciência e Tecnologia; Luiz Paulo Conde, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro; Marco Antônio Vale, Prefeito, em exercício, da cidade do Rio de Janeiro; meu amigo Carlos Lessa, Presidente da BNDES; meu amigo José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, que nos deu uma alegria muito grande esta semana, anunciando a redução do preço da nafta, do óleo diesel, da gasolina; Senhor Maurício Botelho, Presidente da Embraer; Senhor Flávio Andrade, Presidente da Souza Cruz; Senhor Rogério Marinho, Vice-Presidente do jornal "O Globo"; Senhor Embaixador Marcílio Marques Moreira,

Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; meus amigos Deputados, Senadores, empresários, intelectuais, jornalistas aqui presentes, meus amigos e minhas amigas,

Napoleão Bonaparte fez ecoar uma frase que ficou muito famosa junto aos chineses. Disse ele: "A China é um gigante adormecido. No dia em que a China acordar, o mundo vai tremer." Possivelmente, se ele, na mesma época, tivesse visitado o Brasil, também diria o mesmo. E eu acredito que essa frase, dita por Napoleão, nos leva à compreensão de uma música que marcou a nossa época, pelo menos a da minha geração. Marcou época na vida, acho, de todos os que lutaram por democracia no Brasil, quando dizia: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer."

Durante muito tempo, aqui no Brasil, costumava-se brincar dizendo que as coisas só aconteciam se dessem antes no "New York Times". Precisou o Governo americano transformar a China num parceiro comercial privilegiado, para que o resto do mundo acordasse para compreender a China. E eu, particularmente, acho que essa frase do Vandré vai permear todo o meu Governo: o Brasil precisa, definitivamente, aprender que

somos um país grande, que temos vocação para crescer e que não precisamos pedir licença a ninguém para disputar as nossas relações políticas, diplomáticas e comerciais.

Eu quero afirmar a vocês, aqui, na sede do BNDES, que nesses quatro anos, nós vamos fazer política internacional com tal intensidade, que em algum momento vocês vão dizer para mim, como estão dizendo alguns companheiros hoje, para não deixar o dólar cair mais, e que o Brasil precisa ocupar logo os espaços.

A nossa relação com a União Européia é fantástica, com os Estados Unidos é muito importante, mas nós precisamos abrir novas fronteiras, e não temos o direito de ficar esperando alguém nos convidar. Eu dizia durante a campanha – nós vamos ter de fazer como aquele mascate, que chegava à porta da casa da gente, batia palmas; às vezes, mal-humorada, a mãe da gente ia atender, porque estava numa outra ocupação e já ia dizendo “eu não quero nada, não vou comprar nada”, e dali a 20 minutos, voltava com um pacotinho e com uma dívida para pagar em 12 ou em 24 meses.

É assim que, na minha opinião, o Brasil precisa proceder. Nós temos a América do Sul, nós temos a China, nós temos todo o mundo asiático, nós temos o Oriente Médio, nós temos a Índia e temos a África, e é uma obrigação política, moral e histórica nossa estreitar cada vez mais a relação com o continente africano, não podemos esquecer isso.

Portanto, quem trabalha com política exterior vai ter muito trabalho nesses próximos quatro anos; vai ter de viajar muito por esse mundo, porque o Brasil vai se descobrir para o mundo. Nós temos um espaço para ocupar e vamos ocupá-lo com a nossa indústria, com a nossa agricultura, com a nossa cultura, com

a nossa relação política e com a nossa capacidade tecnológica.

O Brasil precisa compreender que a atitude mais importante que nós temos, neste momento, é recuperar a nossa auto-estima, acreditar em nós mesmos, acreditar que somos competitivos e descobrir onde nos tornaremos competitivos, para enfrentar esse mundo cada vez mais globalizado.

Por isso, é com grande prazer que abro os trabalhos do Seminário Brasil-China: Um Salto Necessário. Desejo, em primeiro lugar, congratular-me com os organizadores pela escolha do título do seminário. Este é o segundo evento de que participo em pouco mais de dois meses, voltado para o aprimoramento do diálogo entre Brasil e China.

Minha presença é indicação da alta prioridade que meu governo atribui ao estreitamento das relações com a China. A magnífica exposição dos Guerreiros de Xian e os tesouros da Cidade Proibida, que inaugurei recentemente em São Paulo, nos inspira vitalidade e auto-confiança diante de um passado milenar.

Já o Seminário que estamos, hoje, inaugurando, nos remete à possibilidade do futuro, de um futuro onde o Brasil e a China serão, cada vez mais, parceiros na construção de uma convivência harmônica e próspera entre nossos povos.

Tenho repetido que a América do Sul será prioridade em meu governo, pois estou convencido de que o desenvolvimento pleno do Brasil só será possível como parte da integração do continente como um todo. As vastas distâncias e disparidades regionais e sociais do Brasil só serão definitivamente superadas quando se conformar o espaço integrado sul-americano. E se temos uma vocação regional, somos, também, um país glo-

bal. Da mesma forma que a integração nacional passa pela integração regional, estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, em particular, com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior.

São múltiplos os aspectos em que Brasil e China formam uma parceria estratégica. De um lado, as potencialidades do nosso intercâmbio comercial são um poderoso estímulo para a conclusão das estradas de integração sul-americana, ligando o Atlântico e o Pacífico, contribuindo, portanto, para viabilizar a própria integração regional. Por outro lado, creio que o êxito econômico chinês oferece esse exemplo de como transformar e integrar um país, dinamicamente, num processo de globalização da economia internacional, com benefícios para toda a população.

Além disso, compartilhamos a determinação de forjar uma ordem internacional democrática e sem hegemonismos, uma ordem na qual o papel central das Nações Unidas e, em particular, de um Conselho de Segurança representativo e legítimo, sejam garantidos.

Este Seminário oferece oportunidade para avaliarmos, juntos, as realizações e promessas dessa parceria. O sinal mais eloquente da força da cooperação entre os nossos países está na evolução impressionante das trocas comerciais já citadas aqui pela nossa Governadora. E que eu vou repetir para marcar na memória de cada empresário aqui presente.

Desde 2002, a China já é o quarto maior destino para as exportações brasileiras. Os números são especialmente significativos, quando pensamos no ritmo exponencial de seu crescimento. Como resultado, o comércio bilateral praticamente triplicou nos últi-

mos três anos. E quero, aqui, lançar um desafio ao empresariado brasileiro. Uma parceria real, que multiplique as oportunidades para agregar valor aos produtos que intercambiamos, exige disposição de realizar investimentos e estabelecer acordos inovadores. Não pode haver maior demonstração dessa confiança do que a inauguração, ainda este ano, da primeira fábrica da Embraer fora do Brasil.

A cooperação em ciência e tecnologia é decisiva para esse objetivo. O Brasil deseja que trabalhem juntos para habilitar nossos países a trilharem o caminho do desenvolvimento efetivamente sustentável, assentado na capacitação própria e soberana.

Alegro-me em saber que estão em fase adiantada estudos para a China desenvolver programas de combustível alternativo, baseados no Pró-Álcool brasileiro. Da mesma forma, atribuímos prioridade ao programa de satélites de sensoriamento remoto, e estaremos presentes ao lançamento do segundo satélite da série, previsto para o segundo semestre. Ofereço apenas mais um exemplo do elevado potencial dessa sinergia.

No campo da saúde, a combinação da experiência brasileira no combate à AIDS com a capacitação chinesa em medicamentos genéricos torna mais eficaz o combate a esse mal em ambos os países.

Em 2004, completam-se trinta anos do estabelecimento das relações entre nossos dois países. Devemos comemorar esse marco com a renovação do compromisso de elevar nosso relacionamento a um novo e inédito patamar.

É dentro desse espírito que espero poder, proximamente, visitar oficialmente a China. Estou certo de que confirmarei as marcantes impressões que trouxe de minha viagem

àquele país, há dois anos, de um povo determinado e confiante e desejoso de aprofundar com o Brasil o imenso potencial de cooperação e afinidades capazes de superar as distâncias culturais, históricas e geográficas.

Desejo, por fim, sublinhar meu reconhecimento aos organizadores do Seminário. Fico muito satisfeito que iniciativas como este Seminário estejam partindo do setor pri-

vado, o que, para mim, demonstra a sintonia de interesses entre o Governo e a sociedade civil.

Este evento é exemplo de como todos os setores de nossa sociedade podem, juntos, colaborar para fazer avançar esta parceria estratégica e necessária entre Brasil e China.

Obrigado.

XV Fórum Nacional-BNDES

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema "Inserção Global do Brasil: OMC, MERCOSUL, ALCA, Zona de Livre de Comércio do Brasil com a União Européia", pronunciada pelo Ministro de Estado, interino, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no XV Fórum Nacional do BNDES, no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2003

Uma primeira ordem de considerações refere-se à própria noção de "inserção global" e ao conceito de "globalização". Está claro, hoje, que os benefícios da chamada globalização afluem apenas a uma pequena parcela da humanidade, e que o processo como tal está eivado de assimetrias. Sabemos que estes desequilíbrios não se dissiparão espontaneamente. Ao voltarmos os olhos para o mercado internacional de bens, serviços, tecnologia, temos de nos perguntar se devemos nos resignar a tentativas de integração sem qualificações no contexto vigente, ou se nossa inserção global pressupõe um esforço – em coordenação com outros parceiros governamentais e não-governamentais – pela promoção de condições mais equânimes de competição e distribuição de frutos. Como atesta a participação do Presidente Lula nos foros de Porto Alegre e Davos, o Brasil passou a assumir uma posição de liderança na busca de um novo paradigma, no âmbito desta segunda alternativa.

A busca da conciliação entre as agendas do crescimento econômico e do desenvolvimento social, defendida pelo Brasil, envolve um questionamento de postulados que, por diferentes razões, se revelem incapazes de produ-

zir resultados positivos para os países menos desenvolvidos. Entre estes postulados, figura o de que a liberalização comercial e a desregulamentação necessariamente potencializam o efeito gerador de riqueza do comércio internacional. Se é verdade que, em teoria, a liberalização deveria induzir a uma alocação mais racional de recursos, na prática, alguns dos principais defensores dos benefícios da liberalização não hesitam em cercar-se de regimes de exceção para os setores em que demonstram vulnerabilidade – coincidentemente aqueles em que os países em desenvolvimento possuem vantagens comparativas. Assim sendo, no mundo real não estão dadas as condições para que o livre funcionamento do mercado se transforme em alavanca para o crescimento econômico, com uma repartição mais justa de ganhos. Desta constatação decorre a importância de um esforço sustentado pelo nivelamento das condições de concorrência, em todo o espectro de itens da agenda do comércio internacional.

Caberia distinguir, de antemão, entre os diversos exercícios negociadores em que estamos envolvidos – como o da Rodada de Doha, na OMC, da ALCA, e entre o

MERCOSUL e a União Européia – e os projetos de fortalecimento do MERCOSUL e aproximação com os demais países da América do Sul. A agenda de estreitamento de laços em nível regional constitui um projeto de integração multifacetado, semelhante ao da União Européia. As negociações na OMC, da ALCA e com os europeus pautam-se por uma lógica mais estritamente econômica, e pelo óbvio interesse na conquista de maior espaço para nossas exportações e maior participação no comércio internacional. Dadas as disparidades econômicas entre os participantes nessas negociações, e tendo em mente as iniquidades das regras e práticas hoje prevalentes – e o risco de seu agravamento – esse objetivo é indissociável de um esforço concomitante de diminuição das restrições à nossa capacidade de fomentar políticas autônomas de desenvolvimento e de correção de distorções. Sabemos que, em setores em que revelamos competitividade, como o do agronegócio ou o siderúrgico, políticas e práticas dos países desenvolvidos, com seus subsídios bilionários e o recurso arbitrário a medidas de defesa comercial, penalizam os produtores mais eficientes, ao invés de recompensá-los.

Na realidade, as três negociações podem ser vistas como um processo único, em três tabuleiros, na medida em que estão sendo remetidas à Rodada de Doha vários temas cujo equacionamento no plano hemisférico ou inter-regional é considerado, por alguma das partes, politicamente inviável. A indisposição norte-americana em debater os subsídios agrícolas e as regras anti-dumping na ALCA constitui o exemplo mais notório. Esta circunstância faz com que seus cronogramas sejam interdependentes e requeiram uma harmonização.

Para tomarmos o exemplo da agricultura

– e independentemente das possibilidades de acesso aos mercados norte-americano e europeu que possam resultar das negociações em curso –, ao ver de nossos parceiros, a solução para questões chave do comércio agrícola passa pela OMC – em particular aquelas que se referem à eliminação dos subsídios à exportação e ao disciplinamento das medidas de apoio doméstico. Dito de outra forma, a persistência de impasses no tratamento do tema agrícola, ou das regras de defesa comercial na Rodada de Doha afeta não somente as negociações multilaterais na OMC, mas de igual maneira as duas outras iniciativas plurilaterais.

A OMC adquire, assim, um papel central em nossa investida por uma participação mais afirmativa no comércio internacional. Com a acessão da China e, em breve, da Rússia, a OMC ganha um caráter verdadeiramente universal. Instituição que encarna o sistema multilateral de comércio, a OMC encontra-se absorvida em uma rodada abrangente de negociações que envolve não apenas a liberalização do comércio de produtos agrícolas, bens industriais e serviços, como aspectos regulatórios diversos – que vão desde a revisão das regras anti-dumping, até a criação de registro para as chamadas “indicações geográficas”, a relação entre comércio e o meio ambiente, e um conjunto de temas ditos de “implementação dos resultados da Rodada Uruguai”, de especial interesse para os países em desenvolvimento.

A V Conferência Ministerial da OMC, a realizar-se, em Cancún, em setembro próximo, representa um marco importante para o futuro da Rodada. Hoje, a percepção predominante entre os Estados membros é de que o processo não está avançando de forma satisfatória. Apesar de haver sido batizada

de “Rodada do Desenvolvimento”, a negociação tem-se caracterizado pela falta de avanços, precisamente nas áreas consideradas prioritárias para os países em desenvolvimento. Um exemplo eloquente é o do citado capítulo de “implementação”, sob cujo guarda-chuva o Brasil, com o apoio de países como Índia e China, reivindica, entre outros, a compatibilização entre a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPs), e a flexibilização das disciplinas do acordo de TRIMs, que limita a liberdade de ação para a adoção de medidas de política industrial e tecnológica. Igualmente preocupante é o descumprimento de prazos e falta de disposição negociadora para a definição de “modalidades” (fórmulas de redução, alterações nas regras vigentes) em agricultura – estabelecidos, na Declaração de Doha, para 31 de março de 2003. A responsabilidade por este atraso recai claramente sobre os países protecionistas em matéria agrícola, como os europeus, Japão e Coreia. Os parâmetros para as negociações em temas como investimentos e concorrência ainda não estão definidos na OMC, embora a previsão seja de que o nível de ambição não nos crie constrangimentos excessivos.

O fortalecimento do MERCOSUL, uma prioridade em si mesma e alicerce do projeto de integração da América do Sul, deve refletir-se, também, em uma ação coordenada do bloco nas negociações com parceiros de fora da região. Na OMC, o MERCOSUL tem apresentado propostas conjuntas em grupos negociadores como o de agricultura e serviços. Seus quatro integrantes fazem parte do Grupo de Cairns, que reúne exportadores agrícolas competitivos do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, e lideram o

movimento por liberalização e eliminação de distorções em agricultura. Além de testemunho do vigor democrático no âmbito do bloco, os recentes processos eleitorais na Argentina e no Paraguai podem ser considerados auspiciosos para o projeto de consolidação da União Aduaneira e constituição do Mercado Comum, na medida em que os novos mandatários estão dando demonstrações de compromisso com o MERCOSUL. O Brasil está preparado para fazer sua parte, impedindo que o burocrático se sobreponha ao político neste processo, e, como a maior economia do MERCOSUL, apoiando grandes investimentos de empresas brasileiras na região, com vistas à articulação de uma política industrial regional. Ao mesmo tempo, parece-nos fundamental a preservação de um nível adequado de coordenação entre os membros do bloco nas negociações da ALCA – que caracterizaria como as mais complexas e politicamente sensíveis das três em andamento.

Em 1 de novembro de 2002 – ainda no Governo anterior –, assumimos a co-Presidência das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), ao lado dos Estados Unidos. O processo negociador obedece a um cronograma intenso e ingressa em fase de definições, com o intercâmbio de ofertas e a revisão de ofertas já apresentadas. O MERCOSUL apresentou ofertas em bens agrícolas e não-agrícolas. Brasil e Argentina decidiram não apresentar oferta em serviços, em função da atitude norte-americana de “bilateralizar” sua oferta em bens – com listas diferenciadas para o CARICOM, países centro-americanos, Comunidade Andina e MERCOSUL – reservando-nos as condições de acesso menos favoráveis. Nenhum dos quatro sócios do MERCOSUL

apresentou ofertas em investimentos ou compras governamentais. Em áreas como propriedade intelectual, verifica-se grande empenho norte-americano em obter disciplinas mais ambiciosas do que as da OMC, postura que contrasta com a recusa dos EUA em discutir subsídios agrícolas e instrumentos de defesa comercial – de interesse brasileiro. Cabe ter presente que o Brasil não necessitaria de uma estrutura negociadora como a da ALCA para associar-se mais estreitamente às economias da América do Sul ou mesmo do México – o que poderia ser feito no âmbito da ALADI. A perspectiva de obtenção de condições de acesso privilegiado ao mercado norte-americano é, obviamente, atraente para vários setores de nossa indústria e do agronegócio. Mas os contornos gerais da dinâmica atual das negociações não podem ser considerados favoráveis aos nossos interesses. As perspectivas de melhoria de acesso em produtos de especial interesse não são encorajadoras, na medida em que a oferta inicial norte-americana não acena com reduções de barreiras para produtos de especial interesse do Brasil, como suco de laranja, carnes, calçados e têxteis. Ao mesmo tempo, as ambições norte-americanas em matéria de serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual vão além do que está sobre a mesa na OMC, enquanto nossas postulações em matéria de anti-dumping e salvaguardas, e em relação a subsídios agrícolas não são levadas em conta.

Não chega a surpreender que o processo da ALCA suscite expectativas e inquietações junto à opinião pública. Parlamentares, representantes do setor privado, sindicatos e organizações não-governamentais desejam conhecer os contornos específicos das nego-

ciações, para poder expressar pontos de vista e contribuir para a definição de posições negociadoras. Por decisão do Presidente Lula, o Governo tem buscado ampliar o debate público sobre a ALCA e suas implicações para o Brasil. Um passo inicial foi dado no sentido de garantir a transparência do processo, com a colocação, na página do Itamaraty na Internet, da íntegra da oferta brasileira. Tenho discutido com empresários e sindicatos, e compareço ao Congresso Nacional regularmente, em atendimento ao interesse manifestado no andamento das negociações. Estamos dispostos a trabalhar com a sociedade civil e o Poder Legislativo para avaliar como melhor atender o interesse nacional nestas complexas negociações. Seguiremos trabalhando ombro a ombro com os sócios do MERCOSUL na construção de uma posição solidária e firme.

O MERCOSUL busca formar uma associação inédita entre dois blocos econômicos nas negociações com a União Européia. O prazo para a conclusão das negociações, em 2005, coincide com o término previsto para os processos da OMC e da ALCA, constituindo fator de equilíbrio em relação a esta última, sobretudo. Até o final do ano corrente, deverão estar definidas as linhas gerais de um acordo. O MERCOSUL está cumprido sua parte da barganha, tendo apresentado oferta relativa a 85% do valor do comércio para fins de desgravação, em dez anos. Aguardamos, da parte européia, uma resposta correspondente, com proposta de acesso significativo, particularmente em agricultura. Vale esclarecer que, embora os temas “investimentos” e “serviços” também estejam presentes na negociação MERCOSUL-União Européia, os parâmetros da negociação são menos ambiciosos do que aqueles

levados à ALCA pelos norte-americanos. Esta circunstância permite que compatibilizemos nossas ofertas nesses capítulos ao que está sendo negociado na OMC, descomplicando, até certo ponto, a negociação que mais nos interessa – que é aquela relacionada a acesso. Compras governamentais segue sendo um tema complexo, inclusive por constituir um possível instrumento de política industrial e tecnológica. Tenciono promover uma reflexão interna e com nossos sócios do MERCOSUL, tendo presente a necessidade de desenvolvermos uma postura negociadora comum.

Não devemos esquecer que, além destes três exercícios negociadores, estamos conversando com outros parceiros, com vistas à conclusão de diferentes tipos de acordos de aproximação comercial e econômica. A estratégia de inserção global não deve desprezar os países do sul, onde as oportunidades podem ser extremamente atraentes para o exportador brasileiro. Na América do Sul, o projeto de integração sai do plano da retórica. A negociação de acordo MERCOSUL-Comunidade Andina soma-se aos acordos de complementação econômica firmados com Chile e Bolívia, e os entendimentos MERCOSUL-Peru e MERCOSUL-Venezuela, que vão conformando um espaço de cooperação com uma forte “rationale” geográfica e política. Estamos explorando outras possibilidades de aproximação econômico-comercial com parceiros do mundo em desenvolvimento, em particular com o México, a África do Sul, o mundo árabe, os países da Associação do Sudeste Asiático, a China e a Índia. Sobre estes dois últimos mercados, vale ter em mente que a RPC passou à condi-

ção de quarto maior importador de produtos brasileiros em 2002, e que o comércio bilateral com a Índia triplicou em valor nos últimos três anos, alcançando, hoje, 1,2 bilhões de dólares. Acabo de regressar de um périplo ao sul da África, onde identifiquei um enorme interesse por negócios e empreendimentos conjuntos com o Brasil em países como Angola, Namíbia e Moçambique. O MERCOSUL está negociando um acordo de preferências que deverá levar à constituição de uma zona de livre comércio com a SACU (South African Customs Union) – formada pela África do Sul, Botsuana, Lesoto e Suazilândia.

Como afirmou o Presidente Lula na abertura do Seminário Brasil-China, realizado no Rio de Janeiro, em 30 de abril último, “precisamos abrir fronteiras e não temos o direito de ficar esperando alguém nos convidar”. Na realidade, o aprofundamento de nossas parcerias tradicionais e a busca de novas associações refletem a vocação universalista de nossa política externa, sob forte impulso no atual Governo. A rota de credibilidade em que ingressou a economia brasileira, o compromisso com o combate à pobreza e à fome, a atenção dada aos direitos humanos e à consolidação da democracia são fatores que traçam um quadro de respeitabilidade internacional e auxiliam enormemente a ação externa do Governo em suas várias vertentes, inclusive a do comércio exterior. O Brasil encontra-se em condições excepcionais para promover projetos econômico-comerciais capazes de integrá-lo de forma mais competitiva nos fluxos internacionais, sem ter de abdicar de sua autonomia na definição de um modelo de desenvolvimento próprio, capaz de conciliar progresso econômico, científico e tecnológico, e justiça social.

XVII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do XVII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio, em Cusco, Peru, em 24 de maio de 2003

Excelentíssimos Senhores Presidentes dos países que compõem o Grupo do Rio; meu caro amigo Alejandro Toledo, Presidente do Peru; Senhoras Primeiras Damas; Senhores Chanceleres; diplomatas; funcionários dos Governos aqui representados; meu querido Povo trabalhador do Peru,

Minhas primeiras palavras serão de agradecimento ao Presidente Alejandro Toledo e ao “pueblo” peruano, pela acolhida fraterna que nos reservaram nessa cidade de esplendor e mistério.

Em Cusco convivem, em perfeita harmonia, as múltiplas heranças que formam a extraordinária riqueza e diversidade da moderna civilização peruana.

É grande minha satisfação em participar, pela primeira vez, de uma reunião do Grupo do Rio. Pois os resultados de nossa reunião sublinham aquilo que já sabemos: nosso grupo oferece um canal privilegiado e ágil de diálogo sobre os grandes desafios da atualidade e sobre nossa visão de futuro.

As conclusões a que chegamos e os compromissos que assumimos aqui testemunham a nossa determinação de avançar juntos em nossos projetos de desenvolvimento nacional e regional.

Deliberamos sobre os enormes desafios à consolidação da governabilidade democrática e da justiça social em nossa região. E acordamos medidas para melhor empregar os limitados recursos de que dispomos nessa luta.

Acima de tudo, reafirmamos a vocação do Grupo do Rio como mecanismo inovador da América Latina e do Caribe, para tomar seu destino em suas próprias mãos. Mais do que nunca, aceitamos plenamente nossas responsabilidades, certos de que as soluções mais adequadas para os nossos problemas dependem – antes de mais nada – de nós mesmos.

Estamos aprendendo a dialogar com mais informalidade, a trocar experiências e a nos ouvir melhor uns aos outros. Queremos ir além da retórica, tanto na consolidação da solidariedade regional, como na defesa de interesses comuns e na promoção de causas com as quais nos identificamos: o aperfeiçoamento da convivência democrática, a retomada do crescimento econômico com justiça social, a preocupação com o meio ambiente e a promoção dos direitos humanos.

Trago do Brasil uma mensagem de renovado engajamento e aproximação com cada membro do nosso grupo e de compromisso

com nossa ação coletiva. Em nossa atuação diplomática, estamos empenhados em aprofundar e ampliar o MERCOSUL e levar adiante a integração efetiva na América do Sul. É dentro deste espírito que venho mantendo encontros com todos os países vizinhos da região. Estes esforços não excluem a cooperação com a América Central, o México, o Caribe, que compõem a família latino-americana e caribenha em sentido amplo e convergem para o Grupo do Rio. Pelo contrário. Estamos convencidos de que, ao voltarmos nossa atenção para o progresso e a estabilidade em nosso entorno imediato, nos posicionamos melhor para o estreitamento da cooperação das demais sub-regiões da América Latina e do Caribe. Estaremos contribuindo, assim, penso eu, para que nossa ação conjunta adquira substância e maturidade em termos hemisféricos e nos fóruns políticos e econômicos onde são debatidas as grandes questões da atualidade.

O espírito de conciliação e a cultura de tolerância são traços marcantes da ação de nosso grupo. Não podemos, no entanto, compactuar com as trágicas consequências das graves carências sociais - em matéria de alimentação, saúde, educação - que ainda afligem grande parte de nossas populações. É inadmissível que continue havendo fome, ainda mais em meio a tanta abundância.

Os países desenvolvidos têm uma parcela fundamental de responsabilidade na promoção de uma globalização mais equilibrada, que afaste de vez este flagelo. Vamos lutar para que o comércio e os fluxos de investimentos internacionais transformem-se em verdadeira avenida de desenvolvimento. Para isso, é necessário que seja uma via de mão dupla. Na Organização Mundial do Comércio e demais fóruns negociadores, defendemos, com firmeza e convicção, melhor

acesso para as nossas exportações e condições para uma competição mais justa. Não podemos aceitar os subsídios agrícolas bilionários, as medidas de defesa comercial arbitrárias e o protecionismo disfarçado, que nos roubam mercados e nos impedem de colher os frutos do nosso trabalho.

Esperamos que o G-8 ampliado, convocado pelo Presidente Chirac, seja um sinal de que nossa voz venha a ser ouvida, de que os países ricos estejam, finalmente, dispostos a mudar o seu comportamento, de modo que o livre comércio seja uma via de duas mãos. É, portanto, com confiança - e creio poder falar em nome do Presidente Fox - que levaremos a forte mensagem por maior justiça e equilíbrio que emanou desta Cúpula de Cusco.

O compromisso com o debate democrático e com soluções negociadas deve valer em todos os campos. Por isso, nos preocupam a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo e a violência sob todas as suas formas. O Grupo do Rio é expressão de nosso apego às soluções negociadas e fundamentadas no Direito Internacional. Essa vocação pode, e deve, ser posta a serviço da reconstrução, da cooperação multilateral no plano da paz e segurança internacionais.

Estamos determinados a preservar os avanços conquistados nas relações internacionais - em particular nas Nações Unidas e em suas instâncias decisórias. Queremos um Conselho de Segurança representativo, com países em desenvolvimento em seu núcleo de membros permanentes.

Sinto-me profundamente estimulado pela calorosa acolhida, dentro e fora do Brasil, à minha campanha pela ação prioritária e solidária em favor dos menos afortunados em

nossas sociedades. É, portanto, com imensa esperança e confiança que dedicarei a agenda do Brasil, na Presidência do Grupo do Rio, à articulação em torno dos valores comuns da democracia, da reforma social, da cultura de paz e da integração.

O Grupo do Rio nasceu em um momento de crise regional, como gesto de solidariedade coletiva para a construção da paz. No atual contexto de instabilidade mundial em que

vivemos, o Grupo ganha, portanto, crescente relevância. Estou convencido de que vivemos um momento de decisões que definirão os rumos da ordem internacional por várias décadas. De minha parte, tenciono intensificar meus contatos com os países da região, e levar nossas reivindicações e mensagens a todos os fóruns em que participamos.

Muito obrigado e boa sorte.

Visita ao Brasil do Presidente do Equador

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, em Brasília, em 27 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Lucio Gutiérrez, Presidente da República do Equador; Ministros e Ministras do Equador; Ministros e Ministras brasileiros,

Quero manifestar minha grande satisfação em receber o Presidente Lucio Gutiérrez, em Brasília, para darmos continuidade ao diálogo produtivo que iniciamos em Quito, em janeiro passado, quando de sua posse na Presidência do Equador.

A América do Sul constitui nossa prioridade política e diplomática. Queremos passar de uma relação sentimental para uma interação capaz de gerar progresso em todos os campos. Queremos passar das palavras à ação e transformar nossa cooperação em integração.

Hoje, demos passos importantes para tornar mais concreta a parceria entre o Brasil e o Equador. A amizade fraterna, que já nos une, é o pano de fundo para a ampliação de iniciativas nas áreas do comércio, da cultura, dos investimentos, da educação, da ciência e tecnologia, entre outras.

Durante esta visita do Presidente Gutiérrez, tratamos de pavimentar mais um trecho do caminho da integração. Estamos convencidos de que a futura hidrelétrica de

San Francisco terá grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Equador. O BNDES, agora, vai aprofundar o exame de outros dois projetos prioritários para milhões de equatorianos: o de um grande sistema de canais de irrigação e o de estações de tratamento de água potável.

Instruímos os órgãos encarregados do comércio nos nossos dois Governos a estudar mecanismos capazes de estimular o comércio bilateral e promover o equilíbrio da balança comercial. O Governo brasileiro está lançando programa de estímulo à participação dos produtos dos países sul-americanos no mercado brasileiro, e o Equador pode perfeitamente beneficiar-se dele.

Decidimos, também, apressar o restabelecimento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, como mecanismo de liquidação das operações comerciais. Estamos convencidos de que essa medida vai permitir que nosso comércio bilateral se torne muito mais amplo e diversificado.

Na área da integração física, o fato de não termos uma fronteira comum não impede nossa ação. Vamos explorar, plenamente, as oportunidades que se abrem com a Iniciati-

va para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em particular com a execução de projetos ao longo do Eixo Multimodal do Amazonas. Nesse eixo de desenvolvimento e integração estão previstos projetos de transporte fluvial e terrestre, que permitirão acelerar a integração das regiões amazônica e andina, e tornar realidade a ligação do Oceano Pacífico ao Atlântico.

O Equador e o Brasil procurarão acelerar as reuniões das instâncias ministeriais e técnicas da IIRSA e, em conjunto, promoveremos os projetos relacionados ao Eixo Multimodal do Amazonas.

Estamos de acordo quanto à necessidade de tornar a recém-instalada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica um mecanismo eficaz de coordenação política, sobre a base de uma visão estratégica do desenvolvimento sustentável da região amazônica, inclusive por intermédio de recursos captados fora da região.

Estamos examinando a possibilidade de se restabelecer a conexão aérea direta entre o Brasil e o Equador, no que diz respeito ao transporte de passageiros. Na área de cargas, esta ligação está sendo assegurada por acordo concluído recentemente.

É grande a expectativa de que, em breve, a Petrobras possa colaborar mais intensamente na prospecção e na exploração do petróleo equatoriano.

Não menos importante é o apoio que decidimos nos conceder mutuamente na área do desenvolvimento social. Identificamos, na cooperação bilateral, importante instrumento para alcançar esse objetivo. O Presidente Gutiérrez está interessado em implantar, em seu país, um programa inspirado no "Fome Zero". Nossas experiências com a Bolsa-

Escola, o programa de livros didáticos e os agentes de saúde estarão à disposição do Equador.

Quero informar, também, que o Presidente Gutiérrez e eu estamos plenamente de acordo quanto à urgência de avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, com o fim de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano ainda em 2003. Enquanto não se conclui a negociação entre os dois blocos, proporemos que o MERCOSUL negocie em separado com o Equador, conforme já procedemos com outros países. Vamos, também, buscar coordenar posições com os demais países da região na Organização Mundial do Comércio e no processo da Área de Livre Comércio das Américas.

Examinamos os principais temas da presente conjuntura internacional e coincidimos na necessidade de reformar a ONU, em particular o Conselho de Segurança. Com relação à reforma do Conselho, quero reiterar, neste momento, o agradecimento do meu Governo ao apoio do Equador a que o Brasil integre o Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente. Teremos sempre presente esta manifestação de confiança.

Reafirmamos a necessidade de lidar com as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são partes o Brasil e o Equador. Nossos países já vêm trabalhando, de forma permanente, para a consolidação da Zona de Paz e Cooperação da América do Sul, estabelecida em Guayaquil, em 2002.

O diálogo transparente e constante entre Chefes de Estado e de Governo é, nos nos-

tos dias, de importância fundamental. Foi nesse espírito que dei início a uma série de contatos diretos com praticamente todos os Presidentes da América do Sul e com outros mandatários. Não é por acaso, portanto, que o Presidente Gutiérrez é o sétimo Presidente sul-americano a vir ao Brasil em menos de cinco meses do meu mandato.

Daqui a dias estarei em Evian, na França, para participar da reunião do G-8 ampliado. Nos meus encontros, Presidente Gutiérrez, terei presentes os interesses e as aspirações de todos os países da América do Sul, na linha do que temos defendido e reiterado, como fizemos hoje, durante a sua visita de trabalho.

Por isso, meu caro Presidente Lucio Gutiérrez, eu quero lhe afirmar que estou

agradecido e feliz com a sua presença. E muito mais feliz por saber que nós dois poderemos fazer pela integração Brasil-Ecuador aquilo que precisava ser feito há muitos anos e que não foi feito.

Tenha no Brasil um verdadeiro parceiro, não apenas para o processo de integração, mas para as discussões econômicas, para as discussões políticas e, sobretudo, para a troca de experiências nas políticas públicas bem-sucedidas que estamos implantando no Brasil e que, certamente, Vossa Excelência está implantando no Ecuador. O que for bom para o Ecuador será bom para o Brasil, e o que for bom para o Brasil certamente poderá ser bom para o Ecuador.

Muito obrigado.

Cúpula de Evian

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no diálogo ampliado no contexto da Cúpula do G-8, em Evian, França, em 1 de junho de 2003

Companheiros Chefes de Estado e de Governo,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento à iniciativa do Presidente Jacques Chirac.

O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é, hoje, mais necessário do que nunca.

Temos de trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças.

Venho de um país que se encontra, hoje, mobilizado por uma energia ético-política extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos, como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais.

A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social.

Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo.

Quero falar-lhes de forma simples e direta: venho propor-lhes ações coletivas, res-

ponsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo.

A fome não pode esperar. É preciso enfrentá-la com medidas emergenciais e estruturais.

Se todos assumirmos nossas responsabilidades, criaremos um ambiente de maior igualdade e de oportunidades para todos.

A economia mundial está dando sinais preocupantes de retração. Os problemas sociais, como o desemprego, inclusive nos países ricos, estão se agravando cada vez mais.

Estou seguro de que um dos objetivos desta reunião do G-8 é o de buscar caminhos para que a economia mundial volte a crescer. Necessitamos uma nova equação, que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento.

A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos.

Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade.

Mas como competir livremente em meio à guerra de subsídios e outros mecanismos de proteção, que criam uma verdadeira ex-

clusão comercial?

Não viemos aqui para nos lamentar, nem simplesmente para engrossar o coro das re-criminações. Sabemos quais são nossas responsabilidades.

Estamos fazendo a nossa parte, executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias.

Temos demonstrado vontade política para combater os desequilíbrios sociais e a pobreza.

Estamos fazendo isso, no Brasil, com democracia e pluralismo, sem fundamentalismos, com cautela e firmeza. Estamos organizando nossas finanças e recuperando a estabilidade, para crescer de modo sustentável.

Mas sabemos que organizar e dar estabilidade a nossa economia é tarefa necessária, mas não suficiente.

Necessitamos forjar um novo paradigma de desenvolvimento, que combine estabilidade financeira com crescimento econômico e justiça social.

Hoje, queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia.

Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão.

Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania, e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

Foi assim nos Estados Unidos, a partir dos

anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa.

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou, não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo.

Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos soluções estruturais, que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.

Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos.

Vejo com preocupação as resistências, na OMC, para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias – como a do acesso a medicamentos – são proteladas.

Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos.

Temos de definir responsabilidades, o que implica, também, novas tarefas para os países em desenvolvimento. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor nas nações mais necessitadas.

É isso que o Brasil está fazendo no plano regional.

Meu governo quer fortalecer o MERCOSUL e promover a integração da América Latina. Como afirmou o Presidente Kirchner, da Argentina, são projetos es-

tratégicos e políticos, orientados para a melhoria das nossas condições de vida.

Sei que aqui vai se discutir o NEPAD. De nossa parte, com a África, que visitarei em agosto próximo, vamos ampliar a cooperação, especialmente em setores como saúde, educação, qualificação profissional e infraestrutura.

Os países da América Latina e do Caribe, que integram o Grupo do Rio, na recente Cúpula de Cusco, incumbiram ao Presidente Vicente Fox, do México, e a mim sermos seus porta-vozes aqui em Evian.

Lá foram discutidos mecanismos inovadores de financiamento para combater a pobreza e investir em infra-estrutura. Recomendando a meus colegas aqui presentes a leitura atenta dessas propostas.

A fome é uma realidade intolerável. Sabemos que existem plenas condições para superar esse flagelo.

Minha proposta – antecipada em Porto Alegre e Davos – é que seja criado um fundo mundial capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, de criar condições para acabar com as causas estruturais da fome.

É o que estamos começando a fazer no Brasil.

Há várias formas para gerar recursos para um fundo dessa natureza. Dou dois exemplos.

O primeiro é a taxação do comércio internacional de armas – o que traria vantagens do ponto de vista econômico e ético.

Outra possibilidade é criar mecanismos para estimular que os países ricos reinvestam, nesse fundo, percentagem dos juros pagos pelos países devedores.

Alguns países desenvolvidos têm apresentado propostas para enfrentar esse problema. São iniciativas válidas, que merecem ser consideradas.

Caros colegas,

O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais.

Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.

Temos de manter o diálogo, ampliando-o em bases duradouras e não de forma episódica. Isso se aplica ao G-8 e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A expectativa do Brasil é de que os países do G-8 se tornem verdadeiros aliados no combate à fome e à exclusão social, e na retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento indispensável para a segurança e a paz.

Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação.

Para que este inédito encontro em Evian atenda aos anseios legítimos de nossos povos – no Sul e no Norte – temos de demonstrar, acima de tudo, determinação no combate às desigualdades sociais.

Muito obrigado.

91ª Conferência Internacional do Trabalho - OIT

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 2 de junho de 2003

Senhores Diretores Executivos da OIT; representantes dos Estados Membros da OIT; meus caros representantes dos trabalhadores; representantes dos empregadores; meus companheiros da delegação brasileira; nossa Embaixadora; meus amigos e minhas amigas,

Eu estava pensando em fazer um discurso de improviso, mas, exatamente por me sentir em casa, eu tenho medo de falar demais, porque quando eu ia à porta de uma fábrica fazer assembléia, eu falava umas 30 vezes: “e para terminar... e para terminar...” e nunca terminava. E como eu sei que o tempo de vocês é muito precioso, vou tratar de ler o meu pronunciamento. Dizer a vocês que é com muito prazer e muito honra que eu estou nesta Casa, que simboliza a possibilidade da harmonização entre o capital e o trabalho. Esta Casa que redefine, de quando em quando, normas que garantem a todos nós o estabelecimento de regras, apesar de muitos governos não cumprirem os acordos que assinam. E acho que, neste momento em que o mundo vive essa experiência de globalização, a OIT pode ter um papel ainda mais importante para aperfeiçoar o trânsito do trabalho, com a mesma facilidade

com que se movimenta o capital nos dias de hoje.

Eu sempre briguei para chegar onde cheguei. Se tem uma coisa pela qual eu briguei, foi para ser Presidente da República. Perdi três vezes. Quando muitos pensavam que eu ia desistir, lá estava eu, outra vez, disputando a eleição para Presidente da República. E por uma simples razão: porque eu sempre acreditei que a grande tarefa de um dirigente político é poder cumprir, no exercício do seu mandato, as coisas que ele acreditava poder fazer antes da campanha. E, hoje, eu estou muito mais convencido de que, certamente, não teremos tempo para fazer tudo que queremos fazer, mas, com certeza, faremos, para o mundo do trabalho, muito mais do que já foi feito no meu país. Eu comeci o governo com essa convicção e, tenho certeza, terminarei o governo cumprindo grande parte dos sonhos que sonhei a vida inteira poder cumprir. Até porque eu estou cada vez mais consciente de que, nesse mundo globalizado, o movimento sindical de trabalhadores precisa, cada vez mais, ser menos corporativo e cada vez mais político.

E quando eu digo ser político, não é pedir para que vocês se filiem a algum partido políti-

co, é para terem consciência de que muitas das coisas que acontecem no mundo do trabalho são decididas fora do mundo do trabalho. E é lá que, muitas vezes, nós temos de antecipar as nossas ações. Se o movimento sindical não tomar essa atitude, muitas organizações não-sindicais ocuparão o espaço que deveria ser do sindicato.

Nós não temos o direito de continuar a fazer o mesmo tipo de sindicalismo que fazíamos há 20 ou 30 anos. É preciso que cada um de nós, em função da realidade do nosso país, repense o papel que o movimento sindical deve ter para ganhar credibilidade junto aos trabalhadores que representa.

Quando eu era dirigente sindical, eu dizia para os empregadores que o empregador inteligente era aquele que preferia negociar com um sindicato forte, onde você faz acordo e este é cumprido. Com o sindicato fraco, você faz acordo e os trabalhadores não o respeitam. E eu espero que o movimento sindical possa, numa mesa de negociação, firmar todos os acordos importantes que o meu país precisa e que, certamente, muitos dos países de vocês ainda precisam.

No Brasil, nós nunca tivemos tantos sindicalistas no poder como temos agora. Nós temos o Presidente da República e temos vários Ministros. Portanto, agora, nós não temos mais em quem jogar a culpa por não fazermos o que tem de ser feito. Nós, agora, temos quatro anos para transformar em ações concretas tudo aquilo que ensinamos aos trabalhadores ou que reivindicamos dos outros que não eram do nosso partido.

Eu queria dizer para vocês que foi muito proveitosa a minha ida a Evian. Quando tomei posse como Presidente da República, disse a mim mesmo que não iria perder nenhuma oportunidade que se apresentasse à

minha frente. E a vida, ela é feita de oportunidades. De quando em quando, elas passam na sua frente. Ou você pega ou deixa a oportunidade passar. Foi assim quando eu decidi participar do Fórum de Davos, em janeiro deste ano, quando muita gente achava que eu não deveria participar, porque era um encontro dos “mega empresários.” E eu resolvi que era um espaço do qual eu deveria participar, porque eu tinha coisas para falar. E eu vim levantar o debate sobre a questão da fome, existente em praticamente todos os países em vias de desenvolvimento.

Quando eu fui convidado para Evian, também havia muita gente que se perguntava o que o Presidente do Brasil iria fazer em Evian. Afinal de contas, é uma reunião dos oito países mais ricos do mundo. E haverá muitos protestos e o Presidente do Brasil pode ser confundido. E eu, junto com meus companheiros, tomamos a decisão de vir porque, outra vez, nós tínhamos o que falar. E viemos para falar aquilo que nós entendíamos que era preciso falar. E agora estou aqui, na OIT, onde encontro vários companheiros que já encontrei em algum lugar desse mundo, em algum momento. E me encontro aqui com empresários que, certamente, estão com a cabeça muito mais arejada para estabelecer uma nova dinâmica no mundo do trabalho. Por isso, eu quero, meu querido Diretor-Geral, agradecer essa oportunidade e, queira Deus, que, a partir dessa minha vinda, outros Presidentes da República se disponham a participar desse debate, porque, afinal de contas, pode ser nesta Casa que a gente começará a decidir coisas importantes para os trabalhadores do mundo inteiro.

É com grande emoção que tomo a palavra diante de vocês. Antes de ter sido eleito Presidente do Brasil – como o primeiro re-

presentante do meu partido –, eu fui muitas coisas no mundo do trabalho: fui um operário metalúrgico, fui sindicalista, ajudei a fundar o meu partido e ajudei a fundar a Central Única dos Trabalhadores. Enfrentei condições que estão muito longe do que a OIT definiria como trabalho decente. Fui trabalhador infantil. Conheci a exclusão social que aflige a tantos milhões de brasileiros, de homens, mulheres e crianças mundo afora, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

De certo modo, a agenda desta Organização se confunde com a minha agenda pessoal e também com a minha agenda política. Represento um País de contrastes e desigualdades, que confronta seus dirigentes, no plano interno, com os mesmos desafios que precisam ser enfrentados pela comunidade internacional e pela OIT no plano mundial.

Antes de dedicar-me a governar o Brasil, tive uma longa experiência de coordenação sindical e negociação coletiva com representantes dos empresários e com o Governo. Conheci as restrições à liberdade de associação durante o regime autoritário no meu país. A democracia foi reconquistada, com a participação ativa dos trabalhadores. Ao longo daqueles anos, aprendemos a persistir na defesa de nossos direitos e interesses fundamentais. Aprendemos também a ouvir, a dialogar e a construir consensos.

De certo modo, a estrutura tripartite, que constitui a força deste Fórum, tem semelhança com a circunstância histórica que vive o Brasil. Meu Governo vem promovendo ampla abertura de diálogo e aperfeiçoamento do convívio democrático. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social inaugura uma nova experiência de negociação entre representantes do Governo e da sociedade civil, empresários, sindi-

calistas, ONGs. Estamos reunindo ampla base social para promover as transformações esperadas pela Nação no combate à fome e à pobreza, no acesso à educação e à saúde, na disseminação da justiça social, na defesa dos direitos fundamentais do trabalhador.

Não por coincidência, hoje, na OIT, pronuncio meu primeiro discurso em um organismo das Nações Unidas, em nome deste novo Brasil. O Brasil quer refletir, em sua política externa, o reencontro consigo mesmo. Somos responsáveis por resgatar as enormes dívidas sociais que temos com a grande maioria do nosso povo.

No princípio do ano, tive a honra de participar, mais uma vez, do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, e também do Fórum Econômico Mundial, de Davos, onde defendi uma ordem internacional mais justa, igualitária e democrática. Acabo de participar do diálogo de Evian, em que os dirigentes do G-8 se reuniram, pela primeira vez, com mandatários do mundo em desenvolvimento.

Minha mensagem foi clara: não há desenvolvimento econômico sem justiça social. Não podemos contemplar passivamente a disparidade entre as ilhas de abundância e os oceanos de penúria. Com vontade política, podemos corrigir distorções e estimular mudanças; canalizar recursos para o combate à fome e à miséria; estabelecer condições equânimes de competição comercial; revitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento; democratizar as relações internacionais; e fortalecer o multilateralismo em prol da paz e segurança internacionais. Precisamos de medidas emergenciais e de soluções estruturais.

Não quero parecer ingênuo. Sei que, muitas vezes, as boas intenções não se traduzem

em resultados concretos. Mas os contatos que venho mantendo me levam a crer que há uma sensibilidade crescente dos dirigentes mundiais para os desafios sociais que a humanidade tem pela frente. É crescente a coalizão de governos, ONGs, sindicatos, entidades de classes e de representantes da sociedade civil que desejam trabalhar por um novo modelo menos concentrador de riqueza, mais solidário, mais humano e mais justo.

A OIT tem um papel central nesses esforços. Uma importante contribuição já está sendo prestada. A liderança do Embaixador Juan Somavía está ajudando a revitalizar a OIT como instância de defesa dos direitos do trabalhador e como centro de reflexão crítica.

A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em junho de 1998, configurou um compromisso em torno de propostas que meu Governo apóia integralmente: a liberdade de associação; o direito à negociação coletiva; a eliminação do trabalho forçado; a erradicação do trabalho infantil; a igualdade de remuneração e não-discriminação no emprego.

O conceito de “trabalho decente” norteia, no Brasil, a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego. O termo capta o espírito humanista que estamos imprimindo à nossa mobilização nacional e internacional. Trata-se de proporcionar ao trabalhador não apenas um emprego qualquer, mas de assegurar-lhe remuneração justa, processo de trabalho não penoso e criativo, segurança à sua família, respeito aos seus direitos, atenção às suas reivindicações.

Os debates sobre as dimensões sociais da globalização situam a OIT na vanguarda da crítica dos padrões de desenvolvimento insustentáveis e desequilibrados. Na América

do Sul, vários países pagaram um elevado preço social e político por terem aceito o receituário “neo-liberal”, esquecendo nossas duras realidades sociais.

Somos a favor de um comércio internacional verdadeiramente livre, de mais investimento produtivo, de maior cooperação científica e tecnológica. Necessitamos integrar as correntes dinâmicas da economia internacional para modernizarmos nossas sociedades. Mas sabemos, hoje, que os benefícios da chamada globalização são colhidos, predominantemente, por uma pequena parcela da sociedade. Sabemos que, sem um esforço coletivo por condições mais equitativas de competição e distribuição de frutos, não haverá progresso; ao contrário, a distância entre ricos e pobres tenderá a aumentar. É essencial identificar os caminhos para a promoção de mudanças verdadeiras.

O comércio internacional é um deles. Não é admissível que os setores em que os países em desenvolvimento revelam competitividade – como o do agro-negócio, o têxtil, o siderúrgico, entre outros – sejam sujeitos às práticas comerciais protecionistas no mundo industrializado. A resistência dos países desenvolvidos em eliminar seus subsídios agrícolas bilionários e suas práticas arbitrárias é totalmente incoerente com sua própria defesa do livre comércio. Essa incoerência entre discurso e prática provoca ceticismo e desconfiança.

A América do Sul, pela riqueza e importância de sua biodiversidade, tem assumido posição pioneira em favor da proteção do meio-ambiente. Apesar disso, há tentativas, por parte dos países mais ricos, de utilizar a questão ambiental para elevar barreiras comerciais indevidas.

Existe, aqui, um problema ético que pre-

cisa ser levado em conta. Por princípio, as negociações internacionais não podem agravar a situação de desvantagem em que já se encontram os países menos desenvolvidos. Estes devem ter espaço e flexibilidade para adotar políticas industriais e de desenvolvimento científico e tecnológico capazes de gerar empregos e contribuir para aumentar a renda dos trabalhadores.

Em janeiro deste ano, recebemos, em Brasília, o Diretor-Geral, para um evento destinado a fornecer subsídios aos estudos da Comissão Mundial Sobre as Dimensões Sociais da Globalização. Esperamos que suas conclusões contribuam para uma abordagem lúcida e racional desta complexa questão. Desde já, podemos felicitar a OIT por haver respondido à necessidade de submetermos o processo de globalização a critérios de avaliação que combinam o econômico e o social. Recordo, aliás, que o Brasil desempenhou um papel na constituição do grupo de trabalho que deu início a esse debate, no ano de 2000. No Brasil, a ênfase no resgate da credibilidade econômica vem acompanhada de políticas de forte cunho social.

O fundamento do Programa Fome Zero é o de que a alimentação constitui, antes de tudo, um direito inalienável do cidadão. Melhorar a qualidade, quantidade e regularidade dos alimentos acessíveis aos brasileiros mais carentes é, na realidade, um requisito para o desenvolvimento social e econômico do País. Combater a fome é gerar empregos, aumentar a produção de alimentos, dinamizar o comércio local e dar condições de cidadania às famílias abaixo da linha de pobreza. É também estimular a agricultura familiar, tão importante na promoção de um regime agrário mais justo.

Em Porto Alegre, em Davos e, agora em

Evian, conclamei os países ricos a contribuir para a canalização de recursos ao combate à fome. Propus que seja formado um fundo mundial contra a fome e sugeri algumas formas de viabilizá-lo. Os recursos existem. Precisamos mobilizar governos e o setor privado. Trata-se de uma questão de responsabilidade política e um imperativo ético e moral. Renovo este apelo aos representantes governamentais, sindicais e empresariais aqui reunidos.

O Programa Primeiro Emprego, que estamos organizando no Brasil, é uma iniciativa de especial relevância para um país com cerca de 18 milhões de jovens de até 24 anos envolvidos no mercado de trabalho. Prevê concessão de apoio do Governo às empresas que contratem jovens trabalhadores, por um período inicial de doze meses. Haverá benefícios diferenciados para grandes, pequenas e médias empresas. Partimos do pressuposto de que o jovem empregado fortalece o tecido social, contribui para a coesão da estrutura familiar e escapa das malhas da criminalidade.

Muito tem de ser feito, no Brasil, na frente social e na área da proteção do trabalhador. Particularmente preocupante é o fato de os negros e as mulheres ainda serem remunerados cerca de 40% abaixo da média nacional. Precisamos dedicar uma atenção prioritária às questões racial e de gênero.

O Brasil tem orgulho de sua composição multi-étnica. Mas, hoje, sabemos que ainda estamos distantes da igualdade de oportunidades para negros, indígenas e outros grupos. O preconceito e a discriminação persistem e precisam ser enfrentados com determinação. A criação de Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, com status de

Ministérios, reflete o compromisso do meu Governo com uma política afirmativa de inclusão social em relação aos segmentos tradicionalmente desfavorecidos. Este é o objetivo do Programa Brasil, Gênero e Raça. O Ministério do Trabalho está desenvolvendo, em parceria com a OIT, programas para a implementação das Convenções nº 100 e 111. O Programa de Gênero e Cidadania, inicialmente posto em prática pela Prefeitura de Santo André, no Estado de São Paulo, visa considerar a dimensão de gênero nas políticas de redução da pobreza e da exclusão.

Com 76 milhões de afro-descendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso.

A situação do trabalho infantil, no Brasil, ainda é muito preocupante. O Programa Bolsa-Escola, estruturado, está tendo um impacto positivo. O País passou a falar mais em educação quando se deparou com a realidade da exploração da mão-de-obra de crianças. O Brasil vem assumido liderança regional na adoção de leis que buscam a prevenção do trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil destina-se às famílias mais pobres, com renda per capita de até meio salário mínimo e filhos entre 7 e 14 anos. O Programa propicia uma complementação de renda às famílias, e promove o acesso e a permanência das crianças na escola.

O Governo tem também intensificado a

fiscalização e o combate ao trabalho forçado, infelizmente ainda presente em áreas do nosso país. As vítimas mais comuns são indígenas e trabalhadores em regiões de escassa presença do poder público. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado pelo Ministério do Trabalho, atua na apuração de denúncias. A partir de abril deste ano, o Brasil passou a contar com um banco de dados atualizado e unificado sobre os casos de escravidão registrados no país – resultado de um programa de cooperação técnica com a OIT.

A Organização presta valioso serviço à comunidade internacional, ao formular e supervisionar a aplicação das normas internacionais do trabalho. Os padrões mínimos da OIT constituem referência obrigatória para os esforços nacionais de defesa dos direitos do trabalhador e correção de eventuais distorções. Devemos velar pela universalização do respeito a essas normas e padrões.

Como tem apontado o Embaixador Somavía, a OIT enfrenta desafios novos, decorrentes da crescente informalidade do trabalho, da acentuada degradação salarial e do descompasso entre a demanda e a oferta de empregos - tanto nos países desenvolvidos, como naqueles em desenvolvimento.

As peculiaridades de cada país aconselham soluções diferenciadas. Antes de recorrer a sanções ou outras medidas de caráter impositivo, há um amplo espaço de atuação a ser preenchido pela OIT, com vistas à promoção e à proteção dos direitos do trabalhador, por meio de cooperação sempre ativa e presente.

Nesse sentido, quero ressaltar que, hoje, o Embaixador Somavía e eu estaremos assinando um Memorando de Entendimento, buscando maior e mais efetiva cooperação

técnica na promoção de uma agenda de trabalho decente. Por meio desse instrumento, a OIT poderá contribuir muito para a implantação de políticas e programas desenvolvidos no Brasil, como é o caso do Fórum Nacional do Trabalho, que, a partir do próximo mês, estará promovendo um amplo debate, com vistas à reforma da legislação trabalhista e sindical em nosso país.

Não posso deixar de dar uma palavra sobre a prioridade que o Brasil atribui, hoje, ao fortalecimento das relações com seus vizinhos. Na América do Sul, vivemos um momento de mobilização. Os temas sociais ocupam o centro da agenda política. Nos frequentes contatos que tenho mantido com meus colegas do MERCOSUL e demais países da região, percebo enorme interesse em compartilhar experiências e projetar ações conjuntas. A dimensão social deixa de ser um mero apêndice do processo de integração para constituir um de seus pilares.

O Instituto Social Brasil-Argentina, criado no último dia 11 de abril, tem entre suas prioridades a erradicação do trabalho infantil, programas sociais que beneficiem os idosos e a implementação de políticas e ações conjuntas de emprego, saúde, educação e direitos humanos.

O apoio de organismos internacionais a Projetos como o Fome Zero e o Bolsa-Escola tem contribuído para divulgá-los também no exterior. Desejamos desenvolver, com parceiros de todas as regiões do mundo, maior cooperação voltada para as questões sociais. Nossos projetos de cooperação técnica com a África incluem, cada vez mais, um componente social. A OIT pode contribuir para difundir essas iniciativas inovadoras em várias partes do mundo.

A conjuntura internacional não é

tranquilizadora. As principais potências econômicas atravessam períodos de baixas taxas de crescimento ou estagnação, com reflexos negativos sobre as relações com as economias do Sul, e são pouco encorajadoras as perspectivas das negociações multilaterais na OMC. O protecionismo segue imperando. O sistema de segurança coletiva sofre sérios abalos. A proliferação de armas de destruição de massa, a violência inter-étnica e o terrorismo ameaçam a estabilidade internacional. Há um crescente déficit de solidariedade e cooperação no campo econômico-comercial, na proteção ambiental, na promoção da justiça, na construção da paz.

Estou convencido de que chegou o momento de repensar métodos de trabalho e renovar os organismos internacionais. Precisamos, necessariamente, reformar o Conselho de Segurança e dar maior força ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É tarefa de todos nós preservar o multilateralismo e aperfeiçoá-lo, independentemente de nosso poderio econômico, financeiro, militar. Para isso, é necessário reduzir a enorme distância entre os acordos internacionais e sua efetiva aplicação. Por sua experiência e liderança, a OIT pode trazer significativa contribuição a esses esforços.

Apesar do quadro de dificuldades políticas e econômicas que enfrentamos, mantenho meu otimismo e minha confiança no futuro. Em meu país, estamos traçando uma rota de crescente credibilidade financeira e institucional. Em nossa região, a América do Sul, a democracia aprofunda suas raízes, e transformamos as afinidades históricas e culturais que nos unem em integração econômica e social. De todas as partes do mundo, chegam manifestações de apoio e solidarie-

dade à nossa guerra contra a fome e a pobreza. Aliás, a única guerra que nos interessa.

Tenho certeza de que podemos reunir vontades para fazer desse imperativo moral um forte

movimento pela igualdade social e valorização do mundo do trabalho.

Muito obrigado.

XXXIII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a XXXIII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Santiago, em 9 de junho de 2003

Desejo, inicialmente, agradecer à Chanceler Soledad Alvear a hospitalidade. É um prazer voltar ao Chile, pela primeira vez desde o início do Governo Lula. Gostaria, também, de expressar reconhecimento pelo trabalho realizado pelo Secretário Geral da OEA, César Gaviria, o qual tem sido inestimável ao longo de seus anos à frente da Organização. Quero referir-me, igualmente, às palavras inspiradoras do Presidente Lagos ontem à noite, durante a cerimônia de abertura da presente sessão.

A governabilidade democrática é a capacidade de exercício eficaz do poder, em um quadro político de liberdade e pluralismo, no marco do Estado de Direito.

Mas além de apoiar-se na vontade popular, é necessário que os Governos adotem políticas públicas que promovam valores de solidariedade e de justiça social, que sustentem um projeto nacional sólido, conducente à diminuição das desigualdades e da exclusão social.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou, em recente discurso, que a “questão social é a grande fronteira a ser defendida e ampliada no mundo globalizado. Quem sabe esteja aí a missão superior do Estado nacional do século XXI.”

A democracia não se limita apenas à representação dos interesses da maioria, mas se expressa, também, no respeito aos direitos das minorias. Neste sentido, é fundamental buscar assegurar igualdade de oportunidade a todos os grupos sociais que têm sofrido discriminação, ao longo da história. Não basta que a lei proteja os direitos das mulheres, dos negros e dos indígenas. Deve-se procurar, ativamente, sua maior inclusão social. No Brasil, temos orgulho de nossa composição multi-étnica. Mas sabemos que ainda falta muito para assegurar igualdade de oportunidade para as minorias, que são, na verdade, em alguns casos, maiorias numéricas, como as mulheres e os negros.

O preconceito e a discriminação devem ser enfrentados com determinação no continente. Por esta razão, o Brasil apresentou, durante esta sessão da Assembléia Geral, projeto de resolução sobre o racismo e toda forma de discriminação e intolerância, cujo objetivo é a criação de uma Convenção interamericana sobre o tema.

Avanços importantes foram registrados no campo da democracia em nosso continente. A era dos regimes de exceção chegou ao fim. No esteio dessa transformação, as leis de muitos

países incorporaram importantes normas de direitos humanos e mecanismos de proteção ao indivíduo e a grupos minoritários. Foram criadas ou consolidadas instituições como ouvidorias, comissões e procuradorias de direitos humanos. Entidades da sociedade civil passaram a oferecer ao cidadão mais recursos diante de eventuais excessos do Estado.

Isso não significa que podemos estar desatentos aos esforços para manter e preservar a democracia. Tampouco podemos descuidar da administração do Estado. Nossas nações ainda enfrentam desafios que, por vezes, suscitam questionamentos ao Estado, por sua aparente falta de capacidade para resolver os problemas que mais afligem a população, como o bem-estar social e a segurança dos cidadãos. A inaptidão do Estado em enfrentar tais questões desgasta os Governos e corrói a confiança dos cidadãos, sem a qual não há governabilidade possível.

O Presidente Lula tem rebatido duas idéias que vêm sendo defendidas, nas últimas décadas, como se fossem verdades incontesteis e que já revelaram sua inconsistência: a primeira é a de que o Estado nacional deve ser mínimo e, em consequência, fraco; a segunda idéia é a de que o mercado resolveria automaticamente todos os problemas da economia e da sociedade. O mercado é, sem dúvida, uma alavanca necessária na vida econômica, e devemos assegurar que funcione de forma livre de práticas distorcidas, que inibam a competição, em detrimento da sociedade. Mas sabemos que há valores que não podem e não devem estar subordinados à lógica mercantil, como o direito de todos a um modo de vida digno, o direito a ter o que comer, o direito à saúde, o direito a ter um emprego decente e uma educação de qualidade, e o direito à participação na vida cul-

tural e política, entre outros.

É importante modernizar o Estado, para que esteja apto a lidar com as transformações atuais. Mas é ainda mais fundamental que a ação do Estado se pautar por critérios democráticos, em que estejam tratados com prioridade os campos de atuação em que se concentram as maiores necessidades sociais. Tampouco pode o Estado descuidar de atividades que nem sempre o mercado atende satisfatoriamente, como o desenvolvimento tecnológico e o meio ambiente. A construção, sempre que possível, de parcerias com setores da sociedade civil é positiva, reforçando as decisões governamentais e facilitando sua implementação.

A democracia pressupõe, também, o combate à corrupção, em todas as suas formas e em todos os países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. Onde há corrupção, não há governabilidade. Nossa luta contra a corrupção, em todos os níveis de governo, deve ser implacável. Entretanto, não podemos desconhecer que, no mundo de hoje, a governabilidade do setor privado é igualmente importante. Escândalos financeiros e de má administração de empresas, sobretudo as de grande porte, provocam impactos que vão muito além de seus dirigentes e acionistas, atingindo consumidores, pequenos investidores e a sociedade como um todo. Os efeitos danosos dessas práticas questionáveis espalham-se pelas bolsas de valores das economias centrais, e repercutem nas economias dos países em desenvolvimento, pelo aumento da chamada "aversão ao risco". Assim, ao mesmo tempo em que melhoramos a qualidade moral de nossos governos, devemos propiciar que se desenvolva a ética corporativa e o sentido da responsabilidade social no setor privado.

A estabilidade democrática e o desenvolvimento econômico-social são fenômenos que se reforçam mutuamente. As democracias requerem políticas sólidas, que assegurem um desenvolvimento econômico integral da sociedade. A experiência política dos países americanos demonstra que a governabilidade democrática se fortalece em um ambiente internacional de paz e de segurança. Por outro lado, não podemos ter a ilusão de que seremos capazes de preservar a governabilidade, em nosso hemisfério, sem um contexto de governabilidade, em nível global, o qual só pode ser assegurado por meio do respeito pleno às instâncias multilaterais, a começar pelas Nações Unidas.

Como afirmou o Presidente Lula em Evian, “o multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais. Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar”. As ações governamentais decorrentes do processo democrático são duradouras, porque se assentam em base legítima. Da mesma forma, decisões emanadas de foros multilaterais gozam de maior apoio e, por isso, são mais efetivas no longo prazo.

A governabilidade democrática, em cada país, não prescinde da solidariedade e de um ambiente internacional minimamente favorável. Os países em desenvolvimento, inclusive os da nossa região, necessitam de regras de comércio internacional justas, que garantam o acesso de seus produtos aos mercados dos países desenvolvidos, e não criem constrangimentos insuperáveis à necessidade de promoverem políticas industriais, tecnológicas e de desenvolvimento social,

entre outras.

Negociações comerciais complexas, como as em que nossos países estão envolvidos (e que vão muito além do que se costumava entender por Acordo de Livre Comércio) terão efeitos profundos e duradouros no nosso ordenamento sócio-econômico. Daí o compromisso do Governo do Presidente Lula de promover a consulta aos diversos setores da sociedade, o que inclui, naturalmente, os empresários, mas também os sindicatos de trabalhadores, as associações profissionais, entidades da sociedade civil e, sobretudo, o Congresso Nacional. Isso também é governabilidade democrática.

Igualmente, temos de nos valer de imaginação e ousadia, a fim de encontrarmos soluções para a escassez de recursos necessários ao combate à fome e à pobreza extrema, e aos investimentos em infra-estrutura, essenciais ao desenvolvimento e à integração. No recente encontro de Evian, o Presidente Lula sugeriu a criação de um fundo mundial contra a fome. O Presidente mencionou duas hipóteses de financiamento. Uma delas seria a taxação do comércio internacional de armas. Outra possibilidade seria criar mecanismos para estimular que os países ricos reinvestam nesse fundo percentagem dos juros pagos pelos países devedores. Os Chanceleres do Grupo do Rio igualmente discutiram, em Cusco, iniciativa no sentido de estabelecer mecanismos financeiros inovadores, com o fim de financiar projetos de desenvolvimento da infra-estrutura.

Tornamo-nos mais conscientes de que a consolidação da democracia é uma tarefa permanente de todos os povos. Sabemos que as alternativas ao Estado de Direito serão sempre o medo e a violência. Devemos reconhecer a necessidade de promover e defender

ações que se apoiam na liberdade, na paz e na justiça social.

A construção da democracia baseia-se na segurança de que a todos será oferecida a oportunidade de um mundo melhor, independentemente de raça, gênero ou origem social ou étnica. A trajetória pessoal e política do Presidente Lula é a prova de que o sonho e a legítima aspiração por melhores condições de vida podem se concretizar, por meio do diálogo, da convicção e da persistência, sem o recurso à violência e não obstante as adversidades. Enquanto houver pessoas privadas

de seus direitos fundamentais, a democracia não estará sendo exercida em sua forma plena. Não é possível continuar convivendo com a exclusão social de centenas de milhões de homens, mulheres e crianças no nosso continente. Nas palavras do Presidente Lula, “a fome não pode esperar. É preciso enfrentá-la com medidas emergenciais e estruturais. Se todos assumirmos nossas responsabilidades, criaremos um ambiente de maior igualdade e de oportunidade para todos”. Somente assim asseguraremos a verdadeira governabilidade democrática.

Visita ao Brasil do Presidente de Conselho de Ministros do Líbano

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, em Brasília, em 10 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros da República do Líbano, Senhor Rafik Hariri; Ministros libaneses que compõem a delegação; Ministros brasileiros; empresários brasileiros e libaneses; Deputados; Senadores e membros da imprensa brasileira e libanesa,

Em menos de 48 horas, tive o prazer de encontrar duas vezes o Presidente do Conselho de Ministros do Líbano. O Líbano é uma terra cara ao Brasil, pela importância da comunidade de origem libanesa em nosso país e pela contribuição notável que o imigrante libanês deu ao nosso desenvolvimento como Nação.

Apesar desses fortes laços, nosso relacionamento no plano econômico e comercial é ainda incipiente, estando muito aquém do que seria de se esperar.

É necessário um esforço conjunto dos dois governos para intensificar as relações e torná-las mais concretas. É importante, também, que o empresariado libanês e o brasileiro se envolvam mais com iniciativas que possam contribuir para esse objetivo.

A segunda visita que empreende a nosso país o Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, mostra a importân-

cia que o Líbano atribui às relações com o Brasil. Nosso interesse é recíproco e espero, em breve, retribuir essa visita.

Para a imprensa brasileira, é importante lembrar que o único Chefe de Estado brasileiro que visitou o Líbano foi D. Pedro II, numa viagem de 11 a 15 de novembro de 1876. Portanto, o Brasil já está devendo uma viagem ao Líbano há mais de um século.

Em nossas conversações, discutimos medidas para desenvolver nossas relações econômicas e comerciais, dentre as quais a criação de uma Comissão Bilateral de Comércio e Investimentos, em que representantes do Governo e do setor privado proporão medidas para o aumento do intercâmbio comercial, para o desenvolvimento das relações financeiras e para o incremento do fluxo mútuo de capitais e investimentos.

Em nossa reunião, passamos em revista os grandes temas da atualidade internacional, dentre os quais reitero o que disse no domingo, em São Paulo, sobre o firme apoio do Governo brasileiro ao estabelecimento de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, e que viva em paz com seus vizinhos, em especial com

Israel. Isso muito contribuirá para uma solução definitiva e duradoura do conflito no Oriente Médio.

Concordamos sobre a necessidade da reconstrução do sistema multilateral, com a revalorização do papel da ONU e, no caso do Iraque, estivemos também de acordo sobre a importância de apoiar o papel do Secretário-Geral da ONU e de seu Representante Especial para aquele país, principalmente no que se refere à criação de condições para que a população iraquiana se pronuncie sobre seu destino.

No âmbito regional, o Brasil tem um grande interesse em intensificar seu relacionamento com o Mundo Árabe e, nesse contexto, também conta com a amizade do Líbano para avançar nessa direção.

O Governo brasileiro tem a intenção de divulgar, em breve, um plano de ação para o desenvolvimento das relações com os países ára-

bes no período de meu Governo. Nesse contexto, como também mencionei no domingo, pretendo empreender, ainda este ano, viagem a alguns países árabes, dentre os quais certamente estará o Líbano.

Com o objetivo de discutir preliminarmente sobre essa viagem, o Ministro Celso Amorim deverá empreender visita ao Líbano nos próximos dias 26 e 27 deste mês.

Com esta reunião, certamente estaremos dando um passo extraordinário para que a relação Brasil e Líbano não seja apenas uma relação sentimental, mas que seja uma relação política muito forte, cultural muito forte e comercial e econômica ainda muito mais forte.

Por isso, meus agradecimentos ao Presidente do Conselho de Ministro, Senhor Rafik Hariri.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Argentina

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, em Brasília, em 11 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Néstor Kirchner, Presidente da Argentina; Senhores Ministros, brasileiros e argentinos; jornalistas, brasileiros e argentinos,

É uma honra e uma grande alegria receber, em Brasília, o Presidente da Nação Argentina, Néstor Kirchner, na primeira viagem que faz ao exterior após sua posse, bem como membros de sua destacada equipe de Governo, para essa primeira reunião de trabalho.

Ao longo de nossos mandatos, o Presidente Kirchner e eu vamos conversar e nos encontrar com muita frequência. Esta, aliás, é a terceira vez em que estamos juntos em pouco mais de um mês.

Estamos, os dois, convencidos de que nos manter em consulta permanente, em boa sintonia, constituirá a melhor forma de aprofundar o processo de integração bilateral.

Neste nosso encontro, positivo sob todos os aspectos, concordamos que no MERCOSUL há ainda muito o que fazer, desde regras para compras governamentais até um regime harmonizado para serviços, por exemplo.

Compartilhamos a visão de que o MERCOSUL é um meio de consolidar o crescimento sustentável da região, com melhores

condições de distribuição de renda e de inclusão social, e de fortalecer a presença sul-americana no plano internacional. Consideramos importante, portanto, procurar ampliar o MERCOSUL, por meio de uma maior aproximação com o Peru e de acordos com os outros membros da Comunidade Andina.

Estamos dispostos, também, a reforçar as dimensões política e social do MERCOSUL, estabelecendo instituições que nos ajudem a consolidar o que já alcançamos e a superar os desafios que temos pela frente. Para isso, trocamos idéias sobre o que devemos fazer para assegurar uma participação mais intensa de nossas sociedades nesse processo. Além disso, já estamos trabalhando para a criação, em prazo relativamente breve, de um Parlamento do MERCOSUL.

O Presidente Kirchner e eu pretendemos valorizar ao máximo as iniciativas que resultem em benefício concreto para nossas duas sociedades. Por isso, determinamos a nossos Ministros que examinem as possibilidades de cooperação em políticas públicas na área social e a promoção de parcerias nas áreas educacional, cultural, científica e tecnológica. Vamos continuar a impulsionar o Instituto Social, que já se reuniu duas vezes

desde janeiro. Queremos, também, avançar mais nos entendimentos para a livre circulação de pessoas, cujo primeiro passo foi o Acordo sobre a Residência para Nacionais do MERCOSUL.

Pusemo-nos de acordo quanto à necessidade de constituir mecanismos financeiros e monetários para dar novo ímpeto ao MERCOSUL. Uma maior coordenação macroeconômica entre o Brasil e a Argentina permite que comecemos a trabalhar imediatamente nesse sentido. Trataremos de ver com nossos Ministros da Economia e da Fazenda como estreitar essa coordenação, inclusive estudando formas de viabilizar um Instituto Monetário.

Decidimos, também, que vamos resolver as questões ainda pendentes da Tarifa Externa Comum, de modo a fazer avançar a União Aduaneira. Vamos eliminar gradualmente as fragilidades ainda presentes no MERCOSUL, e estaremos melhor preparados para negociar com outros países e blocos.

Os Governos dos quatro países membros do MERCOSUL enfrentarão, juntos, os desafios que se apresentam nas negociações da ALCA, da OMC e com a União Européia. Teremos a oportunidade de aprofundar essas conversas com os nossos sócios do MERCOSUL, na próxima cúpula de Assunção, na semana que vem.

As conversas entre os Presidentes do Brasil e da Argentina serão cada vez mais frequentes e francas. Não teremos, a cada vez, a preocupação de anunciar grandes projetos e iniciativas. Nosso objetivo permanente será aperfeiçoar uma máquina que já funciona bem e corresponde aos interesses legítimos de nossos Governos, empresários e de todos os setores da nossa sociedade.

Presidente Kirchner, eu quero que Vossa

Excelência saia do Brasil com a certeza absoluta de que o Governo brasileiro e o Presidente da República do Brasil têm a mais perfeita convicção de que a boa relação entre a Argentina e o Brasil é a razão primeira para o sucesso do MERCOSUL. De que a boa integração e a boa relação entre o Brasil e a Argentina podem despertar em nossos irmãos na América do Sul a idéia de que a integração deixa de ser uma palavra de discurso em campanhas eleitorais, para se tornar uma ação concreta do Governo argentino e do Governo brasileiro.

A integração não pode ser vista apenas do ponto de vista comercial. Ela tem de ser política, tem de ser econômica, tem de ser comercial. Tem de ser social e ao mesmo tempo comercial. Mas, para que haja essa integração, tão sonhada por Vossa Excelência, por mim e por outros governantes da América do Sul, é necessário que tenhamos em conta a necessidade da integração física do nosso continente. Não haverá integração sem estradas. Não haverá integração sem ferrovias. Não haverá integração sem pontes. Não haverá integração sem a convicção política dos dois Governos.

Penso que o Presidente da Argentina e o Presidente do Brasil têm, possivelmente, a mais extraordinária oportunidade, desde que a Argentina existe e desde que o Brasil existe, de tornar essa integração uma coisa efetiva e muito real.

Para isso, precisamos pensar na criação do Instituto Monetário, precisamos de um Instituto Social, precisamos pensar na criação de um Parlamento do MERCOSUL. E tudo isso já está mais ou menos encaminhado. E tenho certeza de que, se depender da minha vontade e da sua vontade, muitos que hoje são descrentes da importância do MERCOSUL haverão de reconhecer que o MERCOSUL será um grande centro de atra-

ção de novas relações com outros países do mundo.

Por isso, quero agradecer a Vossa Excelência a aceitação do meu convite para vir ao Brasil. Não tenho dúvida nenhuma de que a sua disposição, tanto quanto a minha, é a de trabalhar 24 horas por dia para que essa integração

se torne real. E quero desejar-lhe boa sorte no seu Governo, porque a Argentina, como o Brasil, está precisando de muita sorte para que a gente possa fazer tudo que prometemos durante as nossas campanhas eleitorais.

Seja bem-vindo ao Brasil.

Reunião de Cúpula do MERCOSUL

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Assunção, em 18 de junho de 2003

Senhores Presidentes,

Desde o início de meu mandato – e antes mesmo que assumisse a Presidência – tenho dedicado atenção prioritária à plena realização do MERCOSUL.

Ele é o núcleo em torno do qual pensamos deve ser levada adiante a integração da América do Sul.

Nos primeiros meses de meu governo, recebi, em Brasília, o ex-Presidente Eduardo Duhalde e o atual Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, o Presidente Jorge Battle, do Uruguai, e o Presidente-eleito do Paraguai, Nicanor Duarte, a cuja posse terei o prazer de assistir em 15 de agosto.

Antes de assumir minhas funções, pude encontrar-me com nosso anfitrião, o Presidente González Macchi, e com os presidentes Ricardo Lagos, do Chile, e Sánchez de Lozada, da Bolívia, países-associados ao MERCOSUL.

Em mais de uma ocasião, reuni-me com o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, que nos honra aqui com sua presença.

Antes do fim de agosto, terei tido o privilégio de haver realizado proveitosas reuniões de trabalho com todos os Presidentes da América do Sul.

Todos esses encontros permitiram conversas fraternas sobre os problemas comuns que

afetam nossas respectivas economias e sociedades.

Constituíram oportunidade para discussão de idéias novas e para o encaminhamento de iniciativas concretas, que já estão contribuindo para a recuperação dos fluxos de comércio e de investimentos entre nossos países.

Em todos os contatos que mantive com meus colegas Presidentes, constatei profunda coincidência de visões sobre a importância do MERCOSUL como projeto estratégico de integração regional e como instrumento indispensável para o desenvolvimento econômico e social de nossos países.

Venho a esta reunião com a firme convicção de que é possível retomar os passos necessários para consolidar o MERCOSUL como uma União Aduaneira, na qual nossos produtos encontrem mercados sem restrições, e caminhar para a construção de um verdadeiro Mercado Comum, espaço ampliado de prosperidade para nossas populações.

Senhores Presidentes,

Os resultados das eleições presidenciais no Brasil, na Argentina e no Paraguai demonstram uma clara opção de nossas sociedades em favor do MERCOSUL. Em nossas campanhas eleitorais, afirmamos que o MERCOSUL seria prioridade de nossos go-

vernos. Os eleitores aprovaram essa proposta.

Está, assim, em gestação um novo ambiente político, muito mais propício à retomada dos esforços de integração regional.

Tem havido um diálogo cada vez mais fluido e próximo entre todas as esferas dos Governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Do ponto de vista econômico, com a recuperação da credibilidade externa e interna da economia brasileira e a estabilização argentina, estão dadas as condições para a retomada do crescimento em toda a região. Vamos reverter o quadro recessivo enfrentado por nossos países, inclusive no Paraguai e no Uruguai.

Em particular, o comércio intra-regional está se recuperando aceleradamente e deve retomar este ano, pelo menos, os níveis de 2001.

Os governos dos países que integram o MERCOSUL têm trabalhado de forma mais determinada e coesa na construção de ampla agenda de negociações comerciais com terceiros países e blocos econômicos.

Esse novo quadro evidencia atitudes políticas coincidentes, que se somam à inequívoca determinação do Governo brasileiro em dar decidido impulso ao processo de integração do MERCOSUL.

Senhores Presidentes,

Proponho, hoje, que nos comprometamos com uma sequência de passos para que os objetivos constantes do projeto original do MERCOSUL possam ser atingidos dentro dos prazos previamente estabelecidos.

Vamos desenvolver um Programa de Trabalho com metas claras, com vistas à consolidação, efetiva e completa, da União Aduaneira, até 2006. Esse Programa tem de pre-

ver, ainda, elementos que criem bases sólidas para o Mercado Comum do Sul.

É necessário ter presente as diferenças entre as estruturas produtivas dos Estados partes. Devemos construir instrumentos adequados para superar as assimetrias com nossos sócios de economias menores. Esse é o firme compromisso que o Brasil quer, aqui, assumir.

O programa "Objetivo 2006", apresentado nesta reunião, e para cujo aperfeiçoamento conto com o apoio de meus colegas, incorpora algumas tarefas prioritárias.

A primeira delas - indispensável - é aperfeiçoar a Tarifa Externa Comum, elemento central da União Aduaneira.

Nesse processo, precisaremos ter determinação e flexibilidade.

Será fundamental para a construção final do espaço comum de produção, comércio e desenvolvimento, nossa capacidade de negociar os instrumentos de política comercial comum, tais como defesa comercial, incentivos, defesa da concorrência e compras governamentais.

Mas, para recuperarmos o MERCOSUL, temos de ir além da discussão sobre os aspectos aduaneiros. É preciso dar prioridade à implementação de políticas que favoreçam nossa integração produtiva.

Entre essas políticas, quero destacar o Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do MERCOSUL, que deve envolver não só grandes empresas, mas também aquelas de pequeno e médio porte.

No último dia 31 de março, demos passo concreto nessa direção, com a instalação do primeiro Foro MERCOSUL, dedicado à cadeia de madeiras e móveis. Outros setores industriais, agrícolas e de serviços serão objeto de futuros foros.

Ao mesmo tempo, sabemos que será necessário mobilizar recursos financeiros para dar apoio ao processo de maior integração das cadeias produtivas dentro da região.

O Brasil está tomando medidas para estimular parcerias no MERCOSUL, com a ampliação da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Estamos empenhados, de forma crescente e decidida, no esforço imprescindível de construir, em toda a América do Sul, uma infra-estrutura física capaz de dar carne e osso à nossa integração.

Pela ação conjunta do MERCOSUL, poderemos mobilizar ainda maiores recursos junto aos organismos regionais para o desenvolvimento, como a Corporação Andina de Fomento, o FONPLATA e o BID.

Quero reiterar meu compromisso de valorizar o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) como instrumento fundamental de promoção do comércio entre os países da América do Sul, em especial os do MERCOSUL.

Senhores Presidentes,

O processo de construção do Mercado Comum não poderá ser obra, exclusivamente, dos governos e dos setores empresariais interessados nas vantagens da maior liberalização comercial na região.

Na construção definitiva do MERCOSUL, é indispensável debate aberto, seja nos Parlamientos, seja na sociedade. É fundamental, nesse sentido, a valorização do Foro Consultivo Econômico e Social, que reúne representantes de entidades empresariais, sindicais e de consumidores.

Temos de fazer um MERCOSUL democrático, participativo. É esse MERCOSUL que nossas populações querem. É esse

MERCOSUL que defendemos em nossas campanhas eleitorais.

Por isso, é necessário fortalecer, também, as agendas política, social e cultural do MERCOSUL. Dar-lhes uma dimensão humana.

Precisamos conhecer-nos melhor, crescer juntos para garantir apoio duradouro ao processo de integração.

Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias na área educacional e cultural dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o MERCOSUL.

Faltou ao MERCOSUL uma dimensão política, como se bastassem apenas fórmulas econômicas.

É nesse quadro que se impõe a criação de um Parlamento do MERCOSUL, eleito pelo voto direto.

Temos de consolidar os avanços recentemente introduzidos pelo Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias, e pela criação do Setor de Assessoria Técnica na Secretaria do MERCOSUL.

Buscaremos implantar outros aperfeiçoamentos institucionais que preparem o Bloco para o funcionamento da União Aduaneira completa. Um passo nesse sentido é a transformação de nossas Delegações Permanentes junto à ALADI em representações também para assuntos do MERCOSUL.

Outro passo é acelerar o processo de incorporação das decisões e normas que aprovamos em reuniões às legislações de nossos países.

Desejamos estreitar a colaboração em projetos sociais entre os governos da região, em cujas sociedades a fome, a pobreza e a deterioração social representam um problema comum.

Dai a proposta de criação do Instituto Social, para conduzir a reflexão conjunta com vistas ao estabelecimento de metas e ações concretas em matéria de política social nos países do MERCOSUL.

Vamos apoiar o desenvolvimento do cooperativismo na região, tendo em conta a importância socioeconômica dessas organizações nos níveis local e regional e o seu papel de agente de inclusão e coesão social.

Senhores Presidentes,

O MERCOSUL está no centro da estratégia brasileira de inserção no mundo.

O MERCOSUL é parte desta América do Sul, que desejamos ver plenamente integrada e próspera. Nesse contexto, são fundamentais os acordos de livre comércio já existentes com a Bolívia e o Chile, e aquele em fase de conclusão com o Peru.

Destacaria, igualmente, o compromisso firmado, em abril, com a Venezuela, em Recife, e, em maio, com o Equador, em Brasília, no sentido de constituir, até o final de 2003, uma zona de livre comércio entre os países da Comunidade Andina e os do MERCOSUL, com o propósito de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano. O MERCOSUL precisa ter a dimensão de toda a América do Sul.

A nova América do Sul será criada pela conexão entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações.

Por outro lado, os projetos de integração física resultantes da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – IIRSA – permitirão o aproveitamento efetivo das oportunidades abertas por estes acordos, além de representarem vetores de crescimento para as economias da região.

O fortalecimento interno do MERCOSUL

é imprescindível para levar adiante as negociações com outros países e blocos. Será, assim, garantida uma presença influente da América do Sul no mundo.

No plano externo, é significativa a presença da Índia nesta reunião, país com o qual acabamos de celebrar um Acordo-Quadro, que servirá de base para as negociações de preferências tarifárias, cuja conclusão está prevista para agosto deste ano. Com a África do Sul, também aqui representada, esperamos dar novo impulso aos entendimentos comerciais, conduzidos ao abrigo do Acordo-Quadro firmado em dezembro de 2000.

Reforça-se o diálogo sul-sul com a presença, entre nós, desses dois importantes países.

A unidade do MERCOSUL é, também, fundamental para permitir a consistência de posições comuns, condição necessária para fortalecer a capacidade negociadora do Bloco junto a outros parceiros comerciais, como a União Européia e os Estados Unidos.

Caros colegas,

Temos enormes desafios pela frente.

O maior deles é trabalhar para transmitir a nossos povos a certeza de que o MERCOSUL lhes traz vantagens concretas e maior bem-estar. Por isso vale a pena sua ampliação e consolidação.

Não podemos permitir que o burocrático, o meramente técnico ou econômico se sobreponham ao êxito do mais importante projeto político-estratégico em que estamos engajados.

Nesta Cúpula, em que inauguro minha participação formal nos trabalhos do Grupo, quero deixar claro o meu compromisso pessoal e o firme empenho do Governo brasileiro pela retomada e revitalização do projeto original do MERCOSUL.

A plena realização do “Objetivo 2006” requererá esforço, determinação e sabedoria política. O Brasil cumprirá sua parte.

Senhores Presidentes,

A América do Sul vive um momento privilegiado. As graves crises que nossos países enfrentaram não abalaram as convicções democráticas de nossos povos.

Elas estão, hoje, mais fortalecidas do que nunca.

Nossa confiança e auto-estima são maiores.

Temos, portanto, enormes responsabilidades.

A principal delas talvez seja a de enfrentarmos unidos os desafios que temos diante de nós.

A unidade do MERCOSUL e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo.

Obrigado.

XIV Conselho Presidencial Andino

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do XIV Conselho Presidencial Andino, em Antioquia, Colômbia, em 27 de junho de 2003

Senhores Presidentes,

Foi com grande prazer que aceitei prontamente o honroso convite do Presidente Álvaro Uribe para este encontro por ocasião do Conselho Presidencial Andino. Agradeço a todos esta especial consideração e este gesto de grande amizade para com o Brasil. A mensagem que gostaria de transmitir hoje já é, até certo ponto, do conhecimento de todos. Venho reiterar, em primeiro lugar, a visão brasileira sobre a integração da América do Sul. Minha presença, hoje, aqui, demonstra que a prioridade conferida pelo meu governo à nossa vizinhança é amplamente compartilhada.

Quero deixar claro, mais uma vez, o que já tive oportunidade de dizer pessoalmente a cada Presidente. O Governo brasileiro não quer que a integração sul-americana seja apenas o objeto de um discurso retórico. O objetivo deste movimento político de amplo alcance é o bem-estar dos nossos povos. A grande diferença com relação a visões anteriores está na certeza de que o desenvolvimento de nossos países pressupõe que estejamos cada vez mais unidos, economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente. Somente assim consolidaremos a democracia e o convívio pacífico. O Brasil

tem consciência da sua responsabilidade para que alcancemos, unidos, a nossa meta comum. O povo brasileiro conhece e aceita essa realidade.

Já começamos a tratar das questões mais espinhosas que afetam as nossas populações, em matéria de segurança, terrorismo, tráfico de drogas, violência urbana. Sabemos que somente lograremos superar estes males se enfrentarmos, com coragem, a fome, as doenças, o analfabetismo, o desemprego e a marginalidade social. Do nosso diálogo político podem emergir – e de fato já estão surgindo – propostas concretas para a conformação de uma América do Sul democrática, próspera, unida e socialmente justa. Não se trata de uma América do Sul segundo visão particular de cada um de nossos países. Queremos a América do Sul de todos nós e para todos os sul-americanos.

Meus Colegas,

O Brasil concebe a integração entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina como uma ferramenta para alcançar um relacionamento que reflita o peso de ambos os blocos. A integração econômico-comercial não é um fim em si mesmo. A integração sul-americana não é excludente de outros processos em que todos estamos envolvidos.

Devemos ter a sabedoria de encontrar soluções próprias para problemas e circunstâncias que são comuns. Na recente Cúpula do MERCOSUL, em Assunção, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai concordaram em que a negociação com os países da Comunidade Andina tem significado especial, que a diferencia de todas as outras. Devemos concluir prontamente nossas negociações comerciais, etapa essencial de nossa integração. Assinalo nosso compromisso de conformar, até o final de 2003, uma zona de livre comércio entre os países da Comunidade Andina e o MERCOSUL.

É preciso ir além da discussão sobre aspectos tarifários. É imperativo criarmos condições para a implementação de políticas que favoreçam nossa integração produtiva. Uma ação coesa dos dois blocos será capaz de mobilizar recursos junto aos organismos financeiros para o desenvolvimento da nossa América do Sul. Com o objetivo de superar dificuldades de crédito, tenho reiterado o compromisso brasileiro de valorizar o Convênio de Créditos Recíprocos da ALADI como instrumento do comércio regional de bens e de serviços.

Em todos os meus pronunciamentos, tenho insistido sobre a importância da integração física entre nossos países. Não pode haver progresso sem energia, transportes e comunicações eficientes. Temos trabalhado, no âmbito da Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana, para promover a interconexão desses setores. Já na próxima semana, haverá uma importante reunião, em Caracas, para dar prosseguimento aos projetos previstos ao longo dos eixos de integração e desenvolvimento. Alguns deles beneficiarão áreas remotas e populações menos favorecidas. Em

agosto, será realizado pelo BNDES, em associação com a Corporação Andina de Fomento, um seminário, no Rio de Janeiro, com o propósito de examinar o financiamento de obras de infra-estrutura. Os países da América do Sul foram convidados a participar e apresentar projetos.

Para que os países da América do Sul possam obter ganhos reais nas negociações comerciais de maior alcance, é importante que o MERCOSUL e a Comunidade Andina coordenem efetivamente as suas posições. Gostaria de deter-me um minuto sobre como vejo a negociação da ALCA. É oportuno que o faça, até porque o Brasil exerce, daqui a 2005, a co-presidência das negociações, juntamente com os Estados Unidos. O Presidente Bush e eu falamos do assunto em Washington, e nossos Governos reafirmaram o compromisso de levar as negociações a bom termo.

Meu Ministro das Relações Exteriores tem mantido contatos constantes com o Representante Comercial dos Estados Unidos. Além disso, houve, há pouco, uma reunião, a convite da parte norte-americana, nas cercanias de Washington, em que vários dos países da Comunidade Andina estiveram representados. Em todas essas ocasiões, temos expressado aos nossos amigos norte-americanos o interesse em que as negociações sejam bem sucedidas.

Mas para isso, é preciso, em primeiro lugar, que haja efetiva disposição dos Estados Unidos, que é a economia mais poderosa, de abrir seu mercado e retirar entraves de todo tipo aos produtos de nosso interesse prioritário, como os agrícolas, o aço, os têxteis, entre outros. De pouco adianta termos oitenta ou mesmo noventa por cento de itens liberalizados, se nos vinte ou dez por cento

que ficaram de fora (definitivamente ou por prazo indeterminado) estiverem aqueles em que justamente se concentra o nosso maior interesse.

Em segundo lugar, as negociações têm de ser equitativas e levar em conta o estágio diferente de desenvolvimento de nossas economias. Os Estados Unidos têm dito – e eu até posso compreender isso, embora lamente – que certos assuntos, que eles consideram sensíveis, como os subsídios agrícolas ou as regras *antidumping*, só seriam discutidos na OMC, à luz das atitudes de outros países. Temos procurado fazer ver que há assuntos que, do mesmo modo, são sensíveis para nós, uma vez que podem significar limitações a políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico, socioambiental, etc. Nós achamos que o melhor foro para discutir estes temas, em que temos dificuldades reais, é a OMC, onde há maior diversidade de atores e, portanto, maior equilíbrio de forças. Por isso, defendemos para as negociações da ALCA um enfoque pragmático, deixando a cada país ou grupo de países, que assim o desejem, a liberdade de fazer concessões mais profundas de forma bilateral. Nossos interlocutores em Washington têm demonstrado compreender a necessidade de um enfoque deste tipo.

Quero reiterar, mais uma vez, que a nossa prioridade em matéria de integração é a América do Sul, e que estamos dispostos a fazer o que for necessário para acelerar as negociações com a Comunidade Andina e seus membros.

Participei, recentemente, de alguns encontros com países desenvolvidos. Estive, juntamente com o Presidente Fox, na reunião de Evian com os países do G-8. Tanto no diálogo formal quanto em encontros bilate-

rais, enfatizei a importância da integração sul-americana e destaquei a necessidade de investimentos em infra-estrutura. Falei do combate à fome, que é uma obrigação de todos, e dei sugestões sobre possíveis mecanismos para obtenção de recursos com esse fim. Inspirei-me, entre outras idéias, nas propostas de mecanismos inovadores de financiamento que discutimos em Cusco, e cujos detalhes nossos Ministros da Fazenda e da Economia devem analisar.

Também com o Presidente Bush, com quem tive uma profícua discussão, numa reunião conjunta de Gabinete, expus nossos objetivos de integração. Assinalei que a integração física requer recursos de que hoje não dispomos em quantidade suficiente. Mas destaquei, também, que ela gera oportunidades de negócios e parcerias com empresas dos países desenvolvidos – inclusive, naturalmente, as norte-americanas. Disse ao Presidente Bush que, se quisermos ter uma América do Sul pacífica e politicamente estável, temos de enfrentar a questão do desenvolvimento e da justiça social. Não podemos esperar que o mercado resolva todos os nossos problemas.

Da mesma forma, o Presidente Chirac, entre outros, expressou apoio às propostas que levei a Evian. Tais expressões de simpatia são importantes e temos de trabalhar sobre elas, assim como devemos continuar a lutar contra os entraves ao nosso comércio, a começar pelos intoleráveis subsídios agrícolas e outras práticas protecionistas.

Mas o diálogo em Evian, inclusive com outros países em desenvolvimento, me fez ver, ainda com mais clareza, que não podemos deixar que o nosso crescimento econômico e a solução de nossos problemas sociais dependam apenas ou principalmente dos

países ricos. Necessitamos reforçar nossos laços com outras nações em desenvolvimento.

A prioridade natural é a nossa região: a América do Sul e os outros países latino-americanos. Mas não podemos ficar restritos a ela. O MERCOSUL já estabeleceu negociações com a África do Sul e a Índia, que deverão levar à constituição de áreas de livre comércio. Estarei, dentro de quarenta dias, realizando uma viagem a cinco países do sul da África, em que, entre outras coisas, procurarei explorar formas de ampliar ainda mais essa cooperação econômica.

Mas desejaria que esses movimentos em direção a uma maior integração comercial não ficassem restritos ao MERCOSUL e pudessem envolver toda a América do Sul. Por essa razão, iniciei consultas com líderes de países árabes, com os quais nossa região mantém tantos laços, com vistas a uma Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo sul-americanos e do mundo árabe, para o primeiro semestre do ano que vem. Estarei escrevendo a cada um dos Presidentes de nossa região, expondo de modo mais

formal e detalhado esta proposta, para a qual já tive uma reação inicial positiva dos governantes árabes a quem consultei.

No passado recente, presenciamos conflitos internacionais sobre os quais manifestamos a nossa preocupação. Devemos reafirmar a importância do multilateralismo, a importância de assegurar a vigência do direito internacional e privilegiar o exercício da diplomacia para a manutenção da paz e da segurança internacional. A esse respeito, não posso deixar de convidá-los a refletir em conjunto sobre as principais questões da agenda internacional, a fim de promover a reforma das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança.

Para finalizar, quero conclamar meus colegas Presidentes para que trabalhemos em conjunto para resgatar a dívida que temos para com as massas de excluídos dos nossos países. Aprendendo a partir das nossas experiências, teremos condições de executar com êxito os programas sociais indispensáveis ao verdadeiro desenvolvimento.

Muito obrigado.

ACORDOS

Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana (doravante denominados "Partes Contratantes"),

Atendendo à conveniência de contar com um instrumento legal que regularize o transporte rodoviário de passageiros e cargas entre os dois países e fixe os princípios fundamentais de reciprocidade capazes de integrar e complementar seus legítimos interesses nesse setor de atividades;

Concordam em:

ARTIGO I

Os termos deste Acordo aplicar-se-ão ao transporte rodoviário internacional de passageiros e carga entre as Partes Contratantes tanto em transporte direto como em trânsito a terceiros países.

ARTIGO II

Para efeitos do presente Acordo entende-se por:

1) Transporte por rodovia: o transporte comercial efetuado por veículos que empreguem rodovias como infra-estrutura viária;

2) Transporte rodoviário internacional: o transporte por rodovia que, em seu percurso, cruze pelo menos um ponto na fron-

teira entre os dois países;

3) Transporte comercial: o serviço público de transporte de passageiros e carga realizado por um transportador autorizado, por conta de terceiros e mediante retribuição;

4) Transporte de passageiros: o serviço realizado para o traslado de pessoas, de forma regular ou por fretamento, de acordo com os itinerários, horários e frequências aprovadas desde o local de origem ao local de destino e entre cidades de dois ou mais países;

5) Cargas: toda mercadoria que possa ser objeto de transporte comercial;

6) Veículo automotor de transporte de passageiros: artefato, com os elementos que constituem o equipamento normal para transporte, destinado a transportar passageiros por rodovia, mediante tração própria;

7) Veículo automotor de transporte de carga: artefato, com os elementos que constituem o equipamento normal para transporte, destinado a transportar cargas por rodovia, mediante tração própria ou suscetível de ser rebocada;

8) Tripulação: pessoal empregado por transportador e credenciado por este, que

acompanha o veículo em sua operação;

9) Empresa transportadora: pessoa jurídica, legalmente constituída, inclusive cooperativa, autorizada, nos termos do presente Acordo, a realizar o transporte rodoviário internacional;

10) Transportador individual credenciado: pessoa física que realiza transporte sob a responsabilidade de uma empresa transportadora habilitada autorizada a operar no transporte internacional, nos termos do presente Acordo;

11) Transporte de carga própria: transporte realizado por empresas cuja atividade comercial principal não seja o transporte de carga remunerado, efetuado com veículos de sua propriedade, e que se aplique exclusivamente à carga que utilizam para seu consumo ou para distribuição dos seus produtos.

ARTIGO III

Ficam autorizadas a entrada e a saída de veículos das Partes Contratantes que transportem passageiros ou carga através dos pontos habilitados na fronteira, com base na reciprocidade, de conformidade com as leis e regulamentos existentes em cada país e nas condições estabelecidas neste Acordo e seus anexos.

ARTIGO IV

Os transportadores autorizados de uma das Partes Contratantes não poderão realizar transporte doméstico no território da outra, sob pena de cassação da autorização do transporte internacional.

ARTIGO V

As disposições do presente Acordo não representarão, em nenhum caso, restrição às facilidades sobre transporte fronteiriço que se poderão conceder mutuamente as Partes Contratantes.

ARTIGO VI

As autorizações a que se refere o Artigo 3º só serão outorgadas a veículos que transitarem sob a responsabilidade de empresas transportadoras habilitadas, que tenham obtido autorizações, obedecida a legislação do país a cuja jurisdição pertençam, bem como as normas de garantia de entrada, retorno, trânsito e transporte de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO VII

1. Salvo as disposições especiais deste Acordo e seus anexos, os transportadores autorizados, o pessoal empregado, os veículos, os equipamentos e os serviços que prestem, estão sujeitos a todas as normas e regulamentos vigentes no território de cada país, reconhecendo cada uma das Partes Contratantes o direito da outra de impedir a prestação de serviço em seu território, quando não sejam cumpridos as condições e os requisitos estabelecidos em sua legislação.

2. As Partes Contratantes poderão estabelecer entendimentos adicionais sobre condições específicas não previstas cujas diferenças possam causar dificuldades operacionais.

ARTIGO VIII

Cada Parte Contratante aplicará em seu território aos transportadores, veículos e tripulações da outra Parte as mesmas disposições legais e regulamentares que aplicam aos do seu próprio país para o transporte objeto deste Acordo.

ARTIGO IX

Os veículos deverão efetuar a passagem de fronteira unicamente através dos pontos habilitados pelas Partes Contratantes.

ARTIGO X

As Partes Contratantes determinarão a qualquer tempo os pontos habilitados de pas-

sagem da fronteira, rotas, itinerários e terminais a serem utilizados dentro de seus territórios, os quais deverão ser aqueles que ofereçam as melhores condições de operação, proporcionando os menores custos de transporte, sempre de conformidade com os princípios estabelecidos neste Acordo. A referida determinação de passagens de fronteira, itinerários e terminais será considerada, para efeitos práticos, como parte integrante deste Acordo.

ARTIGO XI

1. As cargas transportadas serão submetidas, nos pontos de fronteira habilitados, ao despacho aduaneiro correspondente, de conformidade com a legislação vigente de cada Parte.

2. As Partes Contratantes concederão facilidades, nas alfândegas de fronteira, aos veículos e aos contêineres que estejam fechados com seus lacres intactos. Se for necessário, a alfândega poderá colocar seu próprio lacre.

ARTIGO XII

1. Os veículos e seus equipamentos devem sair do país em que ingressaram dentro dos prazos que tenham sido acordados, mantidas as mesmas características verificadas no momento da entrada.

2. Em caso de acidente devidamente comprovado, as autoridades aduaneiras permitirão a saída do país dos veículos que tenham sofrido danos irreparáveis, após determinação nesse sentido e autorização por parte das autoridades competentes especializadas em trânsito, sempre que:

a) o proprietário se submeta ao pagamento dos direitos e gravames de importação exigíveis; ou

b) tenham sido abandonados pela tripulação e que o transportador ou o interessado

tenha cumprido com todas as obrigações legalmente contraídas no país em que ocorreu o acidente.

ARTIGO XIII

A tripulação dos veículos deverá estar amparada por documentação que lhe permita o exercício de suas funções e que lhe será fornecida pelas autoridades competentes do país a que pertencer, os quais serão reconhecidos por ambas as Partes.

ARTIGO XIV

Cada Parte Contratante manterá a outra informada sobre as dimensões, pesos máximos e demais normas técnicas exigidas em seu território para a circulação interna de veículos.

ARTIGO XV

Os transportadores estarão obrigados a segurar os riscos de transporte, em relação a terceiros e à tripulação. Cada Parte Contratante adotará medidas legislativas internas que permitam a emissão de certificados de apólices de seguro com validade internacional. Os seguros com que devem contar as empresas de uma das Partes poderão ser contratados no país em que se interne temporariamente o veículo, ou no país de origem do mesmo, obedecendo ao princípio da reciprocidade. Neste último caso, deverá responsabilizar-se pelo seguro uma entidade ou organismo do país onde se interne temporariamente.

ARTIGO XVI

As Partes Contratantes poderão permitir a circulação de veículos cujas características, ou as de suas cargas, sejam especiais ou diferentes das estabelecidas nas respectivas legislações, com prévia tramitação das correspondentes autorizações especiais junto às autoridades competentes.

ARTIGO XVII

As disposições específicas ou operativas que regulam diferentes aspectos compreendidos no presente Acordo serão objeto de normas contidas em anexos, que se referem aos aspectos organizacionais e operacionais, de seguros, migratórios e aduaneiros que formam parte deste Acordo, por cujo cumprimento serão responsáveis os organismos competentes de cada país.

ARTIGO XVIII

As Partes Contratantes poderão concluir instrumentos complementares a este Acordo sobre os diferentes aspectos nele considerados, especialmente no que se refere a critérios de reciprocidade nas autorizações e nos demais aspectos técnicos e operacionais. Os mencionados instrumentos não poderão, em nenhum caso, contrariar ou anular os dispositivos deste Acordo.

ARTIGO XIX

1. As Partes Contratantes designam como Organismos Nacionais Competentes responsáveis pelo cumprimento deste Acordo:

a) no Brasil: a Agência Nacional de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes;

b) na Guiana: o “Ministry of Home Affairs”.

2. As Partes Contratantes constituirão, por via diplomática, uma Comissão destinada a avaliar periodicamente a execução deste Acordo e a sugerir as emendas que se considere necessário incorporar aos anexos. A Comissão se reunirá uma vez ao ano, por convocação de qualquer uma das Partes, mediante notificação prévia formulada com 60 (sessenta) dias de antecedência, ou extraordinariamente, quando for necessário.

ARTIGO XX

Cada uma das Partes Contratantes notifi-

cará a outra da conclusão dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da última notificação.

ARTIGO XXI

As controvérsias que possam surgir entre as Partes Contratantes, em virtude da interpretação e da execução deste Acordo, serão resolvidas mediante negociações diretas efetuadas por via diplomática.

ARTIGO XXII

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, por via diplomática, em cujo caso cessará em seus efeitos 6 (seis) meses após a data da respectiva notificação.

ARTIGO XXIII

O presente Acordo poderá ser modificado por entendimentos das Partes Contratantes. As modificações, uma vez notificadas por via diplomática, entrarão em vigor na forma indicada no Artigo 20.

Feito em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic (doravante referidos como “as Partes”),

Guiados pelo desejo de desenvolver e fortalecer os laços de amizade existentes entre os dois países,

Desejando promover sua cooperação nos campos da cultura e educação, assim como em áreas afins,

Decidem concluir o presente Acordo e concordam no seguinte:

ARTIGO I

Para desenvolver a cooperação na área da cultura, as Partes deverão encorajar:

a) iniciativas visando à organização de exposições e de outros eventos culturais e à apresentação de trabalhos de arte e artefatos e de filmes, através das instituições competentes de cada país;

b) a apresentação de trabalhos de literatura do outro país, incluindo traduções, intercâmbio de livros e publicações, assim como outros materiais culturais;

c) a participação dos seus representantes em conferências internacionais, competições, festivais e reuniões de assuntos culturais organizadas pela outra Parte;

d) o desenvolvimento de contatos entre associações de artistas e escritores de ambos os países e o intercâmbio de peritos em várias áreas culturais e em Educação Artística, assim como o intercâmbio de escritores, conferencistas e artistas individuais;

e) o intercâmbio de grupos teatrais, musicais, de dança, artísticos e folclóricos, ou de artistas individuais;

f) o intercâmbio de informação, de experiência e de visitas de peritos nas áreas de museologia e conservação e proteção da herança cultural.

ARTIGO II

As Partes deverão cooperar na área de bibliotecas e arquivos públicos, trocando informação, material relevante, assim como especialistas nestes campos, de acordo com as leis e regulamentos válidos em ambos os países.

ARTIGO III

Com a intenção de fortalecer as relações entre os dois países, as Partes deverão enco-

rajar a cooperação no campo educacional.

Para que este objetivo seja alcançado, as Partes deverão:

a) encorajar a cooperação entre instituições de ensino superior dos dois países;

b) encorajar e facilitar o ensino da língua, história, literatura, cultura e outros aspectos da vida do outro país;

c) encorajar o intercâmbio entre professores e pesquisadores de instituições de ensino superior dos dois países e auxiliá-los na sua pesquisa;

d) convidar, quando possível, representantes de uma das Partes para participar em congressos, conferências e outras reuniões no campo educacional promovidas pela outra Parte;

e) encorajar o intercâmbio de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação e examinar a possibilidade de concessão de bolsas de estudo, baseadas em consenso mútuo e de acordo com as leis e regulamentos válidos em ambos os países.

f) encorajar o intercâmbio de informação, experiência e especialistas em todos os níveis de educação.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes deverá encorajar a criação de instituições culturais do outro país no seu território, de acordo com sua legislação interna.

ARTIGO V

As Partes deverão estimular a cooperação direta entre as suas organizações nacionais de rádio e televisão, assim como suas agências de imprensa, visando ao intercâmbio de notícias e programas de rádio e de televisão.

ARTIGO VI

1. As Partes deverão incentivar o desen-

volvimento da cooperação no campo do esporte e da educação física, bem como contatos entre associações de esporte de ambos os países.

2. Os detalhes dessa cooperação serão negociados pelas autoridades competentes dos respectivos países.

ARTIGO VII

1. As Partes deverão estimular a cooperação direta entre suas organizações e instituições para a juventude em atividades culturais e sociais. As Partes trocarão informação e experiências relevantes em todo campo relacionado à juventude e que vise ao fortalecimento das relações juvenis.

ARTIGO VIII

1. O presente Acordo não exclui a possibilidade de se estabelecer outras formas de cooperação bilateral em áreas afins ou correspondentes aos seus objetivos.

ARTIGO IX

1. Para a implementação deste Acordo, as Partes deverão elaborar programas de cooperação, os quais serão válidos para períodos específicos e deverão incluir formas concretas de cooperação, eventos e permutas, bem como as condições organizacionais e financeiras para sua execução.

2. Os programas de cooperação mencionados acima deverão ser examinados e aprovados por comitês comuns, convocados pelas Partes quando necessário, alternadamente no Brasil e na Grécia.

ARTIGO X

1. Qualquer controvérsia quanto à interpretação e implementação deste Acordo deverá ser resolvida através de consultas entre as Partes.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo deverá entrar em vigor no prazo de trinta dias a contar da data

na qual as Partes notificarem-se mutuamente, através dos canais diplomáticos, sobre a conclusão de todas as formalidades internas legais necessárias.

2. O presente Acordo deverá permanecer em vigor por um período de tempo indeterminado. Ele poderá ser denunciado após notificação prévia submetida por qualquer uma das Partes através dos canais diplomáticos.

3. Em caso de denúncia deste Acordo, este deverá findar-se seis meses após a data da comunicação.

ARTIGO XII

A denúncia deste Acordo não deverá afetar nenhum programa já empreendido a não ser que as Partes decidam de maneira diferente.

Feito em Atenas, em 27 de março de 2003, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, grega e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação o texto em inglês deverá prevalecer.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre isenção parcial de vistos

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária (doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o interesse em intensificar as relações de amizade existentes e o desejo de facilitar a entrada de nacionais de um país no território do outro país,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. Nacionais da República Federativa do Brasil, portadores de passaportes nacionais

válidos, ficarão isentos de Visto para entrar, transitar e permanecer no território da República da Bulgária, prevendo que uma estada simples ou múltiplas estadas sucessivas não excedam 90 (noventa) dias, durante um período de 6 (seis) meses contados da data da primeira entrada.

2. Nacionais da República da Bulgária, portadores de passaportes nacionais válidos, ficarão isentos de Visto para entrar, transitar e permanecer no território da República Federativa do Brasil, por período não maior do que 90 (noventa) dias, renovável desde que a permanência total não exceda a 180 (cento e oitenta) dias no período por ano, contados a partir da data da primeira entrada.

3. A isenção de Vistos introduzida por este Acordo não permite aos nacionais de uma Parte Contratante engajar-se em qualquer atividade profissional em bases de contrato de trabalho, nem prover serviços temporários, nem exercer práticas autônomas, nem desempenhar atividades relativas à produção de filmes comerciais, nem adotar crianças no território do Estado da Parte Contratante receptora.

4. Os nacionais de qualquer das Partes Contratantes, portadores de passaportes comuns válidos, que pretendam permanecer no território do Estado da outra Parte Contratante por mais tempo do que o período previsto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, ou pretendam engajar-se em qualquer atividade remunerada, devem obter Vistos antecipadamente.

ARTIGO II

Os portadores de passaportes nacionais válidos de qualquer das Partes Contratantes mencionados no Artigo 1º poderão entrar, transitar e sair do território da outra

Parte Contratante em todos os pontos de fronteira abertos ao tráfego internacional de passageiros.

ARTIGO III

1. A dispensa de visto a que se refere o presente Acordo não exime os nacionais de uma das Partes Contratantes da obrigação de cumprir as leis e regulamentos em vigor no Estado da outra Parte Contratante concernentes à entrada, permanência e saída de estrangeiros.

2. As Partes Contratantes devem, tão logo quanto possível, mutuamente informar-se através dos canais diplomáticos sobre qualquer alteração nas suas respectivas leis e regulamentos relativos à entrada, permanência e saída de estrangeiros.

ARTIGO IV

O presente Acordo não restringe o direito de qualquer das Partes Contratantes de negar a entrada ou reduzir a permanência de nacionais da outra Parte Contratante considerados indesejáveis.

ARTIGO V

1. As Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus passaportes válidos no prazo de 30 (trinta) dias após a data de assinatura do presente Acordo.

2. No caso de qualquer modificação nos passaportes válidos, as Partes Contratantes intercambiarão, por canais diplomáticos, seus novos espécimes, acompanhados de informação pormenorizada sobre suas características e usos, pelo menos 30 (trinta) dias antes de que sejam adotados.

ARTIGO VI

Por motivos de segurança, ordem ou saúde públicas, qualquer das Partes Contratantes poderá temporariamente suspender a aplicação do presente Acordo no todo ou em parte. Tal

suspensão, antecipada ou já em vigor, deverá ser notificada à outra Parte Contratante com a brevidade possível, por via diplomática.

ARTIGO VII

1. O presente Acordo será válido por tempo indeterminado e entrará em vigor 30 (trinta) dias após o recebimento da segunda Nota Diplomática pelas quais as Partes Contratantes informam-se mutuamente sobre o cumprimento das formalidade internas para sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo poderá ser emendado caso ambas as Partes Contratantes assim desejem; as emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste Artigo.

3. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. A denúncia terá efeito 90 (noventa) dias após o recebimento da notificação pela outra Parte Contratante.

Feito em Sófia, em 10 de abril de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português, búlgaro e inglês, todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a construção de uma ponte sobre o rio Acre, nas proximidades das cidades de Brasiléia e Cobija

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (doravante denominados "Partes"),

Considerando os propósitos de impulsionar o desenvolvimento da infra-estrutura física e a integração transfronteiriça na América do Sul, expressos no Comunicado de Brasília, de 1º de setembro de 2000;

Considerando a importância e a prioridade conferidas à construção de ponte que interligará o Brasil à Bolívia entre as cidades de Brasiléia e Cobija, na Declaração de Assis Brasil, de 20 de dezembro de 2002,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes, as ações referentes à construção, incluída a infra-estrutura complementar e acessos, de uma ponte sobre o rio Acre, situada nas proximidades das cidades de Brasiléia, no Brasil, e Cobija, na Bolívia.

ARTIGO II

Para os fins mencionados no Artigo 1º do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, doravante denominada Comissão Mista, integrada por quatro membros em cada delegação, com dois representantes do Ministério dos Transportes do Brasil e do Ministério dos Serviços e Obras Públicas da Bolívia, um do Ministério das Relações Exteriores e um dos governos locais, segundo designação que cada Parte comunicará à outra no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO III

1. Será da competência da Comissão Mista:

a) preparar a documentação necessária à construção da ponte e à realização das suas obras complementares e acessos;

b) acompanhar a construção até a sua conclusão e realizar duas vistorias, após seis meses e um ano de inauguração.

2. A Comissão Mista terá poderes para solicitar assistência técnica e toda a informação que considerar necessária para o cumprimento de suas funções.

ARTIGO IV

1. Os custos relativos à construção da ponte sobre o rio Acre, seus acessos e obras complementares serão cobertos com recursos financeiros do Estado do Acre.

2. Os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional serão da responsabilidade exclusiva dos governos locais.

3. Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes da sua representação na Comissão Mista.

ARTIGO V

1. As Partes se comprometem a notificar uma a outra sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a implementação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data de recepção da segunda notificação.

2. As Partes poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, por via diplomática e com antecedência de um ano.

Feito em Brasília, em 28 de abril de 2003, em dois exemplares igualmente autênticos, nos idiomas português e espanhol.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para restituição de veículos automotores roubados ou furtados

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando a necessidade de realizar esforços coordenados referentes à repressão do tráfico ilícito de veículos automotores,

Acordam o seguinte:

A) Disposições Iniciais

ARTIGO I

1. Em decorrência do presente Acordo, fica estabelecido que o veículo automotor terrestre originário ou procedente de uma das Partes Contratantes que tenha ingressado no território da outra Parte Contratante, desacompanhado da respectiva documentação comprobatória de propriedade e de origem, ou que apresente indícios de irregularidades na sua entrada no país, será apreendido e entregue dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis à custódia da autoridade aduaneira local.

2. Para os efeitos do parágrafo anterior, a apreensão de veículo automotor originário ou procedente de uma das Partes Contratantes será feita:

a) como consequência de ordem judicial requerida pelo proprietário do mesmo, sub-rogado ou seu representante;

b) da ação de controle de tráfico realizada pelas autoridades policiais ou aduaneiras da outra Parte Contratante;

c) por solicitação formal da autoridade consular do país de onde o mesmo tenha sido roubado ou furtado.

B) Devolução por Via Judicial

ARTIGO II

1. Toda pessoa física ou jurídica que deseje reclamar a devolução de veículo automotor de sua propriedade, que lhe tenha sido roubado ou furtado, formulará o pedido à autoridade judicial do território em que o mesmo se encontre, podendo fazê-lo diretamente, por seu representante, sub-rogado, procurador habilitado ou por intermédio das autoridades competentes da Parte Contratante de que seja nacional ou em que tenha seu domicílio. A reclamação deverá ser formulada dentro do prazo de 20 (vinte) meses após efetuada a denúncia, perante a autoridade po-

licial de onde ocorreu o fato, prazo este durante o qual o veículo automotor não poderá ser alienado. Vencido o mencionado prazo, prescreve seu direito de fazê-lo, em conformidade com o estabelecido neste Acordo.

2. O pedido de devolução será formalizado mediante a documentação abaixo descrita, com a respectiva legalização consular do país requerido:

a) documento original de propriedade do veículo automotor ou cópia do mesmo oficialmente autenticada;

b) certidão de ocorrência policial do roubo ou furto do veículo automotor no país de origem;

c) em caso de companhias de seguros, certificado de quitação ou cessão de direitos do proprietário, devendo, ademais, depositar em juízo, a título de garantia processual, o equivalente na moeda do país a 500 (quinhentos) dólares dos Estados Unidos da América. Se o recorrente carecer de meios econômicos para efetuar tal depósito, o Consulado do país requerente expedirá uma declaração de insuficiência de recursos a fim de dar seguimento ao processo de devolução por meio da Defensoria Pública, na República Federativa do Brasil, e do Ministério Público, na República da Bolívia.

3. O reclamante solicitará pessoalmente ou por procurador, ou por intermédio da autoridade consular do país de que seja nacional, ou em que tenha seu domicílio, à autoridade judicial do território em que o veículo automotor se encontre, sua busca e apreensão, com base na documentação apresentada; e identificará, quando puder, a pessoa que o detém, fornecendo nome e endereço.

4. Recebida a solicitação, o juiz ordenará a apreensão do veículo automotor e sua en-

trega dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis à custódia da autoridade aduaneira local. O depósito do veículo automotor será feito mediante inventário e em nenhum caso poderá o mesmo ser entregue a qualquer das partes litigantes, tampouco a um terceiro ou uma instituição, em caráter de fiel depositário. O depósito do veículo automotor será feito mediante recibo do qual constarão as características, acessórios e estado geral do mesmo.

5. Uma vez apreendido o veículo automotor, o juiz interveniente notificará dessa apreensão, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a autoridade consular do país de procedência do veículo automotor e a pessoa demandada para que esta última, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, apresente os documentos originais que atestem seu direito sobre o veículo automotor e seu ingresso legal no país.

6. O juiz solicitará à autoridade aduaneira para que responda no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, sem que afete o curso do processo, prestando informações sobre as condições de ingresso do veículo automotor no país.

O juiz solicitará ao Registro de Automóveis o certificado de registro do mesmo, requisito que atestará seu registro legal no nome do detentor ou proprietário.

7. Vencido o prazo de que trata o quinto parágrafo do presente artigo, o processo tramitará de forma sumária e o juiz ordenará, por sentença, a entrega imediata do veículo automotor a quem tenha direito, sem outros trâmites ou gastos.

As autoridades pertinentes das Partes Contratantes estabelecerão mecanismos para a fixação de taxas preferenciais pela guarda do veículo automotor.

8. Ao presente procedimento de recuperação de veículo automotor será dada a mais estrita rapidez, de conformidade com a legislação vigente da Parte Contratante em que se encontre em trâmite o mesmo. Não se admitirá outro tipo de defesa além das estabelecidas no presente Acordo, nem práticas dilatórias. Deverá o juiz, em todos os casos, sanar os defeitos de procedimento da melhor maneira possível, em benefício dos interessados, e os procedimentos de tramitação do processo terão de ser concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis.

9. Ao assinar a sentença favorável ao pedido, o juiz ordenará a devolução do veículo automotor ao proprietário, sub-rogado ou seu representante, com o envio obrigatório de uma comunicação oficial à respectiva autoridade consular ou à autoridade aduaneira da Parte Contratante de que ele seja nacional ou em que tenha seu domicílio, as quais assegurarão a saída do veículo automotor do território do país requerido. A entrega do veículo automotor será feita com a participação de um funcionário aduaneiro até a fronteira designada pela autoridade aduaneira do país requerido, onde a autoridade aduaneira do país requerente o receberá e expedirá a ata de internação do mesmo em seu território.

10. Caso a sentença não favoreça o pedido, o juiz ordenará as medidas pertinentes, conforme as leis nacionais, e as Partes Contratantes reconhecerão o direito de propriedade resultante da aplicação das mesmas.

C) Devolução por Via Administrativa

ARTIGO III

1. Ocorrerá a devolução por via administrativa quando o roubo ou o furto de um veículo automotor for denunciado imediatamente e o requerente apresentar os dados corre-

tos do veículo automotor e de seu detentor ilegal, até 30 (trinta) dias úteis da ocorrência do roubo ou do furto.

2. As autoridades policiais e/ou aduaneiras competentes de qualquer das Partes Contratantes procederão à apreensão do veículo automotor terrestre que seja reclamado. O mencionado veículo será imediatamente entregue à autoridade aduaneira do território no qual foi localizado, mediante a redação de uma ata de entrega e inventário, que consignará as características, os acessórios e o estado do mesmo.

3. Recebido o veículo automotor, a autoridade aduaneira determinará imediatamente a abertura de um inquérito administrativo e comunicará à autoridade consular da outra Parte Contratante, que por sua vez notificará o suposto proprietário do veículo automotor de sua apreensão no território de uma das Partes Contratantes, instruindo-o sobre o procedimento para sua recuperação, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis. Ademais, a autoridade aduaneira intimará o detentor do veículo automotor apreendido para que, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, apresente os documentos originais que atestem a situação legal do veículo automotor. Caso não os apresente no prazo fixado, ocorrerá a via direta de entrega, conforme os procedimentos estabelecidos neste Acordo.

4. O proprietário ou sub-rogado, seu representante, o procurador habilitado ou a autoridade consular da Parte Contratante de que seja nacional ou em que tenha seu domicílio apresentará a documentação pertinente no prazo de 40 (quarenta) dias úteis, contados a partir da data da notificação à respectiva autoridade consular.

Recebida a documentação e se a autori-

dade aduaneira considerá-la suficiente, será feita, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a entrega do veículo automotor ao proprietário, ao sub-rogado ou seu representante, diretamente ou por intermédio das autoridades consulares, alfandegárias ou policiais da Parte Contratante de que seja nacional ou em que tenha seu domicílio.

5. Nos casos em que seja desconhecido o proprietário do veículo automotor apreendido, a autoridade aduaneira procederá à publicação, por 5 (cinco) vezes em 10 (dez) dias, em um jornal diário de grande circulação do país, de editais para que os interessados exerçam seus direitos no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da última publicação. Nesses avisos, serão consignadas todas as características identificadoras do veículo, como marca, modelo, cor, números do motor e do chassi, etc.

D) Entrega do Veículo

ARTIGO IV

1. Quando se tratar do proprietário, este receberá o veículo automotor diretamente da autoridade aduaneira, no estabelecimento onde se encontre sob custódia o referido veículo, acompanhado do respectivo certificado.

2. Quando se tratar do sub-rogado, representante ou detentor, o veículo automotor, para sua entrega, será trasladado e obrigatoriamente acompanhado de um funcionário aduaneiro até a fronteira designada pela autoridade aduaneira do país requerido, onde a autoridade aduaneira do país requerente o receberá e expedirá a ata de sua internação em seu território. A ata ficará arquivada como último procedimento do respectivo inquérito.

ARTIGO V

Caso nenhum interessado se apresente para exercer seu direito, no prazo estabelecido neste Acordo, as autoridades competentes adotarão as medidas pertinentes, conforme as leis nacionais, e as Partes Contratantes reconhecerão o direito de propriedade resultante da aplicação das mesmas.

ARTIGO VI

Caso qualquer ato ou decisão de autoridade administrativa seja submetido à autoridade judicial competente, o processo será regido pelas normas previstas no presente Acordo.

E) Apelação

ARTIGO VII

A decisão de primeira instância será apelável dentro do prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, devendo elevar-se os autos à instância superior, sem mais trâmites, para que nesta se decida, em definitivo, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

F) Perícia

ARTIGO VIII

1. Sempre que existir indício de adulteração dos números ou de substituição dos componentes identificadores de um veículo automotor, o juiz deverá solicitar o concurso de perito, sem prejuízo da faculdade de os interessados proporem, igualmente, seus respectivos peritos, que deverão ser habilitados pela empresa fabricante ou representante da marca do veículo automotor objeto da perícia, que deverá ser realizada na presença de pessoa expressamente designada pela autoridade consular do país de que o interessado seja nacional ou em que tenha seu domicílio. Em nenhum caso, o veículo automotor poderá deixar o depósito aduaneiro para ser objeto de perícia. Em todos os casos, os peritos expedirão seus respectivos

relatórios dentro do prazo de 3 (três) dias úteis.

2. Tais relatórios deverão basear-se nos dados de identificação fornecidos pela empresa fabricante do veículo automotor, apresentados ao juiz, legalizados pelo Consulado do país de origem do citado veículo, que solicitará ao fabricante ou ao representante da marca, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, que confirme se os relatórios apresentados estão de conformidade com os padrões estabelecidos tecnicamente pela empresa.

G) Prazos

ARTIGO IX

1. Fica estabelecido que todos os prazos previstos neste Acordo são considerados como prazos processuais de caráter judicial.

2. Para os prazos não previstos neste Acordo, regerão, em todos os casos, os mais breves da legislação da Parte Contratante em que se tramita o processo.

H) Disposições Finais

ARTIGO X

Toda medida judicial ou administrativa sobre roubo ou furto de veículos automotores originários ou procedentes do território de uma das Partes Contratantes e localizados no da outra, em andamento ou a ser promovida a partir da data de vigência do presente Acordo, será regida por estas disposições.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes Contratantes se notifiquem, pela via diplomática, do cumprimento dos requisitos exigidos por sua legislação nacional vigente.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo, em qualquer momento, mediante notificação escrita, dirigida à outra, pela via diplomática, com 6 (seis) meses de antecedência.

Feito em Brasília, em 28 de abril de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique (ora em diante chamados “Partes”),

Considerando que a pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) tem afetado, sobretudo, os países com menor desenvolvimento relativo da África, Ásia, América Latina e Caribe e com capacidade de resposta limitada;

Considerando o reconhecimento da comunidade internacional, em diferentes instâncias, da importância de se garantir e aumentar o acesso a medicamentos para AIDS, por intermédio dos seguintes instrumentos: a) Resolução E/CN.4/RES/2001/33, de 20 de abril de 2001, da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); b) Resolução WHA 54.11, de 21 de maio de 2001, da Organização Mundial da Saúde (OMS); e c) Declaração sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e Saúde Pública, de 14 de novembro de 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC);

Tendo em conta o Acordo Geral de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981;

Reconhecendo a experiência e os resultados brasileiros exitosos nas ações integradas de assistência e prevenção;

Conscientes da necessidade de executar projetos e atividades específicos de cooperação que possam contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico e social de outros países com menor desenvolvimento social relativo e o impacto desses projetos na melhoria da qualidade de vida de significativas parcelas de populações afetadas às áreas dos projetos;

Considerando que os projetos e atividades identificados aportarão significativos benefícios às políticas setoriais de ambos os países, além de contribuir para o fortalecimento institucional e se revestirem de caráter multiplicador;

Reconhecendo a eficácia da cooperação em saúde como meio de concertação e diálogo político;

Firmam o presente Memorandum de Entendimento, imbuídos do espírito de amistosa cooperação:

1. O presente Memorandum de Entendimento tem como objeto a implementação de “Projeto de Assistência de Prevenção do HIV/AIDS”, no âmbito do “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento”, contribuindo com os esforços da República de Moçambique em promover uma resposta efetiva para o controle da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e AIDS, bem como estabelecendo os parâmetros de sua execução;

2. O “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Preven-

ção do HIV para Países em Desenvolvimento”, doravante denominado Programa, reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

a) o Programa apoiará um Projeto-Piloto negociado e aprovado pelas Partes;

a1) o Projeto-Piloto deverá especificar, até 2 (dois) meses após a assinatura do presente Memorandum de Entendimento, as responsabilidades dos órgãos governamentais envolvidos em sua implementação, o objetivo (conforme o item b, abaixo), os resultados esperados, o cronograma e os recursos financeiros;

b) o Projeto-Piloto preverá o tratamento de aproximadamente 100 (cem) pessoas vivendo com HIV e AIDS na República de Moçambique, com medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil e fornecidos pelo Ministério da Saúde brasileiro;

b1) a internalização dos medicamentos supracitados, bem como de quaisquer outros insumos envolvidos na execução do Projeto-Piloto, deverá ser realizada pelo Governo da República de Moçambique.

c) o Projeto-Piloto terá a duração de 1 (um) ano a partir da data de início de sua implementação. Ao final desse período, e havendo acordo entre as Partes, o Governo da República de Moçambique encarregar-se-á de prosseguir com o tratamento dos pacientes inscritos no Programa;

Parágrafo Único – o Governo brasileiro, através do Ministério da Saúde do Brasil, compromete-se com o tratamento, por tempo indeterminado, dos pacientes inscritos no ano 1 (um) do Projeto caso o Governo Moçambicano não tenha condições de assumir, parcial ou plenamente, a responsabilidade pelos tratamentos previstos ao final do Projeto.

d) a partir da conclusão do Projeto-Piloto, com apoio do Governo brasileiro, o Governo da República de Moçambique se compromete a dar seguimento fornecendo, diretamente, os recursos técnicos e financeiros necessários aos serviços de assistência e tratamento das pessoas vivendo com HIV e AIDS envolvidas, incluindo medicamentos anti-retrovirais;

e) o Projeto-Piloto poderá contemplar a participação de terceiros países e de organismos multilaterais de cooperação e organizações não-governamentais em ações específicas;

f) para efeitos de coordenação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação derivadas do presente Memorandum de Entendimento, as Partes designam, pelo lado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, e o Ministério da Saúde, no âmbito das respectivas competências, e pelo lado da República de Moçambique a entidade ou instituição competente;

3. Qualquer direito relativo à propriedade intelectual, que porventura surja das atividades e ações do presente instrumento, deverá indicar expressamente a participação de ambas as Partes, não podendo caracterizar promoção individual de qualquer uma delas.

3.1. Todos os documentos e informes produzidos durante a execução dos projetos poderão ser divulgados desde que recebida a autorização das instituições participantes, podendo ser estabelecida sua confidencialidade caso solicitado por uma das Instituições Participantes.

4. O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, podendo

ser renovado por mais 2 (dois) anos, por manifestação expressa das Partes.

5. O presente Memorandum de Entendimento poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data do recebimento da notificação respectiva.

6. As eventuais controvérsias surgidas na execução do presente Memorandum de Entendimento serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no Direito Internacional Público, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre as Partes.

Feito em Maputo, em 2 de maio de 2003, em dois exemplares originais, em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para implementação do Projeto “Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de votação e apuração eletrônicas na Cidade do México”.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos (doravante denominados “Partes”),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, assinado em Brasília, em 24 de julho de 1974;

e

Que a Cooperação Técnica na área da

automatização do voto reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por finalidade desenvolver o projeto Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de Votação Eletrônica na Cidade do México.

2. O mencionado projeto tem, como objetivo, utilizar 120 urnas eletrônicas, em 40 seções eleitorais, numa prova piloto realizada simultaneamente com as eleições de julho de 2003 na cidade do México, além de outras 20 urnas para capacitação e 10 urnas para atender possíveis contingências.

ARTIGO II

1. A Parte brasileira manifesta que:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores atuará como enlace para a coordenação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. A Parte mexicana manifesta que:

a) a Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria de Relações Exteriores atuará como enlace para a coordenação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Eleitoral do Distrito Federal (IEDF) é o responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. O TSE e o IEDF realizarão informes parciais e finais sobre os resultados obtidos no presente projeto, para conhecimento das

instituições coordenadoras.

2. Os documentos elaborados conjuntamente pelo IEDF e pelo TSE, resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar, serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos eventuais documentos de trabalho será elaborada no idioma do país que originalmente redigir o trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, tais instituições deverão ser previamente consultados, informados e mencionados no corpo do documento objeto de publicação

ARTIGO IV

Os custos para a implementação das atividades mencionadas no presente Ajuste Complementar serão cobertos conforme o estabelecido no documento de projeto, sem prejuízo do que acordem outra forma para casos específicos, respeitadas suas disponibilidades financeiras, e conforme disposto no mencionado projeto de cooperação.

ARTIGO V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos Mexicanos.

ARTIGO VI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 6 (seis) meses, a menos que uma das Partes comunique à outra, por Nota Diplomática, sua decisão de denunciá-lo.

ARTIGO VII

As Partes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, emendar o presente Ajuste Complementar. As emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo VI.

ARTIGO VIII

A denúncia do presente Ajuste Complementar não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

ARTIGO IX

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, assinado em Brasília, em 24 de julho de 1974.

Feito na Cidade do México, em 13 de maio de 2003, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

Preâmbulo

As Partes desta convenção,

Determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública;

Reconhecendo que a propagação da epidemia do tabagismo é um problema global com sérias consequências para a saúde pública, que demanda a mais ampla cooperação internacional possível e a participação de todos os países em uma resposta internacional eficaz, apropriada e integral;

Tendo em conta a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo;

Seramente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particular-

mente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco são causas de mortalidade, morbidade e incapacidade e que as doenças relacionadas ao tabaco não se revelam imediatamente após o início da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo de qualquer produto derivado do tabaco;

Reconhecendo ademais que os cigarros e outros produtos contendo tabaco são elaborados de maneira sofisticada de modo a criar e a manter a dependência, que muitos de seus compostos e a fumaça que produzem são farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos, e cancerígenos, e que a dependência ao tabaco é classificada separadamente como uma enfermidade pelas principais classificações internacionais de doenças;

Admitindo também que há evidências científicas claras de que a exposição pré-natal à fumaça do tabaco causa condições adversas à saúde e ao desenvolvimento das crianças;

Profundamente preocupadas com o elevado aumento do número de fumantes e outras formas de consumo de tabaco entre crianças e adolescentes em todo o mundo, particularmente com o fato de que se começa a fumar em idades cada vez menores;

Alarmadas pelo aumento do número de fumantes e de outras formas de consumo de tabaco por mulheres e meninas em todo o mundo e tendo presente a importância da participação plena das mulheres em todos os níveis de elaboração e implementação de políticas, bem como da necessidade de estratégias de controle específicas para cada gênero;

Profundamente preocupadas com o ele-

vado número de fumantes e de outras formas de consumo do tabaco por membros de povos indígenas;

Seramente preocupadas com o impacto de todos os tipos de publicidade, promoção e patrocínio destinados a estimular o uso de produtos de tabaco;

Reconhecendo que uma ação cooperativa é necessária para eliminar todas as formas de tráfico ilícito de cigarros e de outros produtos de tabaco, incluídos contrabando, fabricação ilícita e falsificação;

Reconhecendo que o controle do tabaco em todos os níveis, e particularmente nos países em desenvolvimento e nos de economia em transição, requer recursos financeiros e técnicos suficientes e adequados às necessidades atuais e estimadas para as atividades de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco;

Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional;

Conscientes do valioso trabalho sobre controle do tabaco conduzido por vários Estados, destacando a liderança da Organização Mundial de Saúde, bem como os esforços de outros organismos e entidades do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais

no estabelecimento de medidas de controle do tabaco;

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do tabaco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco;

Recordando o Artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, pelo qual se declara que toda pessoa tem direito de gozar o mais elevado nível de saúde física e mental;

Recordando ainda o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que o gozo do mais elevado nível de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condição econômica ou social;

Determinadas a promover medidas de controle do tabaco fundamentadas em considerações científicas, técnicas e econômicas atuais e pertinentes;

Recordando que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção devem tomar as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres na área da atenção médica;

Recordando ademais que a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção reconhecem o direito da criança de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde,

Acordaram o seguinte:

PARTE I: INTRODUÇÃO

ARTIGO I

Uso de termos

Para os fins da presente Convenção:

a) “comércio ilícito” é qualquer prática ou conduta proibida por lei, relacionada à produção, envio, recepção, posse, distribuição, venda ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade;

b) “organização regional de integração econômica” é uma organização integrada por Estados soberanos, que transferiram àquela organização regional competência sobre uma diversidade de assuntos, inclusive a faculdade de adotar decisões de natureza mandatória para seus membros em relação àqueles assuntos;¹

c) “publicidade e promoção do tabaco” é qualquer forma de comunicação, recomen-

dação ou ação comercial com o objetivo, efeito ou provável efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

d) “controle do tabaco” é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, com o objetivo de melhorar a saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco;

e) “indústria do tabaco” é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco;

f) “produtos de tabaco” são todos aqueles total ou parcialmente preparados com a folha de tabaco como matéria prima, destinados a serem fumados, sugados, mascarados ou aspirados;

g) “patrocínio do tabaco” é qualquer forma de contribuição a qualquer evento, atividade ou indivíduo com o objetivo, efeito ou possível efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo.

ARTIGO II

Relação entre a presente Convenção e outros acordos e instrumentos jurídicos

1. Com vistas a melhor proteger a saúde humana, as Partes são estimuladas a implementar medidas que vão além das requeridas pela presente Convenção e de seus protocolos, e nada naqueles instrumentos impedirá que uma Parte imponha exigências mais rígidas, compatíveis com suas disposições internas e conforme ao Direito In-

¹ Quando apropriado, o termo “nacional” se referirá igualmente a organizações de integração econômica regional.

ternacional.

2. As disposições da Convenção e de seus protocolos em nada afetarão o direito das Partes de celebrar acordos bilaterais ou multilaterais, inclusive acordos regionais ou sub-regionais, sobre questões relacionadas à Convenção e seus protocolos ou adicionais a ela e seus protocolos, desde que esses acordos sejam compatíveis com as obrigações estabelecidas pela Convenção e seus protocolos. As Partes envolvidas deverão notificar tais acordos à Conferência das Partes, por intermédio da Secretaria.

PARTE II: OBJETIVO, PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBRIGAÇÕES GERAIS

ARTIGO III

Objetivo

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

ARTIGO IV

Princípios norteadores

Para atingir o objetivo da presente Convenção e de seus protocolos e para implementar suas disposições, as Partes serão norteadas, *inter alia*, pelos seguintes princípios:

1. Toda pessoa deve ser informada sobre as consequências sanitárias, a natureza aditiva e a ameaça mortal imposta pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco e

medidas legislativas, executivas, administrativas e outras medidas efetivas serão implementadas no nível governamental adequado para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco.

2. Faz-se necessário um compromisso político firme para estabelecer e apoiar, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas multisetoriais integrais e respostas coordenadas, levando em consideração:

a) a necessidade de tomar medidas para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco;

b) a necessidade de tomar medidas para prevenir a iniciação, promover e apoiar a cessação e alcançar a redução do consumo de tabaco em qualquer de suas formas;

c) a necessidade de adotar medidas para promover a participação de pessoas e comunidades indígenas na elaboração, implementação e avaliação de programas de controle do tabaco que sejam social e culturalmente apropriados às suas necessidades e perspectivas; e

d) a necessidade de tomar medidas, na elaboração das estratégias de controle do tabaco, que tenham em conta aspectos específicos de gênero.

3. Uma parte importante da Convenção é a cooperação internacional, especialmente no que tange à transferência de tecnologia, conhecimento e assistência financeira, bem como à prestação de assessoria especializada com o objetivo de estabelecer e aplicar programas eficazes de controle do tabaco, tomando em conta os fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos locais.

4. Devem ser adotadas, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas e respostas multisetoriais integrais para reduzir o consumo de todos os produtos de tabaco,

com vistas a prevenir, de conformidade com os princípios de saúde pública, a incidência das doenças, da incapacidade prematura e da mortalidade associadas ao consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

5. As questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada Parte dentro de sua jurisdição, são um aspecto importante para um amplo controle do tabaco.

6. Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

7. A participação da sociedade civil é essencial para atingir o objetivo da Convenção e de seus protocolos.

ARTIGO V

Obrigações Gerais

1. Cada Parte formulará, aplicará e atualizará periodicamente e revisará estratégias, planos e programas nacionais multisetoriais integrais de controle do tabaco, de conformidade com as disposições da presente Convenção e dos protocolos aos quais tenha aderido.

2. Para esse fim, as Partes deverão, segundo as suas capacidades:

a) estabelecer ou reforçar e financiar mecanismo de coordenação nacional ou pontos focais para controle do tabaco; e

b) adotar e implementar medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas e cooperar, quando apropriado,

com outras Partes na elaboração de políticas adequadas para prevenir e reduzir o consumo de tabaco, a dependência da nicotina e a exposição à fumaça do tabaco.

3. Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.

4. As Partes cooperarão na formulação de medidas, procedimentos e diretrizes propostos para a implementação da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.

5. As Partes cooperarão, quando apropriado, com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes para alcançar os objetivos da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.

6. As Partes cooperarão, tendo em conta os recursos e os meios a sua disposição, na obtenção de recursos financeiros para a implementação efetiva da Convenção por meio de mecanismos de financiamento bilaterais e multilaterais.

PARTE III: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA DEMANDA DE TABACO

ARTIGO VI

Medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco

1. As Partes reconhecem que medidas relacionadas a preços e impostos são meios eficazes e importantes para que diversos segmentos da população, em particular os jovens, reduzam o consumo de tabaco.

2. Sem prejuízo do direito soberano das Partes em decidir e estabelecer suas respectivas políticas tributárias, cada Parte levará

em conta seus objetivos nacionais de saúde no que se refere ao controle do tabaco e adotará ou manterá, quando aplicável, medidas como as que seguem:

a) aplicar aos produtos do tabaco políticas tributárias e, quando aplicável, políticas de preços para contribuir com a consecução dos objetivos de saúde tendentes a reduzir o consumo do tabaco;

b) proibir ou restringir, quando aplicável, aos viajantes internacionais, a venda e/ou a importação de produtos de tabaco livres de imposto e livres de tarifas aduaneiras.

3. As Partes deverão fornecer os índices de taxação para os produtos do tabaco e as tendências do consumo de produtos do tabaco, em seus relatórios periódicos para a Conferência das Partes, em conformidade com o Artigo 21.

ARTIGO VII

Medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco

As Partes reconhecem que as medidas integrais não relacionadas a preços são meios eficazes e importantes para reduzir o consumo de tabaco. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes necessárias ao cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Artigos 8º a 13 e cooperará com as demais Partes, conforme proceda, diretamente ou pelo intermédio dos organismos internacionais competentes, com vistas ao seu cumprimento. A Conferência das Partes proporá diretrizes apropriadas para a aplicação do disposto nestes artigos.

ARTIGO VIII

Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco

1. As Partes reconhecem que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que a

exposição à fumaça do tabaco causa morte, doença e incapacidade.

2. Cada Parte adotará e aplicará, em áreas de sua jurisdição nacional existente, e conforme determine a legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes de proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados e, se for o caso, outros lugares públicos, e promoverá ativamente a adoção e aplicação dessas medidas em outros níveis jurisdicionais.

ARTIGO IX

Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco

A Conferência das Partes, mediante consulta aos organismos internacionais competentes, proporá diretrizes para a análise e a mensuração dos conteúdos e emissões dos produtos de tabaco, bem como para a regulamentação desses conteúdos e emissões. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas e administrativas, ou outras medidas eficazes aprovadas pelas autoridades nacionais competentes, para a efetiva realização daquelas análises, mensuração e regulamentação.

ARTIGO X

Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco

Cada Parte adotará e aplicará, em conformidade com sua legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes para exigir que os fabricantes e importadores de produtos de tabaco revelem às autoridades governamentais a informação relativa ao conteúdo e às emissões dos produtos de tabaco. Cada Parte adotará e implementará medidas efetivas para a divulgação ao público da informação

sobre os componentes tóxicos dos produtos de tabaco e sobre as emissões que possam produzir.

ARTIGO XI

Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco

1. Cada Parte, em um período de três anos a partir da entrada em vigor da Convenção para essa Parte, adotará e implementará, de acordo com sua legislação nacional, medidas efetivas para garantir que:

a) a embalagem e a etiquetagem dos produtos de tabaco não promovam produto de tabaco de qualquer forma que seja falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir ao erro, com respeito a suas características, efeitos para a saúde, riscos ou emissões, incluindo termos ou expressões, elementos descritivos, marcas de fábrica ou de comércio, sinais figurativos ou de outra classe que tenham o efeito, direto ou indireto, de criar a falsa impressão de que um determinado produto de tabaco é menos nocivo que outros. São exemplos dessa promoção falsa, equívoca ou enganosa, ou que possa induzir a erro, expressões como “low tar” (baixo teor de alcatrão), “light”, “ultra light” ou “mild” (suave); e

b) cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos também contenham advertências descrevendo os efeitos nocivos do consumo do tabaco, podendo incluir outras mensagens apropriadas. Essas advertências e mensagens:

- i) serão aprovadas pela autoridade nacional competente;
- ii) serão rotativas;
- iii) serão amplas, claras, visíveis e legíveis;
- iv) ocuparão 50% ou mais da principal

superfície exposta e em nenhum caso menos que 30% daquela superfície;

v) podem incluir imagens ou pictogramas.

2. Cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos deverá conter, além das advertências especificadas no parágrafo 1 b) do presente Artigo, informações sobre os componentes e as emissões relevantes dos produtos de tabaco, tais como definidos pelas autoridades nacionais competentes.

3. Cada Parte exigirá que as advertências e a informação especificada nos parágrafos

b) e 2 do presente Artigo figurem – em cada carteira unitária, pacote de produtos de tabaco, e em cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos – em seu idioma, ou em seus principais idiomas.

4. Para os fins deste Artigo, a expressão “embalagem externa e etiquetagem”, em relação a produtos de tabaco, aplica-se a qualquer embalagem ou etiquetagem utilizada na venda no varejo de tais produtos.

ARTIGO XII

Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público

Cada Parte promoverá e fortalecerá a conscientização do público sobre as questões de controle do tabaco, utilizando, de maneira adequada, todos os instrumentos de comunicação disponíveis. Para esse fim, cada Parte promoverá e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas efetivas para promover:

a) amplo acesso a programas eficazes e integrais de educação e conscientização do público sobre os riscos que acarretam à saúde, o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, incluídas suas propriedades aditivas;

b) conscientização do público em relação aos riscos que acarretam à saúde o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, assim como os benefícios que advêm do abandono daquele consumo e dos estilos de vida sem tabaco, conforme especificado no parágrafo 2 do artigo 14;

c) acesso do público, em conformidade com a legislação nacional, a uma ampla variedade de informação sobre a indústria do tabaco, que seja de interesse para o objetivo da presente Convenção;

d) programas de treinamento ou sensibilização eficazes e apropriados, e de conscientização sobre o controle do tabaco, voltados para trabalhadores da área de saúde, agentes comunitários, assistentes sociais, profissionais de comunicação, educadores, pessoas com poder de decisão, administradores e outras pessoas interessadas;

e) conscientização e participação de organismos públicos e privados e organizações não-governamentais, não associadas à indústria do tabaco, na elaboração e aplicação de programas e estratégias intersetoriais de controle do tabaco; e

f) conscientização do público e acesso à informação sobre as conseqüências adversas sanitárias, econômicas e ambientais da produção e do consumo do tabaco;

ARTIGO XIII

Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco

1. As Partes reconhecem que uma proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio reduzirá o consumo de produtos de tabaco.

2. Cada Parte, em conformidade com sua Constituição ou seus princípios constitucionais, procederá a proibição total de toda forma de publicidade, promoção e patrocínio

do tabaco. Essa proibição compreenderá, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, uma proibição total da publicidade, da promoção e dos patrocínios além-fronteira, originados em seu território. Nesse sentido, cada Parte adotará, em um prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente Convenção para essa Parte, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas, em conformidade com o Artigo 21.

3. A Parte que não esteja em condições de proceder a proibição total devido às disposições de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais aplicará restrições a toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essas restrições compreenderão, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, a restrição ou proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio originados em seu território que tenham efeitos na além-fronteira. Nesse sentido, cada Parte adotará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas em conformidade com o Artigo 21.

4. No mínimo, e segundo sua Constituição ou seus princípios constitucionais, cada Parte se compromete a:

a) proibir toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, que promova um produto de tabaco por qualquer meio, que seja falso, equivocado ou enganoso ou que possa induzir ao erro, a respeito de suas características, efeitos para a saúde, riscos e emissões;

b) exigir que toda publicidade de tabaco e, quando aplicável, sua promoção e seu pa-

patrocínio, venha acompanhada de advertência ou mensagem sanitária ou de outro tipo de mensagem pertinente;

c) restringir o uso de incentivos diretos ou indiretos, que fomentem a compra de produtos de tabaco pela população;

d) exigir, caso se não tenha adotado a proibição total, a divulgação para as autoridades governamentais competentes, de todos os gastos da indústria do tabaco em atividades de publicidade, promoção e patrocínios, ainda não proibidos. Essas autoridades poderão divulgar aquelas cifras, de acordo com a legislação nacional, ao público e à Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21;

e) proceder, em um prazo de cinco anos, à proibição total ou, se a Parte não puder impor a proibição total em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, à restrição da publicidade, da promoção e do patrocínio do tabaco no rádio, televisão, meios impressos e, quando aplicável, em outros meios, como a Internet;

f) proibir ou, no caso de uma Parte que não possa fazê-lo em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, restringir o patrocínio do tabaco a eventos e atividades internacionais e/ou a seus participantes;

5. As Partes são encorajadas a implementar medidas que vão além das obrigações estabelecidas no parágrafo 4.

6. As Partes cooperarão para o desenvolvimento de tecnologias e de outros meios necessários para facilitar a eliminação da publicidade de além-fronteira.

7. As Partes que tenham proibido determinadas formas de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco terão o direito soberano de proibir as formas de publicidade, pro-

moção e patrocínio de além-fronteira de produtos de tabaco que entrem em seus respectivos territórios, bem como aplicar as mesmas penalidades previstas para a publicidade, promoção e patrocínio que se originem em seus próprios territórios, em conformidade com a legislação nacional. O presente parágrafo não apóia nem aprova nenhuma penalidade específica.

8. As Partes considerarão a elaboração de um protocolo em que se estabeleçam medidas apropriadas que requeiram colaboração internacional para proibir totalmente a publicidade, a promoção e o patrocínio de além-fronteira.

ARTIGO XIV

Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco

1. Cada Parte elaborará e divulgará diretrizes apropriadas, completas e integradas, fundamentadas em provas científicas e nas melhores práticas, tendo em conta as circunstâncias e prioridades nacionais, e adotará medidas eficazes para promover o abandono do consumo do tabaco, bem como o tratamento adequado à dependência do tabaco.

2. Para esse fim, cada Parte procurará:

a) criar e aplicar programas eficazes de promoção do abandono do consumo do tabaco em locais tais como as instituições de ensino, as unidades de saúde, locais de trabalho e ambientes esportivos;

b) incluir o diagnóstico e o tratamento da dependência do tabaco, e serviços de aconselhamento para o abandono do tabaco em programas, planos e estratégias nacionais de saúde e educação, com a participação, conforme apropriado, de profissionais da área da saúde, agentes comunitários e assistentes sociais;

c) estabelecer, nos centros de saúde e de

reabilitação, programas de diagnóstico, aconselhamento, prevenção e tratamento da dependência do tabaco; e

d) colaborar com outras Partes para facilitar a acessibilidade e exequibilidade dos tratamentos de dependência do tabaco, incluídos produtos farmacêuticos, em conformidade com o Artigo 22. Esses produtos e seus componentes podem incluir medicamentos, produtos usados para administrar medicamentos ou para diagnósticos, quando apropriado.

PARTE IV: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA OFERTA DE TABACO

ARTIGO XV

Comércio ilícito de produtos de tabaco²

1. As Partes reconhecem que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco – como o contrabando, a fabricação ilícita, a falsificação – e a elaboração e a aplicação, a esse respeito, de uma legislação nacional relacionada e de acordos sub-regionais, regionais e mundiais são componentes essenciais do controle do tabaco.

2. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para que todas as carteiras ou pacote de produtos de tabaco e toda embalagem externa de tais produtos tenham uma indicação que permita as Partes determinar a origem dos produtos do tabaco e, em conformidade com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes, auxilie as Partes a determinar o ponto de desvio e a fiscalizar, documentar e controlar o movimento dos produ-

tos de tabaco, bem como a determinar a situação legal daqueles produtos. Ademais, cada Parte:

a) exigirá que cada carteira unitária e cada embalagem de produtos de tabaco para uso no varejo e no atacado, vendidos em seu mercado interno, tenham a declaração: “*Venda autorizada somente em (inserir nome do país, unidade subnacional, regional ou federal)*”, ou tenham qualquer outra indicação útil em que figure o destino final ou que auxilie as autoridades a determinar se a venda daquele produto no mercado interno está legalmente autorizada; e

b) examinará, quando aplicável, a possibilidade de estabelecer um regime prático de rastreamento e localização que conceda mais garantias ao sistema de distribuição e auxilie na investigação do comércio ilícito.

3. Cada Parte exigirá que a informação ou as indicações incluídas nas embalagens, previstas no parágrafo 2 do presente Artigo, figurem em forma legível e/ou no idioma ou idiomas principais do país.

4. Com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco, cada Parte:

a) fará um monitoramento do comércio de além-fronteira dos produtos do tabaco, incluindo o comércio ilícito; reunirá dados sobre o mesmo e intercambiará informação com as autoridades aduaneiras, tributárias e outras autoridades, quando aplicável, e de acordo com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes aplicáveis;

b) promulgará ou fortalecerá a legislação, com sanções e recursos apropriados,

² Tem havido consideráveis discussões ao longo do processo de pré-negociação e negociação referentes à adoção de um protocolo inicial sobre o comércio ilícito de produtos de tabaco. A negociação de tal protocolo poderia ser iniciada pelo Órgão de Negociação Intergovernamental imediatamente após a adoção da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, ou em uma etapa posterior pela Conferência das Partes.

contra o comércio ilícito de tabaco, incluídos a falsificação e o contrabando;

c) adotará medidas apropriadas para garantir que todos os cigarros e produtos de tabaco oriundos da falsificação e do contrabando e todo equipamento de fabricação daqueles produtos confiscados sejam destruídos, aplicando métodos inócuos para o meio ambiente quando seja factível, ou sejam eliminados em conformidade com a legislação nacional;

d) adotará e implementará medidas para fiscalizar, documentar e controlar o armazenamento e a distribuição de produtos de tabaco que se encontrem ou se desloquem em sua jurisdição em regime de isenção de impostos ou de taxas alfandegárias; e

e) adotará medidas necessárias para possibilitar o confisco de proventos advindos do comércio ilícito de produtos de tabaco.

5. A informação coletada em conformidade aos subparágrafos 4 a) e 4 d) do presente Artigo deverá ser transmitida, conforme proceda, pelas Partes de forma agregada em seus relatórios periódicos à Conferência das Partes, em conformidade com o Artigo 21.

6. As Partes promoverão, conforme proceda e segundo a legislação nacional, a cooperação entre os organismos nacionais, bem como entre as organizações intergovernamentais regionais e internacionais pertinentes, no que se refere a investigações, processos e procedimentos judiciais com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco. Prestar-se-á especial atenção à cooperação no nível regional e sub-regional para combater o comércio ilícito de produtos de tabaco.

7. Cada Parte procurará adotar e aplicar medidas adicionais, como a expedição de li-

cenças, quando aplicável, para controlar ou regulamentar a produção e a distribuição dos produtos de tabaco, com vistas a prevenir o comércio ilícito.

ARTIGO XVI

Venda a menores de idade ou por eles

1. Cada Parte adotará e aplicará no nível governamental apropriado, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para proibir a venda de produtos de tabaco aos menores de idade, conforme determinada pela legislação interna, pela legislação nacional ou a menores de dezoito anos. Essas medidas poderão incluir o seguinte:

a) exigir que todos os vendedores de produtos de tabaco coloquem, dentro de seu ponto de venda, um indicador claro e proeminente sobre a proibição de venda de tabaco a menores e, em caso de dúvida, exijam que o comprador apresente prova de ter atingido a maioridade;

b) proibir que os produtos de tabaco à venda estejam diretamente acessíveis como nas prateleiras de mercado ou de supermercado;

c) proibir a fabricação e a venda de doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objeto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores; e

d) garantir que as máquinas de venda de produtos de tabaco em suas jurisdições não sejam acessíveis a menores e não promovam a venda de produtos de tabaco a menores.

2. Cada Parte proibirá ou promoverá a proibição da distribuição gratuita de produtos de tabaco ao público, e principalmente a menores.

3. Cada Parte procurará proibir a venda avulsa de cigarros ou em embalagens peque-

nas que tornem mais acessíveis esses produtos aos menores.

4. As Partes reconhecem que, a fim de torná-las mais eficazes, as medidas direcionadas a impedir a venda de produtos de tabaco a menores devem aplicar-se, quando aplicável, conjuntamente com outras disposições previstas na presente Convenção.

5. Ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar a presente Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento posterior, toda Parte poderá indicar mediante declaração escrita que se compromete a proibir a introdução de máquinas de venda de produtos de tabaco em sua jurisdição ou, quando cabível, a proibir totalmente as máquinas de venda de produtos de tabaco. O Depositário distribuirá a todas as Partes da Convenção as declarações que se formulem em conformidade com o presente artigo.

6. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes, inclusive penalidades contra os vendedores e distribuidores, para garantir o cumprimento das obrigações contidas nos parágrafos 1 a 5 do presente Artigo.

7. Cada Parte deve adotar e aplicar, conforme proceda, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes para proibir a venda de produtos de tabaco por pessoas abaixo da idade estabelecida pela lei interna, pela lei nacional ou por menores de dezoito anos.

ARTIGO XVII

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas econo-

micamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

ARTIGO XVIII

Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.

PARTE VI: QUESTÕES RELACIONADAS À RESPONSABILIDADE

ARTIGO XIX

Responsabilidade

1. Para fins de controle do tabaco, as Partes considerarão a adoção de medidas legislativas ou a promoção de suas leis vigentes, para tratar da responsabilidade penal e civil, inclusive, conforme proceda, da compensação.

2. As Partes cooperarão entre si no intercâmbio de informação por meio da Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21, incluindo:

a) informação, em conformidade com o parágrafo 3 a) do Artigo 20, sobre os efeitos à saúde do consumo e da exposição à fumaça do tabaco; e

b) informação sobre a legislação e os regulamentos vigentes, assim como sobre a jurisprudência pertinente.

3. As Partes, quando aplicável e segundo tenham acordado entre si, nos limites da legislação, das políticas e das práticas jurídicas nacionais, bem como dos tratados vi-

gentes aplicáveis, prestar-se-ão ajuda reciprocamente nos procedimentos judiciais relativos à responsabilidade civil e penal, em conformidade com a presente Convenção.

4. A Convenção não afetará de nenhuma maneira os direitos de acesso das Partes aos tribunais umas das outras onde houver tais direitos, nem os limitará de modo algum.

5. A Conferência das Partes poderá considerar, se for possível em uma primeira etapa, tendo em conta os trabalhos em curso nos foros internacionais pertinentes, questões relacionadas à responsabilidade, inclusive enfoques internacionais apropriados de tais questões e meios idôneos para apoiar as Partes, quando assim a solicitarem, em suas atividades legislativas ou de outra índole em conformidade com o presente Artigo.

PARTE VII: COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

ARTIGO XX

Pesquisa, vigilância e intercâmbio de informação

1. As Partes se comprometem a elaborar e promover pesquisas nacionais e a coordenar programas de pesquisa regionais e internacionais sobre controle de tabaco. Com esse fim, cada Parte:

a) iniciará, diretamente ou por meio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais, e de outros órgãos competentes, pesquisas e avaliações que abordem os fatores determinantes e as consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco e pesquisas tendentes a identificar cultivos alternativos; e

b) promoverá e fortalecerá, com o apoio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos competentes, a capacitação e o apoio destinados

a todos os que se ocupem de atividades do controle de tabaco, incluídas a pesquisa, a execução e a avaliação.

2. As Partes estabelecerão, conforme proceda, programas para a vigilância nacional, regional e mundial da magnitude, padrões, determinantes e consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. Com esse fim, as Partes integrarão programas de vigilância do tabaco nos programas nacionais, regionais e mundiais de vigilância sanitária para que possam cotejar e analisar no nível regional e internacional, conforme proceda.

3. As Partes reconhecem a importância da assistência financeira e técnica das organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos. Cada Parte procurará:

a) estabelecer progressivamente um sistema nacional para a vigilância epidemiológica do consumo do tabaco e dos indicadores sociais, econômicos e de saúde conexos;

b) cooperar com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes, incluídos organismos governamentais e não-governamentais, na vigilância regional e mundial do tabaco e no intercâmbio de informação sobre os indicadores especificados no parágrafo 3 a) do presente Artigo;

c) cooperar com a Organização Mundial da Saúde na elaboração de diretrizes ou de procedimentos de caráter geral para definir a recopilação, a análise e a divulgação de dados de vigilância relacionados ao tabaco.

4. As Partes, em conformidade com a legislação nacional, promoverão e facilitarão o intercâmbio de informação científica, técnica, socioeconômica, comercial e jurídica de domínio público, bem como de informação sobre as práticas da indústria de tabaco

e sobre o cultivo de tabaco, que seja pertinente para a presente Convenção, e ao fazê-lo terão em conta e abordarão as necessidades especiais das Partes que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição. Cada Parte procurará:

a) estabelecer progressivamente e manter um banco de dados atualizado das leis e regulamentos sobre o controle do tabaco e, conforme proceda, de informação sobre sua aplicação, assim como da jurisprudência pertinente, e cooperar na elaboração de programas de controle do tabaco no âmbito regional e mundial;

b) compilar progressivamente e atualizar dados procedentes dos programas nacionais de vigilância, em conformidade com o parágrafo 3 a) do presente Artigo; e

c) cooperar com organizações internacionais competentes para estabelecer progressivamente e manter um sistema mundial com o objetivo de reunir regularmente e difundir informação sobre a produção e a fabricação do tabaco e sobre as atividades da indústria do tabaco que tenham repercussões para a presente Convenção ou para as atividades nacionais de controle de tabaco.

5. As Partes deverão cooperar com as organizações intergovernamentais regionais e internacionais e com as instituições financeiras e de desenvolvimento a que pertençam, a fim de fomentar e apoiar a provisão de recursos financeiros ao Secretariado para que este possa dar assistência às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir com seus compromissos de vigilância, pesquisa e intercâmbio de informação.

ARTIGO XXI

Apresentação de relatórios e intercâmbio de informação

1. Cada Parte apresentará à Conferência das Partes, por meio da Secretaria, relatórios periódicos sobre a implementação da presente Convenção, que deverão incluir o seguinte:

a) informação sobre as medidas legislativas, executivas, administrativas ou de outra índole adotadas para aplicar a presente Convenção;

b) informação, quando aplicável, sobre toda limitação ou obstáculo encontrados na aplicação da presente Convenção, bem como sobre as medidas adotadas para superá-los;

c) informação, quando aplicável, sobre a ajuda financeira ou técnica fornecida ou recebida para as atividades de controle do tabaco;

d) informação sobre a vigilância e pesquisa especificadas no Artigo 20; e

e) informações conforme especificadas nos Artigos 6º.3, 13.2, 13.3, 13.4 d), 15.5 e 19.2.

2. A frequência e a forma de apresentação desses relatórios das Partes serão determinados pela Conferência das Partes. Cada Parte elaborará seu primeiro relatório no período dos dois anos que seguem a entrada em vigor da Convenção para aquela Parte.

3. A Conferência das Partes, em conformidade com os Artigos 22 e 26, considerará, quando solicitada, mecanismos para auxiliar as Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir as obrigações estipuladas no presente.

4. A apresentação de relatórios e o intercâmbio de informações, previstos na presente Convenção, estarão sujeitos à legislação nacional relativa à confidencialidade e à privacidade. As Partes protegerão, segundo decisão de comum acordo, toda informação con-

fidencial que seja intercambiada.

ARTIGO XXII

Cooperação científica, técnica e jurídica e prestação de assistência especializada

1. As Partes cooperarão diretamente ou por meio de organismos internacionais competentes a fim de fortalecer sua capacidade em cumprir as obrigações advindas da presente Convenção, levando em conta as necessidades das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Essa cooperação promoverá a transferência de conhecimentos técnicos, científicos e jurídicos especializados, e de tecnologia, segundo decidido de comum acordo, com o objetivo de estabelecer e fortalecer estratégias, planos e programas nacionais de controle de tabaco direcionadas, entre outras, ao seguinte:

a) facilitar o desenvolvimento, a transferência e a aquisição de tecnologia, conhecimento, habilidades, capacidade e competência técnica, relacionados ao controle do tabaco;

b) prestar assistência técnica, científica, jurídica ou de outra natureza para estabelecer e fortalecer as estratégias, planos e programas nacionais de controle do tabaco, visando à implementação da presente Convenção por meio de, dentre outras, o que segue:

i) ajuda, quando solicitado, para criar uma sólida base legislativa, assim como programas técnicos, em particular programas de prevenção à iniciação, promoção da cessação do tabaco e proteção contra a exposição à fumaça do tabaco;

ii) ajuda, quando aplicável, aos trabalhadores do setor do tabaco para desenvolver, de maneira economicamente viável, meios alternativos de subsistência, apropriados, que sejam economicamente e legalmente viáveis;

iii) ajuda, quando aplicável, aos produtores agrícolas de tabaco para efetuar a substituição da produção para cultivos alternativos, de maneira economicamente viável;

(c) apoiar programas de treinamento e sensibilização apropriados, para as pessoas pertinentes envolvidas, em conformidade com o Artigo 12;

(d) fornecer, quando aplicável, material, equipamento e suprimentos necessários, assim como apoio logístico, para as estratégias, planos e programas de controle do tabaco;

(e) identificar métodos de controle do tabaco, incluindo tratamento integral da dependência à nicotina; e

(f) promover, quando aplicável, pesquisa para tornar economicamente mais acessível o tratamento integral à dependência da nicotina.

2. A Conferência das Partes promoverá e facilitará a transferência de conhecimento técnico, científico e jurídico especializado e de tecnologia, com apoio financeiro garantido, em conformidade ao Artigo 26.

PARTE VIII: MECANISMOS INSTITUCIONAIS E RECURSOS FINANCEIROS ARTIGO XXIII

Conferência das Partes

1. A Conferência das Partes fica estabelecida por meio do presente Artigo. A primeira sessão da Conferência será convocada pela Organização Mundial de Saúde, ao mais tardar, um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. A Conferência determinará em sua primeira sessão o local e a datas das sessões subseqüentes, que se realizarão regularmente.

2. Sessões extraordinárias da Conferência das Partes realizar-se-ão nas ocasiões em que a Conferência julgar necessário, ou me-

diante solicitação por escrito de alguma Parte, sempre, no período de seis meses seguintes à data em que a Secretaria da Convenção tenha comunicado às Partes a solicitação e um terço das Partes apóiem aquela realização da sessão.

3. A Conferência das Partes adotará por consenso seu Regulamento Interno, em sua primeira sessão.

4. A Conferência das Partes adotará por consenso suas normas de gestão financeira, que também se aplicarão sobre o financiamento de qualquer órgão subsidiário que venha a ser estabelecido, bem como as disposições financeiras que regularão o funcionamento da Secretaria. A cada sessão ordinária, adotará um orçamento, para o exercício financeiro, até a próxima sessão ordinária.

5. A Conferência das Partes examinará regularmente a implementação da Convenção, tomará as decisões necessárias para promover sua aplicação eficaz e poderá adotar protocolos, anexos e emendas à Convenção, em conformidade com os Artigos 28, 29 e 33. Para tanto, a Conferência das Partes:

a) promoverá e facilitará o intercâmbio de informação, em conformidade com os Artigos 20 e 21;

b) promoverá e orientará o estabelecimento e aprimoramento periódico de metodologias comparáveis para pesquisa e coleta de dados, além daquelas previstas no Artigo 20, que sejam relevantes para a implementação da Convenção;

c) promoverá, quando aplicável, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das estratégias, planos e programas, assim como das políticas, legislação e outras medidas;

d) considerará os relatórios apresentados

pelas Partes, em conformidade com o Artigo 21, e adotará relatórios regulares sobre a implementação da Convenção;

e) promoverá e facilitará a mobilização de recursos financeiros para a implementação da Convenção, em conformidade com o Artigo 26;

f) estabelecerá os órgãos subsidiários necessários para alcançar o objetivo da Convenção;

g) requisitará, quando for o caso, os serviços, a cooperação e a informação das organizações e órgãos das Nações Unidas, de outras organizações e órgãos intergovernamentais e não-governamentais internacionais e regionais competentes e pertinentes, como meio de fortalecer a aplicação da Convenção; e

h) considerará outras medidas, quando aplicável, para alcançar o objetivo da Convenção, à luz da experiência adquirida em sua implementação.

6. A Conferência das Partes estabelecerá os critérios para a participação de observadores em suas sessões.

ARTIGO XXIV

Secretaria

1. A Conferência das Partes designará uma secretaria permanente e adotará disposições para seu funcionamento. A Conferência das Partes procurará fazer isso em sua primeira sessão.

2. Até o momento em que uma secretaria permanente seja designada e estabelecida, as funções da secretaria da presente Convenção serão desempenhadas pela Organização Mundial de Saúde.

3. As funções de secretaria serão as seguintes:

a) adotar disposições para as sessões da Conferência das Partes e para qualquer de seus órgãos subsidiários e prestar a estes os

serviços necessários;

b) transmitir os relatórios recebidos, em conformidade com a presente Convenção;

c) oferecer apoio às Partes, em especial às que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição, quando for solicitado, para a compilação e a transmissão das informações requeridas, em conformidade com as disposições da Convenção;

d) preparar relatórios sobre suas atividades no âmbito da presente Convenção, em conformidade com as orientações da Conferência das Partes, e submetê-los à consideração da Conferência das Partes;

e) garantir, sob orientação da Conferência das Partes, a coordenação necessária, com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais e outros órgãos competentes;

f) concluir, sob orientação da Conferência das Partes, arranjos administrativos ou contratuais que possam ser necessários para a execução eficaz de suas funções; e

g) desempenhar outras funções de secretaria especificadas pela Convenção ou por seus protocolos e outras funções determinadas pela Conferência das Partes.

ARTIGO XXV

Relação entre a Conferência das Partes e outras organizações intergovernamentais

Com a finalidade de fornecer cooperação técnica e financeira, para alcançar o objetivo da Convenção, a Conferência das Partes poderá solicitar a cooperação de organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, inclusive das instituições de financiamento e de desenvolvimento.

ARTIGO XXVI

Recursos Financeiros

1. As Partes reconhecem o importante

papel que têm os recursos financeiros para alcançar o objetivo da Convenção.

2. Cada Parte prestará apoio financeiro para suas atividades nacionais voltadas a alcançar o objetivo da Convenção, em conformidade com os planos, prioridades e programas nacionais.

3. As Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, sub-regionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multisetoriais integrais de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordados e apoiados, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas.

4. As Partes representadas em organizações intergovernamentais regionais e internacionais e em instituições de financiamento e de desenvolvimento pertinentes incentivarão essas entidades a prestar assistência financeira às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, para auxiliá-las no cumprimento de suas obrigações decorrentes da presente Convenção, sem limitar os direitos de participação naquelas organizações.

5. As Partes acordam o seguinte:

a) com a finalidade de auxiliar as Partes no cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção, devem ser mobilizados e utilizados, para o benefício de todas as Partes, e principalmente para os países em desenvolvimento ou com economias em transição, todos os recursos pertinentes, existentes ou potenciais, sejam eles financeiros, técnicos, ou de outra índole, tanto públicos

quanto privados, que estejam disponíveis para atividades de controle do tabaco.

b) a Secretaria informará as Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, quando for solicitado, sobre as fontes de financiamento disponíveis para facilitar a implementação de suas obrigações decorrentes da Convenção;

c) A Conferência das Partes, em sua primeira sessão, examinará as fontes e mecanismos de assistência, potenciais e existentes, com base em estudo realizado pela Secretaria e em outras informações relevantes, e julgará sobre sua pertinência; e

d) os resultados desse exame serão levados em conta pela Conferência das Partes ao determinar a necessidade de melhorar os mecanismos existentes ou ao estabelecer um fundo global de natureza voluntária ou outros mecanismos de financiamento, adequados a canalizar recursos financeiros adicionais, conforme necessário, às Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a fim de auxiliá-las a alcançar os objetivos da Convenção.

PARTE IX: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

ARTIGO XXVII

Solução de Controvérsias

1. Na hipótese de surgir uma controvérsia entre duas ou mais Partes referente à interpretação ou aplicação da Convenção, as Partes envolvidas procurarão resolver a controvérsia por canais diplomáticos, por meio de negociação ou por alguma outra forma pacífica de sua escolha, como bons ofícios, mediação ou conciliação. O fato de não alcançar acordo mediante bons ofícios, mediação ou conciliação não eximirá as Partes

na controvérsia da responsabilidade de continuar na busca de solução.

2. Ao ratificar, aceitar, aprovar ou confirmar oficialmente a Convenção, ou a ela aderir, ou em qualquer outro momento posterior, um Estado ou organização de integração econômica regional poderá declarar por escrito ao Depositário que, na hipótese de controvérsia não resolvida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo, aceita, como mandatória, a arbitragem *ad hoc*, em conformidade com os procedimentos que deverão ser adotados por consenso pela Conferência das Partes.

3. As disposições do presente Artigo aplicar-se-ão a todos os protocolos e às Partes nesses protocolos, salvo quando neles se dispuser o contrário.

PARTE X: DESENVOLVIMENTO DA CONVENÇÃO

ARTIGO XXVIII

Emendas à presente Convenção

1. Qualquer Parte poderá propor emendas à presente Convenção. Essas emendas serão consideradas pela Conferência das Partes.

2. As emendas à Convenção serão adotadas pela Conferência das Partes. A Secretaria transmitirá às Partes o texto da proposta de emenda à Convenção, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção. A Secretaria também transmitirá as emendas propostas aos signatários da Convenção e, como informação, ao Depositário.

3. As Partes empenharão todos os esforços para alcançar um acordo por consenso sobre qualquer proposta de emenda à Convenção. Caso se esgotem todos os esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, a emenda será adotada por maioria de três quartos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presen-

te Artigo, “Partes presentes e votantes” são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra. A Secretaria comunicará toda emenda adotada ao Depositário, e este a fará chegar às Partes da presente Convenção para aceitação.

4. Os instrumentos de aceitação das emendas serão entregues ao Depositário. As emendas adotadas em conformidade ao parágrafo 3 do presente Artigo entrarão em vigor, para aquelas Partes que a aceitaram, no nonagésimo dia após a data de recebimento pelo Depositário do instrumento de aceitação de pelo menos dois terços das Partes da Convenção.

5. A emenda entrará em vigor para as demais Partes no nonagésimo dia após a data em que a Parte entregar ao Depositário o instrumento de aceitação da referida emenda.

ARTIGO XXIX

Adoção e emenda de anexos desta Convenção

1. Os anexos da Convenção e emendas à Convenção serão propostos, adotados e entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 28.

2. Os anexos da Convenção serão parte integral dela e, salvo expressamente disposto em contrário, uma referência à Convenção constituirá simultaneamente uma referência a seus anexos.

3. Nos anexos somente serão incluídos: listas, formulários e qualquer outro material descritivo relacionado com questões de procedimento e aspecto científicos, técnicos ou administrativos.

PARTE XI: DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO XXX

Reservas

Não se poderão fazer reservas à presente Convenção.

ARTIGO XXXI

Denúncia

1. Em qualquer momento após um prazo de dois anos, a partir da data de entrada em vigor da Convenção para uma Parte, essa Parte poderá denunciar a Convenção, por meio de prévia notificação por escrito ao Depositário.

2. A denúncia terá efeito um ano após a data em que o Depositário receber a notificação de denúncia, ou em data posterior, conforme especificado na notificação de denúncia.

3. Considerar-se-á que a Parte que denunciar a Convenção também denuncia todo protocolo de que é Parte.

ARTIGO XXXII

Direito de Voto

1. Salvo o disposto no parágrafo 2º do presente Artigo, cada Parte da Convenção terá um voto.

2. As organizações de integração econômica regional, nas questões de sua competência, exercerão seu direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados-Membros que sejam Partes da Convenção. Essas organizações não poderão exercer seu direito de voto se um de seus Estados-Membros exercer esse direito, e vice-versa.

ARTIGO XXXIII

Protocolos

1. Qualquer Parte pode propor protocolos. Essas propostas serão examinadas pela Conferência das Partes.

2. A Conferência das Partes poderá adotar os protocolos da presente Convenção. Ao adotá-los, todos os esforços deverão ser empreendidos para alcançar consenso. Caso se esgotem todos aqueles esforços para alcançar acordo por consenso, como último recur-

so, o protocolo será adotado por maioria de três quartos dos votos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente Artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra.

3. O texto de qualquer protocolo proposto será transmitido às Partes pela Secretaria, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção.

4. Somente as Partes da Convenção podem ser partes de um protocolo da Convenção.

5. Qualquer protocolo da Convenção será vinculante apenas para as partes do protocolo em questão. Somente as Partes de um protocolo poderão tomar decisões sobre questões exclusivamente relacionadas ao protocolo em questão.

6. Os requisitos para a entrada em vigor do protocolo serão estabelecidos por aquele instrumento.

ARTIGO XXXIV

Assinatura

A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Membros da Organização Mundial de Saúde, de todo Estado que não seja Membro da Organização Mundial de Saúde, mas que sejam membros das Nações Unidas, bem como de organizações de integração econômica regional, na sede da Organização Mundial da Saúde, em Genebra, de 16 de junho de 2003 a 22 de junho de 2003 e, posteriormente, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 30 de junho de 2003 a 29 de junho de 2004.

ARTIGO XXXV

Ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão

1. A presente Convenção estará sujeita à

ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados e à confirmação oficial ou adesão das organizações de integração econômica regional. A Convenção estará aberta a adesões a partir do dia seguinte à data em que ela ficar fechada à assinatura. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão serão entregues ao Depositário.

2. As organizações de integração econômica regional que se tornem Partes da presente Convenção, sem que nenhum de seus Estados-Membros o seja, ficarão sujeitas a todas as obrigações resultantes da Convenção. No caso das organizações que tenham um ou mais Estados-Membros como Parte na Convenção, a organização e seus Estados-Membros determinarão suas respectivas responsabilidades pelo cumprimento das obrigações resultantes da presente Convenção. Nesses casos, a organização e os Estados-Membros não poderão exercer simultaneamente direitos conferidos pela presente Convenção.

3. As organizações de integração econômica regional expressarão, em seus instrumentos de confirmação oficial ou de adesão, o alcance de sua competência com respeito às questões regidas pela Convenção. Essas organizações, ademais, comunicarão ao Depositário toda modificação substancial no alcance de sua competência, e o Depositário as comunicará, por sua vez, a todas as Partes.

ARTIGO XXXVI

Entrada em vigor

1. A presente Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data da entrega ao Depositário do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão.

2. Para cada Estado que ratifique, aceite,

aprove ou adira à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da Convenção descritas no parágrafo 1 acima, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao Depositário do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

3. Para cada organização de integração econômica regional que entregue ao Depositário instrumento de confirmação oficial ou de adesão à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da Convenção descritas no parágrafo 1 acima, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao Depositário do instrumento de confirmação oficial ou de adesão.

4. Para os fins do presente Artigo, os instrumentos depositados por organização de integração econômica regional não devem ser considerados adicionais aos depositados por Estados-Membros dessa organização.

ARTIGO XXXVII

Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o Depositário da presente Convenção, de suas emendas e de seus protocolos e de seus anexos adotados em conformidade com os Artigos 28, 29 e 33.

ARTIGO XXXVIII

Textos Autênticos

O original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam esta Convenção.

FEITO em GENEBRA aos 21 dias do mês de maio de dois mil e três.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre cooperação em assuntos relativos a defesa

Preâmbulo

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul (doravante referidos como as “Partes” e separadamente como a “Parte”),

Tendo em mente o interesse comum na manutenção da paz e segurança internacional;

Desejando incrementar as boas e cordiais relações entre as Partes, assim como os laços de cooperação;

Reconhecendo que o fortalecimento da democracia abre uma significativa oportunidade para incrementar e intensificar a cooperação entre ambos;

Considerando fortalecer várias formas de colaboração entre as Partes na base do estudo recíproco de assuntos de interesse mútuo;

Vem por este meio concordar com o seguinte:

ARTIGO I

Escopo

As Partes irão cooperar e sob o princípio de igualdade e reciprocidade de oportunidade e, neste sentido, as Partes se comprometem a:

a) promover cooperação em assuntos relativos a defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, aquisição e apoio logístico entre as Partes de acordo com os termos deste Acordo e quaisquer anexos, relativos às leis nacionais e regulações da cada Parte, bem como às obrigações internacionais;

b) troca de experiências adquiridas do campo de equipamento militar, inclusive em conexão com operações internacionais de manutenção de paz;

c) troca de experiências nas áreas de ciên-

cia e tecnologia;

d) participar de treinamento militar conjunto, exercícios militares conjuntos e troca de informação;

e) colaborar na aquisição de equipamento militar;

f) cooperar em outras áreas militares que possam ser de interesse mútuo.

ARTIGO II

Cooperação

A cooperação de defesa e segurança entre as partes será baseada nos princípios de reciprocidade e serão implementadas inicialmente da seguinte forma:

a) visitas mútuas por delegações de representantes de alto nível do setor de defesa;

b) reuniões de pessoal e técnicas;

c) reuniões entre as instituições equivalentes de defesa;

d) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;

e) participação em cursos, treinamentos, seminários, discussões e simpósios;

f) estágio em unidades das Forças Armadas;

g) visitas de navios de guerra e aeronaves militares; e

h) eventos culturais e desportivos.

ARTIGO III

Gerenciamento de Cooperação

1. As Partes estabelecerão uma unidade conjunta, que será conhecida como o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-África do Sul doravante referida como "JDC", cuja função será promover a implementação deste Acordo.

2. A JDC reunir-se-á anualmente e alternadamente no Brasil e na África do Sul em datas acordadas por ambas as Partes.

3. A cooperação recomendada pela JDC será efetuada por meio de programas e/ou pla-

nos a serem compilados e decididos antes da sua implementação.

ARTIGO IV

Acertos Financeiros

1. Cada parte será responsável pelas suas próprias despesas inclusive os custos de transporte de e para o ponto de entrada do país anfitrião, bem como todas as despesas relativas ao seu pessoal inclusive comida e alojamento.

2. Cada parte será responsável por todas as despesas relativas a tratamento dental, remoção ou evacuação do seu pessoal doente, ferido ou falecido.

ARTIGO V

Proteção da Informação

1. As Partes não revelarão qualquer informação obtida sob este Acordo ou qualquer outro futuro acordo, a não ser que seja a membros do seu próprio pessoal a quem tal revelação seja essencial para execução deste ou qualquer outro acordo suplementar.

2. As Partes não utilizarão qualquer informação confidencial obtida sob qualquer cooperação bilateral entre elas em detrimento de, ou contra os interesses da outra Parte.

3. As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes quanto a providências de segurança e de proteção de dados técnicos, informação e material continuarão aplicáveis não obstante o término deste Acordo.

ARTIGO VI

Responsabilidade e Ajuste de Contas

1. Uma Parte não instituirá nenhuma ação civil contra a outra Parte ou membro das Forças Armadas da outra Parte por danos causados na execução dos seus deveres oficiais em termos deste Acordo.

2. De acordo com a lei nacional dos seus respectivos países, as Partes compensarão qualquer perda ou dano a terceiros, causado por

membros das suas Forças Armadas na execução dos seus deveres oficiais em termos deste Acordo.

3. Se as Forças Armadas de ambas as Partes forem responsáveis pela perda ou dano causado a terceiros, as Partes o reembolsarão igualmente.

4. Onde um membro das Forças Armadas ou de uma Parte causar perda ou dano a terceiros, intencionalmente ou devido a negligência, tal Parte será responsável por tal perda ou dano.

ARTIGO VII

Resolução de Disputas

Qualquer disputa ligada a interpretação e implementação deste Acordo será resolvida através de consultas e negociações entre as Partes na JDC e, se necessário, através dos canais diplomáticos.

ARTIGO VIII

Emenda

Este Acordo pode ser emendado ou revisado com o consentimento das Partes através da Troca de Notas entre as Partes através dos canais diplomáticos.

ARTIGO IX

Entrada em Vigor e Término

Este Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes tiverem notificado a outra Parte do término dos trâmites legais internos, de acordo com as respectivas exigências constitucionais necessárias para aprovação deste Acordo. A data de entrada em vigor será a data da última notificação e permanecerá em vigor até que cada Parte tenha notificado o seu término por escrito para a outra Parte.

ARTIGO X

Arranjos Suplementares

1. O Acordo será considerado como um entendimento geral e poderá ser suplemen-

tado por memorandos e arranjos relativos a cada área de cooperação e assinados pelo pessoal autorizado do Ministério de Defesa da República Federativa do Brasil e do Departamento de Defesa da África do Sul.

2. Tais memorandos e arranjos suplementares serão parte deste Acordo.

No testemunho do qual, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinam este Acordo em dois originais nas línguas portuguesa e inglesa, ambos os textos sendo igualmente autênticos.

Feito em Cape Town, em 4 de junho de 2003.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação financeira para a execução de projetos na área de preservação das florestas tropicais

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha,

Considerando o espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha;

Desejosos de consolidar e intensificar tais relações amistosas, mediante cooperação financeira;

Conscientes de que a manutenção desta relação constitui a base do presente Acordo;

No intuito de contribuir para o desenvolvimento social e econômico na República Federativa do Brasil;

Recordando os compromissos assumidos por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvi-

to, realizada no Rio de Janeiro, e

Tendo em vista a Ata das Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras sobre Cooperação Financeira e Técnica, de 20 de novembro de 2001, e a nota da Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília ao Governo da República Federativa do Brasil, de 10 de julho de 2002,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O Governo da República Federal da Alemanha facilitará ao Governo da República Federativa do Brasil e suas entidades a obtenção junto ao “Kreditanstalt für Wiederaufbau” (Instituto de Crédito para a Reconstrução), em Frankfurt am Main, de contribuições financeiras não-reembolsáveis no montante total de 35.338.756,44 EUR (trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis euros e quarenta e quatro centavos) para os projetos relacionados a seguir, desde que cumpridos os requisitos de avaliação e elegibilidade, tanto na República Federativa do Brasil quanto na República Federal da Alemanha, que os tornam aptos a receber contribuição financeira não-reembolsável:

a) 17.669.378,22 EUR (dezessete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e oito euros e vinte e dois centavos) para o projeto “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” – Ministério do Meio Ambiente – (alocação na Ata das Negociações Intergovernamentais de 2001 e compromisso assumido na nota da Embaixada da República Federal da Alemanha, de 10 de julho de 2002),

b) 17.669.378,22 EUR (dezessete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e oito euros e vinte e dois

centavos) para o projeto “Amazon Region Protected Areas Program – ARPA” – Ministério do Meio Ambiente – (alocação na Ata das Negociações Intergovernamentais de 2001 e compromisso assumido na nota da Embaixada da República Federal da Alemanha, de 10 de julho de 2002).

2. A Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), em Eschborn desempenhará as funções de consultora independente com relação à aplicação dos recursos mencionados no parágrafo 1, alíneas a e b. O “Kreditanstalt für Wiederaufbau”, em Frankfurt am Main, celebrará o respectivo contrato com a GTZ.

3. Os projetos mencionados no parágrafo 1 poderão ser substituídos por outros projetos destinados à preservação da floresta tropical da Amazônia ou da Mata Atlântica, de comum acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

4. As disposições do presente Acordo aplicar-se-ão a outras contribuições financeiras não-reembolsáveis que o Governo da República Federativa do Brasil vier a obter junto ao “Kreditanstalt für Wiederaufbau”, com a concordância do Governo da República Federal da Alemanha, para a preparação dos projetos mencionados no parágrafo 1 deste Artigo, ou para a adoção de providências necessárias a sua execução e a seu acompanhamento.

ARTIGO II

1. A utilização dos montantes mencionados no Artigo 1, as condições de sua concessão, bem como seu processo de adjudicação, serão estabelecidos nos contratos a serem celebrados entre os beneficiários das contribuições financeiras e o “Kreditanstalt für Wiederaufbau”. Tais contratos ficarão sujei-

tos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha. O compromisso de alocação dos montantes mencionados no parágrafo 1 do Artigo 1 será anulado, se os respectivos contratos de contribuição financeira não-reembolsável não forem firmados dentro de um prazo de oito anos a contar do ano da alocação (vide a Ata das Negociações Intergovernamentais, de 10 de novembro de 2001, e a nota da Embaixada da República Federal da Alemanha, em Brasília, de 10 de julho de 2002). Para as mencionadas contribuições e projetos, esses prazos encerram-se em:

alíneas “a” e “b”:

7.669.378,22 EUR, em 31 de dezembro de 2009,

alíneas “a” e “b”:

10.000.000,—EUR, em 31 de dezembro de 2010.

2. O Governo da República Federativa do Brasil declara a sua concordância com os projetos mencionados no parágrafo 1 do Artigo 1, que tenham sido objeto de aprovação específica, e contribuirá para sua promoção.

ARTIGO III

O “Kreditanstalt für Wiederaufbau” não arcará com o pagamento de tributos, encargos e emolumentos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com a finalidade de celebração e execução dos contratos mencionados no Artigo 2.

ARTIGO IV

No que concerne ao transporte de pessoas e bens, por via marítima e aérea, decorrentes da concessão das contribuições financeiras de que trata o presente Acordo, o Governo da República Federativa do Brasil abster-se-á de interferir na escolha, pelos passageiros e fornecedores, das empresas de transporte ou de adotar qualquer medida que ex-

clua ou dificulte a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com sede na República Federal da Alemanha e outorgará, cumpridos os requisitos legais necessários, as autorizações para a participação das mesmas.

ARTIGO V

O presente Acordo entrará em vigor na data em que o Governo da República Federal da Alemanha receber a comunicação do Governo da República Federativa do Brasil de que foram preenchidos os requisitos legais internos para a sua vigência.

Feito em Brasília, em 10 de junho de 2003 em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai no âmbito da troca de experiência em transplantes de órgãos e tecidos.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai

(doravante denominados “Partes”),

Considerando a necessidade de aprofundar as ações de cooperação científica estabelecidas no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado em Rivera, em 12 de junho de 1975;

Conscientes da necessidade de executar projetos e atividades específicos de cooperação científica que possam contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento da saúde de ambos os países e o impacto desses projetos na melhoria da qualidade de vida de significativas parcelas de populações afetadas às áreas dos projetos;

Conscientes de que as atividades relacio-

nadas ao transplante de órgãos e tecidos excedem os aspectos estritamente científicos alcançados no campo da ética médica e dos Direitos Humanos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas;

Tendo em conta que o desenvolvimento das novas técnicas de transplantes reclamam troca de experiências e de informações sobre o assunto; e

Reconhecendo a eficácia da cooperação científica como meio de concertação e diálogo político;

As Partes concluem o seguinte entendimento:

1. O presente Memorandum de Entendimento destina-se a fortalecer o Programa de Cooperação Científica Brasil-Uruguai, bem como estabelecer os parâmetros de sua execução;

2. O Programa de Cooperação Científica Brasil-Uruguai reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

a) as atividades negociadas e aprovadas pelas Partes contemplarão amplo espectro temático na área de saúde com ênfase no campo de transplantes;

b) o programa poderá contemplar a participação de terceiros países e organismos multilaterais de cooperação em atividades específicas;

c) para efeitos de coordenação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação derivadas do presente Memorandum de Entendimento, as partes designam, pelo lado brasileiro, a Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, e, para a execução das ações decorrentes do presente Memorandum, a Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes;

d) para efeitos de coordenação, monitora-

mento e avaliação das ações de cooperação derivadas do presente Memorandum de Entendimento, as partes designam, pelo lado uruguaio, o Ministério das Relações Exteriores, e, para execução das ações decorrentes do presente Memorandum, o Banco Nacional de Órgãos e Tecidos;

e) o Memorandum de Entendimento se desenvolverá por meio de intercâmbio científico, de que são exemplos: seminários, estágios, troca de informação de pesquisa em andamento e já executadas, bem como o desenvolvimento conjunto de técnicas de transplante, e

f) todas as atividades mencionadas no presente instrumento respeitaram as leis e regulamentos em vigor em ambos os países.

3. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do presente Memorandum de Entendimento serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente consultadas, notificadas por meio de menção explícita no corpo do documento objeto de publicação.

4. Caso haja desenvolvimento de patentes originadas no âmbito desta cooperação, a mesma será de propriedade conjunta.

5. O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigência até que uma das Partes informe, por escrito, com 6 (seis) meses de antecedência, sua decisão de denunciá-lo.

Feito em Assunção, em 18 de junho de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Memorandum de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América para o estabelecimento de mecanismo de consultas sobre cooperação na área de energia.

O Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América (doravante denominados “os Participantes”),

Tendo em mente a importância que tem para ambos os Participantes desenvolver fontes confiáveis e diversificadas de energia, de forma sustentável, para garantir o desenvolvimento econômico e social;

Reconhecendo necessidade de melhorar sua infra-estrutura de energia segundo critérios ambientais sólidos e, para esse fim, de criar um clima apropriado para investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros, na expansão de energia;

Tomando nota do Acordo Relativo a Cooperação em Ciência e Tecnologia entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, de 6 de fevereiro de 1984, conforme emendado e prorrogado, e seu Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América para a Cooperação na Área de Tecnologia Energética, de 14 de outubro de 1997, doravante denominado “Ajuste Complementar”;

Dado o interesse comum em fortalecer o mecanismo de implementação previsto no Ajuste Complementar;

Desejosos de trocar idéias e informações sobre questões de energia relevantes para ambos os Participantes, incluindo mas não limitadas a:

a) tecnologias energéticas eficientes e avançadas, especialmente na área de energia de hidrogênio, visando à cooperação bilateral ou ao amparo de qualquer acordo multilateral que seja firmado para promover a economia de hidrogênio;

b) tecnologias de sequestro de carbono, visando à cooperação bilateral ou ao amparo de qualquer acordo multilateral que seja firmado para promover a pesquisa e desenvolvimento dessa tecnologia;

c) carvão e outros sistemas de potência avançados;

d) tecnologias para o desenvolvimento sustentável;

e) tecnologias de energia renovável, incluindo biodiesel e biomassa e sistemas de distribuição de energia;

f) pesquisa básica em energia; e

g) informação, planejamento e regulação, especialmente nas áreas de modernização de eletricidade e segurança da infra-estrutura de energia offshore;

Alcançaram o seguinte entendimento:

1. Os Participantes pretendem estabelecer mecanismo de consultas, em nível ministerial, para o tratamento de temas de mútuo interesse na área de energia, incluindo planejamento energético e análises de políticas energéticas, comércio e investimentos e cooperação na área de tecnologias energéticas.

2. Essas consultas visam à coordenação de cooperação futura nas áreas de planejamento energético e análises de políticas energéticas, comércio e investimentos em energia e cooperação na área de tecnologias energéticas e para passar em revista e avaliar o progresso alcançado na cooperação.

3. Os Participantes entendem que tais consultas não visam criar obrigações legais vinculantes entre si.

4. As consultas decorrentes deste Memorandum de Entendimento serão realizadas uma vez por ano, alternadamente em Brasília e em Washington, sujeitas à disponibilidade de recursos orçamentários. A primeira reunião será realizada em Brasília, em dezembro de 2003.

5. Para facilitar a troca de pontos de vista, cada Participante designará um Ponto Focal no Ministério de Minas e Energia e no Departamento de Energia, que será responsável pela preparação da reunião ordinária do mecanismo de consultas, quando ela ocorrer em sua capital.

6. O Ponto Focal de um Participante deve coordenar com o Ponto Focal do outro Participante, por intermédio das respectivas embaixadas, o desenvolvimento e aprovação de cada minuta de agenda de reunião. Cada agenda acordada deve ser concluída pelo menos duas semanas antes da data da respectiva reunião.

7. Mudanças neste Memorandum de Entendimento podem ser propostas por escrito a qualquer tempo. Qualquer dos Participantes pode terminar este Memorandum de Entendimento a qualquer tempo, mediante aviso escrito dado com 30 (trinta) dias de antecedência ao outro.

Firmado nos idiomas português e inglês, em Washington, em 20 de junho de 2003.

Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre cooperação em relação a matérias de defesa.

O Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia (daqui por diante referidos conjuntamente como “Partes” e indivi-

dualmente como “Parte”),

Desejando desenvolver as relações bilaterais entre ambos países, no marco dos acordos vigentes e respeitando as competências de seus respectivos Estados em relação à legislação nacional e internacional vigente;

Convencidos da importância e da utilidade do intercâmbio de experiências e da cooperação para o planejamento, o desenvolvimento e a execução de suas políticas na área da defesa;

Conscientes de que os delitos transnacionais constituem séria ameaça para a paz e a estabilidade regional e internacional; e

Convencidos da relevância da cooperação entre os Ministérios da Defesa e entre as Forças Armadas do Brasil e das Forças Militares da Colômbia, como instrumento para fortalecer suas Instituições e criar as condições para a obtenção e manutenção de um ambiente de paz na região,

Concordam com o seguinte:

TÍTULO PRIMEIRO

Âmbito da Cooperação

1. As Partes promoverão cooperação e trocarão experiências, em matérias relativas à defesa, de acordo com os termos deste Memorandum de Entendimento e qualquer anexo aditivo, sujeito às leis nacionais de cada Parte, regulamentos e contratos ou obrigações internacionais, especialmente nos seguintes campos:

- a) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico da indústria de defesa;
- b) treinamento e capacitação de recursos humanos;
- c) apoio logístico;
- d) organização e legislação institucionais;
- e) informações operacionais;
- f) intercâmbio de informação e inteligência

militar; e

g) medidas de confiança mútua e segurança hemisférica.

2. As Partes subscreverão anexos aditivos, onde serão definidos procedimentos a serem adotados para a execução das atividades bilaterais acordadas à luz deste Memorandum de Entendimento.

3. As Partes envidarão esforços para realizar encontros anuais, ou com outra periodicidade a ser mutuamente acordada, com vista a trocar informações sobre matérias de mútuo interesse, relativas à defesa, bem como planejar as atividades de cooperação a serem desenvolvidas. As reuniões serão custeadas por cada país e estarão condicionadas à disponibilidade de verbas de cada um.

TÍTULO SEGUNDO

Informações Operacionais e de Inteligência

4. Serão estabelecidos canais institucionais de comunicação permanente entre os setores de inteligência dos dois Ministérios da Defesa, com vistas ao intercâmbio periódico de informações operacionais e de inteligência nesse setor. Os graus de sigilo das informações classificadas entre os dois países são:

Brasil: ostensivo, confidencial, reservado e secreto

Colômbia: confidencial, restrito, reservado, secreto e ultra-secreto

5. A proteção, revelação e transmissão de informação de inteligência de qualquer natureza, produzida ou trocada dentro da estrutura deste Memorandum de Entendimento, será processada e salvaguardada de acordo com as leis e regulamentos nacionais das Partes.

6. As Partes admitem que uma informação recebida não será usada, em qualquer tem-

po, para propósitos distintos daqueles autorizados pelo proprietário da informação.

7. A Parte receptora não liberará informação de inteligência para qualquer governo, organização nacional ou outra entidade de uma terceira parte, sem a prévia consulta da Parte que a originou.

8. A informação de inteligência será transferida somente por meio de canais governamentais ou por intermédio de canais aprovados por Autoridades de Segurança designadas.

TÍTULO TERCEIRO

Diferenças e Controvérsias

9. Quaisquer diferenças e controvérsias a respeito da interpretação ou aplicação deste Memorandum de Entendimento serão resolvidas por consulta entre as Partes.

TÍTULO QUARTO

Entrada em Vigor e Término

10. Este Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data da assinatura e permanecerá em vigor por tempo indeterminado. Contudo, qualquer uma das Partes poderá solicitar o seu término, com três meses de antecedência, mediante notificação por escrito

11. Este Memorandum de Entendimento poderá ser emendado a qualquer tempo, por escrito, por consentimento mútuo das Partes.

12. As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes quanto a providências de segurança e de proteção de dados técnicos, informação e material continuarão aplicáveis não obstante o término deste Memorandum de Entendimento. O seu término não afetará automaticamente os projetos e os programas em marcha, os quais continuarão até serem completados, salvo se as Partes acordarem o contrário.

Em fé do que, os representantes abaixo assinados, devidamente autorizados, assinam este Memorandum de Entendimento.

Feito em Bogotá, em 20 de junho de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol.

Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia

Bogotá, D.C., em 26 de junho de 2003
A Sua Excelência

A Senhora Carolina Barco Isakson, Ministra das Relações Exteriores da Colômbia
Senhora Ministra das Relações Exteriores,

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência com referência ao Comunicado Conjunto divulgado em Brasília em 7 de março de 2003, por ocasião do encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Álvaro Uribe Vélez, por meio do qual os Presidentes do Brasil e da Colômbia ‘manifestaram vivo interesse em coordenar, no âmbito bilateral, esforços de combate ao terrorismo e ao crime organizado’.

O comunicado conjunto registra que, com esse objetivo, os dois Presidentes ‘decidiram a constituição de Grupo de Trabalho, a ser integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Justiça dos dois países, com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio de informações para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo, inclusive no âmbito dos Acordo bilaterais vigentes de extradição e cooperação judiciária em matéria penal’.

Com o fim de dar cumprimento à decisão presidencial de criação do referido Grupo de

Trabalho bilateral, proponho a Vossa Excelência estabelecer o Grupo de Trabalho Brasil – Colômbia para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo. O Grupo de Trabalho funcionará com base nos seguintes termos de referência:

I. O Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo tem por objetivo a promoção da cooperação e do intercâmbio de informações entre o Brasil e a Colômbia para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo.

II. O Grupo de Trabalho utilizará os atos internacionais vigentes entre o Brasil e a Colômbia, entre os quais o Tratado de Extradicação, de 1939, o Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção, Controle e Repressão do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Entorpecentes e Psicotrópicas, de 1981, o Acordo sobre Cooperação Judiciária Complementario ao Acordo Bilateral de Assistência Recíproca para a Prevenção, Controle e Repressão do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Entorpecentes e Psicotrópicas, de 1991, o Acordo de Cooperação para Impedir o Desvio Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1997, e o Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, de 1997.

III. O Grupo de Trabalho será constituído por representantes de alto nível do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Interior e Justiça e do Ministério da Defesa da Colômbia.

IV. No caso do Brasil, os referidos Mi-

nistérios poderão determinar que outros órgãos, a exemplo dos Comandos Militares responsáveis pelo gerenciamento e emprego do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), participem das atividades do Grupo de Trabalho, no interesse da cooperação e do intercâmbio de informações entre os dois países.

No caso de Colômbia, os referidos Ministérios poderão determinar que outros órgãos, por exemplo o Departamento Administrativo de Seguridad – DAS – e a Unidad de Investigación y Análisis Financiero – UIAF, participem nas atividades do Grupo de Trabalho, em benefício da cooperação e do intercâmbio de informações entre os dois países.

V. O Grupo de Trabalho se reunirá com periodicidade a ser determinada, devendo as reuniões ter lugar, alternadamente, em território brasileiro e colombiano.

A presente Nota e a Nota de Vossa Excelência, com o mesmo teor e data, constituirão Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, o qual entra em vigor a partir da data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e consideração.

Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Embaixadora

Bogotá, D.C., 26 de junho de 2003
Senhora Embaixadora,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota número 150, de 26 de junho de 2003, cujo texto é o seguinte:

“A Sua Excelência

A Senhora Carolina Barco Isakson, Ministra de Relações Exteriores da Colômbia

Senhora Ministra de Relações Exteriores:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência com referência ao Comunicado Conjunto divulgado em Brasília em 7 de março de 2003, por ocasião do encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Álvaro Uribe Vélez, por meio do qual os Presidentes do Brasil e da Colômbia ‘manifestaram vivo interesse em coordenar, no âmbito bilateral, esforços de combate ao terrorismo e ao crime organizado’.

O comunicado conjunto registra que, com esse objetivo, os dois Presidentes ‘decidiram a constituição de Grupo de Trabalho, a ser integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Justiça dos dois países, com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio de informações para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo, inclusive no âmbito dos Acordo bilaterais vigentes de extradição e cooperação judiciária em matéria penal’.

Com o fim de dar cumprimento à decisão presidencial de criação do referido Grupo de Trabalho bilateral, proponho a Vossa Excelência estabelecer o Grupo de Trabalho Brasil – Colômbia para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo. O Grupo de Trabalho funcionará com base nos seguintes termos de referência:

I. O Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo tem por objetivo a promoção da cooperação e do intercâmbio de informações entre o Brasil e a Colômbia para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo.

II. O Grupo de Trabalho utilizará os atos

internacionais vigentes entre o Brasil e a Colômbia, entre os quais o Tratado de Extradicação, de 1939, o Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção, Controle e Repressão do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Entorpecentes e Psicotrópicas, de 1981, o Acordo sobre Cooperação Judiciária Complementario ao Acordo Bilateral de Assistência Recíproca para a Prevenção, Controle e Repressão do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Entorpecentes e Psicotrópicas, de 1991, o Acordo de Cooperação para Impedir o Desvio Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1997, e o Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, de 1997.

III. O Grupo de Trabalho será constituído por representantes de alto nível do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Interior e Justiça e do Ministério da Defesa da Colômbia.

IV. No caso do Brasil, os referidos Ministérios poderão determinar que outros órgãos, a exemplo dos Comandos Militares responsáveis pelo gerenciamento e emprego do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), participem das atividades do Grupo de Trabalho, no interesse da cooperação e do inter-

câmbio de informações entre os dois países.

No caso de Colômbia, os referidos Ministérios poderão determinar que outros órgãos, por exemplo o Departamento Administrativo de Seguridad – DAS – e a Unidad de Investigación y Análisis Financiero – UIAF –, participem nas atividades do Grupo de Trabalho, em benefício da cooperação e do intercâmbio de informações entre os dois países.

V. O Grupo de Trabalho se reunirá com periodicidade a ser determinada, devendo as reuniões ter lugar, alternadamente, em território brasileiro e colombiano.

A presente Nota e a Nota de Vossa Excelência, com o mesmo teor e data, constituirão Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, o qual entra em vigor a partir da data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e consideração”.

Em resposta, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo Colombiano está de acordo com os termos da mencionada Nota, a qual passa a constituir, junto com a presente, Acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração.

Clemencia Forero Ueros

Vice-Ministra das Funções de Despacho da
Ministra de Relações Exteriores

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Tratado para a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (12.01.03)

1. O Governo brasileiro manifesta sua séria preocupação diante do anúncio feito pelo Governo da República Popular e Democrática da Coreia de retirar-se do Tratado para a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

2. O Brasil tem defendido a tese da irreversibilidade dos compromissos internacionais de desarmamento e não-proliferação.

3. O Brasil é parte do TNP, bem como de vários outros tratados de desarmamento e não-proliferação, nas áreas nuclear, química e biológica, os quais respeita escrupulosamente.

4. O Brasil defende o uso da energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos, conforme preceito inscrito na Constituição de 1988, que determina que “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”.

5. O Brasil apóia vigorosamente a eliminação total de armas nucleares, de acordo com o estabelecido no Artigo 6 do TNP, e o cumprimento do compromisso inequívoco assumido pelos países nucleares na última Conferência de Revisão do TNP.

6. O Brasil apóia os esforços diplomáticos orientados a uma solução pacífica e duradoura da questão da península coreana.

Comunicado à imprensa por ocasião da reunião sobre a situação no Iraque, a ser realizada em 5 de fevereiro de 2003, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (04.02.03).

Como afirmou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso no Congresso Nacional no dia 1º de janeiro, “vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação.”

Tendo em vista que o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reunirá, mais uma vez, no dia 5 de fevereiro, para tratar da questão do Iraque, o Governo brasileiro reitera sua preocupação ante as perspectivas do uso da

força e faz um apelo para que se encontre uma solução pacífica, de acordo com a Carta das Nações Unidas e outras normas de Direito Internacional.

O Governo brasileiro entende que devem ser asseguradas condições para que os inspetores cumpram plenamente o mandato que receberam do Conselho. Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro insta o Governo do Iraque a aceitar as medidas decididas pelo Conselho de Segurança e a respeitar integralmente as disposições da Resolução n.º 1441 e de outras resoluções relevantes do Conselho.

Declaração do MERCOSUL sobre a situação atual, aprovada em Montevidéu (05.02.03).

Sobre a atual situação internacional e as ameaças que pesam sobre ela, os Chanceleres reiteram seu repúdio ao terrorismo e às armas de destruição em massa;

- apóiam os esforços pacíficos para que a Resolução n.º 1441 seja totalmente cumprida;

- nesse sentido, expressam sua confiança nos inspetores da UNMOVIC e da AIEA, que devem ter o tempo suficiente para realizar suas tarefas com a plena e integral cooperação do Governo iraquiano;

- reiteram o papel do Conselho de Segurança como o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional, e o único com legitimidade para autorizar o uso da força.

Comunicado do Grupo do Rio sobre a “Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia”, assinada entre o Governo da Venezuela e a Coordenadora Democrática (19.02.03).

O Grupo do Rio expressa seu respaldo e

satisfação com a “Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia”, firmada na terça-feira, 18 de fevereiro, pelos representantes do Governo da República Bolivariana da Venezuela e os segmentos sociais que o apóiam, e pelos representantes da Coordenadora Democrática, no âmbito da Mesa de Negociação e Acordos, cujos trabalhos estão sendo facilitados pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

O Grupo do Rio considera que este acordo, alcançado entre os próprios venezuelanos em torno de princípios fundamentais para a preservação da institucionalidade democrática, constitui passo auspicioso para a continuidade e o fortalecimento do diálogo entre todas as forças políticas e sociais da Venezuela, bem como instrumento para impulsionar a idéia de paz como elemento indispensável nas atuais circunstâncias.

O Grupo do Rio renova seu respaldo aos esforços que realiza o Secretário-Geral da OEA, com o valioso apoio do Grupo de Amigos e do Grupo de Trabalho Tripartite, orientados à solução constitucional, democrática, pacífica e eleitoral na Venezuela, de acordo com a Resolução n.º 833 do Conselho Permanente da OEA, de 16 de dezembro de 2002.

Lima, 19 de fevereiro de 2003.

Declaração do Governo brasileiro sobre o cativo das Senhoras Betancourt e Rojas (25.02.03).

Completo-se, em 23 de fevereiro, um ano do seqüestro da Senadora colombiana Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia, e de sua assessora, Clara Rojas.

O Governo brasileiro manifesta indignação diante do longo cativo das Senhoras

Betancourt e Rojas, e conclama pela libertação, no mais breve prazo, de ambas e de todas as demais pessoas que estejam seqüestradas.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (28.02.03).

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, integrado por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, foi criado em 15 de janeiro de 2003, tendo-se reunido em Washington, no dia 24, e em Caracas, em 31 do mesmo mês, para emprestar apoio político e diplomático ao trabalho de facilitador desenvolvido pelo Secretário-Geral da OEA, a fim de encontrar-se uma solução para a crise política na Venezuela, dentro do quadro constitucional daquele país.

O Grupo de Amigos ressalta o progresso obtido com a assinatura, em 18 de fevereiro de 2003, de uma “Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia na Venezuela”, pelo Governo e a oposição.

O Grupo de Amigos manifesta total repúdio aos atentados contra representações oficiais da Colômbia e da Espanha ocorridos em Caracas, em 25 de fevereiro.

O Grupo preocupa-se com a ocorrência de quaisquer fatos ou atitudes que possam ter influência negativa no processo de criação de confiança entre o Governo venezuelano e a oposição, e reitera o chamamento para que moderem a retórica e evitem recriminações mútuas.

O Grupo continuará trabalhando para encorajar o Governo da Venezuela e a oposição a persistirem no caminho do entendimento, a fim de assegurar uma solução pacífica, demo-

crática, constitucional e eleitoral. Nesse sentido, é importante que exerçam vigilância para que prevaleça a moderação, nos termos acordados na “Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia na Venezuela”.

O Grupo de Amigos reunir-se-á em Brasília, em 10 de março próximo, para dar prosseguimento ao trabalho de apoiar o diálogo e a conciliação na Venezuela.

Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Colômbia, Álvaro Uribe (07.03.03).

1. Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, reuniram-se em Brasília, em 7 de março de 2003, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente colombiano.

2. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com a democracia e a inclusão social, bases para a integração e o desenvolvimento da região.

3. Assinalaram a prioridade atribuída pelos dois Governos à integração sul-americana, destacando que esta deve ser promovida no interesse da população, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento sustentável, no qual se aliem o crescimento, a justiça social e a dignidade da pessoa humana, conforme os princípios da ética, da participação e da transparência.

4. Identificaram na cooperação bilateral importante instrumento para alcançar o objetivo da integração, em especial a promoção de parcerias nas áreas econômica, educacional, cultural, científica e tecnológica, jurídica, policial e ambiental.

5. Destacaram, a respeito, a prioridade atri-

buída pelos dois Governos ao combate à fome e à pobreza, inclusive por meio da implementação de políticas eficazes de saúde, emprego, educação e direitos humanos, com respeito ao meio ambiente.

6. Nesse contexto, congratularam-se pela conclusão do Memorandum de Entendimento no âmbito do “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento” do Brasil, para implementação de Projeto de Assistência de Prevenção do HIV/AIDS na Colômbia.

7. Concordaram quanto à relevância da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana como mecanismo de coordenação bilateral. Decidiram convocá-la para o primeiro semestre de 2003, e encomendar-lhe a identificação de novos projetos de interesse dos dois países, em conformidade com as prioridades da agenda bilateral.

8. Os Presidentes reafirmaram a necessidade de combater por todos os meios, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, as ameaças à paz e à segurança internacional causadas por atos terroristas.

9. Expressaram o seu mais profundo repúdio e indignação aos atos terroristas praticados na Colômbia, e reiteraram a sua determinação de combater todas as formas de terrorismo, nos termos dos compromissos assumidos no âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, e em conformidade com os instrumentos internacionais de que são partes o Brasil e a Colômbia.

10. Manifestaram vivo interesse em coordenar, no âmbito bilateral, esforços de combate ao terrorismo e ao crime organizado. Decidiram a constituição de Grupo de Trabalho, a

ser integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Justiça dos dois países, com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio de informações para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo, inclusive no âmbito dos Acordos bilaterais vigentes de extradição e cooperação judiciária em matéria penal.

11. Os Presidentes consideraram a possibilidade de que os Ministros de Defesa de ambos os países se somassem a seus colegas da região no empenho em estreitar a coordenação nessa área. Nesse contexto, consideraram a conveniência de que a Conferência sobre Segurança Hemisférica, que se realizará no México de 6 a 8 de maio do ano corrente, no âmbito da OEA, contasse também com a presença dos Ministros de Defesa da região. Para tal efeito, o Ministro da Defesa do Brasil convidará seus homólogos sul-americanos para que, durante a feira de indústria de armamentos que se realizará no Rio de Janeiro, em abril próximo, se reúnam para discutir preocupações e pleitos comuns a serem apresentados no México.

12. Os Presidentes tomaram nota dos resultados da V Reunião da Comissão Mista Antidrogas, realizada em outubro de 2002. Determinaram que seja aprofundada a cooperação bilateral em matéria de inteligência e investigações, a fim de coibir o tráfico com maior eficácia nos dois países. A Comissão Mista Antidrogas deverá reunir-se no segundo semestre de 2003, para avaliar os progressos obtidos e coordenar ações futuras, em especial no combate ao desvio de precursores químicos, ao tráfico de armas e à lavagem de dinheiro.

13. Os Presidentes determinaram que os órgãos responsáveis em seus dois Governos examinem, em caráter prioritário, as modalida-

des de utilização, pelo Governo colombiano, do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

14. À luz dos compromissos assumidos na Convenção sobre Diversidade Biológica, os dois Presidentes salientaram a importância de empreender esforços comuns com vistas à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica e à promoção da repartição justa e equitativa dos benefícios associados ao seu uso, em particular no âmbito do Grupo dos Países Megadiversos Afins.

15. Os dois Presidentes saudaram a instalação, em Brasília, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a qual constitui valioso mecanismo de coordenação política e de canalização de projetos de interesse dos dois países, na busca do desenvolvimento sustentável da região amazônica.

16. Reiteraram a importância da integração física bilateral, especialmente no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), e, em particular, do Eixo Multimodal do Amazonas e da navegação fluvial.

17. Os dois Presidentes expressaram sua firme determinação em trabalhar conjuntamente para constituir uma zona de livre comércio entre os países da Comunidade Andina e do MERCOSUL, conforme previsto no Acordo-Quadro MERCOSUL-CAN, firmado em Brasília, em 6/12/02, com o propósito ulterior de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano.

18. Os Presidentes salientaram a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos nas negociações econômico-comerciais internacionais, na Organização Mundial do Comércio e no processo de conforma-

ção de uma Área de Livre Comércio das Américas. A propósito, destacaram a importância de avançar no processo de conformação da ALCA, de forma equilibrada e equitativa, no entendimento de que as negociações levarão em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério e as enormes carências sociais desses países, as quais se agravaram em anos recentes.

19. Os dois Presidentes decidiram criar mecanismo bilateral para examinar questões comerciais de interesse mútuo, tanto bilaterais quanto multilaterais. De parte colombiana, foi manifestado especial interesse em cooperação na área do álcool, inclusive aquisição de destilarias, bem como na compra de máquinas agrícolas e, eventualmente, de embarcações para navegação fluvial.

20. Os Presidentes reiteraram os termos da Declaração Especial dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Produtores e Exportadores Ibero-Americanos sobre a Crise Mundial do Café, adotada em Bávaro, República Dominicana, durante a XII Cúpula Ibero-Americana.

21. Os Presidentes instruíram os órgãos competentes de seus dois Governos a estudar mecanismos conjuntos para o fortalecimento da comercialização do café nos mercados internacionais.

22. Os Presidentes decidiram incentivar as empresas interessadas nos dois países a promoverem empreendimento no setor siderúrgico envolvendo a complementaridade dos potenciais brasileiro e colombiano para a produção e exportação de aço.

23. Os Presidentes examinaram os principais temas da conjuntura mundial. Consideraram, em particular, a importância da observân-

cia do Direito Internacional, com vistas à manutenção da paz e da segurança internacional.

Declaração de Moscou dos Ministros das Relações Exteriores da Troika do Grupo do Rio e da Federação da Rússia (01.04.03)

Em 1º de abril de 2003, em Moscou, celebrou-se reunião entre o Ministro das Relações Exteriores da Federação da Rússia, Igor Ivanov, e os Ministros das Relações Exteriores Allan Wagner, da República do Peru, Roberto Tovar, da República da Costa Rica, e Celso Amorim, da República Federativa do Brasil, que integram a Troika do Grupo do Rio.

I. Ao analisar a prática do diálogo político de alto nível entre o Grupo do Rio e a Federação da Rússia, que se vem desenvolvendo a partir de 1997, os Chanceleres reiteraram que seu caráter construtivo e a confiança recíproca permitem um intercâmbio franco e produtivo de opiniões sobre os problemas mais prementes da agenda internacional, contribuindo, dessa forma, para melhorar sua cooperação no cenário internacional.

As Partes acordaram intensificar os contatos políticos e analisar a possibilidade de uma futura reunião de cúpula.

II. Ao examinar os principais problemas que enfrenta a comunidade internacional, os Chanceleres reafirmaram a aspiração do Grupo do Rio e da Federação da Rússia de fortalecer sua cooperação no âmbito internacional com o objetivo de promover a paz e a segurança internacionais, o respeito ao direito internacional, a redução da pobreza, a promoção da democracia e dos direitos humanos, assim como o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente.

Os Ministros das Relações Exteriores ma-

nifestaram a importância de aprofundar a cooperação com o propósito de realizar ações conjuntas que promovam um processo de globalização ordenado, equilibrado e mais seguro, encaminhando-o em direção à identificação de decisões mutuamente vantajosas.

Os Chanceleres reafirmaram o papel central das Nações Unidas e do Conselho de Segurança nas relações internacionais como o principal instrumento universal para a manutenção da paz e da segurança internacionais, e no apoio ao desenvolvimento econômico e social. Eles sublinharam, também, a necessidade da estrita observância da Carta da ONU e dos princípios e normas universalmente reconhecidos do direito internacional. As Partes fizeram um chamado para que se reativem os esforços da comunidade mundial para melhorar e fortalecer o sistema de segurança coletiva das Nações Unidas.

Ao analisar a situação no Iraque, os Ministros ressaltaram o apego comum de seus países aos princípios do multilateralismo e à afirmação das bases jurídicas da vida internacional, incluindo os princípios do respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados. Expressaram seu desejo de que as hostilidades terminem prontamente, com a menor perda de vidas humanas, bem como seu apoio aos esforços político-diplomáticos em prol da paz e, em particular, pela aprovação de medidas urgentes, sob os auspícios da ONU, para evitar uma catástrofe humanitária no Iraque.

As Partes ressaltaram a importância do processo de desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa, sinalizando a necessidade de observar e consolidar os acordos alcançados nesse âmbito, e promover sua ampla aceitação.

III. Os Chanceleres destacaram de maneira

particular a importância do tema do desenvolvimento econômico e social e, nesse sentido, sublinharam a necessidade de promover um sistema multilateral de comércio fortalecido e não discriminatório. Reafirmaram, igualmente, seu interesse na oportuna conclusão das negociações da Rodada de Doha, e que essa reflita em seus resultados o tratamento especial e diferenciado em favor dos países em desenvolvimento, outorgando acesso preferencial e especial para os produtos desses países quando destinados aos mercados dos países desenvolvidos.

As Partes manifestaram a importância de estabelecer um mecanismo eficaz de monitoramento da arquitetura financeira e monetária mundial, de elaborar um sistema de medidas de reação rápida às crises e uma estratégia de longo prazo de prevenção das crises globais. Ressaltaram a necessidade de empreender esforços concertados da comunidade internacional para pôr em prática as decisões da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo, setembro de 2002) e da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Monterrey, março de 2002).

Os Chanceleres da Troika do Grupo do Rio informaram sobre a iniciativa do Grupo do Rio de estabelecer mecanismos financeiros inovadores destinados a atender às demandas sociais, fortalecer a governabilidade democrática e fazer frente à crescente pobreza extrema. O Chanceler da Federação Russa expressou seu interesse e a disposição de seu país para empreender um diálogo amplo com todas as partes interessadas sobre as modalidades necessárias para sua implementação.

IV. Os Chanceleres concordaram que um

objetivo central da comunidade internacional deve reduzir ao mínimo as ameaças de conflito em qualquer escala. Desse modo, os Chanceleres expressaram sua preocupação com a intensificação das ameaças à segurança nacional, regional e internacional, entre as quais destacaram o terrorismo internacional, o tráfico ilícito de drogas e o crime organizado transnacional, bem como a persistência e o agravamento dos desafios estruturais, tais como a pobreza e a pobreza extrema, que põem em risco a estabilidade e a governabilidade democráticas.

Assim sendo, assinalaram a necessidade de continuar examinando as concepções de segurança regional e internacional, iniciativa que contribuiria para abordar, em boa medida, as preocupações específicas dos países e das sub-regiões, assim como favorecer a convergência das diversas abordagens das Partes no marco da cooperação multilateral em face dos novos desafios e ameaças. Nesse contexto, os Chanceleres dos Países da Troika do Grupo do Rio informaram ao Ministro das Relações Exteriores da Federação da Rússia sobre os preparativos da Conferência Especial sobre Segurança (México, 6 a 8 de maio próximo).

As Partes advogaram a necessidade de adaptar as Nações Unidas para que possa enfrentar os desafios e ameaças do século XXI, incrementando sua eficácia e a complementaridade do sistema das Nações Unidas na luta contra esses desafios e ameaças.

V. Os Chanceleres intercambiaram informações sobre os esforços nacionais que realizam na luta contra o terrorismo, e coincidiram na necessidade de intensificar a cooperação para prevenir e combater esse flagelo, que

constitui uma das mais graves ameaças à paz e à segurança internacionais, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, às instituições democráticas e à sociedade, além de produzirem efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social dos Estados. Os Chanceleres estão convencidos de que nenhum argumento pode justificar quem comete, financia ou apóia atos terroristas.

Nesse contexto, acordaram que a cooperação entre o Grupo do Rio e a Federação Russa se orientará pelo interesse comum na matéria, incluindo o desenvolvimento e o fortalecimento do marco jurídico de combate ao terrorismo internacional e seu financiamento, assim como a intensificação da cooperação contra o terrorismo no marco dos mecanismos multilaterais, em seus diferentes níveis.

Os Chanceleres manifestaram-se a favor de manter um diálogo permanente de cooperação entre o Grupo do Rio e a Federação da Rússia para a prevenção e repressão do terrorismo internacional em todas suas formas e manifestações.

VI. Além de acordar, dar continuidade aos contatos regulares anuais durante as sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, os Chanceleres reconheceram a utilidade de celebrar reuniões entre a Troika do Grupo do Rio e a Rússia, de forma alternada no país que esteja exercendo a Secretaria Pró Tempore do Grupo do Rio e a Federação da Rússia.

Nesse contexto, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, na qualidade de próximo Secretário Pró Tempore do Grupo do Rio, estendeu um cordial convite ao Ministro das Relações Exteriores da Federação da Rússia para que, no transcurso do ano de 2004, reúna-se, no Brasil, com os Chanceleres da Troika do Grupo do Rio. O convite foi acei-

to com agrado.

Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Peru, Alejandro Toledo (11.04.03)

1. A convite do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Peru, Alejandro Toledo, acompanhado do Primeiro Vice-Presidente da República, Raúl Diez-Canseco, e de membros do Gabinete Ministerial, realizou visita de trabalho a Brasília, em 11 de abril de 2003, com o propósito de avançar na construção de uma aliança estratégica.

2. No diálogo proveitoso dos dois Mandatários e dos seus Ministros, foram constatadas importantes convergências sobre a visão compartilhada de cooperação e integração que orienta as relações bilaterais, destacando-se como elementos fundamentais a complementação das economias de ambos os países, a interconexão física e a promoção do comércio, dos investimentos e do turismo, o desenvolvimento sustentável, o combate ao narcotráfico e a luta contra a pobreza.

3. Os Presidentes reafirmaram o compromisso dos dois Governos com o fortalecimento da democracia, reiterando sua determinação de combater a corrupção e promover a diminuição das desigualdades sociais em seus respectivos países.

4. Nesse sentido, assinalaram a prioridade atribuída por ambos os Governos ao combate à fome e à pobreza, e sublinharam sua disposição de conjugar esforços para que o tema receba a atenção que lhe corresponde na agenda internacional.

5. Os Presidentes decidiram aprofundar a cooperação no campo laboral, visando a promover o trabalho decente e melhorar as con-

dições trabalhistas e, em consequência, elevar os padrões de vida da população de ambos os países.

6. Conscientes dos laços históricos, culturais e políticos que unem os países latino-americanos, reconheceram especialmente que os países da América do Sul devem acelerar a cooperação entre eles, para a construção de um continente integrado e próspero.

7. Reiteraram a importância capital da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), ressaltando o papel da interconexão física entre os dois países para a dinamização do comércio bilateral e o estímulo ao desenvolvimento das regiões fronteiriças.

8. Nesse contexto, celebraram a assinatura do acordo bilateral para a construção da ponte internacional sobre o rio Acre, próxima às cidades de Assis Brasil e Iñapari, que permitirá interligar os sistemas viários dos dois países e contribuirá para a vinculação das economias dos estados do Acre e de Rondônia com a Macrorregião Sul do Peru.

9. Ainda no contexto da intensificação do relacionamento regional, os Presidentes registraram, com satisfação, os entendimentos em curso com o objetivo de incrementar o turismo na América do Sul, mediante a realização de apresentações de produtos e destinos turísticos em todos os países do subcontinente, promovendo, em particular, roteiros turísticos binacionais. A esse respeito, atribuíram particular importância às conversações em andamento entre os dois países.

10. Os dois Presidentes enalteceram as reuniões havidas entre autoridades dos dois países, bem como os demais encontros com a participação da iniciativa privada, na busca de fontes de financiamento para as obras de infra-

estrutura para a integração física. Nesse sentido, louvaram os entendimentos em curso entre entidades de financiamento dos dois países.

11. Em virtude da importância da integração aérea entre os dois países, o Presidente Lula expressou satisfação diante do anúncio do Presidente Toledo sobre a apresentação de projeto de lei que permitirá tornar realidade, conforme o espírito do compromisso assumido em Fortaleza, o início de vôos transamazônicos com tarifas domésticas, que unirão sete pares de cidades entre o Brasil e o Peru.

12. Os Presidentes ressaltaram o interesse mútuo de incrementar o comércio bilateral em níveis correspondentes ao potencial de complementação dos dois países, e de estimular a formação de associações entre empresas brasileiras e peruanas. Nesse sentido, incentivaram a realização de encontros entre empresários e autoridades regionais de ambos os países, com participação, também, de empresas pequenas e médias.

13. Reforçaram, ainda, a importância de ser incentivada, pelas autoridades dos dois países, a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, como mecanismo de liquidação das operações comerciais, de forma a dinamizar e priorizar as relações bilaterais.

14. Conscientes da importância capital de estimular os investimentos nos dois países, os Presidentes concordaram em dar início à negociação de um Acordo para evitar a bitributação e prevenir a evasão fiscal.

15. Expressaram seu convencimento quanto à urgência de avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, con-

forme previsto no Acordo-Quadro MERCOSUL-CAN, firmado em Brasília, em dezembro de 2002, com o fim de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano antes de 31 de dezembro de 2003. Saudaram os progressos alcançados durante a recente reunião MERCOSUL-Peru, realizada em Assunção, na última semana, com vistas à subscrição de um acordo de livre comércio, e reiteraram a determinação de concluir as negociações no primeiro semestre de 2003.

16. Os Presidentes concordaram em aprimorar a coordenação de posições dos países sul-americanos na Organização Mundial do Comércio e no processo de conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Salientaram a importância de avançar nesse processo de forma equitativa e equilibrada, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério e as graves carências sociais que se observam em muitos deles.

17. Os Presidentes coincidiram em que o terrorismo e o narcotráfico constituem graves ameaças à segurança, à democracia e ao Estado de Direito. Expressaram o desejo dos seus Governos de dinamizar a cooperação bilateral, particularmente nas áreas com problemas de segurança fronteiriça, e o intercâmbio de experiências sobre controle e vigilância nas zonas de fronteira.

18. Manifestaram interesse no desenvolvimento de um programa de cooperação técnica em agricultura, com vistas à identificação e à implantação de alternativas agropecuárias em substituição aos cultivos ilegais de coca no Peru.

19. Os Presidentes reiteraram o firme empenho dos dois Governos em cooperar no combate ao narcotráfico e delitos conexos,

dentro de uma perspectiva integral e equilibrada, e reafirmaram sua intenção de executar plenamente os dispositivos do "Acordo Bilateral sobre Cooperação em matéria de Prevenção ao Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Estupeficientes e Substâncias Psicotrópicas e Delitos Conexos", em vigor desde janeiro de 2002.

20. Os dois Presidentes renovaram o compromisso e o apoio dos seus Governos à recém-instalada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e manifestaram a convicção de que a nova organização será vital para aprofundar e reforçar a coordenação política, sobre a base de uma visão estratégica, que promova a execução de projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, inclusive por meio da captação de cooperação financeira extra-regional.

21. À luz dos compromissos assumidos na Convenção sobre Diversidade Biológica, os dois Presidentes coincidiram quanto à importância de empreender esforços comuns com vistas à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica e à promoção da repartição justa e equitativa dos benefícios associados ao seu uso, em particular no âmbito do Grupo dos Países Megadiversos Afins.

22. Os Presidentes reafirmaram a importância da cooperação no campo de ciência e da tecnologia como instrumento de integração capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida das suas populações.

23. No quadro do fortalecimento dos mecanismos de cooperação na área de segurança e defesa, os Presidentes acordaram o acesso progressivo do Peru a informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia

(SIVAM), com vistas a alcançar a plena integração peruana ao sistema, sem prejuízo das possíveis aplicações do SIVAM em outros campos da relação bilateral. Encomendaram aos Ministros da Defesa que estabeleçam as modalidades de implementação.

24. Os Presidentes louvaram a convocação de uma reunião de Ministros da Defesa sul-americanos em abril corrente, no Rio de Janeiro, para o intercâmbio de pontos de vista sobre temas de interesse comum, tais como os relacionados com a Conferência sobre Segurança Hemisférica, que se realizará no México, de 6 a 8 de maio de 2003, no âmbito da OEA.

25. Os Presidentes examinaram os principais temas da conjuntura regional e internacional. Manifestaram profunda preocupação com os desdobramentos do conflito no Iraque e lamentaram particularmente a perda de vidas humanas. Consideraram, em especial, a importância de assegurar a vigência do Direito Internacional, fortalecer a Organização das Nações Unidas, respeitar as resoluções do Conselho de Segurança e privilegiar o exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacional.

26. Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. Nesse contexto, o Presidente Toledo expressou o apoio do Peru a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente Lula expressou o seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio, que reflete a nova dimensão política da relação bilateral.

27. Reafirmaram a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com

a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos em que são partes o Brasil e o Peru. Recordaram, a esse propósito, que ambos os países vêm trabalhando, de forma permanente, para a consolidação da Zona de Paz e Cooperação da América do Sul, estabelecida pelos Presidentes da região em Guayaquil, em 2002.

28. Os Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Defesa, da Economia e Finanças, da Justiça, da Agricultura, do Trabalho, da Produção, do Comércio Exterior e Turismo, de Energia e Minas, de Transportes e Comunicações e da Habitação, Construção e Saneamento, do Peru, e os Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Cidades, da Defesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, das Minas e Energia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Relações Exteriores, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Turismo, o Secretário Especial de Aquicultura e Pesca, e os Secretários Executivos dos Ministérios das Comunicações e da Justiça, do Brasil, reunidos por ocasião da visita do Presidente Toledo, acordaram uma série de ações que receberam aprovação dos Presidentes e que se encontram detalhadas no seguinte PLANO DE TRABALHO:

a) IIRSA:

a.1) particular atenção será conferida: ao eixo do Amazonas, nos seus ramais Norte e Central; ao eixo Bolívia-Brasil-Peru; e ao eixo interoceânico, considerando o desenvolvimento da infra-estrutura em seus três componentes (transporte multimodal, energia e comunicações); será buscada maior eficiência no processo logístico associado a cada eixo. O objetivo é tornar realidade o fluxo de comércio entre o Pacífico e o Atlântico, gerando oportu-

tunidades de riqueza e desenvolvimento sustentável para as populações ao longo dos referidos eixos e suas amplas zonas de influência;

a.2) à luz dos estudos de viabilidade dos projetos de infra-estrutura envolvidos nos eixos, serão avaliadas conjuntamente opções que permitam executar, em breve, as obras ainda pendentes dos eixos de integração e desenvolvimento que ligam os dois países, para o que deverá realizar-se, no Peru, num prazo de sessenta dias, a III Reunião Técnica de Ministros dos Transportes e a II Reunião Técnico-Financeira entre representantes do Peru e do Brasil, com o propósito de acelerar a concretização de novos mecanismos financeiros para os investimentos associados aos eixos;

a.3) será promovida a participação de autoridades, empresários, acadêmicos e peritos de ambos os países no “Encontro Internacional sobre o Eixo do Amazonas da IIRSA e a Integração regional Sul-americana: Oportunidades para o Desenvolvimento, o Comércio e a Cooperação”, a realizar-se em Trujillo, Peru, de 29 de junho a 10 de julho de 2003.

Com essa mesma finalidade, o Peru convocará uma reunião ministerial em Iquitos, no segundo semestre do ano em curso, para o qual serão convidados os países integrantes do Eixo do Amazonas;

a.4) a Comissão Mista estabelecida no acordo para a construção da Ponte sobre o rio Acre, nas proximidades das cidades de Assis Brasil e Iñapari, deverá reunir-se no prazo de 45 dias a contar da entrada em vigor do acordo;

a.5) as autoridades de aeronáutica civil do Brasil e do Peru, em coordenação com as empresas privadas interessadas, buscarão implan-

tar, no prazo mais breve possível, a decisão de estabelecer frequências aéreas entre as cidades brasileiras de Cruzeiro do Sul, Tabatinga, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, Manaus, Cuiabá e Campo Grande, e as cidades peruanas de Iquitos, Tarapoto, Pucallpa, Puerto Maldonado, Arequipa, Cusco e Tacna;

b) os Ministros da Defesa explorarão modalidades e mecanismos de cooperação para a utilização efetiva pelo Peru dos serviços oferecidos pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);

c) a Comissão Mista do Acordo Bilateral sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos reunir-se-á dentro de sessenta dias, na cidade de Lima;

d) o Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Técnica reunir-se-á dentro de sessenta dias, em Lima, a fim de avaliar resultados e negociar novos projetos em áreas de interesse comum;

e) os Ministros das áreas do trabalho, assistência e proteção social e demais autoridades nacionais competentes identificarão mecanismos de cooperação, intercâmbio de experiências e informação em políticas sociais, em particular nas seguintes áreas:

e.1) estratégias e programas de luta contra a pobreza;

e.2) políticas trabalhistas e diálogo nacional;

e.2.1) capacitação e treinamento;

e.2.2) convênio sobre seguridade social;

e.3) desenvolvimento e promoção de pequenas e médias empresas;

e.4) desenvolvimento urbano e moradia

popular;

e.4.1) melhoramento integrado de bairros (programa favela-bairro do Rio de Janeiro);

e.4.2) produção industrializada de casas populares;

e.4.3) cidades-modelo em termos ambientais (Curitiba, Paraná);

e.5) educação técnica profissional: possível convênio entre SENATI e SENAI;

f) iniciar-se-á, em breve, a negociação de um Acordo Brasil-Peru para evitar bitributação e prevenir a evasão fiscal;

g) será incentivada a participação de empresários dos dois países no IV Foro Empresarial Brasil-Peru, que se realizará em Lima, no mês de agosto de 2003;

h) as autoridades competentes de ambos os países examinarão medidas sanitárias e fitossanitárias que permitam intensificar o comércio de produtos agropecuários;

i) a cooperação no campo da ciência e tecnologia promoverá projetos conjuntos em: matemática, arqueologia, ciência de materiais (especialmente minero-metalúrgicos), biodiversidade amazônica e biotecnologias agrícolas, tecnologia da informação e astronomia;

j) as Chancelarias do Peru e do Brasil intercambiarão experiências mútuas em questões de caráter institucional e de organização;

k) o Grupo de Trabalho Bilateral sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça reunir-se-á no primeiro semestre de 2003, com o objetivo de avaliar as providências tomadas contra a exploração ilegal de madeira na fronteira entre os dois países, e adotar medidas efetivas para eliminá-la;

l) será realizada, no ano de 2003, campanha para a recuperação e o adensamento dos marcos na fronteira entre o Brasil e o Peru,

com particular atenção para as áreas em que houve denúncias de exploração ilegal de madeira;

29. Os Chanceleres e os Vice-Chanceleres do Brasil e do Peru, no âmbito dos Mecanismos de Consultas, ficarão encarregados de dar seguimento aos compromissos e linhas de ação contidos no presente comunicado conjunto à imprensa e Plano de Trabalho, com ênfase no seu fiel e pronto cumprimento.

30. Ao agradecer as atenções e deferências de que foi objeto, juntamente com a sua comitiva presidencial, por ocasião da sua permanência em Brasília, o Presidente Alejandro Toledo reiterou o convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para realizar visita de Estado ao Peru, que foi aceito com satisfação. A visita realizar-se-á em agosto de 2003, em data a ser acordada através dos canais diplomáticos.

Comunicado conjunto à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e da Ministra das Relações Exteriores da República do Chile, Soledad Alvear, em visita oficial ao Brasil (15.04.03).

A Ministra de Relações Exteriores da República do Chile, Senhora Soledad Alvear, realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 14 e 15 de abril de 2003, oportunidade em que se reuniu com altas autoridades brasileiras e conversou detidamente com seu homólogo brasileiro, Embaixador Celso Amorim, sobre a conjuntura internacional e sobre temas de interesse comum. A Ministra foi recebida em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que renovou seu convite para que o Presidente Ricardo Lagos faça visita de trabalho ao Brasil ainda no primeiro semestre do ano em

curso.

Os Ministros das Relações Exteriores de Brasil e Chile congratularam-se pelo excelente estado das relações bilaterais, baseadas em ampla coincidência de valores, na defesa da democracia, dos direitos humanos, do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias, e caracterizadas por contatos frequentes e cordiais entre autoridades de várias esferas de ambos os países.

Os Chanceleres expressaram sua satisfação pelos avanços na tramitação legislativa, no Brasil, do Acordo firmado a 20 de março de 2002, que modifica o Acordo sobre Seguridade Social entre Brasil e Chile, e esperam a entrada em vigor do instrumento tão logo seja possível.

Os Chanceleres congratularam-se pelos recentes avanços alcançados no processo de aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 35, assinado entre o Chile e o MERCOSUL, especialmente nos setores automotivo, agrícola e agroindustrial, químico e petroquímico, bem como para um conjunto de outros produtos, para os quais se alcançou um melhoramento substantivo no acesso recíproco de mercados, mediante um aprofundamento das preferências tarifárias, as quais, em alguns casos, alcançaram 100%.

Tal processo foi acompanhado, ademais, de um importante melhoramento na facilitação dos procedimentos aduaneiros, no tratamento das exigências de origem e na identificação e eliminação de diversos problemas que limitam a expansão do intercâmbio. Além disso, é necessário continuar aperfeiçoando os mecanismos de coordenação na aplicação de procedimentos sanitários e fitossanitários.

Ambas as Partes reafirmaram seu compromisso com a integração regional e destacaram a importância do ACE-35 como instrumento para o desenvolvimento do intercâmbio, e como mecanismo operacional para aprofundar a interdependência econômica e comercial entre os países. Ademais, destacaram que, no incremento do comércio bilateral, adquirem crescente importância produtos com maior valor agregado, o fortalecimento da integração física, no contexto da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o desenvolvimento da integração energética, os serviços e os investimentos recíprocos.

Além disso, os Chanceleres decidiram convocar, no menor prazo possível, em nível de Vice-Chanceleres, o Sistema de Consultas e Coordenação Política, estabelecido em 1996, para fazer um exame em profundidade da relação bilateral, buscando sua ampliação, fortalecimento e novas formas de cooperação.

Os Chanceleres reafirmaram o papel central das Nações Unidas e do Conselho de Segurança nas relações internacionais como o principal instrumento universal para a manutenção da paz e da segurança internacionais, e a promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Sublinharam, também, a necessidade da estrita observância da Carta da ONU e dos princípios e normas universalmente reconhecidos do direito internacional por todos os membros da comunidade internacional. Brasil e Chile esperam que os esforços para melhorar e fortalecer o sistema de segurança coletiva das Nações Unidas sejam intensificados.

Ao analisar a crise do Iraque, os Ministros ressaltaram o apego de seus países aos

princípios do multilateralismo e do respeito ao direito internacional, especialmente aos princípios do respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados. Expressaram seu desejo de que as hostilidades terminem por completo e destacaram o papel central a ser desempenhado pelas Nações Unidas após o conflito, a fim de evitar uma catástrofe humanitária e permitir a reconstrução político-institucional do país.

Os Ministros das Relações Exteriores mantiveram proveitoso intercâmbio sobre a situação política, econômica e social no continente sul-americano, sublinhando a importância que ambos os países atribuem ao encaminhamento de todas as questões dentro de estrito marco democrático.

Nesse particular, reafirmaram o compromisso de continuar trabalhando, no âmbito do Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, para o fortalecimento do clima de confiança entre Governo e oposição naquele país, com o objetivo de solucionar-se a crise política no marco da ordem democrática e constitucional e da soberania do Estado venezuelano.

Analisaram, ainda, os processos eleitorais em curso em países da região, e expressaram sua satisfação pela observância, no continente sul-americano, dos princípios democráticos, do pluralismo político e de alternância de poder.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela sobre o acordo entre o Governo e a Coordenadora Democrática (15.04.03)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, integrado por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, tomou conhecimen-

to do Acordo cuja elaboração foi concluída, em 11 de abril de 2003, entre a representação do Governo da República Bolivariana da Venezuela e as forças políticas e sociais que o apóiam, e as organizações políticas e da sociedade civil que conformam a Coordenadora Democrática.

O Grupo de Amigos considera que tal Acordo proporciona diretrizes úteis para que os venezuelanos encontrem uma solução constitucional, pacífica, democrática e eleitoral para os problemas da Venezuela.

O Grupo de Amigos faz votos de que o Acordo, uma vez endossado pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela e pela Coordenadora Democrática, seja prontamente implementado.

Declaração de Voto do Brasil por ocasião do exame, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, do Projeto de Resolução sobre a situação dos Direitos Humanos em Cuba (17.04.03).

A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas considerou hoje, dia 17, projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Cuba.

A Delegação brasileira absteve-se na votação sobre a matéria e fez, na ocasião, a seguinte explicação de voto:

"A Delegação brasileira absteve-se na votação do projeto de resolução sobre os direitos humanos em Cuba e, conseqüentemente, das emendas apresentadas ao texto, por entender que o tratamento de situações de países, no âmbito da CDH, não deve ser marcado pela seletividade ou ser objeto de politização. Não cremos que atitudes que levam ao isolamento, como embargo econômico sem respaldo em decisão multilateral, sejam produtivos.

O Brasil deseja reiterar a importância que

atribui aos direitos humanos, para cuja defesa, promoção e proteção são essenciais tanto a adesão plena e universal aos instrumentos multilaterais, quanto o diálogo com a sociedade civil e com os mecanismos internacionais, sobretudo os da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Julgamentos baseados em ritos judiciais sumários em Cuba, inclusive os que levariam à aplicação de penas capitais, são causa de forte preocupação para o Brasil. Reafirmamos nossa posição contrária à pena de morte, bem como a necessidade da estrita observância, por todos os países, dos princípios de direito de defesa ampla, em processos judiciais transparentes. No nosso continuado diálogo com o Governo desse país, estaremos expressando, de forma clara, esses pontos de vista."

Comunicado conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada (28.04.03).

Atendendo a convite do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, acompanhado de membros de seu Gabinete ministerial, realizou uma visita de trabalho a Brasília, em 28 de abril de 2003. O Presidente da Bolívia esteve acompanhado do ex-Presidente boliviano, Sr. Jaime Paz Zamora, e dos Ministros das Relações Exteriores e Culto, Fazenda, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Econômico, Serviços e Obras Públicas, Mineração e Hidrocarbonetos, Educação, Saúde e Esportes, e Assuntos Camponeses, Indígenas e Agropecuários, os quais mantiveram, com seus contrapartes brasileiros, os Ministros

das Relações Exteriores, Casa Civil, Fazenda, Educação, Saúde, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Transportes, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Turismo, reuniões objetivas e produtivas.

2. Os encontros entre os Presidentes e os Ministros evidenciaram que as relações entre os dois países alcançaram elevado nível de entendimento político e grande importância econômica, os quais se mantêm há várias décadas, reafirmando a qualidade da aliança estratégica entre ambos os países.

3. Os Presidentes examinaram detidamente os principais temas da realidade internacional e concordaram com a necessidade de reafirmar o multilateralismo e promover a reforma das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança. Nesse sentido, o Presidente Sánchez de Lozada declarou o apoio da Bolívia a que o Brasil integre o Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente.

4. Analisaram a situação política regional, havendo concordado em que a normalidade constitucional e o exercício da soberania, pelos países sul-americanos, são marcos fundamentais para os respectivos Governos.

5. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com a democracia e a justiça social, vias pelas quais deve transitar a solução dos eventuais problemas políticos e a inclusão social de suas populações.

6. No âmbito do diálogo entre os Presidentes e seus Ministros, coincidiram sobre a visão comum de cooperação e integração que sustenta as relações bilaterais, destacando como pilares indispensáveis a complementação das economias de ambos os países, a integração física e energética, a

promoção do comércio, o turismo, o incremento dos investimentos, o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente, o combate ao narcotráfico e a promoção dos direitos humanos.

7. Os Presidentes assinalaram a prioridade atribuída pelos dois Governos à integração sul-americana, tanto na vertente econômico-comercial como na de infra-estrutura física. A visão de uma América do Sul concatenada nos seus laços econômicos, sociais e culturais traduz, para os dois países, a possibilidade de atender ao interesse de suas populações, aliando crescimento e justiça social.

8. Destacaram o combate à fome e à pobreza como elementos essenciais de sua visão de desenvolvimento, inclusive por meio da implementação de políticas eficazes de saúde, emprego e educação. Manifestaram, igualmente, seu interesse de cooperar em políticas de proteção social em áreas educacionais, a exemplo do programa Bolsa Escola, dos currículos de nível secundário, e da formação técnica e tecnológica.

9. Constataram o progresso verificado na relação Brasil-Bolívia, que decorre, em grande parte, do projeto de integração física, o qual constitui exemplo para o seguimento dos objetivos delineados pelos Presidentes da América do Sul na Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

10. Os Presidentes referiram-se à importância particular da integração na área de energia e do comércio de gás para uma parceria estratégica entre os dois países, impulsionada pela idéia de que o comércio de gás deverá trazer prosperidade para ambos e ser fundamentado em um relacionamento sólido, de cooperação e igualdade. O contrato de compra e venda de gás entre a Petrobras e

a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) será encarado como um projeto de longo prazo, cujo desenvolvimento dependerá de um esforço de ambos os países.

11. Os mandatários saudaram, nesse contexto, os resultados da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia de Energia, realizada em La Paz no dia 23 de abril de 2003. Na ocasião, a parte brasileira garantiu a manutenção dos níveis de renda gerados pela exportação de gás boliviano. Além disso, propôs a promoção de programas de desenvolvimento do mercado brasileiro de gás nos segmentos industrial, comercial, automotivo e de transporte público, bem como um exame dos vários componentes do preço do gás e seus volumes contratados, para, desta forma, melhorar sua competitividade. Igualmente, destacaram os benefícios proporcionados ao meio ambiente por meio do uso do gás natural.

12. Destacaram a importância dos grupos de trabalho binacionais, criados na IV Reunião da Comissão Mista, os quais realizarão o seguimento das decisões então acordadas. Salientaram, igualmente, as ações destinadas a gerar valor agregado para o gás, mediante estudos de viabilidade técnica e econômica de um pólo petroquímico binacional na região da fronteira, a produção de fertilizantes e a conversão do gás em líquidos, bem como o intercâmbio de energia elétrica. Com esse fim, os Governos darão todo o apoio necessário e coordenarão a participação das empresas envolvidas nos referidos empreendimentos.

13. Os Presidentes consideraram importante a criação de uma Comissão específica para a análise, em todos os seus aspectos, do aproveitamento do rio Madeira.

14. Tendo presente a importância da Bolívia como Estado Associado do

MERCOSUL, os Presidentes concordaram quanto à oportunidade de acelerar a liberalização comercial no âmbito do Acordo de Complementação Econômica 36, em especial no que tange aos benefícios que poderão advir para as exportações bolivianas.

15. No contexto do Acordo-Quadro CAN-MERCOSUL, de dezembro de 2002, reiteraram a necessidade de avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina de Nações e o MERCOSUL, com a finalidade de consolidar um espaço econômico sul-americano integrado, antes de 31 de dezembro de 2003.

16. Concordaram em desenvolver esquemas para a atração de investimentos brasileiros no âmbito do aproveitamento de programas bolivianos de exportações, e outras vantagens comparativas. Também convieram em reexaminar as condições do comércio bilateral, com vistas a estimular e diversificar o fluxo comercial, inclusive o fronteiro, entre os dois países.

17. Manifestaram interesse em que o Brasil e a Bolívia desenvolvam cooperação na área do turismo, especialmente para criar um projeto de eco-turismo na região do Pantanal. A parte brasileira concordou, ainda, em repassar sua experiência de municipalização do turismo.

18. Os Presidentes manifestaram sua satisfação diante da assinatura do Acordo Bilateral que permitirá a construção da ponte entre a cidade boliviana de Cobija, no Departamento de Pando, e Brasiléia, no Estado do Acre.

19. Os Presidentes concordaram quanto à importância da utilização recíproca dos aeroportos de Cobija e de Rio Branco, analisando a possibilidade de convertê-los em aeroportos internacionais.

20. Os Presidentes ressaltaram a alta pri-

oridade que atribuem à conclusão das obras de ligação rodoviária, regional e binacional, com ênfase sobre o trecho Corumbá-Santa Cruz de la Sierra para fins do desenvolvimento econômico na região. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil examinará, em conjunto com a Corporação Andina de Fomento (CAF), mecanismos de financiamento para estes e outros projetos de interesse binacional.

21. Nesse sentido, os dois Presidentes concordaram em determinar que se analisem mecanismos de financiamento pelo BNDES, em montante de até US\$ 600 milhões de dólares, a obras de infra-estrutura na Bolívia que contribuam aos projetos de integração, em termos e prazos compatíveis com as necessidades bolivianas.

22. Destacaram a relevância da Hidrovia Paraguai-Paraná para o desenvolvimento das grandes regiões localizadas em sua área de influência, em particular para a Bolívia, por representar uma saída livre ao Oceano Atlântico.

23. Da mesma forma, no âmbito do processo regional de integração fronteiriça que vêm levando a cabo os dois países, os Presidentes respaldaram as iniciativas destinadas ao desenvolvimento de programas e projetos conjuntos que beneficiem de forma integral as populações e localidades vizinhas.

24. Os dois Presidentes saudaram a instalação, em Brasília, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a qual constitui valioso mecanismo de coordenação política e de canalização de recursos extra-regionais para projetos de interesse dos dois países, na busca do desenvolvimento sustentável da região.

25. Os Presidentes salientaram a importân-

cia da coordenação de posições dos países sul-americanos nas negociações econômico-comerciais internacionais, na Organização Mundial do Comércio e no processo de conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas. A esse propósito, destacaram a importância de que as negociações da ALCA se dêem de forma equilibrada e equitativa, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério, bem como os objetivos estratégicos e de política econômica necessários para superar as enormes carências sociais que se agravaram em anos recentes, e a necessidade de solucionar tais desequilíbrios por meio da elevação dos níveis de comércio.

26. Manifestaram sua satisfação ao constatar os grandes avanços, pelas equipes técnicas do dois países, que permitem prever a conclusão, no próximo mês de maio, do processo de cancelamento da dívida boliviana com o Brasil.

27. Os Presidentes manifestaram satisfação com o desenvolvimento do programa de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia, que inclui prioritariamente projetos nas áreas da agricultura, educação, saúde, meio ambiente, pequenas e médias empresas, dentre outros. Assinalaram, igualmente, a necessidade de avançar em processos de cooperação técnica para o controle de doenças transmitidas por vetores, tuberculose, e para o fortalecimento da gestão municipal na área da saúde. Tomaram nota, com grande interesse, da assinatura, por ocasião da visita do Presidente da Bolívia, dos Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para a implementação dos projetos “Sistema Eletrônico de Contratações Estatais”, “Legislação de Recursos Hídricos”

e “Prevenção e Controle de Enfermidades Sexualmente Transmissíveis, Vírus de Deficiência Imunológica Humana e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (ITS/HIV/SIDA) na Bolívia”.

28. Os Presidentes registraram com igual satisfação a assinatura, durante a visita presidencial boliviana, de Acordo Bilateral para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados.

29. De forma a aprofundar a cooperação bilateral para a coibição do tráfico de entorpecentes, os Presidentes instruíram os órgãos competentes de seus Governos a convocar, para o segundo semestre de 2003, a Comissão Mista Antidrogas constituída no âmbito do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência. Expressaram sua disposição em negociar um novo acordo bilateral que leve em conta, particularmente, os compromissos de responsabilidade compartilhada e de desenvolvimento alternativo da comunidade internacional contidos na Declaração política do XX Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da ONU.

30. No âmbito dos mecanismos de cooperação nas áreas de meio ambiente, segurança e defesa, os Presidentes acordaram o acesso progressivo da Bolívia às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com o propósito de lograr a plena integração boliviana ao sistema, sem prejuízo de possíveis aplicações em outros campos da relação bilateral.

31. Os Presidentes concordaram em buscar uma intensificação da cooperação entre os dois países em matéria de defesa.

32. Os Presidentes afirmaram a importância de promover o intercâmbio comercial de

gado bovino e seus produtos, e a necessidade de erradicar a febre aftosa na região, de acordo com o Plano Hemisférico de Erradicação desta epizootia.

Concordaram, também, em retomar as negociações para a celebração de acordo, entre os dois países, em matéria de saúde animal e sanidade vegetal, bem como em incentivar ações de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo.

33. Os Presidentes manifestaram satisfação ante a possibilidade de utilização das linhas de financiamento ao comércio exterior brasileiro para fornecimento de máquinas agrícolas e de equipamentos de irrigação na Bolívia.

34. Ao agradecer as atenções e deferências de que foi objeto, juntamente com sua comitiva presidencial, por ocasião de sua permanência em Brasília, o Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada estendeu convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para realizar visita à Bolívia, o qual foi aceito com satisfação.

Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Oriental do Uruguai, Jorge Battle, em visita de trabalho ao Brasil (12.05.03).

1. A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Oriental do Uruguai, Jorge Batlle Ibáñez, realizou visita de trabalho a Brasília, em 12 de maio de 2003. Esteve acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro da Pecuária, Agricultura e Pesca, do Ministro da Indústria, Energia, Mineração e Turismo, e do Ministro dos Transportes e Obras Públicas, os quais mantiveram com seus contrapartes

reuniões substantivas com resultados produtivos.

2. Os Presidentes avaliaram o estado das relações bilaterais, ressaltando os excelentes vínculos de amizade que unem ambos os povos e renovando os laços de cooperação mútua e boa vizinhança.

3. Reafirmaram o compromisso de seus respectivos Governos com o fortalecimento da democracia e congratularam-se pela crescente consolidação da estabilidade política na região.

4. Os Presidentes expressaram confiança de que este quadro institucional, juntamente com a gradual recuperação econômica dos países da região, possa constituir, no contexto latino-americano e internacional, uma base propulsora para a consolidação da América do Sul como espaço integrado, próspero, democrático e com maior presença no mundo.

5. Nesse sentido, enfatizaram a importância dos projetos de integração física na América do Sul e reiteraram o apoio de ambos os Governos aos trabalhos no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ressaltaram a necessidade de buscar, junto às instituições de financiamento internacional, que os investimentos sejam tratados separadamente das contas públicas, e lograr o financiamento ou garantias que viabilizem a infra-estrutura de integração e do desenvolvimento da América. Ambos os Presidentes concordaram que o tema possa ser levantado pelo Brasil na próxima reunião com o G-8, em Evian.

6. Os Presidentes reafirmaram a prioridade do MERCOSUL para ambos os países e salientaram a sua relevância como instrumento para a inserção de seus Estados Partes na economia global, bem como para a promo-

ção do desenvolvimento econômico e social de seus povos. Reafirmaram o empenho de seus Governos em continuar trabalhando pelo aumento dos fluxos comerciais intrazona, pela consolidação da União Aduaneira, bem como em dar os passos indispensáveis em direção ao Mercado Comum.

7. Manifestaram a intenção de fortalecer a agenda social nos âmbitos bilateral e do MERCOSUL, com a participação da sociedade civil em todas as iniciativas que, ao contribuir para o aprimoramento dos laços de cooperação entre o Brasil e o Uruguai, tenham impacto efetivo no crescimento sustentado das economias, com benefícios sociais correspondentes.

8. Assinalaram a importância da manutenção e do fortalecimento da unidade do MERCOSUL em todas as negociações econômico-comerciais internacionais, como, por exemplo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, dos entendimentos com a União Européia e no processo para a conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas, com o objetivo de alcançar resultados concretos que atendam às particularidades e necessidades de todos os Estados-Partes, preservando a competitividade de seus setores produtivos e contribuindo para aumentá-la.

9. Reconheceram, nesse sentido, que as negociações comerciais externas do MERCOSUL, no âmbito tanto multilateral quanto regional, constituem desafio para a coesão dos Estados-Partes e o aprofundamento dos temas que constam da agenda interna do MERCOSUL.

10. Reiteraram seu empenho em avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, conforme previsto no Acor-

do-Quadro MERCOSUL – CAN, de forma a contemplar os interesses de todas as partes de ambos os blocos, com o fim de estabelecer um espaço integrado sul-americano antes de 31 de dezembro de 2003.

11. Coincidiram em dinamizar os trabalhos de coordenação macroeconômica do MERCOSUL, a fim de assegurar aos Estados-Partes condições mais seguras de crescimento equitativo e sustentável, levando em conta as diferenças de escala das respectivas economias.

12. Indicaram a necessidade de intensificar a integração das cadeias produtivas no MERCOSUL, com vistas ao incremento de sua competitividade internacional e do nível de emprego em todos os Estados-Partes. Coincidiram em que os resultados dessas atividades devem caracterizar-se por um equilíbrio na distribuição do aumento de valor agregado entre os quatro países. Registraram, com satisfação, a recente instalação do primeiro Foro de Competitividade do MERCOSUL para o setor de madeiras e móveis. Renovaram, nesse sentido, a disposição de seus Governos em avançar na identificação de novos setores, bem como estimular iniciativas em curso entre os setores privados com o mesmo propósito.

13. Congratularam-se pelos avanços alcançados em matéria de promoção comercial conjunta, em especial no âmbito das Reuniões Especializadas de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL. Incentivaram sua constante dinamização e expansão, a partir do aproveitamento eficiente das instalações do Centro de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL, em Berlim, e por meio da organização de novas missões comerciais do bloco a terceiros mercados.

14. Os Presidentes assinalaram a priorida-

de que concedem às negociações comerciais multilaterais no âmbito da OMC, com vistas à Rodada para o Desenvolvimento acordada em Doha. Nesse sentido, manifestaram seu firme compromisso para que, antes e durante a próxima reunião ministerial a celebrar-se em Cancún, sejam alcançados avanços em todas as áreas de seu interesse.

15. Renovaram o empenho de seus Governos pela liberalização do comércio agrícola internacional, por meio tanto da redução substancial das barreiras hoje existentes para o acesso dos produtos agrícolas de interesse do MERCOSUL aos principais mercados, quanto por meio da diminuição das medidas de apoio interno, bem como, ainda, pela total eliminação dos subsídios às exportações agrícolas em todas as suas formas. Notaram o impacto negativo, sobre os produtores da região, causado pelo ingresso de produtos subsidiados de outras regiões do mundo. Comprometeram-se a tratar do tema no âmbito do MERCOSUL, com o objetivo de buscar, com a maior urgência possível, mecanismo que evite aquele problema.

16. Concordaram com a importância de que se reveste a cooperação regional para a erradicação de epizootias, tais como a febre aftosa, que trazem prejuízos significativos para as economias de cada país, e expressaram seu apoio e estímulo ao progresso de iniciativas como a da constituição do Conselho Agrícola do Sul, composto pelos Ministros da Agricultura do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, que se reunirá pela primeira vez em fins de maio, em Brasília. Manifestaram, também, seu apoio e estímulo à criação de Comitê Veterinário Permanente dos países do MERCOSUL, Bolívia e Chile. Registra-

ram com agrado o elevado nível de cooperação existente entre as autoridades sanitárias dos dois países. Enfatizaram a importância de que o intercâmbio comercial de produtos de origem animal entre os dois países se dê em bases mutuamente satisfatórias, de acordo com os padrões de sanidade animal reconhecidos internacionalmente.

17. Concordaram em unir esforços para aprofundar a liberalização do comércio bilateral e no MERCOSUL, com vistas a assegurar a livre competitividade das mercadorias, assim como melhorar as condições para seu trânsito fluido nas fronteiras, aperfeiçoando os procedimentos administrativos e alfandegários.

18. A propósito, os Presidentes decidiram que as autoridades competentes nos dois países intensificarão seus contatos, com o objetivo de dar solução rápida e efetiva a problemas pontuais que afetem o comércio bilateral.

19. Reforçaram a importância de ser incentivada, pelas autoridades dos dois países, a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, como mecanismo de liquidação das operações comerciais, de forma a dinamizar e priorizar as relações bilaterais.

20. Os Presidentes reiteraram a importância de estimular o aumento dos investimentos brasileiros no Uruguai, incluindo o aproveitamento dos novos mecanismos disponíveis no Brasil, tais como as facilidades de financiamento do BNDES. A propósito, registraram com satisfação planos recentemente anunciados de expansão de empreendimentos privados brasileiros no Uruguai na produção de malte, na indústria frigorífica e na mineração de quartzo e beneficiamento de silício. Com

relação a este último empreendimento, a parte uruguaia manifestou que seria essencial contar com financiamento no montante 50 milhões de dólares. O Presidente Lula manifestou a disposição de apoiar essa solicitação.

21. Concordaram com a relevância de se incentivar a criação de empreendimentos conjuntos de empresas brasileiras e uruguaias, inclusive com o apoio de linhas de financiamento do BNDES, disponíveis para essa finalidade.

22. Os Presidentes reconheceram que a cooperação fronteiriça constitui um dos principais vetores do fortalecimento do relacionamento entre o Brasil e o Uruguai. Assinalaram que a “Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço”, instituída em abril de 2002, apresenta-se como instrumento privilegiado para a solução dos problemas das comunidades que vivem na área de fronteira, estimadas em 720 mil pessoas. Determinaram que, ao longo de 2003, sejam promovidos avanços concretos nos planos de ação nas diferentes áreas de cooperação fronteiriça – saúde, educação, cooperação policial e judiciária, meio ambiente, saneamento, redução da oferta e demanda de drogas e combate ao abigeato. Os resultados já obtidos deverão ser avaliados por uma Reunião de Alto Nível, ainda no primeiro semestre do corrente.

23. Ressaltaram a importância das relações tradicionais mantidas pelo Uruguai com os Estados brasileiros, em especial os da Região Sul. Assinalaram, ainda, a relevância de iniciativas como a visita a Montevideu de missão governamental e empresarial do Estado do Rio Grande do Sul, realizada nos dias 10 e 11 de abril, visando a incentivar o envolvimento dos

órgãos governamentais e privados de nível estadual no processo de integração regional, e contribuir para o adensamento das relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países, assim como a visita que o Presidente Batlle fará àquele Estado nos dias 5 e 6 de junho próximo. Manifestaram sua preocupação pela integração rodoviária da BR-471 e a ligação dela com a Ruta 9 do Uruguai, pela cidade do Chuy, e reafirmaram seu caráter de via de comunicação internacional. Também salientaram a necessidade de encontrar soluções para o restabelecimento das condições normais de circulação naquelas vias.

24. Os Presidentes manifestaram sua satisfação pela retomada dos entendimentos relativos à integração elétrica entre os dois países na fronteira Rivera/Santana do Livramento, e concordaram com a conveniência de se retomarem os estudos e entendimentos relativos à possibilidade de construção da represa de Talavera e à eventual extensão do gasoduto “Cruz del Sur” até o Estado do Rio Grande do Sul.

25. Os Presidentes, tendo em mente a importância do turismo como uma das principais atividades econômicas geradoras de emprego, manifestaram a disposição de seus Governos de intensificar a cooperação bilateral nesta área e a coordenação das atividades de promoção no âmbito do MERCOSUL.

26. Os Presidentes manifestaram satisfação com o reinício do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Uruguai, e reiteraram a necessidade de intensificar as ações conjuntas de ambos os Governos no âmbito do Acordo Básico de 1975 e do Memorandum de Entendimento de 2002. Tomaram nota, com interesse, dos resultados de missão técnica realizada pela Agência Brasileira de Cooperação, no Uruguai, em maio de 2003,

com vistas à identificação e prospecção de projetos nas áreas de meio ambiente e agricultura, aos quais decidiram conferir prioridade.

27. Anunciaram, também, a realização de missão multidisciplinar, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação, no segundo semestre do corrente ano, com vistas à inclusão de projetos nas áreas de educação, saúde, trabalho e emprego, apoio a pequenas e microempresas, dentre outras, na pauta do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Uruguai.

28. Manifestaram interesse no desenvolvimento da cooperação bilateral nas áreas de aquicultura e pesca, com ênfase nas espécies oceânicas compartilhadas.

29. Os Presidentes coincidiram em incentivar a utilização eficiente do sistema fluvial da Bacia Paraguai-Paraná, Cáceres-Nueva Palmira, incrementando o uso de via de transporte natural que se constitui em ferramenta de relevância estratégica para facilitar o intercâmbio regional e extra-regional e favorecer o desenvolvimento sustentável dos países ribeirinhos. Consideraram que o desenvolvimento de infra-estruturas portuárias em Nueva Palmira contribuirá para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

30. Congratularam-se pelo início da execução do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani e pela instalação de sua Secretaria-Geral em Montevidéu, em março último.

31. Ao ressaltarem a importância política, jurídica e econômica da determinação do limite exterior das respectivas plataformas continentais, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concordaram em prosseguir a coordenação de ações entre os organismos técnicos do Brasil e do

Uruguai encarregados daquela determinação, intercambiando as informações pertinentes e concedendo-se mútuo apoio.

32. Os Presidentes manifestaram preocupação com as ameaças representadas, nos âmbitos nacional, regional e internacional, pelo terrorismo, pelo narcotráfico e pelo crime organizado em todas as suas formas.

33. Ao avaliarem a conjuntura internacional, os Presidentes reiteraram seu firme compromisso com os princípios do Direito Internacional, com a solução pacífica dos conflitos, com a proteção e promoção dos direitos humanos, com a promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e com o reforço do multilateralismo. Reafirmaram o papel central das Nações Unidas e do Conselho de Segurança nas relações internacionais como o principal instrumento universal para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

34. O Presidente Batlle manifestou ao Presidente Lula que, caso se decida a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tal ampliação deve incluir o Brasil nessa categoria.

35. O Presidente Jorge Batlle Ibáñez agradeceu a hospitalidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, convidou o Presidente Lula a visitar a República Oriental do Uruguai.

Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Presidente eleito da Argentina, Néstor Kirchner (15.05.03).

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, dia 15 de maio, a seguinte mensa-

gem ao Presidente-eleito da Argentina, Néstor Kirchner:

”Senhor Presidente-eleito,

Ao tomar conhecimento de sua proclamação como Presidente-eleito da Nação argentina, desejo levar-lhe, pessoalmente, e em nome do Governo e do povo brasileiros, os mais calorosos cumprimentos e os melhores votos de felicidades e pleno êxito no exercício de seu mandato constitucional.

Seu mandato será, estou certo, caracterizado pela plena retomada do desenvolvimento econômico e social nessa Nação irmã e por sua participação, cada vez mais intensa, nos esforços de integração em nossa região.

O Brasil vê na aliança estratégica com a Argentina, prioridade de sua política externa, um elemento fundamental para a integração da América do Sul e para o bem-estar de nossos povos. Com a intenção de reafirmar esse compromisso com Vossa Excelência e com o povo argentino, terei a honra e a satisfação de levar-lhe pessoalmente estes votos e estas expressões de amizade, em 25 de maio próximo.

Mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República Federativa do Brasil”.

Documento final da Reunião das Unidades de Inteligência de Fronteiras do Mecanismo 3+1 (Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos) sobre a Tríplice Fronteira, em Brasília (21- 22.05.03).

Representantes dos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e dos Estados Unidos da América encontraram-se em Brasília, nos dias 21 e 22 de maio de 2003,

com o objetivo de – nos termos acordados no encontro realizado em Buenos Aires, em 17 de dezembro de 2002 – investigar e analisar possíveis transferências, aportes e contribuições financeiras, canalizados para financiar o terrorismo e/ou organizações terroristas a partir da região da Tríplice Fronteira.

O intercâmbio de experiências, que teve lugar na reunião, mostrou que muito já se fez para desenvolver a moldura jurídica, institucional e administrativa para combater o crime financeiro e a lavagem de dinheiro. Todavia, independentemente da dimensão das economias e do avanço institucional alcançado por cada um dos participantes, há sempre novos desafios a enfrentar. Os países expressaram sua determinação em ampliar a eficiência de ações voltadas para impedir que recursos financeiros sejam destinados a grupos terroristas.

Nesse contexto, as atividades relacionadas ao financiamento do terrorismo merecem particular atenção, requerendo mecanismos específicos de controle. Os países participantes reiteraram seu mais absoluto repúdio ao terrorismo e a toda espécie de ação voltada para seu financiamento, na linha dos compromissos adotados nos instrumentos internacionais de que são signatários e nas determinações das Nações Unidas. Estão igualmente determinados a combater o financiamento do terrorismo e judicialmente punir os indivíduos e entidades responsáveis.

Os países participantes reafirmaram sua disposição de fortalecer a cooperação mútua, bem como ampliar o intercâmbio de dados e informações no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, valendo-se de suas respectivas Unidades de Inteligên-

cia de Fronteiras (UIFs). O intercâmbio de experiências na utilização de novas tecnologias para a identificação de operações suspeitas é, nesse contexto, de particular importância. Os participantes reafirmaram o seu compromisso de valorizar os foros internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e buscar que esses foros atinjam graus crescentes de eficiência.

As experiências de cada um dos países no combate ao crime financeiro, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são diferenciadas, até porque as suas respectivas economias também são diferenciadas e o grau de desenvolvimento de seus mercados de capitais não é o mesmo. É preciso, portanto, que as estratégias de ação estejam em consonância com a realidade econômica e o quadro jurídico e institucional de cada país.

É muitas vezes na identificação de tipologias de lavagem de dinheiro que se torna possível chegar a operações específicas de financiamento do terrorismo. A ação típica eficiente ao combate do financiamento do terrorismo deve estar inserida no contexto mais amplo de combate aos crimes financeiros.

Os países reconhecem que as regiões fronteiriças, por serem áreas de grande volume de operações de câmbio, merecem um esforço especial de supervisão. Ao mesmo tempo, reconhecem que muitas das operações realizadas nas fronteiras têm conexão direta com operações de bancos, instituições financeiras e casas de câmbio situadas em centros financeiros de maior dimensão.

A análise de casos específicos relacionados ao financiamento do terrorismo e à identificação de práticas adequadas mostrou ser um exercício útil para o grupo.

Os países intercambiaram informações so-

bre políticas de controle em áreas vulneráveis de fronteira – abrangendo portos, aeroportos e trânsito em fronteiras secas –, bem como acerca do monitoramento do fluxo de bens, pessoas e valores financeiros.

No que concerne especificamente à fronteira compartilhada por Argentina, Brasil e Paraguai, os três países fizeram apresentações sobre seus sistemas de controle fronteiriço, reconhecendo, todavia, a necessidade de seu constante aprimoramento. Os avanços devem dar-se com base em ações bem definidas, inseridas em programas abrangentes, coerentes e claramente formulados. O transporte transfronteiriço de valores também foi apontado como tema de especial preocupação.

O intercâmbio de informações entre as UIFs e órgãos encarregados da manutenção da ordem é essencial para garantir a segurança das fronteiras e o combate ao crime transnacional. O intercâmbio de informações sobre novas tecnologias disponíveis é também altamente relevante.

Os países manifestaram interesse nas oportunidades de cooperação mútua e capacitação de pessoal. Nesse contexto, a delegação dos EUA apresentou um elenco de oportunidades de treinamento e formação, aberto nos vários órgãos do Governo norte-americano. A delegação brasileira ofereceu, por sua vez, elenco de oportunidades de treinamento e formação para funcionários de inteligência aduaneira e em outras áreas de atividades relacionadas aos trabalhos do grupo. A delegação argentina ofereceu cursos de capacitação em lavagem de dinheiro e transações financeiras suspeitas, entre outros.

Os países reiteraram seu interesse de manter acompanhamento abrangente da cooperação em curso e salientaram a importância de

que os esforços de cooperação possam ser coordenados com as iniciativas em andamento em outras instâncias regionais.

Os países acordaram que a próxima reunião do mecanismo *ad hoc* informal (“3 + 1”) terá lugar em Assunção, Paraguai, em data a ser oportunamente agendada, em fins de 2003.

Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Equador, Lucio Gutiérrez (27.05.03).

1. Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Equador, Lucio Gutiérrez, reuniram-se em Brasília, em 27 de maio de 2003, durante visita de trabalho que o Presidente equatoriano fez a Brasília, a convite do seu colega brasileiro.

2. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com a democracia e a inclusão social, bases para a integração e o desenvolvimento da região.

3. Assinalaram a prioridade atribuída pelos dois Governos à integração da América do Sul, destacando que esta deve ser promovida, no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento, no qual se aliem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

4. Ressaltaram, igualmente, a prioridade atribuída pelos dois Governos ao combate à fome e à pobreza, inclusive por meio da implementação de políticas eficazes de saúde, segurança alimentar, agricultura familiar, assistência social, emprego, educação, direitos humanos e de proteção ao meio ambiente.

5. Identificaram na cooperação bilateral importante instrumento para alcançar o objetivo da integração, em especial a promoção

de parcerias na área social, às quais decidiram conferir prioridade. Tomaram nota, com interesse, dos resultados das missões técnicas setoriais realizadas sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, bem como das iniciativas já previstas e definidas para o futuro próximo. Nesse sentido, foi firmado um Memorandum de Entendimento sobre Políticas Sociais no Âmbito do Programa de Cooperação Técnica que contempla o desenvolvimento de ações em áreas tais como rede de proteção social, saúde, alimentação e nutrição, avaliação de políticas sociais e administração pública.

6. Os Presidentes instruíram as autoridades competentes dos seus países a estabelecerem, com a brevidade possível, um programa de intercâmbio de experiências e assistência técnica em aspectos referentes ao planejamento, à descentralização e aos mecanismos de concertação social e de diálogo, com a participação do Conselho Econômico e Social do Brasil.

7. A fim de intensificar a cooperação bilateral, autoridades dos dois países firmaram os seguintes documentos: Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implantação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade de Resposta do Programa de Prevenção e Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Vírus de Deficiência Imunológica Humana e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (DST/HIV/AIDS) do Equador”; Protocolo de Intenções na Área de Educação; Memorandum de Entendimento sobre Políticas Sociais no Âmbito do Programa de Cooperação Técnica; e Protocolo de Intenções na Área de Distribuição de Benefícios Sociais com uso de Cartão Magnético.

8. Os dois Mandatários instruíram a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto Equatoriano de Cooperação Internacional (INECI), ambos vinculados aos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, a concluir a negociação de um Memorandum de Entendimento para a consolidação institucional do INECI.

9. Reiteraram a importância da integração física de seus dois países, especialmente no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nesse contexto, assinalaram que o Eixo Multimodal do Amazonas permitirá acelerar a integração das regiões amazônica e andina e facilitará a interconexão bioceânica. Recomendaram a realização, com a brevidade possível, de reuniões das instâncias ministeriais e técnicas da IIRSA, nas quais as delegações do Brasil e do Equador promoverão projetos relacionados ao Eixo Multimodal.

10. Os Presidentes saudaram a instalação, em Brasília, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a qual constituirá valioso mecanismo de coordenação política e de canalização de recursos extra-regionais para projetos de desenvolvimento sustentável da região amazônica.

11. Os Presidentes, ademais, reiteraram seu empenho em fazer da OTCA, juntamente com os demais países-membros daquela Organização, um foro privilegiado para o tratamento harmonioso dos temas relativos ao meio ambiente, especialmente no que diz respeito à biodiversidade, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais amazônicos e à proteção dos conhecimentos tradicionais associados.

12. Os mandatários congratularam-se pelos êxitos do projeto “Cooperação Amazônica

para a Construção de Capacidades Locais”, que proporcionou às comunidades amazônicas de ambos os países a consolidação do conhecimento necessário para a gestão sustentável dos recursos naturais da região, bem como de microempresas comunitárias locais.

13. Os Presidentes salientaram a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos nas negociações internacionais sobre temas econômicos e sociais, inclusive na Organização Mundial do Comércio e no processo da Cúpula das Américas. A propósito, concordaram em que as negociações, para alcançarem resultados equilibrados e equitativos, têm de levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério, as estratégias de desenvolvimento nacional e as enormes carências sociais desses países, as quais se agravaram em anos recentes.

14. Reconheceram, também, a importância da agricultura nos dois países para a geração de renda e de empregos, e se comprometeram a trabalhar coordenadamente para que, nas negociações comerciais internacionais, sejam eliminadas as causas de distorção do comércio de produtos agrícolas.

15. Os Presidentes reiteraram a alta conveniência de avançar nas negociações que permitam concluir um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, antes do fim de 2003, conforme previsto no Acordo-Quadro MERCOSUL-CAN, firmado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.

16. Com esse objetivo e ao abrigo do referido Acordo-Quadro, instruíram as autoridades competentes de seus Governos a iniciar, imediatamente, negociações com vistas à conclusão de um acordo de livre comércio entre o

MERCOSUL e o Equador, que possa permitir o aumento dos fluxos comerciais e estimule o acesso mais diversificado e efetivo aos mercados, levando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento dos países.

17. Os Presidentes instruíram os órgãos competentes de seus dois Governos a estudar mecanismos conjuntos capazes de estimular o intercâmbio econômico-comercial bilateral e promover o equilíbrio da balança comercial. O Governo brasileiro está lançando programa de estímulo à participação dos produtos dos países sul-americanos no mercado brasileiro.

18. Os Presidentes manifestaram satisfação com a iniciativa de organização de seminário sobre promoção de investimentos brasileiros no Equador, durante o segundo semestre de 2003. A iniciativa pretende contribuir para o equilíbrio da balança comercial, por meio da identificação de empresas interessadas na captação de investimentos ou na formação de "joint ventures".

19. Os Presidentes consideram importante o prosseguimento dos entendimentos dos órgãos competentes dos dois países, para garantir o financiamento de bens e serviços brasileiros destinados aos projetos e obras de infraestrutura considerados prioritários pelo Governo equatoriano.

20. Reiteraram a importância da utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI, como mecanismo prioritário para a condução das operações comerciais entre os dois países. Por outro lado, os dois mandatários concordaram em buscar concretizar cooperação financeira para a execução de obras de infraestrutura e desenvolvimento, prioritárias para o Governo equatoriano, como o projeto para fornecimento de estações de tratamento de água potável

para comunidades rurais.

21. Com respeito ao projeto hidrelétrico de San Francisco, o Governo equatoriano ratifica seu interesse em executá-lo e, eventualmente, concessionar a operação, para o que se decidiu manter vigente e ativo, embora não operacional, até 31 de dezembro de 2003, o financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, em 13 de abril de 2000, utilizando o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI.

22. Os Presidentes instruíram os órgãos competentes de seus governos a convocar, para o segundo semestre de 2003, a Comissão Mista Antidrogas, ao amparo do Acordo de Cooperação Brasil - Equador para Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 7 de novembro de 1990. Os Presidentes determinaram, também, que sejam ultimadas as providências para a celebração do "Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para o Intercâmbio Operacional entre a Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Equatoriana".

23. Os Presidentes consideraram importante que se divulguem as respectivas culturas nos dois países, no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, de 26 de outubro de 1989, bem como do Ajuste Complementar sobre Cooperação no Campo da Cinematografia e das atividades do Instituto Brasileiro - Equatoriano de Cultura (IBEC), entre outros.

24. Levando em conta que o esporte cada vez mais se materializa como importante instrumento de inclusão social, os Presidentes sali-

entaram a necessidade de desenvolver ações de cooperação bilateral que promovam o acesso a essa garantia fundamental de ambos os povos. Com tal propósito, será negociado, em breve, um Acordo bilateral para implementar um programa abrangente de cooperação por meio do intercâmbio de experiências em matéria de esporte, educação física, recreação, medicina esportiva e outras ciências aplicadas ao esporte.

25. Os Presidentes ressaltaram a importância dos entendimentos na área do turismo, com o objetivo de divulgar coordenadamente roteiros turísticos integrados que coloquem em relevo as riquezas históricas, culturais e naturais dos dois países. Nesse sentido, louvaram o lançamento do projeto de irmanação entre as Ilhas Galápagos (Equador) e o Arquipélago de Fernando de Noronha (Brasil).

26. Os Presidentes ratificaram o compromisso dos dois países com a imediata execução do programa de cooperação acordado no Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, firmado entre os dois países em outubro de 2001, que contempla projetos conjuntos nas seguintes áreas: saúde e nutrição; engenharia; processos industriais; tecnologias da informação e da comunicação; ciências agropecuárias; biotecnologia; e gestão científica e tecnológica.

27. Os Presidentes reafirmaram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e, em particular, com os objetivos do Plano de Implementação da Agenda 21, adotado durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Reiteraram, ainda, seu empenho na implementação efetiva dos direitos dos países de origem sobre seus pró-

prios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A repartição justa e equitativa de benefícios resultantes do acesso, uso e manejo dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado deve ser assegurada como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico de ambas as nações, a valoração e o beneficiamento dos recursos da biodiversidade dos países detentores de megadiversidade. Nesse contexto, a negociação de um instrumento internacional sobre repartição de benefícios, no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica, é de grande importância para o Brasil e o Equador. O fortalecimento das atividades do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil e Equador são membros fundadores, devem ser aprofundadas.

28. Os Presidentes examinaram os principais temas da presente conjuntura internacional, em particular os assuntos referentes ao fortalecimento das normas do Direito Internacional e à necessidade de respeito à Carta das Nações Unidas, com vistas à manutenção da paz e da segurança internacional.

29. Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. Nesse contexto, o Presidente Gutiérrez reiterou o apoio do Equador a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente Lula expressou seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio.

30. Os Presidentes reafirmaram a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacional e o terrorismo, em conformidade com a Carta das Nações Uni-

das e com os instrumentos jurídicos de que são partes o Brasil e o Equador. Recordaram, a esse propósito, que ambos os países vêm trabalhando, de forma permanente, para a consolidação da Zona de Paz e Cooperação da América do Sul, estabelecida pelos Presidentes da região em Guayaquil, em 2002.

31. O Presidente Lucio Gutiérrez destacou a utilidade e a magnífica organização desta Reunião de Trabalho, agradeceu a hospitalidade e atenções recebidas e formulou convite para que o Presidente Lula visite oficialmente o Equador em data a ser acordada.

Comunicado conjunto à imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Dr. Yashwant Sinha, em visita oficial ao Brasil (05.06.03)

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, o Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Dr. Yashwant Sinha, está realizando visita ao Brasil, de 4 a 8 de junho de 2003. Durante a visita, o Ministro de Assuntos Exteriores manteve conversações com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro da Saúde, Senhor Humberto Costa, e também visitou o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem fez entrega de convite do Senhor Abdul Kalam, Presidente da República da Índia, para visitar seu país no começo de 2004.

2. Os Ministros registraram que a visita se realiza logo após o encontro mantido pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-Ministro da Índia, Atal Bihari

Vajpayee, em Lausanne, na Suíça, no último dia 2 de junho.

3. A visita do Ministro Sinha realiza-se em um momento de profundas transformações nas relações internacionais, dando ensejo à troca de idéias sobre variados assuntos da agenda mundial entre os Chanceleres, e permitindo explorar novas oportunidades de cooperação bilateral.

4. O Brasil e a Índia são países em desenvolvimento de ampla dimensão territorial. Enfrentam desafios semelhantes em termos econômicos e sociais. Compartilham pontos de vista similares sobre o sistema internacional e aspiram a maior participação nas decisões políticas, econômicas e financeiras mundiais. Com base em visões e desejos comuns, Brasil e Índia almejam desenvolver e aprofundar a estreita cooperação e consulta que já mantêm nos foros internacionais.

5. O Brasil e a Índia estão entre as maiores democracias do mundo. Ao mesmo tempo em que tratam de desenvolver e aprimorar suas instituições democráticas no plano interno, aspiram a que a democracia prevaleça, igualmente, na ordem internacional. Nesse contexto, os Ministros ressaltaram o papel central das Nações Unidas na preservação da paz e da segurança internacionais. Sublinharam, ainda, a necessidade de estrita observância da Carta das Nações Unidas e dos princípios e normas do Direito Internacional.

6. Brasil e Índia concordaram que o funcionamento das Nações Unidas deveria ser mais democrático e que o Conselho de Segurança deveria ser ampliado para ser verdadeiramente representativo dos membros das Nações Unidas. Os países em desenvolvimento, que representam a grande maioria

dos membros da Assembléia Geral da ONU e têm um papel cada vez mais proeminente nos assuntos mundiais, deveriam estar integralmente representados na categoria de membros permanentes no Conselho de Segurança reestruturado. Eles também concordaram que a reforma e a ampliação do Conselho de Segurança deveriam ser parte de uma só iniciativa. Expressaram a opinião de que países como Índia e Brasil são candidatos naturais a um assento permanente no Conselho de Segurança reestruturado. Também crêem que isso deverá ter um efeito positivo sobre os esforços de criação de uma ordem mundial pacífica, justa e igualitária, e tornará o Conselho de Segurança mais representativo, efetivo e legítimo.

7. Brasil e Índia afirmaram a necessidade de respeitar a soberania e a integridade territorial do Iraque. Concordaram que as Nações Unidas deveriam ter um papel importante e tomar rapidamente decisões a respeito da estabilidade, segurança e reconstrução do país. A situação humanitária deveria ser levada em consideração para ir ao encontro das necessidades do povo iraquiano, que deveria ser capaz de decidir sobre o governo que escolherem, o mais cedo possível. Nesse sentido, manifestaram apoio ao papel do Secretário-Geral das Nações Unidas e seu Representante Especial no Iraque e aos esforços multilaterais, sob os auspícios das Nações Unidas, que visam à adoção de medidas urgentes para minorar o sofrimento da população iraquiana.

8. Os Ministros expressaram seu repúdio a todas as formas de terrorismo, que constitui nova e grave ameaça à paz e à segurança internacionais. Manifestaram, também, sua disposição de combater o tráfico de drogas e o

crime organizado, e apontaram a necessidade de continuar o exame urgente de medidas de repressão e prevenção desses fenômenos, com base nas características específicas de cada país e no Direito Internacional.

9. No tocante ao desenvolvimento econômico, os dois Chanceleres expressaram a necessidade de adoção de políticas públicas que contemplem a modernização de suas respectivas economias e o atendimento às legítimas demandas sociais de seus povos. Ressaltaram a necessidade de que os países desenvolvidos adotem, nas negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio e nas negociações regionais, posturas que promovam a liberalização do comércio em bases justas e não-discriminatórias e que venham a corrigir as assimetrias existentes. Da mesma forma, concordaram em que as resoluções da Conferência Internacional de Desenvolvimento Financeiro, realizada em Monterrey, em 2002, devem ser implementadas.

10. Os Ministros reafirmaram o compromisso de seus países com o desenvolvimento sustentável e, em particular, com os objetivos da Agenda 21, acordada durante a Conferência do Rio, em 1992, bem como com seu Plano de Implementação, adotado durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 em Joanesburgo. Manifestaram, ainda, sua esperança de que o Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima entre em vigor proximoamente e possa contar com a participação do maior número possível de países.

11. O Brasil e a Índia reiteraram seu firme empenho na implementação efetiva dos princípios contidos na Convenção sobre Diversidade Biológica, a saber, a conservação da

biodiversidade, o uso sustentável dos seus componentes e a justa repartição de benefícios que advenham da utilização dos recursos genéticos, e conclamaram à cooperação para permitir a todos os países proteger e usar sustentavelmente a sua biodiversidade para o benefício da humanidade. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar o Acordo TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica, bem como a prioridade que dão à negociação de um regime internacional para promover e salvaguardar a justa e equitativa repartição de benefícios, provenientes da utilização de recursos genéticos, no âmbito da mesma Convenção, conforme concordado na Cúpula de Joanesburgo. Nesse sentido, as atividades do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil e Índia são fundadores, devem ser aprofundadas.

12. Os dois Chanceleres expressaram satisfação pela aprovação, no âmbito da Organização Mundial da Saúde, em maio de 2003, da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. Comprometeram-se, igualmente, a envidar esforços para acelerar o processo de ratificação nos respectivos países, bem como o de entrada internacional em vigor, no mais curto prazo.

13. Na agenda bilateral, manifestaram satisfação com o inédito aumento do intercâmbio comercial nos últimos anos, que alcançou, em 2002, o total de US\$ 1,2 bilhão. As estimativas de crescimento para o corrente ano são, da mesma forma, animadoras. As exportações não apenas aumentaram, como também se diversificaram. Os dois Ministros referiram-se à possibilidade da venda, em futuro próximo, de aeronaves da Embraer para o Governo indiano, o que abre perspectivas de cooperação no setor aeroespacial. Da mesma forma, registraram com satisfação a contribuição da indústria farmacêutica indiana com medicamen-

tos de alta qualidade e preços competitivos ao Programa Nacional de Saúde do Brasil e a presença de "joint ventures", no Brasil, nos setores de tecnologia da informação. A presença de empresários na delegação do Ministro Yashwant Sinha é indicativa do apoio que o Governo indiano vem concedendo às iniciativas do setor privado. A adoção, pela Índia, de programa de mistura de etanol à gasolina, semelhante ao PROALCOOL, veio acrescentar possibilidades de cooperação bilateral, em termos de bens e serviços.

14. Concordaram os Ministros em que as relações econômicas e comerciais deverão ganhar dinamismo adicional com a assinatura, em futuro bastante próximo, de dois instrumentos entre o MERCOSUL e a Índia: o Acordo-Quadro e o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas, a serem celebrados, respectivamente, em junho próximo e no segundo semestre de 2003.

15. Os Chanceleres expressaram empenho na continuação dos entendimentos que visam à cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Índia em áreas já identificadas, nas quais ambos os países contam com contribuições relevantes. Essas áreas são: tecnologia da informação, biotecnologia, especialmente no campo da saúde e da medicina, agricultura e genômica. No setor espacial, referiram-se ao Memorandum de Entendimento espacial em vigor entre os dois países e as perspectivas de virem a ser lançados microsatélites científicos brasileiros por veículos lançadores indianos.

16. Tendo em vista a necessidade comum de promover o desenvolvimento social das populações brasileira e indiana, os dois Ministros concordaram em estabelecer intercâmbio sistemático de experiências em matéria de

saúde, educação, geração de empregos, combate à fome e à desnutrição, e assistência social, entre outras.

17. Diante da importância e densidade do relacionamento entre os dois países, e a fim de conferir-lhe maior articulação e dinamismo, os Ministros concordaram em convocar, ainda este ano, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural.

18. O Ministro Yashwant Sinha convidou o Ministro Celso Amorim a realizar visita oficial a Nova Delhi no segundo semestre deste ano.

Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia – Declaração de Brasília (06.06.03)

1. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma e da Índia, Yashwant Sinha, reuniram-se em Brasília, a 6 de junho de 2003, dando prosseguimento a consultas anteriores e após conversações entre os Chefes de Estado e/ou de Governo de seus respectivos países por ocasião da Cúpula do G-8, em Evian.

2. Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul.

3. Os Chanceleres de Brasil, África do Sul e Índia consideraram, em especial, a importância do respeito às regras do Direito Internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da prioridade ao exercício da diplomacia como

meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Reafirmaram a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte Brasil, Índia e África do Sul.

4. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas as categorias. Concordaram em conjugar esforços no sentido de aumentar a eficiência da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

5. Assinalaram que novas ameaças à segurança – tais como o terrorismo, em todas suas formas e manifestações, as drogas e os delitos a elas conexos, o crime organizado transnacional, o tráfico ilícito de armas, as ameaças à saúde pública, em particular o HIV/AIDS, os desastres naturais, o trânsito de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima – devem ser enfrentadas por meio de uma cooperação internacional eficaz, articulada e solidária, nas organizações competentes e com base no respeito à soberania dos Estados e ao Direito Internacional.

6. Os Ministros destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do

meio ambiente. Recordaram que a superação da exclusão social, ao gerar condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento econômico. Os Ministros recomendaram que a troca de experiências de combate à pobreza, à fome e a enfermidades nos três países seria de grande proveito para todos. Reconheceram a importância dos esforços internacionais de combate à fome. Os três países comprometeram-se a estudar um programa trilateral de assistência alimentar.

7. Os Chanceleres enfatizaram a importância, por razões de equidade e de desenvolvimento, de tratar de questões relativas à eliminação de todos os tipos de discriminação racial e de promover a igualdade de gênero e conceder prioridade a uma perspectiva de gênero nas políticas públicas.

8. Os três Chanceleres expressaram satisfação pela aprovação, no âmbito da 56ª Assembleia Mundial da Saúde, da Convenção para o Controle do Tabaco, e comprometeram-se a envidar esforços para ratificar a Convenção no mais breve prazo possível. Comprometeram-se, ademais, a promover o principal objetivo da Convenção-Quadro – proteger as gerações presentes e futuras das consequências devastadoras do consumo do tabaco e da exposição ao fumo do tabaco.

9. Os Chanceleres identificaram na cooperação trilateral relevante instrumento para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ressaltaram sua intenção de dar maior impulso à cooperação entre eles. Ao assinalar que suas sociedades contam com diversas áreas de excelência em ciência e tecnologia e oferecem oportunidades comerciais, de investimentos, de viagens e de turismo

de largo potencial, destacaram que a adequada combinação de seus melhores recursos gerará desejada sinergia. Entre as áreas científicas e tecnológicas nas quais a cooperação pode ser desenvolvida, incluem-se biotecnologia, fontes alternativas de energia, espaço exterior, aeronáutica, informática e agricultura. Também devem ser exploradas vias de cooperação em matéria de defesa. Os Ministros concordaram em apresentar a seus respectivos Governos a proposta de que as autoridades responsáveis pelas pastas de ciência e tecnologia, defesa, transporte e aviação civil, entre outras, também realizem encontros trilaterais, visando ao estabelecimento de projetos de cooperação concretos.

10. Os Ministros destacaram que as novas tecnologias de informação e comunicação estão transformando o mundo em rápida velocidade e de modo fundamental. Ao mesmo tempo, tem-se processado amplo distanciamento no domínio de tecnologias digitais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que está afetando negativamente a capacidade dos países em desenvolvimento de extrair os melhores benefícios do processo de globalização. Concordaram em intensificar sua cooperação em tecnologias de comunicação e informação, incluindo os esforços e iniciativas internacionais voltados para estreitar a distância no domínio das tecnologias digitais.

11. Em relação aos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável, reconheceram que a Conferência do Rio, e sua Agenda 21, a Cúpula do Milênio e as Cúpulas de Monterrey e de Joanesburgo, e o Plano de Implementação da Agenda 21 contêm diretrizes fundamentais para orientar a ação de seus Governos e iniciativas de cooperação. Reafirmaram que a

Agenda 21 identifica os padrões insustentáveis de consumo e produção como as principais causas da deterioração do meio ambiente global, o que requer a necessária ação, conforme o Programa de Implementação de Joanesburgo. Destacaram, também, sua preocupação com as consequências do aquecimento da atmosfera derivado das emissões de gases de efeito estufa, e encorajaram os países que têm metas de redução das emissões previstas no Protocolo de Kyoto a trabalharem para sua entrada em vigor e plena implementação, bem como instaram a assinar e ratificar o Protocolo os países que ainda não o fizeram.

12. Reiteraram, ainda, seu empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial dos direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do acesso, uso e manejo dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado deve ser assegurada como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico, bem como a valoração e o beneficiamento dos recursos da biodiversidade dos países detentores de megadiversidade. Nesse contexto, atribuíram especial significado à negociação de um instrumento internacional sobre repartição de benefícios, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, como acordado na Cúpula de Joanesburgo. Concordaram, assim, que a atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil, África do Sul e Índia são membros fundadores, deve ser ainda mais valorizada. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar as partes relevantes do Acordo

TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica.

13. Ao acolherem positivamente o crescimento econômico, o aumento do emprego e o desenvolvimento social, bem como a correspondente elevação dos padrões de vida em vários países em desenvolvimento, como resultado de fluxo mais livre de comércio, capital e tecnologia, os Chanceleres do Brasil, da Índia e da África do Sul expressaram sua preocupação de que amplas parcelas da população mundial não se têm beneficiado da globalização. Concordaram que a globalização deve tornar-se uma força positiva de transformação para todas as pessoas e deve beneficiar o maior número de países. Nesse contexto, afirmaram seu compromisso de implementar políticas, programas e iniciativas em diferentes foros internacionais, para tornar os diversos processos de globalização inclusivos, integrativos, humanos e equitativos.

14. Os Ministros lamentaram que os grandes parceiros comerciais ainda estejam movidos por preocupações protecionistas em setores pouco competitivos de suas economias. Sublinharam a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento, e enfatizaram a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a reversão das políticas protecionistas e práticas conducentes a distorções do comércio, mediante a melhora das regras do sistema multilateral de comércio. Reiteraram sua expectativa de que as negociações ganhem novo impulso político e de que seja possível superar os impasses em temas de interesse primordial dos países em desenvolvimento antes da V Conferência Ministerial de Cancún. Além disso, Brasil, Índia e África do Sul deci-

diram articular suas iniciativas de liberalização comercial.

15. Os Chanceleres assinalaram com preocupação a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento às flutuações globais dos preços de matérias-primas. Afirmaram a importância de um sistema internacional de comércio previsível, baseado em regras e transparente, a fim de permitir que os países em desenvolvimento maximizem seu desenvolvimento com ganhos oriundos do aumento de exportações de bens e serviços nos quais têm vantagem competitiva.

16. Dirigiram sua atenção para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento nos anos recentes, como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais. Concordaram em fortalecer sua cooperação no sentido de tornar a arquitetura financeira internacional receptiva ao desenvolvimento, e de aumentar sua eficiência para prevenir e lidar com crises financeiras nacionais e regionais.

17. Reiteraram sua crença em que o sucesso da globalização com equidade requer boa governança, tanto no nível nacional quanto, em particular, no internacional, em reconhecimento ao fato de que, como consequência da globalização, fatores externos tornaram-se críticos na determinação do sucesso ou do fracasso em alcançar o desenvolvimento sustentável.

18. Os Ministros recomendaram a seus respectivos Chefes de Estado e/ou de Governo a realização de encontro de cúpula dos três países. Decidiram, também, intensificar ainda mais o diálogo em todos os níveis, quando necessário, para organizar encontros de funcionários de alto nível e especialistas responsáveis por questões de interesse mútuo.

19. Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum. Com vistas a avançar no tratamento das questões e de todos os outros assuntos resultantes das consultas, os Ministros concordaram ainda em estabelecer uma Comissão Mista Trilateral. Os Ministérios das Relações Exteriores dos três países serão os pontos focais da Comissão Mista Trilateral, e os encontros serão co-presididos pelos três Chanceleres. O trabalho de secretaria será coordenado pelo Secretário responsável por esse tema no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião.

20. Os Ministros decidiram denominar este grupo de “Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul” (IBAS). A convite do Governo indiano, a próxima reunião deverá ocorrer em Nova Delhi, dentro dos próximos doze meses.

Os Ministros da Índia e da África do Sul agradeceram o Chanceler brasileiro pela realização deste primeiro encontro trilateral.

Comunicado conjunto à imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Argentina, Néstor Kirchner (11.06.03).

1. Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Néstor Kirchner, reuniram-se em Brasília a 11 de junho de 2003, durante visita de trabalho que o mandatário argentino realizou a Brasília, a convite de seu homólogo brasileiro.

2. Os Presidentes assinalaram, com satisfação, o ímpeto renovado com que Brasil e

Argentina retomam as consultas bilaterais após a eleição do Presidente Kirchner.

3. Ressaltaram a grande convergência de valores e objetivos que norteiam seus governos, e reiteraram a prioridade que ambos os países atribuem ao MERCOSUL e à integração sul-americana, destacando que esta deve ser promovida, no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se aliem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

4. Verificaram que tal convergência, ao traduzir-se em consultas freqüentes e permanente coordenação política entre os dois governos, fortalece consideravelmente a aliança estratégica Brasil-Argentina.

5. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com a democracia e a inclusão social, bases para a integração e o desenvolvimento da região.

6. Com relação ao MERCOSUL, afirmaram sua disposição de aperfeiçoar a união aduaneira, sobretudo por meio da eliminação, levando em conta critérios de flexibilidade, das exceções à tarifa externa comum, e instruíram os respectivos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum a, em consulta com os demais sócios do MERCOSUL, apresentar propostas neste sentido até o final de outubro próximo.

7. Assinalaram a necessidade de avançar na constituição do Parlamento do MERCOSUL, eleito por voto direto, para o que instruíram suas Chancelarias a coordenar-se com as respectivas seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta, a fim de considerar a questão.

8. Sublinharam a importância da elaboração de normas comuns para evitar os efeitos distorsivos dos subsídios e dos acordos de re-

conhecimento mútuo, e acordaram envidar esforços para, até o final dos mandatos dos dois Presidentes, estabelecer as bases para que o MERCOSUL se transforme em verdadeiro mercado comum.

9. Comprometeram-se a envidar esforços para obter a pronta ratificação dos acordos já negociados em diferentes setores do comércio de bens, com vistas a atingir as metas do Tratado de Assunção. Nesse sentido, os Presidentes instruíram as autoridades competentes para que finalizem com brevidade a negociação do Protocolo de Compras Governamentais e comprometeram-se a esforçar-se por sua posterior ratificação, bem como a do Protocolo de Serviços.

10. Os Presidentes assinalaram a importância de dotar o MERCOSUL das ferramentas produtivas e industriais necessárias para a consolidação do bloco. Nesse sentido, decidiram impulsionar propostas de criação de foros de competitividade em diversos setores, procurando fomentar a produção em escala regional, a exemplo do que vem sendo feito no setor de madeiras e móveis.

11. Dada a importância dos investimentos produtivos para o desenvolvimento, assinalaram a necessidade de dotar o MERCOSUL de instrumentos e mecanismos de garantia e promoção dos investimentos intra-zona.

12. Sublinharam a necessidade da pronta entrada em vigor do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, instrumento que propiciará maior segurança jurídica ao processo de integração regional e maior respeito aos compromissos assumidos no processo de integração.

13. Assinalaram a importância de progredir em um projeto de procedimento ágil para a aplicação daquelas decisões do MERCOSUL – que não requeiram tratamen-

to legislativo nos Estados-Partes – como meio de assegurar eficácia aos compromissos do MERCOSUL e garantir a segurança jurídica dos Estados-Partes, do setor privado e da sociedade em seu conjunto.

14. Reafirmaram a importância de adequar a estrutura institucional do MERCOSUL à fase atual de integração, por meio do fortalecimento da Secretaria Técnica e do estabelecimento dos órgãos previstos. Convieram, ainda, na utilidade de dar às suas Representações junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) o caráter adicional de Representações junto ao MERCOSUL.

15. Reiteraram a importância da utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI como mecanismo prioritário e dinamizador das operações comerciais entre os dois países. Assinalaram, ainda, a conveniência de promover a prospecção conjunta de mercados externos.

16. Registraram suas melhores expectativas quanto à reunião de cúpula do MERCOSUL, a realizar-se em Assunção, em 18 de junho próximo - a primeira de que participarão, na condição de Presidentes do Brasil e da Argentina -, e trocaram opiniões sobre propostas a serem apresentadas na ocasião, com o objetivo de aperfeiçoar a união aduaneira e fortalecer o projeto político do MERCOSUL.

17. Os Presidentes congratularam-se pelo alto nível de coordenação que tem permitido ao MERCOSUL participar de forma coesa das negociações para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Coincidiram na avaliação de que essa coordenação é fundamental para a defesa dos interesses do bloco nas negociações.

18. Verificaram ampla coincidência de pontos de vista sobre as negociações econômicas multilaterais em andamento. Acordaram con-

tinuar aprofundando a coordenação de posições, especialmente por intermédio das Missões de ambos os países em Genebra, com vistas à preparação da Reunião Ministerial de Cancún e com o objetivo de alcançar decisões que permitam implementar fielmente o mandato negociador acordado em Doha.

19. Assinalaram a importância de os Estados-Partes do bloco continuarem trabalhando de forma coesa e coordenada em negociações externas. Nesse particular, tomaram nota dos avanços nas negociações para um Acordo MERCOSUL-Peru e destacaram a iminente assinatura do Acordo MERCOSUL-Índia, o que reflete a alta prioridade atribuída pelo MERCOSUL à expansão do universo de negociações a parceiros importantes e tradicionais, bem como a credibilidade do bloco em outras regiões.

20. Ratificaram todos os compromissos assumidos nos frequentes encontros bilaterais que se têm realizado.

21. Manifestaram sua particular satisfação com os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Social Brasil-Argentina, e determinaram que o organismo dê continuidade a suas atividades e intensifique os esforços empreendidos pelo incremento da cooperação bilateral nessa área. Nesse particular, instruíram as áreas competentes de ambos os governos a realizar a terceira reunião plenária do organismo no segundo semestre de 2003.

22. Expressaram sua satisfação com os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética. Determinaram ao órgão que dê continuidade a suas atividades, instruindo-o a realizar reunião plenária no terceiro trimestre de 2003, e reafirmaram o interesse prioritário em avançar na integração energética, para o desenvolvimento de uma política comum no contexto do mercado energético regional. Em

particular, serão examinadas as medidas para a construção do gasoduto que complementa a interligação Brasil-Argentina, no trecho entre Uruguiana e Porto Alegre.

23. O Presidente do Brasil agradeceu o apoio argentino à proposta de fortalecimento da atividade parlamentar no MERCOSUL, tanto no processo de integração econômica, como nas áreas política e social do processo.

24. Ratificaram o compromisso de estabelecer um Instituto Monetário para intensificar os trabalhos de coordenação macroeconômica no MERCOSUL, com vistas à possível criação de uma moeda comum, e determinaram às Chancelarias e Ministérios da Fazenda e Economia que intensifiquem os trabalhos com esse objetivo.

25. Reafirmaram o compromisso de iniciar, ainda em 2003, projeto de integração física bilateral que tenha efeito multiplicador tanto para a geração de empregos, como para a integração. Com este objetivo, instruíram os órgãos com responsabilidade sobre a área de infra-estrutura que definam com urgência o projeto a ser implementado.

26. Os Presidentes congratularam-se pelo grau de aproximação atingido entre ambos os países em matéria de cooperação técnica e decidiram convocar, para o segundo semestre de 2003, a II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, estabelecida pelo Acordo de Cooperação firmado entre ambos os países.

27. Destacaram o compromisso de ambos os países de reforçar a aliança estratégica por meio do aprofundamento do diálogo em temas de defesa e segurança. Nesse sentido, determinaram que se realize, em novembro próximo, na cidade argentina de Calafate, reunião do Mecanismo Permanente de Consulta

e Coordenação sobre Temas de Segurança e Defesa. Acordaram, ademais, a realização, em outubro próximo, em Buenos Aires, do Mecanismo de Análise Estratégica.

28. Tendo em vista as afinidades culturais dos dois países, instruíram os órgãos competentes a convocar, para breve, reunião da Comissão Mista de Cultura, com vistas a estabelecer Programa de Cooperação Cultural que fortaleça ainda mais os laços que unem os dois povos nessa área.

29. Ressaltaram a importância da integração fronteiriça para os residentes em áreas de fronteira e instruíram os organismos competentes a adotar medidas concretas em benefício desses cidadãos em matéria de residência, educação, trabalho e saúde. Determinaram a realização, no terceiro trimestre de 2003, de reunião dos órgãos competentes sobre a matéria, a ser coordenada pelas respectivas Chancelarias.

30. Destacaram a importância do financiamento do BNDES para o comércio bilateral e instaram as autoridades competentes a analisar a possibilidade de financiamento de obras de infra-estrutura de interesse comum.

31. Os Presidentes congratularam-se pelo nível de cooperação e intercâmbio de informações atingido em relação à Tríplice Fronteira, que ambos os países compartilham com a República do Paraguai. Renovaram, ademais, o compromisso de continuar trabalhando na prevenção de ilícitos na região.

32. O Presidente Kirchner agradeceu a acolhida fraterna e as atenções recebidas do Governo brasileiro, e convidou o Presidente Lula a visitar a Argentina, em 2003, a fim de dar continuidade à análise de temas de interesse comum e de fortalecer ainda mais os laços de amizade entre ambas as nações. O

Presidente Lula agradeceu e aceitou o convite com grande satisfação e ambos os mandatários acordaram que a visita se realizará até meados de setembro de 2003.

Assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (16.06.03)

O Brasil assinou, em cerimônia realizada hoje, 16 de junho, na sede da Organização Mundial da Saúde em Genebra, Suíça, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Primeiro instrumento multilateral de saúde pública negociado no âmbito da OMS, a Convenção-Quadro tem por objetivo proteger as gerações presentes e futuras contra as devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo do tabaco e da exposição à fumaça do tabaco. Trata-se de instrumento com potencial para mobilizar diversos países, em todo o mundo, a harmonizar suas políticas de saúde e a cooperar na área do controle do tabagismo, ajudando a salvar milhões de vidas.

O Brasil desempenhou papel de liderança durante os três anos que durou a negociação do tratado. O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à época Representante Permanente do Brasil em Genebra, presidiu as negociações da Convenção-Quadro entre outubro de 2000 e novembro de 2001. Sucedeu-lhe o atual representante brasileiro em Genebra, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, a quem coube a presidência do estágio final das negociações, entre março de 2002 e maio de 2003.

A atuação do Ministro Celso Amorim à frente das negociações valeu-lhe a outorga do Prêmio "Liderança no Controle do Tabaco 2003" pela Diretora-Geral da OMS.

O papel protagonista do Brasil esteve sem-

pre embasado na reconhecida efetividade do programa brasileiro de controle do tabaco, considerado exemplar pela OMS. O programa abrange medidas legislativas contra a publicidade, a promoção e o patrocínio de produtos do tabaco, assim como estratégias e ações destinadas a diminuir a aceitação social do hábito de fumar, restringir o acesso de produtos do tabaco a menores, proteger a população do tabagismo passivo e intensificar os programas de apoio para cessação do hábito de fumar.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco estará aberta para assinatura entre os dias 16 e 22 de junho, na sede da OMS, em Genebra e, posteriormente, de 30 de julho de 2003 a 29 de junho de 2004, na sede das Nações Unidas, em Nova York. Na cerimônia de hoje, além do Brasil, outros 27 países e a Comunidade Européia assinaram o tratado.

O texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco deverá ser submetido proximamente ao Congresso Nacional para aprovação, com vistas à ratificação do tratado pelo Brasil. Serão necessárias 40 ratificações para que a Convenção entre em vigor.

ALCA – Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil (SOC) – I Reunião Temática com a Participação da Sociedade Civil, em São Paulo (25.06.03).

O Governo brasileiro atribui grande importância ao aprofundamento do diálogo com a sociedade civil sobre temas de política externa, especialmente no que se refere às negociações comerciais em curso.

Nesse contexto, e por iniciativa brasileira, as reuniões do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Socie-

dade Civil da ALCA (SOC), antes restritas a delegados governamentais, passarão a contar com a participação de representantes da sociedade civil hemisférica. Ao final dessas reuniões, focadas em temas relacionados com a agenda negociadora da ALCA, será elaborado relatório pelo Presidente do SOC, com as deliberações tomadas, o qual será elevado à consideração do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA.

A cidade de São Paulo foi escolhida como sede da primeira reunião temática do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil da ALCA (SOC), que terá lugar em 25 de junho de 2003, no Memorial da América Latina. O tema aprovado foi agricultura.

O Brasil pretende que os debates sejam focados em iniciativas concretas, inclusive por meio do detalhamento das propostas apresentadas pelo MERCOSUL no âmbito das negociações agrícolas da ALCA.

Reformas na Política Agrícola Comum (PAC) (26.06.03).

O Governo brasileiro tomou conhecimento de que os Ministros da Agricultura dos Estados Membros da União Européia decidiram, na data

de hoje, introduzir reformas na Política Agrícola Comum (PAC), com o objetivo de reduzir os níveis de subsídios hoje concedidos aos seus agricultores. É sabido que o protecionismo agrícola europeu e os subsídios bilionários com que a Europa sustenta sua agricultura constituem um dos fatores mais distorcivos do comércio agrícola mundial, com graves prejuízos para países exportadores competitivos, como o Brasil.

As mudanças hoje anunciadas pela União Européia alteram a forma como os subsídios são concedidos, os valores desses mesmos subsídios e sua distribuição entre os diversos produtos. Uma compreensão adequada dessas alterações e de seus efeitos exige análise cuidadosa, o que está sendo feito pelo Governo brasileiro.

De interesse maior para o Brasil, porém, será o mandato negociador que a Comissão Européia passará a ter para as negociações sobre agricultura na OMC, como resultado dessas mudanças. O Governo brasileiro aguarda, portanto, que a União Européia apresente suas novas propostas sobre a reforma do comércio agrícola internacional, em sintonia com os objetivos a que se propõe a Rodada de Doha.

ARTIGOS

O Governo do Presidente Lula defende a paz – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 06.03.03).

Há poucos dias, compareci ao Plenário do Senado Federal, em sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa, para participar de um debate extremamente oportuno sobre a crise do Iraque. Na ocasião, ouvi manifestações unânimes de repúdio à guerra e de apoio à ação do Governo na busca de um equacionamento pacífico da crise, com base no direito internacional e no multilateralismo. Na véspera o Senado aprovava, por consenso, uma moção de apoio à paz mundial, com ênfase no esgotamento de todos os meios pacíficos para assegurar o cumprimento das decisões do Conselho de Segurança e na continuidade do processo de inspeções das Nações Unidas.

A comunidade internacional vê-se, hoje, confrontada com uma situação de guerra ou paz de graves implicações políticas, econômicas, jurídicas e humanitárias. A crise apresenta-se sob dois aspectos: como desarmar o Iraque, em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança, e como lidar com a possível opção militar, sobretudo na falta de uma clara autorização do Conselho de Segurança.

Originalmente, o problema do Iraque foi inscrito na agenda do Conselho de Segurança em função da invasão do Kuwait, em 1990, pelo regime de Bagdá. Uma vez obtida a desocupação do Kuwait, o Iraque foi submetido a um severo regime de sanções, cuja suspensão – segundo a Resolução n.º 687 – ficou sujeita à eliminação de todas suas armas de destruição em massa e certos tipos de mísseis. Seguiu-se uma década de progressos intermitentes, freqüentemente interrompidos por crises. Sérios impasses surgidos em fins de 1998 levavam à redefinição do processo de monitoramento e inspeção levado a cabo pelas Nações Unidas, consignado nas Resoluções n.º 1.284 e n.º 1.441. Após uma interrupção de quatro anos, o Iraque viria a aceitar o retorno dos inspetores em contexto de crescentes pressões internacionais, associadas, direta ou indiretamente, ao pós-11 de setembro. Ao mesmo tempo em que a questão do Iraque tem sido objeto de consideração pelo Conselho de Segurança, assiste-se a escalada militar anglo-norte-americana de amplas proporções no Golfo.

No último dia 24, os EUA, com o co-pa-

trocínio do Reino Unido e da Espanha, fizeram circular projeto de resolução, no Conselho de Segurança, que determina, em seu principal parágrafo operativo, não haver o Iraque aproveitado a oportunidade final que lhe foi oferecida para desarmar-se. A proposta não estipula prazos nem se refere à hipótese de intervenção armada, mas, na prática, sua aprovação será interpretada pelos proponentes como sinal verde para uma ação militar. No mesmo dia, França e Alemanha fizeram circular um memorandum em que detalham um programa de fortalecimento das inspeções. O Conselho permanece dividido. Trava-se uma verdadeira batalha pelos votos que poderiam fazer pender a balança para um ou outro lado.

Importante notar que as resoluções do Conselho de Segurança sobre o Iraque têm por foco principal a questão do desarmamento. Não abordam aspectos relacionados à situação política do país. Como se sabe, no entanto, declarações públicas falam em “mudança de regime”. A falta de confiança no regime iraquiano, que não data de hoje, faz com que os dois aspectos até certo ponto se confundam.

O Brasil não faz parte, neste momento, do Conselho. Embora essa circunstância limite nossa capacidade de influir nas discussões sobre os textos apresentados, ela não nos tem impedido de atuar, com realismo, mas sem desconhecer o interesse que outros países têm demonstrado por nossas posições, com vistas à resolução da crise pela via diplomática. Tanto nos contatos mantidos pelo Presidente da República com dirigentes de países com especial interesse na matéria, quanto em minhas conversas com outros chanceleres, o Brasil tem procurado explorar idéias que permitam superar o atual impasse e viabilizem uma saída pacífica e política para a crise.

A guerra poderá agravar a instabilidade no

Oriente Médio e acirrar as tensões entre o “Ocidente” e o mundo islâmico, com repercussões imprevisíveis para a paz e a segurança internacionais. De um ponto de vista econômico, uma guerra – com ou sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas – afetará negativamente o Brasil em razão dos prováveis aumentos no preço do petróleo e na conhecida aversão ao risco, dos investidores. Uma ação militar eventualmente decidida de forma unilateral abalará seriamente o sistema de segurança coletiva consubstanciado no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Sob o aspecto humanitário, o potencial de sofrimento e desolação que um conflito poderá acarretar é enorme.

Eventuais diferenças de opinião sobre os meios de desarmar o Iraque não devem ser interpretadas como indício de divergência em relação aos objetivos do combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

Permanecemos solidários e firmemente comprometidos com esses esforços.

Mas, enquanto houver esperança de paz – por menor que seja, e até o último minuto –, devemos insistir em que sejam exploradas todas as opções possíveis para evitarmos a guerra.

O Brasil e o “renascimento africano” – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Folha de São Paulo, 25.05.03).

Como declarou o Presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica. Com 76 milhões de afro-descendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o Governo está empenhado em refletir essa cir-

cunstância em sua atuação externa.

Em princípios de maio, realizei um périplo ao sul da África, para iniciar os preparativos da visita que o Presidente tenciona fazer à região em agosto próximo. De regresso, posso afirmar que a África acompanha com grande interesse e expectativa o que se passa no Brasil. Mais do que isso, parece haver uma verdadeira sede de Brasil no outro lado do Atlântico! Findo o regime do “apartheid”, superados os conflitos internos em Angola e Moçambique, as sociedades africanas mobilizam-se para cicatrizar as feridas do passado e lidar com as carências do presente. Trata-se de um verdadeiro processo de renascimento, que não pode deixar de nos sensibilizar.

Nos países onde estive – Moçambique, Zimbábue, São Tomé e Príncipe, Angola, África do Sul, Namíbia e Gana –, deixei claro o compromisso do Brasil com uma renovada agenda política, econômica, social, comercial e cultural com nossos amigos africanos. O Deputado Luiz Alberto (PT-BA) nos acompanhou na maior parte do trajeto, e um grupo empresarial esteve na África do Sul enquanto estive em Pretória. A par das conversas com meus homólogos e outros interlocutores de nível ministerial, fui recebido, em seis das sete capitais visitadas, pelos respectivos Chefes de Estado ou de Governo – gesto que denota a importância atribuída ao diálogo diplomático com o Brasil. No caso de Moçambique, tive também a oportunidade de me encontrar com um dos ícones da luta pela independência daquele país, Marcelino dos Santos. Pude, assim, reunir informações que nos permitirão ampliar a cooperação existente e projetar novas iniciativas.

As sociedades africanas mobilizam-se para cicatrizar as feridas do passado e lidar com as

carências do presente

As perspectivas para o redimensionamento de nossas relações políticas e econômico-comerciais são extremamente promissoras. A título exemplificativo, salientaria algumas das percepções e propostas que trouxe na bagagem. Identifiquei, em Maputo, um grande interesse moçambicano em contar com a participação do Brasil no projeto de exploração do carvão de Moatize, cujo potencial multiplicador de oportunidades não deve ser subestimado. Moçambique deseja desenvolver conosco um programa piloto para o combate à Aids, tema que figurou, também, nos intercâmbios com vários outros líderes.

Os países de língua portuguesa olham para o Brasil como uma fonte de cooperação técnica e prestação de serviços no campo da educação e formação profissionalizante. Existe, também, grande interesse pelos avanços da agricultura brasileira e um desejo de intensificar os contatos voltados ao desenvolvimento rural. São Tomé e Príncipe procura estabelecer parcerias com sócios estrangeiros na exploração de suas riquezas petrolíferas. Além disso, deseja o nosso apoio para a regulamentação do setor. Com a instalação de Embaixada do Brasil em São Tomé, estaremos presentes em todos os integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Após décadas de uma sangrenta guerra civil que devastou o país, Angola vive um novo capítulo de paz e reconciliação nacional. Nas conversas que lá mantive, foi recordado o significativo fato de ter sido o Brasil o primeiro país a reconhecer o Governo angolano, bem como o papel desempenhado pelo Embaixador Ovídio de Andrade Melo nos primeiros momentos do relacionamento bilateral. Angola passa, hoje, por um processo de reconstru-

ção de infra-estrutura, em que a participação de sócios estrangeiros é vista como essencial. Há um número importante de empresários brasileiros em Angola. Suas reivindicações por representação bancária do Brasil em Luanda e por conexão aérea assegurada por companhia brasileira encontram eco junto a nossos colegas africanos e merecem nossa atenção.

O nível de desenvolvimento alcançado pela África do Sul permite que exploremos oportunidades de cooperação em setores como o automotivo, o aeronáutico e o metalúrgico, com possibilidade de estabelecimento de “joint ventures”. Isso sem prejuízo de um esforço redobrado em áreas como a do agronegócio, em que existem comprovadas complementaridades. O Ministro do Comércio, Alec Erwin, quer acelerar os entendimentos para a conclusão de acordo entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral. Existe uma compatibilidade de visões em relação ao quadro internacional, que nos torna aliados naturais na defesa de interesses políticos, comerciais, ambientais, etc., como pude constatar em meus contatos com o presidente Mbeki e a Chanceler Zuma.

O Primeiro-Ministro Ben Gurirab antecipou-

me, em Windhoek, que será inaugurada, em breve, uma embaixada da Namíbia em Brasília. A cooperação naval prestada pelo Brasil deverá ingressar em nova fase, com o levantamento de recursos da plataforma continental Namíbia. No Zimbábue, pude fazer uma avaliação própria da crise institucional do país. Em Gana, onde estive poucas horas, fui recebido pelo Ministro do Turismo, de quem recebi manifestações de interesse por cooperação em agricultura e esportes. Emocionou-me seu relato sobre a existência de uma Casa do Brasil em Acra, capital onde sobrevivem remanescentes de uma comunidade de origem brasileira conhecida como os “Tá-Bom”.

O Itamaraty, em coordenação com diferentes áreas do governo, conta com o setor privado e a sociedade civil para transformar os laços de amizade que nos unem aos povos da África em progresso econômico e social, em benefício mútuo. Os caminhos para a África se reabrem e apontam um reencontro solidário de brasileiros e africanos, em sintonia com a motivação e as aspirações de amplos setores de nossa sociedade.

ENTREVISTAS

Chanceler brasileiro tenta uma solução negociada para a grave crise no país vizinho – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Correio Braziliense, 10.01.03)

Sandra Lefcovich, da equipe do Correio

“Estamos tentando construir algo que seja aceitável tanto para o governo quanto para a oposição da Venezuela, e, principalmente, para o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria. Já há outros países abertos à idéia”.

Oito anos depois de sua primeira gestão, no governo Itamar Franco, o Embaixador Celso Amorim, de 60 anos, volta a ocupar o gabinete do Ministro de Relações Exteriores. De novo, trouxe um sofá de couro preto, comprado pelo ex-Chanceler Luiz Felipe Lampreia, que ele achou mais confortável que o anterior, de vime. Fora os detalhes estéticos – aos quais ele parece ter muito apego, desde sua carreira inicial de cineasta –, Amorim herda oito anos de uma política externa à qual pretende dar nova orientação. Ele não fala em mudanças, mas age. E rápido. O Chanceler está concentrado em sua primeira tarefa: ajudar os venezuelanos. O Brasil quer criar um Grupo de Amigos da Venezuela, que apoiará a Mesa de Negociação do governo e oposição, “um diálogo de surdos”. A negociação da Área de

Livre Comércio das Américas (Alca) também está no topo da agenda do Itamaraty. Mas os prazos podem esperar. “Não seremos escravos do tempo”, adverte Amorim. Leia abaixo os principais trechos da entrevista concedida ao Correio:

CORREIO BRAZILIENSE — Em seu discurso de posse, o Sr. disse que “o risco da guerra volta a pairar sobre o mundo”. Vemos mobilização de tropas norte-americanas e britânicas no Golfo Pérsico. Qual é a posição do novo governo sobre um eventual ataque ao Iraque?

CELSON AMORIM — Nós achamos que o uso da força é um recurso extremo, para ser usado quando há violações flagrantes do direito internacional. As resoluções do Conselho de Segurança da ONU são parte do direito internacional, porque têm força de lei. Então, é muito importante que o Iraque cumpra fielmente as resoluções. Nós temos forte preferência no sentido de que qualquer decisão a ser tomada sobre um eventual uso da força –

achamos que talvez ainda possa ser evitado – tem de ser autorizada pelo Conselho de Segurança.

CORREIO — No mesmo discurso, o Sr. disse que o uso da força é um recurso extremo, que só deve ser usado quando se esgotem outros esforços. O Sr. acha que a ONU se esforçou o suficiente para evitar um ataque ao Iraque?

CELSO AMORIM — Eu acho que nesse caso você tem de confiar na avaliação do Conselho de Segurança. Os países que estão no Conselho não só estão habilitados legalmente para avaliar a situação, mas têm meios que nós não temos para fazer essa avaliação. O Brasil sempre lamentará uma guerra, porque nós preferimos soluções pacíficas, mas nós não podemos ser contra uma decisão que venha a ser tomada pelo Conselho de Segurança.

CORREIO — A guerra parece iminente e pode ter consequências muito graves para o Brasil.

CELSO AMORIM — É verdade. Poderá ter consequências para todo o mundo. Eu acho que há um problema, óbvio, em relação ao petróleo.

CORREIO — O Brasil também está empenhado em criar o Grupo de Amigos da Venezuela. Como será esse grupo? Ele participará da Mesa de Negociação de governo e oposição, mediada pela Organização de Estados Americanos (OEA)?

CELSO AMORIM — Estamos tentando construir algo que seja aceitável tanto para o governo quanto para a oposição da Venezuela, e, principalmente, para o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria. Já há outros países abertos à idéia. Espero que, antes da viagem a Quito (para a posse do presidente Lucio Gutiérrez, no dia 15), a gente possa ter até no papel o

formato de como funcionaria o Grupo. Mas seria um grupo de três ou quatro países da América do Sul, que poderiam ter o apoio de um ou dois países de fora do continente, como houve no caso do Grupo Contadora, na América Central.

CORREIO — O Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, apóia a idéia de criar um Grupo de Amigos? Não esvaziaria o trabalho dele?

CELSO AMORIM — Procurei mostrar ao Secretário-Geral que ele teria mais instrumentos com o Grupo de Amigos. Vemos que a operação de Gaviria lá é quase solitária, quando você tem clima de muita animosidade entre as partes.

CORREIO — O Sr. conversou com o Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, sobre o assunto. Os Estados Unidos se opõem à iniciativa?

CELSO AMORIM — Não posso falar por eles nem entrar em detalhes da conversa. Mas a conversa foi muito amistosa. Ele compreendeu muito bem qual é o nosso interesse, porque a preocupação dele, entre outras, era não minar o trabalho do Gaviria. Mas essa também é nossa preocupação, queremos reforçar, digamos, dar mais braços, à ação do Secretário-Geral da OEA.

CORREIO — A “neutralidade” do Brasil não pode estar comprometida diante do envio de carregamento de petróleo para a Venezuela, feito em dezembro, já que a oposição interpretou a medida como uma intervenção em assuntos internos?

CELSO AMORIM — Nós não fizemos nenhuma intervenção. A nossa preocupação é institucional. É preciso deixar isso muito claro. Na Venezuela há uma crise política, mas não há um estado de beligerância. Não se pode tratar

a oposição como se fosse um movimento insurgente e, obviamente, desejamos que jamais se chegue a isso. Então temos relação com o governo constituído.

CORREIO — Que resultados concretos poderá ter o Grupo de Amigos?

CELSO AMORIM — Há idéias de como encontrar uma solução, mas não adianta tratá-las publicamente. O mais importante é você dar força aos instrumentos que fortaleçam o diálogo. Hoje, existe formalmente essa Mesa de Negociação. Mas é quase um diálogo de surdos, porque um diz que quer eleição amanhã e o outro diz eu não quero nada, a não ser o referendo revogatório. Então, é preciso fortalecer um pouco a negociação e o diálogo. Por que há grupos de amigos na ONU, em guerras civis ou em situações muito piores de que a venezuelana? Porque, em um grupo, há um país que tem uma relação com a oposição, outro com o governo. Assim, em um momento, o Gaviria pode chegar a A, B ou C e dizer: Fulaninho, fala com essa gente que eles estão exagerando. Isso facilita a conversa, até por procuração.

CORREIO — Gaviria disse esta semana que a saída eleitoral seria discutida na Mesa de Negociação. O Sr. acha que a solução para o impasse venezuelano seria encontrar um ponto intermediário entre o referendo de fevereiro, da oposição, e o referendo de depois de agosto, do governo?

CELSO AMORIM — Não quero me pronunciar agora. Mas é importante ver que essa coisa não tem solução mágica. O governo que foi eleito não vai capitular. O Presidente Chávez não vai aceitar isso e não seria bom. Ali a situação é complicada. Não sei quem morreu, quem matou. O que posso dizer é que houve um es-

forço nosso, aqui, no sentido de apoiar o Governo venezuelano naquilo que é legítimo, porque é um governo constituído. Mas, por outro lado, usamos nosso poder de persuasão para que o Presidente Chávez participe de um diálogo e de uma negociação, não de uma posição de confronto. Nossa atitude é estimulá-lo ao diálogo.

CORREIO — Sobre as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Sr. disse que deve adiar a apresentação da proposta inicial para acesso aos mercados de produtos agrícolas, industriais, serviços, investimentos e compras governamentais...

CELSO AMORIM — Eu tenho dito sempre e disse isso ao Robert Zoellick (representante comercial dos EUA) que o conteúdo é mais importante do que os prazos. Se nós pudermos conciliar o conteúdo com os prazos, ótimo. Mas é menos grave você ter um pequeno atraso nos prazos, que uma derrapagem no conteúdo, ter de refazer tudo e retirar a oferta. Vemos que, aparentemente, na agricultura a situação é mais fácil. Mas, na área industrial, precisamos de mais conversa, para ter certeza de onde estamos pisando e se é necessária uma consulta adicional.

CORREIO — Em seu discurso de posse, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que “estará atento para que as negociações comerciais não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento”. Qual é o limite da defesa da soberania na negociação da ALCA?

CELSO AMORIM — Hoje em dia, as negociações da ALCA, Organização Mundial do Comércio (OMC) e União Européia vão muito além das negociações tarifárias. Envolvem, por

exemplo, compras governamentais, políticas de investimentos, propriedade intelectual, serviços. Por exemplo, no setor de serviços, há muitas coisas que dizem respeito à nossa capacidade de regulá-los. Nós podemos negociar alguma abertura, mas a nossa capacidade regulatória tem de ser mantida.

Somos a mistura do Tigre com a Baleia – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (IstoÉ Dinheiro, 13.01.03).

Hugo Studart e Marco Damiani

O novo Chanceler brasileiro começou a vida com aquela turma que achava que poderia virar o mundo com uma câmara na mão e uma idéia na cabeça. Antes de se tornar diplomata, em 1965, tentou ser cineasta do Cinema Novo e chegou a assistente de direção do clássico *Os Cafajestes*. “O cinema me deu sensibilidade para os temas humanos”, disse nesta entrevista à DINHEIRO. Hoje, aos 60 anos, com três filhos cineastas – e ainda louco por cinema – Amorim exhibe um dos currículos mais vistosos da diplomacia brasileira. Já foi ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco – e o único a bisar na Chancelaria. Por duas vezes foi Embaixador nas negociações da Organização Mundial do Comércio, em Genebra. Agora enfrenta o desafio de conduzir uma política externa eficiente nas negociações pela abertura de mercados internacionais, mas coerente com um governo de esquerda, que assumiu pregando que a nação comece a olhar para dentro de si mesma e que, em seus primeiros sinais diplomáticos, aproximou-se de Hugo Chávez, da Venezuela, e do cubano Fidel Castro. “O essencial é que os acordos não nos obriguem a abrir mão do modelo interno de desenvolvimen-

to”, explica.

DINHEIRO – No dia seguinte à posse, o Presidente Lula recebeu Hugo Chávez, em primeiro lugar, e jantou com Fidel Castro depois do expediente. Foram recados para os EUA?

CELSO AMORIM – Você se esquece de dizer que, na véspera, portanto no dia 1º, a primeira autoridade com a qual o Presidente Lula jantou foi o presidente Alejandro Toledo, do Peru. Nisso ninguém vê uma segunda conotação e todo mundo esquece. Já se começa do Chávez. Era evidente que o Presidente da Venezuela, um país que está em dificuldades, precisaria de um tempo maior com o Presidente. Por isso, houve o café-da-manhã. E o jantar com Fidel Castro foi uma coisa amistosa. Eu estava lá presente e praticamente não se discutiu política. O Presidente Fidel Castro falou muito sobre a experiência dos programas sociais em Cuba, elogiou a idéia do Fome Zero e do Analfabetismo Zero. Foi tranquilo.

DINHEIRO – Não seriam gestos capazes de serem interpretados, pelos americanos, como preferências do Brasil por líderes que lhes fazem oposição?

CELSO AMORIM – Um café-da-manhã e um churrasco? Tenha paciência, é claro que não!

DINHEIRO – Em relação à Venezuela, o Brasil não estaria interferindo em problemas alheios?

CELSO AMORIM – Estamos tentando justamente resolver a questão com base no diálogo e no entendimento. É nesse sentido que temos tentado agir, para ajudar.

DINHEIRO – O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, nomeado Secretário-Geral do Itamaraty, é um notório adversário da ALCA. Por que o Sr. o escolheu?

CELSO AMORIM – O Secretário-Geral do Itamaraty já foi meu colaborador antes. É um diplomata de grande capacidade. Foi um dos arquitetos da aproximação Brasil-Argentina, na época do governo Sarney, com o governo Alfonsín. E a política em relação à ALCA está traçada no discurso do Presidente Lula. Aliás, ele já havia se referido a isso nos discursos que fez no Clube de Imprensa, em Washington, e novamente na sua posse.

DINHEIRO – O que muda então na política externa brasileira?

CELSO AMORIM – Essencialmente, muda o ânimo no Brasil, a confiança em nossa capacidade de fazer uma nova agenda internacional e de transformá-la em pontos do nosso interesse. Nesse contexto, prioridade máxima é a América do Sul. E o MERCOSUL é o pilar, o degrau inicial dessa integração que desejamos promover. Outra prioridade paralela é procurar um relacionamento mais dinâmico com grandes países como a Índia, a China, a Rússia e a África do Sul.

DINHEIRO – Relações com os EUA deixam de ser prioritárias?

CELSO AMORIM – De forma nenhuma, não se pode deixar de priorizar o diálogo com a maior potência do mundo. Além de serem nosso maior parceiro comercial e principal motor da economia global, um bom diálogo com eles é essencial se o Brasil quiser exercer o seu peso nas relações internacionais, em todas as frentes, não só a comercial. Ademais, o fato de o Presidente George Bush ter chamado o Presidente Lula para visitá-lo, em Washington, antes da posse, já é uma demonstração da importância que ele atribui ao Governo Lula. Isso dá a base para um diálogo maduro. Não será de igual para igual, pois há uma diferença muito

grande entre as economias, mas maduro no sentido de serem duas nações soberanas, que respeitam seus objetivos próprios, muitos deles coincidentes, outros não. Diálogo maduro significa que quando os interesses não forem coincidentes, nós vamos defender os nossos da mesma forma que os americanos defendem os seus, sem medo de discordar. Disputas comerciais são naturais entre países de relacionamento intenso. O que não podemos é deixar que cada pendência se transforme em um conflito.

DINHEIRO – Onde dá para avançar nas negociações da ALCA?

CELSO AMORIM – Primeiro é preciso negociar com os EUA, com espírito aberto, mas de maneira muito firme. É preciso ver se as coisas que são do nosso interesse estão nessas negociações. Se for para excluir questões como medidas antidumping e as questões ligadas ao protecionismo agrícola dos Estados Unidos, aí uma negociação comercial se torna menos importante para nós. Por isso, todas as ofertas que forem feitas pelo Brasil serão condicionadas. Se não houver o que nos interessa em agricultura, em salvaguardas, em antidumping, por que vamos abrir para eles o setor de compras governamentais, como eles querem? Por que vamos abrir investimentos externos? Vale lembrar, ainda, que a ALCA não é uma negociação apenas tarifária, ou só de barreiras estritamente comerciais. Ela é uma negociação muito mais ampla, e, por isso, merece um exame muito cauteloso e atento da sociedade. Por isso precisamos encará-las sob o prisma de não abrir mão da nossa capacidade de definir o nosso modelo de desenvolvimento.

DINHEIRO – Há um ano, o PT liderava um plebiscito contra a ALCA. Lula chamava o tratado de “anexação”. Isso mudou?

CELSO AMORIM – O que queremos é ouvir a opinião pública para ver quais são os verdadeiros sentimentos da indústria e da agricultura brasileira em relação aos temas específicos que forem colocados. O Governo brasileiro já deixou isso bastante claro na reunião que mantivemos com o secretário Robert Zoellick, por ocasião da posse presidencial. Inclusive comunicamos que faremos a revisão dos prazos de apresentação das propostas, marcados para 15 de fevereiro, para discutir melhor com a sociedade. Ele entendeu nossa posição.

DINHEIRO – E o que muda na forma como o Brasil conduz negociações internacionais?

CELSO AMORIM – As negociações estão sendo muito bem conduzidas em todos os tabuleiros, como a Organização Mundial do Comércio e a ALCA. Mas alguns ajustes terão de ser feitos. Por exemplo, passaremos a fazer balanços das negociações enquanto estiverem em andamento, e não somente no final. Se deixarmos a avaliação para a fase conclusiva, corremos o risco de não poder dizer não, de sermos forçados a assinar ou ficarmos isolados nos acordos multilaterais.

DINHEIRO – Muitos exportadores avaliam o lobby do Brasil junto ao Governo americano como pífio. Como mudar essa situação?

CELSO AMORIM – Eu vivi nos Estados Unidos e sei que é assim mesmo, tudo funciona com lobby organizado. Lobby requer custos altos, que estão fora do orçamento do Itamaraty. Já fazemos ações de lobby setorialmente, na área do aço, por exemplo. O México fez um grande lobby quando estava buscando a integração no Nafta. Foi um projeto nacional muito forte, envolvendo governo e todos os setores econômicos. Precisamos de

fato intensificar os lobbies, mas ressalvo que a ALCA não é um projeto nacional brasileiro, como o Nafta foi para o México.

DINHEIRO – O Sr. atuou ativamente na OMC, ao lado dos empresários Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan, hoje colegas de ministério. Quais as lições dessa atuação conjunta entre diplomatas e empresários?

CELSO AMORIM – A atuação do Itamaraty só tem sentido se for embasada na convicção dos empresários. Não se pode fazer uma política comercial ditada pelo governo. Os diplomatas são especialistas em técnicas de negociação, mas não em suco de laranja, aviões ou calçados. O conteúdo, quem tem de dar é o setor produtivo. Pretendo desenvolver um esquema que permita que alguns diplomatas, inclusive jovens no início de carreira, possam fazer estágios na FIESP, na Confederação da Agricultura e nas entidades produtivas.

DINHEIRO – O Sr., que já foi um intransigente defensor da reserva de mercado em informática, acredita que, hoje, a globalização seja o melhor caminho para o Brasil?

CELSO AMORIM – Nem podemos desprezar o mercado externo, nem ter uma atitude passiva diante da globalização, no sentido de que tudo o que é proposto é favorável, é bom. Estamos vendo, em vários setores, pontos que eram ardentemente defendidos durante a Rodada Uruguai e que hoje são vistos de maneira mais cautelosa. Um exemplo é a patente para remédios, outro são os requisitos de performance para investimentos.

DINHEIRO – Em termos comerciais, qual seria o melhor caminho estratégico para o Brasil: o dos tigres asiáticos, baseado nas exportações, ou o das baleias, Rússia, Índia e China,

com enorme mercado interno para ser conquistado?

CELSO AMORIM – O Brasil é, e tem de ser, a mistura do tigre e da baleia. Só que a ênfase, neste novo governo, não deve ser apenas a de abrir mercados, mas a de avançar na lista de produtos com tecnologia avançada. As nossas exportações, em sua maior parte, são em áreas em que o dinamismo do comércio internacional é decrescente e o protecionismo é grande, como produtos agrícolas e semi-elaborados. O Brasil tem como desenvolver uma indústria criativa. É o país da moda, do futebol, da música popular e do cinema. Sem falar da base tecnológica, que pode ser muito fortalecida. Precisamos vender inteligência agregada.

DINHEIRO – O que sobra para o Brasil, no contexto internacional, neste momento de unilateralismo dos EUA e com a União Européia se fechando em si mesma?

CELSO AMORIM – Você está pintando um quadro muito negro. Parece uma conversa que tive outro dia com pessoas do antigo governo. Eu disse “Puxa, o firmamento tá negro, né?”, e elas responderam brincando: “Mas brilha uma estrela”. Temos de ver as coisas por aí. É claro que o unilateralismo americano preocupa, e, frequentemente, eles têm tomado medidas que são contra as normas da OMC. O remédio é ir à OMC, discutir, brigar. Há um relativo bom retrospecto de cumprimento das decisões da OMC, até mesmo pelos Estados Unidos. Tenho achado, com satisfação, que o unilateralismo norte-americano está mais na retórica do que na prática.

DINHEIRO – Mas até que ponto ainda sobra espaço para o Brasil brigar na OMC e outros órgãos internacionais?

CELSO AMORIM – Se nem todas as negociações têm sido favoráveis a nós, temos de lutar para que sejam mais e mais. Mas temos de saber fazer alianças e articulações sem nenhum tipo de preconceito. Em certos assuntos, estamos aliados a países como a Índia, a China e países africanos. Em outros, fechamos com a Austrália. Por vezes, estamos ao lado da União Européia contra os Estados Unidos; há casos em que estamos com os americanos contra os europeus. Temos de aprender a viver num mundo de geometrias variáveis, descobrindo, em cada assunto, a nossa melhor aliança, e utilizá-la de forma consistente, coerente com os princípios gerais, mas sem preconceitos.

Brasil ampara pequenos para lidar com ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 07.02.03).

Maria Helena Tachinardi

Brasília - É preciso ter noção de responsabilidade, diz o Ministro. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, revelou, em entrevista a este jornal, ontem, que o Brasil precisa “exercer uma certa liderança (no âmbito do MERCOSUL) no melhor sentido da palavra. Essa liderança envolve também um determinado grau de generosidade, o que não quer dizer ser bonzinho, pois precisamos é ter consciência da responsabilidade”.

“Não quer dizer que o Brasil vá abandonar os seus setores”, diz o Ministro. “Mas o Brasil não pode, com relação a países menores, sobretudo Uruguai e Paraguai, agir como se estivesse agindo com a União Européia ou a República da China, que são gigantes.”

Amorim contou que, em sua visita à Argentina e ao Uruguai, nesta semana, pôde verificar

que “uma das dificuldades de ter uma oferta comum reside no fato de que eles precisam colocar uma quantia muito limitada de certos insumos ou equipamentos. Então, precisamos resolver esses problemas com o Uruguai, e não vamos transferi-lo para a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”.

O Chanceler expôs, ontem, na reunião com o conselho estratégico da Coalizão Empresarial, no Itamaraty, como o Brasil chegou a um acordo sobre listas de ofertas do MERCOSUL à ALCA. Celso Amorim destacou que “há uma boa unidade de pensamento entre a classe empresarial e a política de governo acerca das negociações comerciais externas”.

“Às vezes”, disse, “é preciso falar com os empresários para sentir até a linguagem corporal deles e perceber se as coisas estão caminhando em boa direção.” Segundo o Ministro, há divergências naturais entre os empresários – o setor agrícola, por exemplo, quer que os insumos tenham um preço mais baixo.

“O que para um é apenas um insumo, para outro é o produto final”, lembrou.

O Ministro disse que há um consenso sobre a maneira como o governo está conduzindo o processo de ofertas na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e nas negociações entre o MERCOSUL e a União Européia (UE), na área de bens e serviços.

Em compras governamentais, o MERCOSUL acertou um adiamento das listas de ofertas até o início de abril, quando haverá a reunião do bloco.

Agronegócio e têxteis são as duas áreas mais competitivas, neste momento, para fazer parte da ALCA, segundo Amorim. Eletroeletrônicos e químicos, disse, “têm uma certa linha preventiva, porque certas coisas que não são produzidas hoje, têm um peso forte no balanço de pa-

gamentos, como componentes eletrônicos. Disseram-me hoje (ontem) – eu não conferi – que o nosso déficit em componentes eletrônicos é maior do que o volume de exportação brasileira de soja. É uma questão que temos de ver para o futuro. Dá margem para termos uma indústria “nova”. De acordo com o Chanceler, pode surgir uma nova indústria na área de eletroeletrônicos e química fina no Brasil.

A médio prazo, observa Amorim, “talvez tarifa não seja um instrumento fundamental. Temos de pensar cada vez mais nas cadeias produtivas, como elas se entrelaçam. Não só nas relações com os países desenvolvidos, mas no MERCOSUL. Temos de pensar, quando surgir uma indústria nova no Brasil, nos sócios menores do MERCOSUL. Esta é uma maneira de oferecer a eles uma possibilidade de se beneficiar do processo”.

Segundo ele, esta foi uma idéia citada na conversa com os empresários ontem e será aprofundada.

No encontro de ontem, outro assunto tratado foi sobre quando será apresentada a tarifa-base do MERCOSUL. Houve relatos sobre negociações específicas em alguns setores e o representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) falou sobre as conversas com os argentinos e europeus. “A nossa oferta para a União Européia foi mais modesta, mas desejamos ampliá-la”. Amorim tratou, também, com a Coalizão Empresarial, de criterios para medir as ofertas. “Há uma tendência – os europeus são muito vivos, muito conhecedores das técnicas – de a UE se prender ao aspecto formal. Eles dizem que a oferta européia cobre 90% do comércio, mas é preciso saber qual é o percentual coberto pela negociação. É preciso ver o que está na negociação e o que a oferta européia cobre. A outra

questão é fazer um cálculo sobre o nível de proteção efetiva para os 20 maiores produtos brasileiros exportados para os EUA. O que eles estão ofertando para esses 20 maiores produtos.”

O Ministro revelou que há uma discussão sobre se é melhor fazer uma discussão multilateral na ALCA ou bilateral MERCOSUL-EUA. Em alguns pontos, acho que a negociação bilateral Nafta-MERCOSUL (quatro mais um) evitaria certos problemas. Uma das dificuldades que eu senti nas economias menores é a preocupação, por exemplo, de que um outro país da América do Sul, Peru ou Venezuela, venha a se valer de um argumento de indústria nascente que possa afetar o Uruguai. Se você estiver negociando com os EUA, este problema não existe.”

“Porém, por outro lado”, ponderou, “pode haver erosão de preferências sem que se tome conhecimento. É preciso fazer uma análise detalhada, uma coisa simples, com prós e contras”.

“O que sabemos é que as ofertas dos EUA não seguirão a tese que nós estávamos defendendo – não haverá uma cláusula de nação mais favorecida da ALCA na oferta deles. As ofertas serão separadas, não sei se por país ou por regiões”.

“Em alguns casos, por país – com o Chile, os EUA já negociaram um acordo de livre comércio. Mas poderia ser com a América Central, Caribe, MERCOSUL. Isso nos induziria a agir da mesma forma”, completou o Chanceler Celso Amorim.”

Amorim estréia na CUT o debate doméstico – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 07.02.03).

Maria Helena Tachinardi

Brasília – Discussão de padrões trabalhistas faz parte da agenda social do governo e deve ser levada à OIT e não à OMC. A ida do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Central Única dos Trabalhadores (CUT), na última segunda-feira, em São Paulo, é emblemática das mudanças que o Governo Lula está provocando na política externa brasileira. Os sindicalistas disseram que foi a primeira vez que a entidade recebeu a visita de um Chanceler. “Foi um clima ótimo. Havia tendências variadas”, comentou Amorim.

Em seu discurso na CUT, ele afirmou que duas questões polêmicas – padrões trabalhistas e ambientais nas negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC) – são legítimas, “o que não quer dizer que muitas vezes uma causa legítima não possa ser instrumentalizada com finalidades pouco nobres”. Desde que o assunto “padrões trabalhistas” foi colocado em pauta, pelos Estados Unidos, nas negociações internacionais de comércio, o Brasil defende que essa é uma visão protecionista, porque a OMC não é o foro adequado para discutir o tema, mas, sim, a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo Amorim, o Brasil terá de continuar discutindo o assunto internamente.

“Na Rodada de Doha, o tema trabalhista figura no preâmbulo. E eu, indiretamente, tive algo a ver com isso, porque nós desenvolvemos, na OIT, um trabalho para a criação de uma grande comissão, com muitas personalidades do mundo inteiro, que vai apresentar um relatório com sugestões. Não adianta colocar uma cláusula que é para melhorar as condições trabalhistas e que vai gerar desemprego no ABC paulista. Ninguém pode defender trabalho infantil – o Brasil é signatário de sete das oito

principais convenções da OIT, a única da qual não é signatário é sobre liberdade sindical (maneira como os sindicatos se organizam). E outros países, que vivem tocando no tema dos padrões trabalhistas, não são”, observa o Ministro, numa referência indireta aos EUA.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destaca Amorim, mencionou, em sua primeira reunião de governo, a prioridade da eliminação da prostituição infantil, “que está catalogada na OIT como uma das piores formas de trabalho infantil”. O tema também foi levantado na CUT. “Há muito a fazer e temos de ter presente o aspecto social nas negociações comerciais”, reforça.

No MERCOSUL, também ficou acertado que as preocupações sociais devem permear todos os temas do bloco. A questão é saber como fazer isso. Segundo o Ministro, se o Brasil não cuidar da responsabilidade social em suas ações de política externa, ficará fora das correntes comerciais. “Há um movimento forte, hoje em dia, do “fair trade” (comércio justo), que não tem nada a ver com governos; na Inglaterra, há a Oxfam (organização não-governamental). Nas questões ambientais e sociais, precisa haver incentivos positivos e não normas que penalizem os países e que acabem criando desemprego e situações dramáticas”, diz Amorim.

O Ministro, conhecido defensor da ampliação do Conselho de Segurança da ONU e de uma vaga permanente para o Brasil, destaca: “Há um sentimento de que o País pode contribuir para encontrar solução a conflitos”. Ele lembra que, em 1998, quando era Embaixador na ONU, e “o Kofi Annan (Secretário-Geral da entidade) voltou do Iraque, houve lá um memorando de entendimento e a gente ti-

nha de absorvê-lo numa normativa do Conselho. Havia divergências, mais ou menos um quadro parecido com o de hoje, mas menos dramático, porque não havia ameaça tão imediata. No final, Bill Richardson, Embaixador americano na ONU, que depois foi Secretário de Energia, me disse: vocês me chatearam à beça, mas, se não fosse o Brasil, não iria haver resolução. Pelo fato de termos independência, isso ajudou atrair os mais céticos. O Brasil tem um peso não só pelas posições que assume – e eu acho que neste governo mais ainda. Vejo que os jornais sempre falam: o Brasil sempre tomou cuidado de evitar a questão de liderança. Liderança não se impõe. Mas que há um anseio por liderança no mundo, isso há. E o Presidente Lula corresponde um pouco a uma imagem de algo que está faltando”.

Perguntado se não interessaria aos EUA que o Brasil ocupasse uma posição de liderança na América do Sul, Celso Amorim respondeu com diplomacia, mas de forma assertiva: “Estamos no nível de especulação e de análises, nunca ninguém me disse isso com essas palavras, mas a própria reação deles (EUA) à criação do Grupo de Amigos da Venezuela foi nessa linha. No começo eles não queriam o Grupo de Amigos, porque não entenderam bem, achavam que poderia retardar (o processo). Depois, não só aceitaram, como pediram para que o Brasil coordenasse. Agora, isso não significa que vamos estar metidos em tudo o que é conflito. Atender a um pedido, a um convite, a um chamado, esse é um papel a que não podemos renunciar. Queremos paz e democracia à nossa volta, mas nunca impondo. Nossa preocupação na questão da Venezuela é evitar que haja soluções impostas. A solução tem de ser dos

venezuelanos. O Brasil e outros países podem ajudar a fazer uma ponte, mas não se pode ajudar quem não quer ser ajudado”.

Acordos na América do Sul

O Ministro das Relações Exteriores diz que “há muita dificuldade, mas também grande interesse (dos países sul-americanos) em negociar com o Brasil, porque o mercado brasileiro é muito atraente para a maioria. Eu acho que, neste contexto, aplica-se um pouco o que eu disse a respeito do MERCOSUL. Temos de negociar com a plena consciência de nossa responsabilidade, isto é, que somos mais fortes. Muitas vezes, se fica atrasado por causa dos países menores do MERCOSUL. Mas nós temos de encontrar maneiras de atender ao interesse deles, que é legítimo. O país pequeno entrou para uma sociedade, que é o MERCOSUL, na expectativa de determinada coisa. Se você depois verificar que aquela coisa pretendida será entregue para outro sócio, você fica em dúvida. Temos de encontrar uma maneira – não sei qual é, porque eu não esmiuicei tecnicamente todos os problemas – para preservar o interesse do Uruguai, do Paraguai, e, ao mesmo tempo, negociar com o Peru, a Venezuela.... O problema é que, muitas vezes, as pequenas dificuldades, que são pontuais, acabaram impedindo o estratégico. A gente não pode deixar que isso continue a ocorrer. Uma coisa que é muito característica do Governo Lula é o forte predomínio do político com “p maiúsculo” sobre o setorial, sobre o pequeno. Acho que temos de introduzir isso na nossa política externa, nas relações com o MERCOSUL. Isso foi um pouco o que eu conversei hoje (ontem) com os empresários. O Brasil não pode, por causa de uma coisa pequena, atrapalhar todo um pro-

jeto estratégico, que é interessante para nós, para os empresários e para o trabalhador brasileiro”.

No início do governo do Presidente mexicano, Vicente Fox, dizia-se que o país teria uma espécie de liderança na América Latina, legitimada pela imensa rede de acordos comerciais na região. Perguntado, ontem, se o Brasil fará igualmente uma rede de acordos como contrapeso ao México, sobretudo com os países andinos, o Chanceler destacou que sente, hoje em dia, “um desejo maior da Colômbia em se aproximar do Brasil. Se vamos conseguir traduzir isso no plano econômico e comercial, não teria ainda condições de dizer. Mas que há um desejo de aproximação com o Brasil, isso é perceptível. Nas conversas que tivemos com chanceleres e entre os presidentes. Você está falando de mercado. Não temos nenhuma rivalidade com o México. Queremos ter as melhores relações. O México é uma grande economia, um país importante. Politicamente, até temos pontos em comum, como na área de desarmamento. O México é um país admirável sob muitos aspectos. Agora, há realidades econômicas. Os países que se abriram mais, puderam fazer mais acordos do que o Brasil, mas temos de respeitar os nossos ritmos, que são diferentes... essas coisas todas têm vantagens e desvantagens. Hoje em dia, algumas coisas na economia mexicana, que pareciam vantajosas, também se revelaram meio frágeis. O próprio Presidente Fox contou como alguns investimentos feitos no México, em função apenas do custo, migraram para a China. Você não pode impedir que a China faça um acordo de livre comércio com os EUA ou que entre para a OMC (Organização Mundial de Comércio). As coisas

às vezes são mais complexas, exigem um enraizamento mais profundo da indústria, um comprometimento com um país que, às vezes, uma empresa que está ali para aproveitar daquele custo para vender, não tem.”

Conflito tende a dificultar acordos multilaterais – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Valor Econômico, 24.03.03).

Rosângela Bittar

A próxima assembléia da Organização das Nações Unidas já poderá ser o fórum de discussões sobre o papel da entidade depois da guerra Estados Unidos-Iraque, em que as decisões da instituição foram desrespeitadas pelas duas partes em conflito. É uma meta de reestruturação que aparece no horizonte traçado pelo Chanceler Celso Amorim, que conversou com o Valor, no fim da tarde de sexta-feira, sobre as conseqüências do conflito para os organismos multilaterais e as negociações comerciais em curso, ainda sob o impacto que lhe causou a operação denominada “choque e pavor”, na noite de sexta-feira.

Desde que tomou posse como Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Chanceler não viveu ainda um único período de normalidade ou calma na condução das relações do Brasil com seus vizinhos, com os Estados Unidos ou com nações da Europa.

A novidade de o país ter eleito um presidente operário despertou curiosidade e solicitações de diferentes líderes mundiais para encontros e visitas, além dos pedidos de ajuda e intervenção nas crises da Venezuela e da Colômbia, das negociações da Argentina com o FMI e com o MERCOSUL, nas reuniões do cronograma da Associação de Li-

vre Comércio das Américas (ALCA), em que o País teve de levar aos debates, já em janeiro, posições definidas, e, agora, a guerra.

Em quase três meses de governo do PT, o Chanceler precisou recorrer, certamente, mais aos conhecimentos e experiência acumulados em uma carreira diplomática intensa, que já o levou a representar o país na ONU, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Inglaterra, do que em todo o primeiro período em que comandou a política externa brasileira, há dez anos. Amorim acredita que, em momentos como o atual, a tendência no mundo é de retração e de intensificação do espírito nacionalista, o que certamente dificultará ainda mais as negociações comerciais, que já são complicadas. “A guerra é um fenômeno desestruturante, abala valores”, disse. A seguir os principais trechos desta conversa com o Ministro:

VALOR: As perspectivas para a reunião da OMC, em setembro, em Cancún, já eram ruins. Com a guerra elas ficaram piores?

CELSO AMORIM: A guerra é um fenômeno desestruturante, evidentemente abala valores. Mas é também preciso que não sirva de desculpa para certas ações que não são promissoras do ponto de vista da negociação comercial. Acho que o que já estava empacando a negociação, em Genebra principalmente, era a ausência de acordo sobre modalidades da negociação agrícola e pouca atenção aos temas de países em desenvolvimento. Não quero fazer previsões catastrofistas, é evidente que o que está acontecendo agora é uma catástrofe de outro ponto de vista, mas do ponto de vista econômico e comercial a preocupação aumenta. Não quero fazer aquele tipo de coisa que é uma profecia autocumprível, mas vamos ver o que vai acontecer. Mas que há preocupação, há.

VALOR: O Sr. já está conversando com outros países sobre as consequências da guerra para estas negociações comerciais?

CELSO AMORIM: Hoje mesmo (sexta-feira), falei com o Ministro do México, que está preocupado também, independentemente da guerra, porque essas negociações agrícolas estão paradas. Também porque a parte que diz respeito à implementação não avançou.

VALOR: A implementação inclui o quê?

CELSO AMORIM: É um guarda-chuva grande, que cobre vários temas de interesse de países em desenvolvimento, várias reivindicações, flexibilização de algumas regras, melhor cumprimento de outras regras pelos países desenvolvidos, enfim, algumas correções com relação à Rodada Uruguai...

VALOR: O impacto das negociações, no âmbito da ALCA, pode ser muito maior do que sobre qualquer outra negociação que envolva o Brasil?

CELSO AMORIM: Nós vamos continuar discutindo as coisas, mas evidentemente que até o foco de atenção dos países fica alterado. A tendência, num momento desses - não é que a gente deseje, não, esperamos que não aconteça - é de maior retração, de um espírito nacionalista muito forte, isso para as negociações comerciais difíceis. Acho que, principalmente, há algo que já havíamos mencionado, antes mesmo da guerra, já havia a perspectiva de que uma decepção, um atraso, um impasse na OMC, acabará tendo reflexo nas outras negociações.

VALOR: Por quê?

CELSO AMORIM: Porque tem-se dito, com frequência, que temas do nosso interesse, o agrícola, por exemplo, ou mesmo outras regras, como as do tipo antidumping, seriam melhor tratados na OMC, há um desejo de não

tratar disso dentro da ALCA. Não é uma coisa fechada, mas é o que tem sido dito. Se a OMC atrasar, então para ficar, na ALCA, com os assuntos que são menos interessantes para nós, é algo em que temos de pensar profundamente.

VALOR: Há uma expectativa, já manifestada em debates, de que os Estados Unidos, em um esforço de legitimação, podem buscar uma aproximação mais qualificada com o Brasil, apesar das posições do país sobre a guerra, porque, na região, parceiros mais alinhados, como México e Chile, tiveram posições de voto contra a ação militar, porque integram o Conselho de Segurança. O Brasil espera mesmo esse tratamento?

CELSO AMORIM: Se esta análise estratégica está certa ou não, não sei. Se os Estados Unidos se abrirem mais para produtos brasileiros, será ótimo. Agora, a posição do Brasil tem sido muito respeitada, é o que temos ouvido da Embaixadora americana. O Brasil lamenta a guerra profundamente, é crítico da ação armada sem a aprovação do Conselho de Segurança, mas não temos voto.

VALOR: A ONU ficou com a imagem de uma instituição desmoralizada pelo desrespeito dos dois países em guerra, o Iraque e os Estados Unidos, que não seguiram suas recomendações. Tendo que passar por uma reestruturação, que papel o senhor vislumbra para a Organização?

CELSO AMORIM: Eu acho que não está correto tirar a conclusão de que a ONU foi desmoralizada. Evidentemente, há um enfraquecimento político da ONU. E isso é uma coisa grave. Nós vamos ter de pensar como voltar a fortalecer as Nações Unidas.

VALOR: Que caminhos o Sr. vê?

CELSO AMORIM: Isso passará por uma série de coisas, uma série de compromissos, e

mesmo de reformulação de certos órgãos da ONU.

VALOR: Quais, por exemplo?

CELSO AMORIM: O próprio Conselho de Segurança, que nós defendemos, tem de ser mais representativo. Ainda mais porque está evidente que tudo isso nos afeta. No mundo, hoje, não há lugar para você se esconder. Embora estejam longe geograficamente, são problemas que estão próximos economicamente, emocionalmente e politicamente.

VALOR: Do ponto de vista econômico, como nos afetam?

CELSO AMORIM: Você não tem só o problema do impacto do preço do petróleo. Nos afetam pela aversão ao risco e outras questões.

VALOR: A duração da guerra é determinante sobre essas consequências?

CELSO AMORIM: Mesmo que a guerra seja curta – veja os bombardeios de hoje (o Chanceler se referia ao impacto da operação denominada “choque e pavor”, na sexta-feira) – as consequências serão longas. São consequências sobre os valores, o nervosismo dos capitais, a retração possível nas relações comerciais. Tomara que não sejam. Não estou desejando que isto aconteça, tomara que não aconteça.

VALOR: Como será feito este trabalho de recuperação do papel da ONU? Já existe alguma coisa agendada?

CELSO AMORIM: Muitas articulações diplomáticas ainda serão feitas. A própria Assembleia Geral da ONU pode se prestar a um encontro maior de líderes para debater esta questão. As articulações não podem cessar. Há uma série de reestruturações que podem ocorrer.

VALOR: A guerra está no início e já existe um debate sobre quem vai reconstruir o Iraque, por exemplo, se serão os Estados Unidos sozinhos ou não. A experiência do Brasil na reconstrução do Timor Leste poderia credenciar o país a participar dessa tarefa?

CELSO AMORIM: Não é o momento para pensarmos nisso, é preciso ver como será administrada a reconstrução, se com ou sem as Nações Unidas, tudo isto é para uma outra fase (o Chanceler não admitia a hipótese de pensar em negócios num momento em que estava abalado pelos ataques da tarde de sexta-feira).

VALOR: O Sr. concorda com a avaliação de que o governo PT está marcando posição forte de tendência antiamericana, não só pelos episódios relacionados à guerra, como as duras declarações do Presidente Lula, como por fatos anteriores?

CELSO AMORIM: Não há nenhum anti-americanismo, em nenhum momento tivemos divergências quanto a atitudes. Somos antiguerra, mas a questão aqui nem é esta, somos contra uma ação não autorizada pela ONU. Sempre defendemos uma solução pacífica para o desarmamento do Iraque.

VALOR: Outros fatos têm sido citados: o Brasil recusou-se a qualificar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como grupo terrorista; indicou para representar o país na Inglaterra um desafeto dos Estados Unidos, o mesmo Embaixador José Maurício Bustani, que defendeu a inclusão do Iraque na Organização que controla armas químicas; tem reagido com mais irritação aos lobbies comerciais...

CELSO AMORIM: Não houve isso das Farc, estivemos com o presidente Álvaro

Uribe (da Colômbia), ele não pediu isso. Ele sabe e todos sabem que nós não temos condescendência nisso. Quanto ao Bustani, é um grande Embaixador, um grande diplomata, tão competente que o governo anterior o indicou para a direção da Organização de Armas Químicas, uma tarefa muito mais importante do que ser Embaixador do Brasil na Inglaterra.

A semente do Projeto – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Carta Capital, 28.05.03).

As Relações Exteriores como um instrumento de política econômica, na entrevista de Celso Amorim sobre agenda com a América Latina e África, a Bob Fernandes

CARTACAPITAL: Ministro, pode-se dizer que o Brasil tem uma nova política externa? E qual seria?

CELSO AMORIM: A nova política externa está definida claramente pelo Presidente, desde o seu discurso de posse. Ela tem como contrapartida essa mesma auto-estima a que o Presidente se refere internamente. O povo brasileiro, ao votar no Presidente Lula, deu uma demonstração de auto-estima e eu acho que isso se estende também às nossas relações internacionais. Então nós passamos a ter uma postura que está mais de acordo com as nossas dimensões, com as nossas aspirações e com as nossas características de ser uma sociedade plurirracial, com uma cultura rica, etc. Isso é uma definição genérica, mas isso implica que você vai defender os seus interesses de maneira muito determinada e muito clara nos vários foros, tanto nos econômicos quanto nos políticos. Isso também se reflete em prioridades novas da política externa brasileira. Eu diria, também, que há uma prioridade mui-

to nítida para a América do Sul e para a África, que são prioridades do governo.

CARTACAPITAL: No final do mês, o Presidente recebe o oitavo Presidente sul-americano...

CELSO AMORIM: Sim, o Presidente do Equador está vindo.

CARTACAPITAL: Para um leigo, um cidadão comum não versado nesse tema: qual o significado dessa sequência de visitas? São acordos efetivos, práticos? Sabemos que a Venezuela receberá US\$ 1 bilhão, via BNDES, para comprar aqui, e o petróleo é sua garantia. Com a Argentina, parece que há algo mais ou menos nesse valor sendo acordado, não sei qual seria a garantia. E até US\$ 600 milhões com a Bolívia...

CELSO AMORIM: Bem, evidentemente todas essas coisas estão sujeitas a garantias. Pegando a sua pergunta desde o início, essa intensidade de visitas, são todas visitas de trabalho e com muito pouco protocolo, quase que visitas conjuntas de gabinete, com vários ministros. A Bolívia veio com 11 ou 12 ministros, a Venezuela com algo próximo e o nosso governo da mesma forma.

CARTACAPITAL: E qual o sentido dessas reuniões?

CELSO AMORIM: São reuniões que têm um sentido prático muito grande, de buscar projetos concretos de cooperação. Alguns implicam financiamentos, e é claro que tudo envolve dinheiro, mas outros envolvem decisões políticas. São muito voltadas para infra-estrutura, mas não apenas. A infra-estrutura é a base, nós queremos que a infra-estrutura permita uma circulação maior de bens e serviços, naturalmente, mas também de bens e serviços produzidos na região. Isso é muito importan-

te. No caso do MERCOSUL, é reforçá-lo como unidade econômica; no caso do Peru, da Venezuela, da Bolívia ou de outros países do Grupo Andino, é intensificar as negociações – com a Bolívia já há – para acordos de livre comércio com esses países. Há a determinação de transformar isso em prioridade na prática, o que, de alguma maneira, sempre existiu, mas que estava...

CARTACAPITAL: Um pouco apenas teórico...

CELSO AMORIM: É, um pouco teórico, mas com algumas incursões práticas, ninguém vai negar isso.

CARTACAPITAL: Com vai-e-vens.

CELSO AMORIM: Com vai-e-vens e tal. Mas para levar adiante esses projetos de maneira muito clara e muito prática.

CARTACAPITAL: Parece óbvio que a idéia é reforçar bastante essa relação com MERCOSUL, com Andinos, para depois, na eventualidade de se discutir a ALCA, já ser uma coisa mais consolidada, com muito mais força.

CELSO AMORIM: Em todas essas conversas, nós temos discutido esses dois planos: a necessidade de uma maior integração entre nós, em benefício dos nossos produtores industriais, agrícolas, etc., e também a dimensão externa, o fortalecimento da nossa capacidade de barganha com outros países ou blocos. Tanto no que diz respeito especificamente ao MERCOSUL, onde isso é de certa maneira mais necessário, porque somos uma união aduaneira – e até é uma imposição, digamos, do tipo de relação que nós temos –, mas também com os países da América do Sul, onde essa frente unida será mais objeto de uma coordenação do que realmente de uma

postura única, porque aí há diferenças.

CARTACAPITAL: Não sei se o senhor tem os números exatos de cabeça, mas, em relação aos Países Andinos, quanto é que o Brasil tem de trocas ou de mercado?

CELSO AMORIM: Da última vez que olhei esses números, e já faz algum tempo, os países da América do Sul que não eram membros do MERCOSUL – mas isso inclui o Chile, que não é andino – representavam de 7% a 8% da nossa pauta. Mas disso, no caso das nossas exportações, quase 80% eram de manufaturas. Então, há um potencial muito grande para expansão também. E é claro que o mercado brasileiro também é, para eles, muito atraente. Lembremos que, quando o MERCOSUL começou, representava cerca de 5% do nosso comércio exterior, e hoje já chegou a mais de 15%. Depois caiu, com a crise argentina e com as nossas próprias dificuldades, embora agora já esteja se recuperando de novo.

CARTACAPITAL: O senhor falou em crise. Essa fragilidade quase que generalizada da região termina por ser, ao menos em parte, um fator positivo? Como está todo mundo mais ou menos buscando um caminho, isso facilita as conversas e agiliza as coisas?

CELSO AMORIM: Eu acho que sim. O fato de os países não contarem com perspectivas ilusórias ajuda a se avançar na realidade. Tem uma frase de um autor que diz o seguinte: “A necessidade de você se libertar das suas ilusões é a necessidade de se libertar de uma condição que necessita de ilusões”. Então o fato de certos países terem perseguido certos caminhos e eles terem se revelado ilusórios, de certa maneira facilita a integração na América do Sul.

CARTACAPITAL: Pelo que temos ouvido e acompanhado, do ponto de vista comercial, parece que há algo importante na área de vendas de armamentos...

CELSO AMORIM: É... mas isso é apenas uma parcela. Nós vendemos, sobretudo, aviões, a produção da Embraer é muito apreciada no mundo inteiro, na região e fora dela. Na África, realmente há muito interesse, pude perceber isso acentuadamente na África do Sul. Há até mesmo com países em que não seria uma grande coisa do ponto de vista comercial, mas que são simbólicos, como São Tomé e Príncipe, que quer comprar um avião da Embraer. Há também outras perspectivas, é muito amplo se formos falar disso: vi ônibus brasileiros em vários lugares da África, tem os aviões da Embraer, há uma penetração muito grande do agronegócio brasileiro, tão grande que, às vezes, já começa a gerar barreiras e aí você tem de discutir novamente. Há também empresas que têm investimentos e que podem ampliá-los, como é o caso da própria Petrobras e da Vale do Rio Doce, e há construtoras que já têm presença tradicional na África, mas, agora, com perspectivas de aumentar, até porque alguns países que estavam sofrendo períodos de guerra civil, como é o caso de Angola, têm agora uma reconstrução. Mas não é só por causa do comércio que nós estamos interessados, há também um objetivo político de aproximação.

CARTACAPITAL: É uma espécie de retomada de uma posição forte do Brasil em relação à África?

CELSO AMORIM: Eu acho que agora vai ser mais forte do que foi. No dia 9 de junho, tem um Fórum Brasil-África em Fortaleza, eu acabei de visitar sete países africanos. Con-

centrei-me na África Austral, no Sul da África, e isso inclui os três países de língua portuguesa da região, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, onde vamos abrir uma Embaixada, e África do Sul, Zimbábue e Namíbia.

CARTACAPITAL : O Presidente vai em breve à África?

CELSO AMORIM: O Presidente deve ir, tenho de tratar agora da organização prática disso. Conversei com vários mandatários, mas o Presidente não vai poder ir a tantos países quanto eu fui. Ele deve ir a uns quatro ou cinco países, de 3 a 10 de agosto.

CARTACAPITAL : Para quem é do ramo, o conhecimento disso é banal, mas não para quem não é: qual é o interesse na África, do ponto de vista prático, dos negócios, além da importância do ponto de vista das relações, etc., etc.?

CELSO AMORIM: Antes lembro que o cultural também é prático. A África do Sul, Angola e Moçambique são mercados grandes, cada um a seu modo. São países pobres, mas que têm muita necessidade de explorar os recursos naturais, de ter obras de reconstrução, de expandir o sistema educacional, por exemplo. Ainda estamos discutindo qual o formato disso, mas talvez, pela primeira vez, a gente tenha a oportunidade de tratar a educação não só como um tema de cooperação técnica e de uma doação, mas de fazer uma exportação de serviços educacionais, um projeto grande, que esteja integrado à parte física e à parte propriamente técnico-pedagógica. Este é um projeto que estamos desenvolvendo. No caso de Moçambique, também há uma perspectiva, tudo isso ainda um pouco em discussão, de participação da Companhia Vale do Rio Doce na mineração do carvão. Isso, por

sua vez, pode ter desdobramentos na área de siderurgia, da produção de alumínio e até, também, na produção de energia elétrica, porque tudo se faz dentro do mesmo vale. A África do Sul é um país relativamente rico, com renda *per capita* comparável à brasileira e um tanto desigual como, aliás, é a brasileira. Em relação à África, está tudo sendo desenvolvido, com coisas pioneiras. E nós abrimos, também, de maneira muito ampla, o leque de cooperação técnica, que gera outras possibilidades de negócios que, no momento, não se percebem, a nossa presença cultural, nossos laços são muito fortes...

CARTACAPITAL: Os dois maiores mercados públicos de Luanda chamam-se Saramandaia e Roque Santeiro...

CELSO AMORIM: Exatamente. Na Namíbia, por exemplo, temos uma cooperação muito importante na área naval e o Ministro da Defesa está indo lá agora. O Brasil está em um processo de doação de uma corveta para a Marinha da Namíbia, e eles manifestaram a clara intenção de comprar cinco barcos-patrolha; é uma cooperação que também gera negócios. A gente também quer trabalhar juntos, lá, no mapeamento dos recursos da plataforma continental. É um terreno meio virgem, digamos, e há uma simpatia e uma atração enormes pelo Brasil. Na África, o interesse pelo Brasil é grande, por mais que a gente faça coisas erradas, e elas foram feitas, como uma longa ausência, por exemplo. Não existe uma agência de um banco brasileiro em Angola, embora haja negócios importantes e mesmo pequenos empresários com negócios lá. Para fechar câmbio, hoje em dia, eles têm de fazê-lo via Europa, o que é um absurdo. Não tem um banco brasileiro que faça isso em Angola.

Linha aérea, só uma vez por semana, a linha angolana, quando deveríamos ter uma linha brasileira. Sabemos que, hoje, tem todo um processo de dificuldades nesse setor, mas, tão logo seja possível, temos de ter uma linha para lá.

CARTACAPITAL: O que não se percebe nessa coisa de rotular o que é cultura, o que é economia e o que é negócio, do preconceito em frente ao espelho, é que assim como Michael Jordan, Tiger Woods são, podem ser instrumentos americanos no imaginário do mundo, o Ronaldinho, por exemplo, pode ser um instrumento brasileiro.

CELSO AMORIM: Não há dúvida. Não é só novela, de futebol não vou nem falar, porque é de uma importância enorme, mas eu, como Presidente da Embrafilme, já dizia isso: a cultura carrega junto as outras coisas. Moças angolanas querem comprar biquínis parecidos com os biquínis brasileiros e querem usar roupas de verão parecidas com as roupas brasileiras. E, é natural, isso faz parte do contato.

CARTACAPITAL: Parece que há uma visita do Presidente ao mundo árabe, não sei se no segundo semestre.

CELSO AMORIM: Temos instrução do Presidente, temos conversado com o Ministro Furlan e vamos conversar com outros ministros também, para acertar exatamente como fazer. A idéia é ter uma feira em um país - não combinei com os árabes, portanto, não posso antecipar detalhes - em um dos países do Golfo, provavelmente, porque tem maior amplitude do ponto de vista de disseminação, e pode ser que o Presidente vá também a outros países. A gente ainda tem de ver se vai ser em uma visita ou em duas. Mas, por exemplo, nenhum Chefe de Estado brasileiro foi ao

Líbano desde Dom Pedro II e nós temos a maior colônia libanesa do mundo. Temos mais libaneses no Brasil do que no Líbano, eles mesmos dizem isso. No Brasil, muitos já são de segunda geração, têm casamentos mistos, etc. Mas, de qualquer maneira, é uma coisa impressionante. Essa ausência não se justifica, só se explica porque o Brasil fica olhando para o próprio umbigo. Claro que o País é grande, a gente entende, isso é uma síndrome de país grande.

CARTACAPITAL: Lamentando-se sempre.

CELSO AMORIM: Lamentando-se sempre. Agora a gente tem de se expandir e isso é benéfico do ponto de vista econômico, comercial, cultural e político.

CARTACAPITAL: Conselho de Segurança da ONU. Evidentemente isso tem a ver com tudo, mas, mais uma vez, falando para os que não são do ramo: qual é a importância real da presença no Conselho?

CELSO AMORIM: É você influir naqueles acontecimentos que vão ter influência sobre você. Eu era professor de Ciência Política e havia aqueles que diziam: "Ah, eu não gosto de política!" E eu dizia: "Olha, você pode não gostar de política, mas a política gosta de você. Se você não se interessa, é a mesma coisa". Política internacional é a mesma coisa. Se tivermos a possibilidade de expressão de sentimentos e idéias, que não são só nossos, mas também de países da América do Sul, de estarmos presentes de maneira permanente no Conselho de Segurança, nós temos de fazê-lo. Sabemos das limitações, acabamos de ver na questão do Iraque como o Conselho foi colocado de lado, mas acredito que isso vai mudar porque, a longo prazo, a maior super-

potência, por maior que seja, não vai sozinha, porque o custo depois é muito caro. Pode ganhar a guerra, mas para ganhar a paz...

CARTACAPITAL: ... as mentes e os corações.

CELSO AMORIM: Exatamente. Então minha sensação é de que isso vai ter uma alteração. E aí é importante você poder influir, para que as coisas corram de acordo com as suas convicções e com os seus interesses, não só seus particulares, mas os dos países em desenvolvimento, dos países da América do Sul. A importância acho que é essa. As pessoas diziam assim: "Ah, mas o Brasil não devia estar ligando para o Conselho de Segurança, devia cuidar para o G7 ou para o G8". Mas as duas coisas não são contraditórias, elas se alimentam mutuamente. Estando num é mais fácil estar no outro.

CARTACAPITAL: E as relações com os Estados Unidos?

CELSO AMORIM: As relações são muito boas, muito importantes. Como tenho dito sempre, os Estados Unidos são um grande mercado, mais ou menos 24% ou 25% do total das nossas exportações, e o Brasil tem muito interesse em continuar discutindo. Isso já variou: teve épocas em que a União Europeia chegou a 30% e os Estados Unidos, a 19%, mas ultimamente subiu, estão mais ou menos parelhos, mas acho que com a União Europeia é um pouquinho mais. Mas os Estados Unidos são um mercado fenomenal, como país individual é o maior mercado para o Brasil, então não podemos desprezar isso. Além disso, é uma democracia tradicional, nós nos identificamos com muitos valores, embora discordemos aqui e ali, o que é normal também.

CARTACAPITAL: Há mais de 200 itens,

em negociação quase que permanente...

CELSO AMORIM: É isso mesmo. Depois, o bom amigo não é aquele que concorda sempre, é aquele que, mesmo partilhando os mesmos princípios, pode ter uma visão diferente das coisas. Então é uma relação boa e produtiva, temos contatos freqüentes em vários níveis. Agora está vindo o Zoellick, no início da semana, já estive com o Colin Powell a propósito da Venezuela, mas também falamos de outros assuntos, falei muitas vezes ao telefone. O Presidente Bush já esteve com o Presidente Lula, convidou-o antes mesmo de ser empossado, e há a idéia de uma reunião o mais breve possível.

CARTACAPITAL: E a Europa?

CELSO AMORIM: Com a Europa também temos uma relação muito boa. O Presidente esteve na Alemanha e na França, além de Davos, para conversas bilaterais que foram extremamente produtivas e que revelaram grande afinidade, até de pontos de vista em relação a temas da realidade internacional. Está voltando agora para essa reunião do G8, como convidado, ele e outros líderes de países em desenvolvimento, convidado pelo Presidente Chirac. Já tive duas conversas políticas com o meu homólogo russo, em Moscou, com o Presidente Putin, num gesto importante dele, estive com o Villepin, que vem ao Brasil também.

CARTACAPITAL: Não sei se isso é exagero, mas nessas relações bilaterais, como no caso dos acordos com a Venezuela e a Argentina, não haveria um ensaio de uma nova política do ponto de vista econômico?

CELSO AMORIM: Temos de entender que o Brasil é a maior economia da América do Sul. Temos de ter, em relação aos outros

países da América do Sul, uma atitude de liderança positiva. Não é a de liderar para ficarmos dizendo o que eles têm de fazer, não é isso. O que é liderança positiva? Na parte econômica, é você demonstrar que o seu mercado está aberto para eles, claro que dentro de regras de justiça e que também permitam uma certa reciprocidade. Mas para isso nós, muitas vezes, temos de ajudá-los, seja com financiamento, seja até com coisas menores e práticas.

CARTACAPITAL: Por exemplo?

CELSO AMORIM: Quando estive há pouco no Paraguai, fui procurado por uma empresa média de cosméticos, que não conseguia vender os produtos; e eles não têm pretensões de tomar o mercado brasileiro, querem vender para Cascavel, para Londrina, ali no Paraná, para fazer isso precisa de apoio. Eles têm de obter certificados e uma série de outras coisas. Então criamos um ponto focal no nosso departamento de promoção comercial para ajudar a descobrir qual é o caminho das pedras. A mesma coisa que a gente faz para fora, no caso dos países do MERCOSUL e da América do Sul e também nos dispomos a fazer isso com os africanos.

CARTACAPITAL: Há uma intriga no ar, ou não seria intriga?, desde que o governo começou. O senhor e Marco Aurélio Garcia...

CELSO AMORIM: Eu e o Marco somos inintrigáveis.

CARTACAPITAL: Mas há tentativas.

CELSO AMORIM: Ah, vai haver sempre.

CARTACAPITAL: Se assim é, isso seria de quem é contra a política externa ou é a tentativa de se cavar um fosso?

CELSO AMORIM: É tentar cavar o fosso e aí começar a fazer divisões e todo o jogo

habitual. Mas nós temos uma grande afinidade, nos falamos toda hora, e são papéis diferentes, que não se misturam. Ele é um conselheiro do Presidente, uma função importante, e eu dirijo uma máquina de relações exteriores, é uma outra função. Como nós temos uma grande afinidade de idéias, o problema não se coloca.

CARTACAPITAL: Mas os jornalistas precisam viver.

CELSO AMORIM: Precisam viver. Há uma coisa muito boa de se repetir, que fala do Pulitzer. Diz assim: “Notícia é tudo aquilo que você não quer que seja publicado, tudo mais é publicidade”.

Resultados, não prazos - Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (IstoÉ, 02.06.03).

O Chanceler Celso Amorim diz que o conteúdo das negociações da ALCA é mais importante do que a discussão sobre as datas

Cláudio Camargo e Eduardo Hollanda

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, que já exerceu o cargo durante pouco mais de um ano no governo Itamar Franco, é um homem entusiasmado com o estilo pouco convencional de fazer diplomacia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Amorim credita ao Presidente a ressurreição do MERCOSUL, a retomada da África como prioridade nas relações externas do Brasil e a participação ativa na crise da Venezuela. Ele destaca que, sob a orientação de Lula, os diplomatas do Itamaraty sentem-se mais à vontade para buscar novos acordos políticos e econômicos para o País. Além da América do Sul, o Brasil ensaia uma espécie de “Bloco do Sul” com a África do Sul e a

Índia, uma aliança estratégica sob todos os aspectos. Rússia e China também passaram a ser prioridade para o Itamaraty, e Amorim já engatilha viagens de Lula aos dois países. Mas o Chanceler não se prende apenas aos aspectos diplomáticos. As negociações da ALCA estão sob abordagem completamente diferente. Amorim diz que agora os prazos – a ALCA, em tese, deveria começar em janeiro de 2005 – não são prioridade, e sim os resultados. Ele deixa claro que a orientação de Lula é buscar o melhor acordo, venha quando vier. Amorim e sua equipe – que inclui como Secretário-Geral do Itamaraty (o segundo na hierarquia) o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que tinha sido colocado na geladeira por FHC exatamente por ser contra a ALCA – pretendem incluir o BNDES como braço auxiliar de financiamento a projetos e exportação não só do Brasil, mas de seus parceiros do MERCOSUL e na busca de novos mercados. A satisfação de Amorim com os rumos da política externa brasileira é tanta, que nem a presença de Marco Aurélio Garcia como assessor internacional de Lula incomoda. “Tenho grande afinidade intelectual com o professor”, garante. Ao voltar de um périplo africano, preparando uma viagem de Lula ao continente, Celso Amorim falou a ISTOÉ.

ISTOÉ – O que mudou na política externa brasileira com o governo Lula? Quais são as atuais prioridades do Brasil?

CELSO AMORIM – A diferença, a meu ver notável, é na intensidade com que as prioridades têm sido perseguidas. O Presidente Lula tem buscado a integração da América do Sul com uma intensidade que nunca ocorreu na história. Em apenas cinco meses de governo, sete presidentes sul-americanos vieram ao

Brasil, algo que nunca ocorreu antes. Aconteceram situações complexas, como no caso da Venezuela, em que muitos achavam que o Brasil não deveria se envolver. O Brasil tem dado sua contribuição, ajudando os venezuelanos a encontrar uma solução. Sob a orientação do Presidente Lula, a unidade do MERCOSUL se consolidou. O BNDES vai financiar projetos para os sócios do MERCOSUL, reforçando a presença brasileira. O apoio ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas não é apenas um gesto, mas parte do esforço da América do Sul em ter uma voz única. A África passou a ser prioridade. Visitei recentemente vários países africanos, preparando a visita do Presidente Lula ao continente, em agosto, e só ouvi posições favoráveis. Com a ida do Presidente, fica marcada a prioridade não apenas política, mas também prática, com projetos em discussão para os países africanos.

ISTOÉ – O que o Brasil espera dessas reuniões com os países africanos, especialmente da África Austral?

CELSO AMORIM – Nós nos concentramos na África Austral, neste momento, por motivos óbvios. Primeiro, é a maior concentração de países de língua portuguesa. Segundo, a África do Sul, país importantíssimo no contexto mundial. E porque é a região mais próxima do Brasil. Isso não significa que vamos abandonar outras regiões da África. Eles têm total interesse em cooperação com o Brasil. Eu vi em todos esses países (Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, S. Tomé, Gana) uma sede de Brasil. Alguns vêem o Brasil como um irmão mais velho, como o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, falou para mim. A verdade é que, especi-

almente na África Austral, há um impulso de desenvolvimento ocorrendo. E o Brasil pode participar, ser parceiro. Não temos os recursos dos países desenvolvidos. Mas temos muita experiência, capacidade empresarial, uma linguagem muito mais próxima dos africanos. Junte-se a isso a consciência muito forte, deste governo, de nossa ascendência negra, africana, e temos um novo impulso em direção à África

ISTOÉ – Com relação a potências regionais como Índia, China, Rússia, quais são os objetivos do Brasil?

CELSO AMORIM – Vamos falar de coisas práticas e não teóricas. No dia 5 de junho, o Chanceler indiano virá ao Brasil. No dia seguinte, haverá uma reunião entre Brasil, África do Sul e Índia. Será a primeira vez que os ministros das Relações Exteriores desses três países terão uma reunião conjunta, embrião de um bloco do Sul. Com relação à Rússia, as bases de uma maior cooperação entre Brasil e Rússia já foram lançadas. Os presidentes Lula e (Vladimir) Putin devem se encontrar antes da Cúpula do G-8 na França. Há um intenso trabalho diplomático com esses países e também com a China. A política externa é extremamente dinâmica. O Primeiro-Ministro da Austrália, por exemplo, acaba de declarar seu apoio à pretensão brasileira de ser membro permanente do Conselho de Segurança. Dois ex-Chanceleres, Robin Cook, do Reino Unido, e Hubert Vedrine, da França, defenderam a mesma tese em um seminário internacional na Espanha. Isso reflete uma maior participação do Brasil nas questões internacionais.

ISTOÉ – A posição do Brasil na questão da guerra do Iraque, na defesa do

multilateralismo, criou algum tipo de problema nas nossas relações com os americanos?

CELSO AMORIM – Não. Nenhum problema. Eles respeitaram nossa posição, não tomamos nenhuma atitude antiamericana. Mantenho contatos freqüentes com o Secretário de Estado, Colin Powell. Não houve nenhuma dificuldade.

ISTOÉ – Em que pé estão as negociações sobre a ALCA? O Sr. acredita que o prazo de 2005 ainda pode ser alcançado?

CELSO AMORIM – Primeiro, eu estou mais preocupado com conteúdo do que com prazos. O prazo, em tese, pode ser cumprido, mas o importante é saber se o conteúdo será adequado aos nossos interesses. Para isso, alguns ajustes serão necessários, inclusive no formato da negociação. Ainda estamos discutindo isso dentro do governo e com nossos parceiros do MERCOSUL. Como está, a discussão não favorece nossos interesses, do Brasil e do MERCOSUL. Segundo, algumas coisas que são muito importantes para nós estão vinculadas às negociações em curso da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). E os prazos de Doha, especialmente com relação aos produtos agrícolas, estão deslizando. É muito difícil um atraso em Doha não ter reflexos nas outras negociações. O que não pode acontecer é os pontos de maior interesse para nós ficarem para Doha, com um adiamento de dois a três anos, enquanto gastamos munção em negociações bilaterais do MERCOSUL com a União Européia ou com os EUA. Temos de acompanhar os três processos ao mesmo tempo. Se tudo der certo no prazo, muito bom. Mas os prazos nunca podem se sobrepor ao conteúdo.

ISTOÉ – O Governo brasileiro, com o apoio dos seus parceiros sul-americanos, anunciou sua preferência pela negociação no modelo 4 + 1 (os quatro países do MERCOSUL e os EUA), acertado em 1992, na primeira gestação da ALCA. Isso significa que a ALCA deixa de ser prioridade?

CELSO AMORIM – Essa proposta não substitui a ALCA, e sim cria um caminho de negociação paralelo e simultâneo. Queremos reforçar o MERCOSUL e estabelecer o foco no acesso a mercados, com ofertas diferenciadas, como, aliás, os EUA buscam fazer. Os temas sensíveis, de negociação mais difícil, ficam para foros multilaterais, como a própria ALCA e, especialmente, a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. O Brasil não quer substituir a ALCA pelo formato 4 + 1, mas ter mais opções de negociação.

ISTOÉ – Em que medida a eleição do Presidente Néstor Kirchner na Argentina é boa para o Brasil?

CELSO AMORIM – É ótima. Não existe MERCOSUL sem um bom entendimento entre Brasil e Argentina. Claro que os outros sócios são importantes para dar uma projeção internacional ao MERCOSUL. Mas é claro que a base do MERCOSUL é o bom entendimento entre Brasil e Argentina. A presença do Presidente Kirchner cria as bases para um aprofundamento do MERCOSUL. Há muita coisa ainda por fazer, como as regras para compras governamentais, por exemplo, e um regime de serviços comuns. Com essa situação nova na Argentina, as coisas ficam mais fáceis. E é importante ampliar o MERCOSUL, com a entrada do Peru e o acordo com os outros membros do Grupo Andino. Temos de mostrar aos nossos sócios

de economias de tamanho menor que essa ampliação não vai restringir o acesso que eles têm hoje para seus produtos ao mercado brasileiro. O importante na política externa do Governo Lula é que o técnico-burocrático não predomina. Se há a disposição política para fazer algo, isso vai ser feito. É muito fácil criar dificuldades. O que sinto no Presidente Lula é a vontade de fazer as coisas. Sempre dentro de uma visão estratégica. E você demonstra isso através das ações.

ISTOÉ – Venezuela e Colômbia são dois problemas graves na América do Sul. No caso venezuelano, o Brasil tem tido uma participação mais efetiva. Já a Colômbia parece ser um assunto mais distante. Como o Brasil pode contribuir para as negociações de paz naquele país?

CELSO AMORIM – Nós estamos desenvolvendo uma série de ações de cooperação, com participação dos ministérios da Justiça e da Defesa. É importante entender que não há, da parte do Brasil, nem desejo de intervir, nem aversão a participar, se formos julgados úteis. Nós não nos furtamos a dar idéias, como a do embargo de armas a todos os movimentos armados, seja de direita, seja de esquerda. Há o Sivam, importante no combate ao narcotráfico. Não temos veleidades de mediar o conflito, nem de prejudicar o que é melhor para a Colômbia. Mas achamos que em algum momento terá de haver negociação.

ISTOÉ – O Governo brasileiro não classifica as Farc ou o ELN como grupos terroristas. Qual é a razão dessa posição? Isso ajuda ou atrapalha uma atuação no caso colombiano?

CELSO AMORIM – Realmente o Brasil só classifica como terrorista a Al-Qaeda, e isso

decorre de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Digo mais, nem a ONU nem a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm uma classificação de grupos terroristas. Já conversei muito com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, sobre o tema. Não há nenhum ganho em classificar alguém como terrorista, porque dá a impressão de que você jamais poderá negociar depois. No caso da Al-Qaeda, ela praticou atos tão bárbaros, que a ONU decidiu considerá-la terrorista. Não sei se esse seria o caso das FARC. Não se esqueça de que há precedentes históricos de grupos que fizeram atos terroristas, como o IRA (Exército Republicano Irlandês), e depois sentaram na mesa de negociações. O que condenamos são as ações terroristas. A discussão semântica não gera nenhum ganho concreto. Isso não impede que cooperemos em ações contra atos de terror, contra o tráfico. O Governo colombiano fez sua opção. Acha que, no momento, deve reprimir todos os grupos em disputa, para depois retomar as condições para a negociação. O julgamento dessa opção quem deve fazer é o povo colombiano. Nós achamos apenas que, em algum momento, terão de negociar. Você não termina uma luta que já dura mais de 40 anos apenas pela força.

ISTOÉ – Com relação a Cuba, houve críticas, nos EUA, à posição brasileira no caso dos fuzilamentos e das prisões de dissidentes. O País fez uma declaração de voto condenando a decisão cubana, mas se absteve na votação na Comissão de Direitos Humanos da ONU. A posição brasileira foi ambígua?

CELSO AMORIM – Não há ambigüidade. O Brasil sistematicamente abstém-se do voto contra Cuba na Comissão de Direitos Hu-

manos. É uma questão muito politizada, é muito difícil separar essa questão do embargo econômico, que também, no fundo, afeta direitos humanos, sociais. É uma situação muito complexa para você olhar apenas um dos lados da questão. Historicamente, adotamos a posição de abstenção e a mantivemos pelos mesmos motivos. Os fatos graves ocorridos, nós os criticamos publicamente e diretamente a Cuba. Queremos que Cuba se reinsira no contexto internacional, e situações dessas não ajudam. Criticamos e condenamos o fato, mas não achamos que o que aconteceu fosse suficiente para mudar nossa posição histórica.

ISTOÉ – Qual o balanço que o Sr. faz agora, passados alguns meses, da iniciativa brasileira na crise venezuelana?

CELSO AMORIM – Eu acho que o Brasil teve um papel adequado. Contribuímos para desativar um confronto que era iminente. A criação do Grupo de Países Amigos ajudou, também, a acabar com a crise, sem tentativas de impor soluções.

ISTOÉ – Uma tentativa de golpe, por exemplo?

CELSO AMORIM – Sim, golpe sempre é um risco. Soluções como determinar a realização imediata de um referendo, ou de redução do mandato do Presidente Hugo Chávez,

por exemplo, teriam agravado tremendamente o confronto. O Grupo de Amigos ajudou a mostrar que a crise tinha de ser resolvida pelos venezuelanos. Sua ação contribuiu, por exemplo, para que a greve ou locaute – o governo chama de locaute, a oposição de greve – perdesse força e voltasse a busca do diálogo.

ISTOÉ – A ação brasileira, incluindo o envio de petróleo e técnicos para a Venezuela no primeiro momento, estava então correta?

CELSO AMORIM – O risco de um confronto era muito grande e hoje, felizmente, estamos no rumo de uma solução política. A situação da Venezuela ainda não está totalmente resolvida, mas está muito melhor do que no começo da crise.

ISTOÉ – No começo do governo, a atuação do assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, deu a impressão de que ele poderia atropelar ou entrar em choque com o Itamaraty, como no caso da Venezuela. Como é essa relação hoje?

CELSO AMORIM – Nós temos um entendimento muito bom, tenho muita afinidade com ele. Ele é um conselheiro político do presidente e eu sou o operador dessa máquina muito grande que executa a política externa.

ÍDICE REMISSIVO

Acesso a mercados

82

África

18, 24, 28, 38, 40, 84, 85, 98, 115, 117, 146, 159, 238, 239, 240, 255, 257, 258, 262

África do Sul

18, 24, 81, 84, 85, 105, 140, 146, 183, 184, 185, 228, 230, 231, 239, 249, 257, 261, 262

Agricultura

116, 122, 145, 204, 236, 240

AIDS, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

159, 160, 161, 221, 228, 239

ALADI

45, 46, 78, 104, 144, 216, 233

ALCA

17, 22, 29, 58, 82, 83, 92, 102, 103, 104, 105, 134, 144, 145, 199, 215, 233, 235, 236, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 253, 256, 261, 263

Alemanha, República Federal da Alemanha

48, 51, 52, 53, 54, 55, 85, 185, 186, 187, 260

América Central

108, 249

América do Sul

18, 22, 23, 28, 31, 33, 37, 40, 43, 45, 46, 57, 74, 77, 79, 82, 89, 91, 92, 98, 103, 105, 108, 113, 122, 125, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 154, 218, 219, 221, 231, 245, 249, 256, 261, 263

América Latina

38, 46, 84, 85, 107, 108, 115, 117, 159, 255

Angola

85, 105, 239, 240, 257, 258, 262

Argentina

33, 37, 39, 78, 79, 103, 117, 133, 134, 135, 137, 138, 218, 219, 231, 247, 252, 255, 263

ASEAN, Associação das Nações do Sudeste Asiático

84, 86, 105

Ásia

28, 43, 84, 115, 159

Assistência a brasileiros no exterior

86, 152, 153, 154

Bolívia

78, 89, 91, 92, 105, 137, 140, 154, 155, 156, 205, 210, 211, 212, 213, 214, 255

Bulgária

152, 153

Cairns, Grupo de

84, 103

CAN, Comunidade Andina de Nações

46, 104, 133, 143, 144, 145, 255, 263

Caribe

107, 108, 159, 249

CARICOM, Comunidade do Caribe

103

Chile

37, 55, 78, 105, 127, 137, 207, 208, 216, 253, 256

China

18, 24, 27, 29, 35, 37, 82, 84, 86, 97, 98, 99, 100, 105, 245, 247, 251

Colômbia

57, 58, 79, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 254, 263, 264

Combate à fome

14, 16, 19, 28, 34, 38, 41, 81, 105, 112, 115, 116, 117, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 139, 143, 145, 146, 198, 229, 244

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

19, 24, 27, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 62, 65, 71, 72, 73, 79, 80, 92, 93, 94, 99, 112, 125, 146, 196, 224, 225, 226, 228, 242, 250, 253, 259

Conselho Presidencial Andino

143

Cooperação científica e tecnológica

22, 24, 61, 134, 139, 161, 197, 222, 234, 239

Cooperação educacional

23, 78, 197, 213, 217, 221, 234, 239

Cooperação técnica

19, 24, 78, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 188, 189, 197, 203, 213, 217, 219, 221, 227, 229, 234, 239

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

24, 29, 85, 239

Crime organizado

192

Cuba

209, 210, 244, 264

Cúpulas Ibero-americanas

199

Defesa comercial e salvaguardas

22, 102, 138, 145, 248

Defesa e segurança

49, 143, 183, 184, 185, 190, 191, 196, 197, 198, 199, 234, 237

Desarmamento e Não-proliferação

24, 47, 50, 55, 195, 237

Desenvolvimento econômico e social

17, 18, 19, 21, 25, 27, 29, 31, 34, 42, 45, 77, 81, 82, 101, 121, 123, 129, 137, 146, 185, 197, 208, 229

Direitos humanos

24, 31, 69, 77, 81, 107, 159, 201, 209, 264

Egito

81

Energia

189, 190, 211, 227, 233

Equador

37, 79, 111, 112, 113, 221, 222, 223, 224, 225, 255

Espanha

53, 78, 84

EUA, Estados Unidos

18, 23, 27, 28, 43, 54, 78, 103, 144, 145, 189, 219, 242, 243, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 259

França

48, 51, 52, 53, 54, 55, 85, 108, 115, 145, 260

G-3, Grupo dos 3 (Brasil-Índia-África do Sul)

228, 229, 230, 231, 261

G-8, Grupo dos 8

27, 43, 108, 113, 115, 117, 120, 121, 145, 228, 260

Gana

239, 240, 262

Grupo de Cairns

84, 103

Grupo do Rio

107, 108, 109, 117, 129, 196

Guiana

147

IIRSA, Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana

94, 112, 140, 144, 199, 203, 205, 206, 211, 214

Índia

18, 24, 29, 35, 84, 86, 98, 105, 145, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Infra-estrutura

23, 28, 91, 94, 111, 112, 129, 134, 145

Integração regional

18, 23, 34, 45, 46, 62, 83, 91, 93, 94, 96, 98, 101, 111

Iraque

47, 49, 51, 53, 59, 65, 69, 71, 73, 80, 94, 195, 208, 226, 237, 238, 241, 250, 252, 253

Irlanda

81

Israel

86, 132

Japão

18, 24, 29, 85

Líbano

85, 131, 258

Malásia

61, 62, 63, 86

Meio ambiente

24, 31, 62, 77, 82, 107, 122, 226, 229, 230

MERCOSUL

17, 18, 22, 23, 29, 33, 34, 40, 46, 52, 58, 68, 74, 75, 77, 78, 82, 83, 92, 94, 102, 103, 104, 105, 108, 112, 116, 125, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 196, 208, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 227, 232, 233, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 261

MERCOSUL-CAN

92, 133, 140, 143, 144, 199, 203, 204, 212, 255, 256

MERCOSUL-Índia

233

MERCOSUL-SACU (União Aduaneira da África Austral)
105, 140, 233, 240

MERCOSUL-União Européia
22, 68, 82, 83, 104, 105, 140, 248

México
24, 39, 55, 78, 81, 84, 85, 105, 108, 117, 161, 251, 252, 253

Moçambique
105, 159, 239, 257, 262

Namíbia
105, 239, 240, 258, 262

Narcotráfico
115, 143, 192, 193, 213

Nigéria
124

Nova Zelândia
81

OEA, Organização dos Estados Americanos
29, 94, 127, 196, 197, 209, 242, 264

OIT, Organização Internacional do Trabalho
119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 249

ONU, Organização das Nações Unidas
19, 24, 29, 42, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 60, 62, 65, 71, 72, 73, 79, 80, 85, 92, 93, 94,
99, 108, 112, 121, 125, 129, 132, 146, 159, 195, 205, 208, 210, 224, 226, 237, 242, 243,
250, 252, 253, 254

OMC, Organização Mundial do Comércio
17, 22, 29, 52, 82, 83, 84, 85, 92, 102, 103, 104, 105, 112, 116, 125, 145, 159, 204, 243,
244, 249, 252, 263

Oriente Médio
19, 24, 29, 49, 80, 85, 93, 98, 105, 132, 146, 238

OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
78, 92, 95, 112, 204, 212, 221

Países Baixos
67

Palestina, Estado Palestino
86, 131

Paraguai
73, 103, 137, 138, 144, 219, 247

Peru
79, 89, 90, 105, 107, 244, 249, 255, 263

Portugal
78, 84

Promoção comercial
82, 131, 215

Propriedade intelectual
103

Proteccionismo
22, 42, 78, 82, 83, 115, 122, 125

Reforma das Nações Unidas
80, 85, 92, 99, 108, 112, 117, 125, 132, 146, 201, 205, 208, 210, 224, 225, 226, 228, 250,
253, 254, 261

Reino Unido
53, 55, 84, 252, 255

Rodada de Doha
83, 84, 102, 103, 230, 249, 263

Rússia
18, 24, 48, 52, 53, 54, 82, 85, 102, 245

São Tomé e Príncipe
85, 239, 257

Saúde

159, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 235

Serviços

102, 133

SIVAM, Sistema de Vigilância da Amazônia

95, 199, 206, 213

Solução de controvérsias

31, 42, 54, 65, 108, 139

Suécia

81

Tabaco, tabagismo

163-183, 227, 228, 235

Temas culturais

23, 98, 139, 229, 234, 239

Temas financeiros

23, 74, 131, 139, 231

Temas sociais

23, 35, 139, 226, 227, 234, 239, 250

Terrorismo

19, 22, 24, 52, 62, 79, 108, 115, 192, 196, 201, 205, 219, 220, 237, 264

TNP, Tratado de Não-proliferação Nuclear

195

TPI, Tribunal Penal Internacional

81

Transportes

147-152

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
84

União Européia
17, 18, 23, 28, 43, 68, 83, 85, 98, 102, 236, 259

Uruguai
79, 89, 137, 138, 144, 187, 214

Venezuela
78, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 105, 196, 197, 209, 241, 242, 243, 244, 249, 250, 251, 255,
259, 261, 264, 265

Zaire
39

Zimbábue
239

Zona de Paz e Cooperação na América do Sul
112, 205, 225

NOTA

Em suplemento ao nº 92 da Resenha de Política Exterior do Brasil, serão publicadas as transcrições dos pronunciamentos do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, proferidos em sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, em 19 de março de 2003, e em sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 23 de abril de 2003.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 92, 1º semestre de 2003

Ano 30

Capa

Teixeira Gráfica e Editora Ltda.

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Teixeira Gráfica e Editora Ltda.

Formato

200 x 260 cm

Mancha

15,5x21,5cm

Tipologia

Times New Roman 12x18 (textos) Times
New Roman 26x31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 gr/m2, plastificação fosca
(capa) e 75 gr/m2 (miolo)

Número de páginas

278

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Gráfica do MRE

Acabamento

Gráfica do MRE